

AUGUSTO HENRIQUE ASSIS RESENDE

IMPrensa E POLÍtica. OS USOS SIMBÓLICOS DA CONJURAÇÃO MINEIRA
EM SÃO JOÃO DEL-REI E OURO PRETO (1877-1889).

ASSIS

2014

AUGUSTO HENRIQUE ASSIS RESENDE

IMPrensa e Política. Os Usos Simbólicos da Conjuração Mineira
em São João del-Rei e Ouro Preto (1877-1889).

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras de Assis – UNESP –
Universidade Estadual Paulista para a
obtenção do título de Mestre em História
(Área de Conhecimento: História e
sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Claudinei Magno
Magre Mendes

ASSIS

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

R433i Resende, Augusto Henrique Assis
Imprensa e política: os usos simbólicos da Conjuração Mineira em São João del-Rei e Ouro Preto (1877 – 1889) / Augusto Henrique Assis Resende. - Assis, 2014
175 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Dr. Claudinei Magno Magre Mendes

1. Imprensa e política. 2. Minas Gerais. 3. Brasil - História - Conjuração mineira, 1789. 4. Império no Brasil. 5. República. I. Título.

CDD 079.81

981

AUGUSTO HENRIQUE ASSIS RESENDE

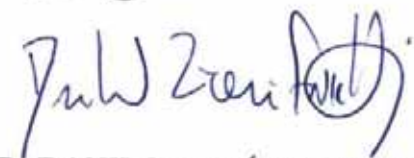
IMPrensa E POLÍtica. OS USOS SIMBÓLICOS DA
CONJURAÇÃO MINEIRA EM SÃO JOÃO DEL-REI E OURO
PRETO (1877-1889)

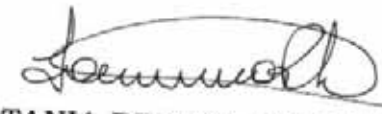
Dissertação apresentada à Faculdade
de Ciências e Letras – UNESP para a
obtenção do título de Mestre em
História (Área de Conhecimento:
História e Sociedade)

Data da Aprovação: 17/07/2014

COMISSÃO EXAMINADORA


Presidente: PROF. DR. CLAUDINEI MAGNO MAGRE MENDES - UNESP/Assis


Membros: PROF. DR. DANILO JOSÉ ZIONI FERRETTI - UFSJ/São João Del Rei


PROFA. DRA. TANIA REGINA DE LUCA - UNESP/Assis

Agradecimentos

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao meu orientador, Claudinei Magno Magre Mendes, que aceitou o desafio de me acompanhar nessa nem sempre fácil caminhada do mestrado. Sou muito grato pelas orientações, conselhos, dicas... enfim, pela simpatia e presteza em me ajudar nos momentos difíceis da minha pesquisa, leituras e escrita.

À banca de qualificação, composta pelos professores Tânia Regina de Luca e José Carlos Barreiro, agradeço pelas críticas e recomendações, as quais ajudaram no desenvolvimento do trabalho.

Aos meus pais, Dora e Romeu, que sempre estiveram presentes a me apoiar, das mais diversas maneiras.

E um agradecimento especial à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a qual me proporcionou a oportunidade de me dedicar exclusivamente à minha pesquisa, do meio do caminho até aqui, de modo que eu pude ter minhas atenções voltadas apenas para a dissertação. Sem este apoio institucional o meu trabalho seria menos relevante.

RESENDE, Augusto Henrique Assis. **Imprensa e política. Os usos simbólicos da Conjuração Mineira em São João del-Rei e Ouro Preto (1877-1889)**. 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

Resumo

O estudo por nós apresentado propõe revelar a presença da figura inconfidente, especialmente de Joaquim José da Silva Xavier, muito antes da ascensão do regime republicano no Brasil. Desde o fim do século XVIII, a história da Conjuração Mineira foi narrada por alguns estudiosos estrangeiros. Assim como houve testemunhas que descreveram os momentos finais e a execução de Tiradentes. Ao longo do século XIX, obras literárias, livros de instrução (compêndios) e de história descreveram alguns aspectos daquela conjura. Nossa pesquisa visa demonstrar ainda que algumas décadas antes da queda da Monarquia brasileira, especificamente entre os anos de 1877 e 1889, a memória relativa aos conjurados mineiros estava bastante presente entre os brasileiros. Por meio da historiografia e, principalmente, a partir de alguns jornais partidários de Minas Gerais, mostramos que já havia uma apropriação do imaginário e a representação de alguns membros da Conjuração Mineira. Para tanto, analisamos seis jornais das cidades de Ouro Preto e São João del-Rei, sendo que os três partidos políticos de então estavam representados por esses órgãos de imprensa – ao menos regionalmente. É interessante salientar que tanto monarquistas quanto republicanos se valeram da imagem dos conjurados e que o contexto das décadas de 1870 e 1880 determinou o uso político desse imaginário. Desta maneira, contestamos a formulação geralmente aceita de que Tiradentes, a figura vista como o expoente da Conjuração Mineira, só teve seu reconhecimento como mártir e herói após a mudança de regime político. A pesquisa se concentra também na tentativa de compreender como se deu a difusão da imagem dos conjurados mineiros por meio das páginas dos jornais analisados. E de que modo seus redatores procuraram modelar este imaginário com fins político-partidários, precipuamente pelo estabelecimento da comemoração do 21 de abril. Assim, pelo lado dos monarquistas, o imaginário inconfidente poderia ajudar a defender a continuidade da Monarquia. Enquanto que, para os republicanos, tal imaginário poderia propiciar a legalidade necessária à implantação de um novo governo. Por fim, cabe destacar que, independente da finalidade, a imagem e o simbolismo inconfidente já vinham sendo utilizados há anos sem a oposição das instituições monárquicas.

Palavras-chave: Imprensa. Minas Gerais. Brasil – História – Conjuração Mineira, 1789. Império no Brasil. República.

RESENDE, Augusto Henrique Assis. **Press and politics. The symbolical use of Conjuração Mineira in São João del-Rei and Ouro Preto (1877-1889)**. 2014. 170 p. Dissertation (Master course in History) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

Abstract

In our study, we intent to show the presence of *conjurados mineiros*, especially of Joaquim José da Silva Xavier, much time before the raise of the Republic in Brazil. Since the latest years in eighteenth century the history about *Conjuração Mineira* has been told by foreign studios. Although some witness were describing and telling some stories and facts about *Conjuração Mineira*, during the nineteenth century there were some books that report this. Our research pursuit to show that the memory related with the *conjurados mineiros* were alive and strongly present among the Brazilians of the last half of nineteenth century, mainly between 1877 and 1889. Through the historiography and also using some political journals of Minas Gerais, we demonstrate which the appropriation, imaginary and representation of some members of *conjurados mineiros* had been used. To confirm that we analysed six journals of two towns: Ouro Preto and São João del-Rei. About those journals, they used to be representative of the three parties, at least in Minas Gerais. This research concentrate, as well, in attempt of understanding how the images of *conjurados mineiros* spread through the pages of analysed journals. Besides, the way which their editors searched to handle that imaginary with political intentions, mainly for the establish of the celebrating of April 21. Furthermore, we exposed that the image and symbolism *inconfidente* have been used for a long time and the most important thing, without opposition of the Monarch.

Key-words: Press. Minas Gerais. Brazil – History – Conjuração Mineira, 1789. Empire in Brazil. Republic.

Sumário

Introdução	7
I Parte	
Capítulo 1: A historiografia relativa aos inconfidentes	14
Capítulo 2: O contexto regional e as condições que levaram ao uso político dos conjurados mineiros	38
Capítulo 3: Narrações referentes à Conjuração Mineira anteriores a década de 1870	56
II Parte	
Capítulo 4: A imprensa como arauto dos descontentes	83
Capítulo 5: Os usos políticos dos conjurados mineiros	119
Considerações finais	165
Fontes	169
Referências bibliográficas	170

Introdução

Desde o fim do século XVIII que no Brasil começou a surgir relatos referentes à Conjuração Mineira. Isso se deu algum tempo depois de ser cumprida a sentença da Alçada, sentença na qual os conjurados mineiros foram punidos pela Coroa portuguesa por tramarem contra os interesses metropolitanos. Dos relatos daquele período, dois são documentos históricos de grande relevância, fontes escritas por pessoas que testemunharam o que aconteceu àqueles conjurados em 1792.¹ Houve ainda a elaboração de narrativas por alguns estudiosos estrangeiros que dedicaram seu tempo e talento à história da conjura acontecida em Minas Gerais, em fins daquele século.² Aliás, a denominação dada àquele movimento mineiro foi diversa: inconfidência, conjuração, levante, insurreição, revolta, revolução... Enfim, o movimento que se concertava em Minas no final da década 1780 teve muitos matizes retratados ao longo do tempo.

O século XIX brasileiro, tão agitado politicamente desde seu alvorecer, não deixou somente a cargo da oralidade, tão difundida em sociedades onde as letras foram pouco disseminadas, as descrições relativas à Conjuração Mineira. Ao menos desde o ano de 1839, há traços da presença da história da Conjuração Mineira em livros de história. Boa parte destes livros, também conhecidos como compêndios, era destinada ao ensino da história nacional nas escolas de instrução do Império.

Ainda na primeira metade do oitocentos, outro ramo ligado à intelectualidade dedicou algumas obras a tratar da Inconfidência Mineira: a literatura. Apesar de não termos o intuito de perscrutar as questões atinentes ao estudo da literatura, nós não pudemos negligenciar alguns pontos concernentes à Inconfidência e que estiveram presentes em algumas de suas obras. O estilo literário denominado romantismo teve representantes que abordaram algumas características dessa história ainda na década de 1840. No entanto, o romantismo começou a declinar na segunda metade do século XIX, e de uma forma geral, como era associado ao trono brasileiro era de se esperar que um novo movimento literário rompesse com essa

¹ *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro – desde o dia 17 até 26 de abril de 1792*, obra anônima; e a obra do frei Raimundo de Penaforte: *Últimos momentos dos inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão*.

² De George Stauton (1797), Robert Southey (1810-19) e John Armitage (1836).

característica e, naturalmente, tivesse tendências anti-monárquicas. A partir da década de 1870 e, intensificando-se no decênio seguinte, surgiram poemas que começaram a atacar D. Pedro II e o regime monárquico. Esses poemas foram denominados “socialistas” por Aníbal Falcão e assinalados como uma decadência da estética romântica (SERELLE, 2002). Além dos poemas “socialistas”, uma literatura de cunho mais regional despontaria como aliada na promoção da imagem inconfidente. Também conhecido como sertanista, este estilo teve como um dos principais representantes em Minas Gerais o poeta ouro-pretano Bernardo Guimarães, o qual dedicou algumas de suas obras à Inconfidência.

Some-se a isso um grande divulgador que a história da Conjuração Mineira teve nos anos 1870, um livro que continha detalhes historiográficos desconhecidos a muitos brasileiros de então: a *História da Conjuração Mineira*. Em 1873, este livro saiu do prelo e foi lançado, sendo o conteúdo impresso que mais deu destaque aos inconfidentes até aquele momento. O livro em questão foi escrito por Joaquim Norberto de Souza e Silva e trazia uma grande novidade em vista de outros escritos históricos da época: o fato de ter sido amplamente baseado nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, fontes que estavam sumidas.

O livro de Souza e Silva despertou um grande interesse em seus contemporâneos. Apesar de ter apresentado um enfoque mais histórico à Inconfidência, muitos leitores fizeram críticas implacáveis à obra. E os pontos mais criticados eram os referentes à narrativa, tomada como muito inventiva, assim como os que maldiziam Tiradentes, ou então os que rebaixavam sua participação na conspiração.

Contudo, além da presença do imaginário inconfidente na sociedade brasileira por meio de livros, outro meio que propiciou que seu alcance fosse aumentado foi a imprensa. Os jornais brasileiros do período oitocentista tiveram grande participação no debate político nacional. E como o imaginário por trás da Conjuração Mineira estava muito próximo à política,³ esteve bastante presente nas páginas impressas, principalmente a partir da década de 1870. Isto é, a imprensa serviu como um objeto à causa política nacional.

A imprensa no Brasil esteve diretamente ligada à sua ascensão enquanto Estado-nação. Desde a instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, em 1808, caminharam lado a lado o desenvolvimento impresso e o avanço das instituições políticas nacionais. “[...] A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas [...]

³ Posto que a Conjuração Mineira tenha sido um movimento que visava contrariar os ganhos portugueses na América – ou em parte dela –, o imaginário atrelado àquele movimento tinha conotações políticas.

(MARTINS; LUCA, 2012, p. 8).” Desta maneira, vemos com grande importância o estudo de jornais do período oitocentista, com destaque para as fases de transição política, como a ocorrida no declínio da Monarquia, golpe republicano e estabelecimento do novo regime. Pois aqueles jornais faziam parte da engrenagem política e social de seu tempo, transmitiam aos seus leitores as suas intenções, esperanças, assim como as suas hipocrisias e mentiras. E apesar de desempenharem um importante papel, formidável como fontes primárias, eles devem ser analisados como quaisquer outras fontes que o historiador lance as suas questões, com rigor e cuidado, de modo que comparações possam ser feitas com o fim de uma melhor reconstrução do nosso passado.

Deste modo, o estudo de jornais das décadas de 1870 e 1880 foi de grande valia na elaboração de nosso estudo. Diga-se ainda que, o recorte cronológico por nós abarcado está inserido nestas duas décadas, que compreendem parte importante do período final da transição política entre Monarquia e República. Portanto, com a mudança de interesses do partido Conservador em São João del-Rei, criou-se um jornal que iria defender seus interesses e combater seus adversários políticos num meio ainda novo para os saquaremas daquela região. Assim sendo, em março de 1877 foi lançada a folha semanal conservadora de São João del-Rei, e a ampliação de campo de atuação feita pelos conservadores àquele momento, que só atuavam política e administrativamente, foi considerada por nós como bastante relevante para se proceder à uma análise mais acurada do dito periódico. Desta feita, o ano de 1877 é nosso ponto de partida na investigação histórica atinente aos conjurados e seu uso simbólico.

Porém, uma data igualmente importante em nossa pesquisa foi 1889. Momento em que, especialmente após a queda da Monarquia, a luta entre monarquistas e republicanos tomou uma nova feição. Trata-se de uma conjuntura em que os inconfidentes deixaram de ser tratados como aspirantes a heróis, fosse por iniciativa de monarquistas ou de republicanos, e se consolidaram de vez como heróis da nação brasileira. Desta forma, a fundação e o encerramento das atividades do jornal *O Arauto de Minas* (1877-1889) devem ser levados em conta como os pontos fundamentais e cronológicos desta pesquisa, por coincidirem com períodos de relevância no estudo do político e do impresso. Com importância singular em seu meio, a fundação d’*O Arauto de Minas* demonstrou uma mudança de atitude dos conservadores são-joanenses frente a seus opositores liberais, e ulteriormente relativa aos republicanos, passando a ter voz no cenário jornalístico.

Os nossos objetivos com o presente trabalho eram, em primeiro lugar: mostrar a presença da figura inconfidente, em especial a de Joaquim José da Silva Xavier, muito antes da ascensão do regime republicano no Brasil. Seguidamente, propusemos-nos a buscar um entendimento de como a imprensa modelou a imagem dos conjurados, representou-os e se apropriou deles. E de que forma o simbolismo por trás desse imaginário poderia ter sido usado com a finalidade de beneficiar quem se valesse de tal subterfúgio. Tendo alcançado esses objetivos, tacitamente nós refutamos aquela historiografia que colocou Tiradentes e alguns de seus companheiros de conjuração, como só conhecidos pelo povo e utilizados simbolicamente no ocaso do Império brasileiro e, precipuamente, com o estabelecimento da República.

Como principais centros sociais, econômicos e políticos de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, Ouro Preto e São João del-Rei foram as cidades escolhidas por nós para a análise de alguns dos jornais políticos produzidos nelas. A escolha de Minas Gerais e das duas cidades se deveu à falta de estudos referentes a esse tema naquelas localidades. Desse modo, além do já citado *O Arauto de Minas*, de São João del-Rei, esquadramos mais cinco jornais, o que totalizou três de Ouro Preto e três de São João del-Rei. Esta simetria numérica não foi ao acaso. Com ela, tencionamos fazer um comparativo entre os periódicos ouropretanos e são-joanenses, assim como dos partidos por trás deles. Mesmo que os partidos fossem os mesmos – Liberal, Conservador e Republicano – no país e na Província, é provável que houvesse algumas distinções de caráter local, fazendo com que algumas peculiaridades existissem. Assim, temos: *O Arauto de Minas* e *A Província de Minas*, conservadores; *A Actualidade*, *Liberal Mineiro* e *A Verdade Política*, liberais; e *A Patria Mineira*, republicano. Com exceção do único jornal republicano dentre os pesquisados, todos os outros podem fornecer uma comparação entre seus congêneres.

E além da parte prática de nossa pesquisa, calcada nos exames de jornais, direcionamos nosso estudo no tocante ao aporte teórico-metodológico em alguns pontos-chave. Para isso, utilizamos alguns conceitos, como de representação e apropriação, emprestados de Roger Chartier (1990; 2002); imaginação social, de Baczko (1985); e imaginário, deste último e de Raoul Girardet (1987). E juntamente com o uso desses conceitos, enquadrámos nosso estudo dentro da história do político.

Apesar de toda crítica que a história política recebeu desde fins do século XIX até a fundação dos *Annales*, alguns de seus mais proeminentes historiadores – Charles Seignobos –

já trabalhavam em sua renovação. Porém, com a escola dos *Annales* sendo – principalmente a partir da década de 1940 – o referencial em termos de História na França, onde fazia expandir os estudos de história total relacionados à séries sociais e econômicas, poucos eram os que ainda se interessavam pela superficial história do mundo político. Contudo, a história política não tinha sucumbido, estava apenas deixada de lado, esquecida. E por volta dos anos 1970, eis que ela “renasceu” na França. Esta “renascida” história política não era exatamente a mesma de antes: factual, individualista, “anedótica”, mas mostrava a ampla reformulação que havia passado.⁴ Seus objetos foram ampliados, deixou de tratar do indivíduo, dos personagens “ilustres” e mesmo do Estado e da Nação isoladamente, para abordar a vida política, a sociedade mobilizada e participante da política. Ela também recebeu um epíteto, com o qual passaria a ser denominada “nova” história política (RÉMOND, 2003).

A nova história do político não seria mais enxergada como restrita ao estudo de um grupo ou mesmo enquanto objeto de estudo, mas passaria a ser vista como totalmente ampla e com muitas variantes de estudos e de observações. Como os estudos relacionados ao social e ao econômico, com uma grande possibilidade de fontes para o estudo de grandes períodos, o político passou a ser percebido como um campo de amplas informações ao historiador. E principalmente com a ampliação gradativa da esfera política nos séculos XIX e XX, pôde-se alcançar um caráter de história total, onde uma grande massa documental podia ser tratada estatisticamente, e “[...] observa-se hoje que, no que diz respeito a números e grandezas aritméticas, a história política não está menos bem provida: também ela dispõe de uma grande abundância de dados numéricos [...]” (RÉMOND, 2003, p. 32).

Com o correr de nosso estudo, pretendemos demonstrar uma breve contextualização no que tange aos usos simbólicos da Conjuração Mineira ao longo do século XIX. Precisamos mais esse manejo no período por nós proposto como recorte temporal, tendo em vista que foi um momento que proporcionou mais embates políticos entre partidários e adversários do regime vigente no Brasil. Intentamos com as páginas que seguem, expressar o quanto foi possível, viável e palpável, a utilização do imaginário inconfidente como um estratagema de legitimação de posicionamentos políticos naquela sociedade.

Contudo, de forma a antecipar para o leitor o que virá pela frente, apresentamos um resumo de cada um dos cinco capítulos de nosso trabalho.

⁴ Injustiçado, Charles Seignobos foi um dos pioneiros na tentativa de renovação da história política, visão apresentada por René Rémond (2003).

No primeiro capítulo, nós abordamos, de um modo geral, como a historiografia tratou os conjurados mineiros. Dividimos essa historiografia em duas. No primeiro caso, utilizamos dois historiadores, Maxwell (1978) e Furtado (2002), cujos estudos visam dar conta do movimento conhecido como Inconfidência Mineira. Seguidamente, fizemos menções a outros historiadores (Fonseca, Carvalho, entre outros), os quais analisaram não a Conjuração Mineira ou quaisquer de seus membros, mas sim os modos que levaram à utilização simbólica daquela tentativa de revolução ou dos homens envolvidos nela. Assim, ainda que se trate de um tema que é do conhecimento de especialistas, nós decidimos manter o capítulo por duas razões: esclarecer àqueles que, porventura venham a ler nosso trabalho, mas desconheçam o assunto; e para que ratifiquemos que há estudos, como o de Fonseca (2007, v. 2), que devem ser relativizados, pois vão de encontro a tudo aquilo que apresentamos com os resultados da pesquisa que fizemos.

No capítulo dois, tentamos apresentar um panorama da história de Ouro Preto e São João del-Rei, desde a colonização de Minas Gerais até os anos 1880. Igualmente, procuramos promover uma contextualização no que tange a alguns aspectos sociais, políticos e econômicos daquelas sociedades. Tudo isso para que haja um suficiente entendimento acerca das questões que levaram ao uso político dos conjurados mineiros pela imprensa dessas duas cidades.

O capítulo três versou sobre os meios que deram certa publicidade à Conjuração Mineira. Especificamente, demonstramos que desde o fim do século XVIII, a Conjuração Mineira já tinha sua história narrada, fosse por estudiosos estrangeiros, como por testemunhas oculares. Além disso, a Conjuração Mineira se fez presente nos livros de instrução das escolas imperiais e nos de literatura.

O quarto capítulo mostrou a importância do estudo das apropriações, representações e do uso dos conjurados, atividades proporcionadas pela imprensa das décadas de 1870-80. Demonstrou ainda, como que os políticos, marginalizados ou não das vias institucionais, procuraram na imprensa um meio de expressar suas intenções, de tentar legalizar algumas práticas. Neste capítulo, começamos a explorar os jornais que fizeram parte de nosso objeto de estudo.

Já no capítulo cinco, focamos numa análise mais completa dos jornais que pesquisamos. Numa tentativa de darmos conta daquilo que os jornais nos legaram concernentemente ao uso simbólico dos inconfidentes, inquirimos um a um, com a intenção

de compreendermos suas estratégias e ações. E a partir daí, pudemos passar a um comparativo entre suas práticas.

Destarte, dividimos nosso estudo em duas partes. Com isso, quisemos expor uma melhor dinâmica de leitura e organização do texto. Posto que a primeira parte representou uma preparação, uma porção vista como essencial ao entendimento de todo o estudo, já que ela se iniciou com um debate historiográfico acerca da Conjuração Mineira; passou por uma contextualização regional/local de cunho social, político e econômico; e se encerrou com a apresentação de vestígios referentes à Conjuração Mineira e que se acham presentes em livros escolares e literários. Isto é, essa primeira parte preparou um cenário para uma melhor compreensão acerca de nossa temática.

A seguir, a derradeira segunda parte, onde foram apresentadas as fontes de nossa pesquisa, quais sejam, os seis jornais partidários de Ouro Preto e São João del-Rei. Nesta parte, nós tencionamos mostrar as facetas desses jornais, de modo que fosse dada voz a cada um. E que então, pudéssemos visualizar os usos possibilitados a partir da imagem dos inconfidentes.

I Parte

Capítulo 1: A historiografia relativa aos inconfidentes

No cenário atual da historiografia brasileira e no que toca quando o objeto é a Inconfidência Mineira, além de se ter os historiadores que tratam especificamente do assunto em questão, há os que abordam a Inconfidência por meio de outras perspectivas. No primeiro caso, fazemos referência àqueles que buscaram na bibliografia que versa sobre a temática, e que vem desde o fim do século XVIII, até as obras de alguns historiadores mais recentes – insertos nesta perspectiva estão Maxwell (1978) e Furtado(2002), que analisaremos a seguir. Além de se fazer uma análise mais detida da forma como a Inconfidência foi retratada no decorrer do tempo, e da necessidade de se abordar mais criticamente o que se escreveu relativamente à história da sedição mineira de 1788-9, fez-se uma investigação que pretendia examinar até os últimos pormenores das fontes que fazem menção aos inconfidentes.

Já o segundo grupo de historiógrafos focou outro período que não as décadas finais do setecentos e o estudo dos membros da conjura mineira. O enfoque dado por esses estudiosos do Homem no tempo se relacionou às maneiras como, desde as primeiras narrativas, a tradição oral, a imprensa e mesmo a historiografia dos séculos XIX e XX se apropriaram da Conjuração Mineira. As formas de se apropriar e de como representar os inconfidentes se consolidou no curso do oitocentos até atingir uma forma mais eficaz no novecentos. Entretanto, relativas a este grupo de estudiosos há duas tendências acerca dos inconfidentes: uma que acredita em sua apropriação e utilização simbólica durante o período monárquico, e outra que diz que tais manejos das imagens inconfidentes só ocorreram com o advento da República. E é com o fim de entendermos essas variantes do fazer histórico que escrevemos as linhas que se seguem.

Alguns aspectos da Conjuração Mineira

Desde fins do século XVIII até os dias atuais muitos estudiosos se debruçaram a escrever algumas linhas relativas à chamada Conjuração ou Inconfidência Mineira. Ela já foi tema de poemas, peças teatrais, romances históricos, prosas e, como não poderia ser diferente, da escrita da história. Dentre muitos trabalhos cujo foco central foi a Inconfidência, ou algum de seus membros, em particular, escolhemos dois estudos para que nós pudéssemos fazer um balanço de como a historiografia vem tratando de uma temática que tem muita importância na história do Brasil.

O primeiro desses trabalhos foi elaborado nos anos 1970 pelo historiador britânico Kenneth Maxwell, que fez uma abordagem aprofundada nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* (MAXWELL, 1978). Maxwell destacou que uma data-chave na elaboração da sedição mineira foi a que serviu como última, e talvez a mais decisiva, reunião dos inconfidentes em Vila Rica. A 26 de dezembro de 1788 se reuniram na casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante dos Dragões da Capitania de Minas Gerais, seis dos inconfidentes que viriam a ter os papéis de mais relevância na deflagração do movimento. Além do anfitrião se fizeram presentes na reunião: o alferes do mesmo corpo militar, Joaquim José da Silva Xavier, o Dr. José Álvares Maciel, os padres José da Silva de Oliveira Rolim e Carlos Correia de Toledo e Melo, além do bacharel e ex-ouvidor Inácio José de Alvarenga Peixoto. A importância desses seis membros era capital na iniciativa e êxito da Inconfidência. Freire de Andrade deveria comandar as tropas dos Dragões de forma a isolar o Governador, visconde de Barbacena, e junto à população, indignada pelo lançamento da derrama, insuflá-la conforme a necessidade do levante. Silva Xavier deveria provocar agitação em Vila Rica e convencer a cavalaria a tomar partido da “revolução”. Toledo e Melo deveria conseguir apoio em São Paulo, sua Capitania de origem, além de promover o auxílio por meio do fornecimento de cerca de 200 cavalos. Alvarenga Peixoto disponibilizaria por volta de 150 homens que fariam a proteção de Minas pelo caminho que vinha de São Paulo. Oliveira Rolim proporcionaria suporte através da tomada do Distrito dos Diamantes e ao “[...] fornecer 200 homens com mosquetes, pólvora e balas vindos de Serro Frio e Minas Novas [...]”. Por fim, Álvares Maciel seria o responsável por conseguir a pólvora necessária para as lutas de deflagração e manutenção do movimento; e ainda por supervisionar a exploração das jazidas de ferro, sal e salitre (MAXWELL, 1978, p. 141-3).

Uma das muitas questões interessantes na análise de Maxwell, foi a forma como ele dividiu os conjurados mineiros em grupos de interesses. Conforme Maxwell havia três níveis de apoio entre os participantes: os ativistas, os ideólogos e os financiadores. Entre os primeiros estariam os participantes da já citada reunião de 26 de dezembro, onde o alferes Silva Xavier teria amplo destaque. Como profissão secundária de prático na retirada e colocação de dentes, Tiradentes tinha acesso a diversas pessoas, de distintas camadas sociais, contatos que poderiam ser feitos sem levantar suspeitas das autoridades. Tiradentes teria também relevantes relacionamentos com comerciantes do Rio de Janeiro, que poderiam ser importantes à causa inconfidente. Já Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Luís Vieira da Silva, seriam os representantes dos ideólogos e deveriam escrever as leis do novo Estado e elaborar uma justificativa ideológica para a separação ante Portugal (MAXWELL, 1978, p. 147-8).

Contudo, Maxwell indicou que os partícipes da trama que tinham mais influência eram os financiadores. Entre estes se encontravam os homens de mais alto cabedal na Capitania de Minas Gerais. Em geral, estavam relacionados à mineração, aos contratos de entradas ou de cobranças dos dízimos, e mesmo com fazendas na zona de mais prosperidade da época, a comarca de Rio das Mortes. São considerados como representantes desse “segmento”: Domingos de Abreu Vieira, José Aires Gomes e Joaquim Silvério dos Reis. Apesar de muitas adesões seguidas de “acalorados debates” ao intento inconfidente terem sido realizadas na mansão do poderoso contratante João Rodrigues de Macedo, este nunca foi indiciado pela devassa implementada pelo governador de Minas nem pela iniciada pelo vice-rei. Sobre os níveis de participação na Inconfidência, Maxwell nos disse que:

De todos estes homens, ou dos que podem ser identificados com alguma segurança [...] eram todos contratantes, fiadores de contratantes ou, como Vicente da Mota, e Maciel, homens cujo destino estava ligado aos dos contratantes. A maioria deles tinha nascido em Portugal. Juntos, em coalisão, os três grupos representavam uma estupenda seção da estrutura regional de poder. Na realidade, a plutocracia de Minas era tão alienada que compreendia negociantes-capitalistas portugueses que, em outras circunstâncias, poderiam ter apoiado decisivamente o domínio metropolitano. Portugal perdera a confiança daqueles em quem mais confiava para a efetividade e continuidade de seu domínio sobre Minas Gerais. E, mais ainda, aqueles homens de fortuna e influência, cujo acordo tácito sempre fora o apoio do poder metropolitano a nível local, não se contentavam mais com a mera manipulação do sistema administrativo e tributário em seu próprio interesse: agora fazia-se claro para eles que isto era uma ilusão enquanto eles continuassem sujeitos a limitações e determinações de fora. Fazia-se necessário ir além e romper os vínculos com o império (MAXWELL, 1978, p. 149-51).

Apesar de destacar que o grupo inconfidente que seria o responsável pelo financiamento do levante ter muitas posses, ao indicar, inclusive, o termo plutocracia; ao apresentar *vis a vis* alguns membros intelectuais e outros de poucas letras, Maxwell analisou que esses mineiros formariam um conjunto de pessoas com ideais semelhantes, inspirados pela literatura iluminista e a dos americanos do norte.¹ Não obstante algumas pequenas distinções, salientou também que seriam pessoas que não difeririam muito socialmente e, portanto, com interesses econômicos bastante harmoniosos e, assim, comporiam um “grupo de pensamentos afins” (MAXWELL, 1978, p. 143-7).

Maxwell tratou da forma de governo a ser adotada pelos insurretos mineiros e, segundo disse, o governador Barbacena seria assassinado – a decisão não teria sido unânime entre os inconfidentes, mas parece ter sido a decisão da maioria – e então uma república independente seria proclamada, sendo lida uma declaração de independência em seguida. Sobre a nova república foram elencados poucos detalhes, restritos apenas à escolha da capital, São João del-Rei; à fundação de uma universidade em Vila Rica; sobre a criação de uma casa da moeda e a instituição de uma taxa de câmbio mais alta que a de então, e que visava acabar com a escassez de moeda circulante. Gonzaga governaria nos três primeiros anos e em seguida haveria eleições. E ainda relativo às armas e à bandeira a serem adotados houve sugestões de Tiradentes e de Alvarenga Peixoto. O alferes propôs um triângulo que representasse a Santíssima Trindade e “[...] a alusão às cinco chagas de Cristo crucificado [...]”, enquanto que o ex-ouvidor sugeriu a representação de um indígena e a famosa frase de Virgílio: “*Libertas quae sera tamen*” (MAXWELL, 1978, p. 142 e 151-3).

Outro estudo bastante abrangente que envolveu exaustiva pesquisa das fontes da Conjuração Mineira coube ao historiador João Pinto Furtado (2002) – e em muitas circunstâncias oposto ao de Maxwell. *O manto de Penélope* nos dá uma dimensão de como é complexo o estudo que envolve a Conjuração, tendo em vista que há poucos vestígios e muita bibliografia referente a este movimento setecentista, sendo que em mais de uma vez alguns autores se contradizem e até fazem afirmações que as fontes não corroboram. Furtado

¹ A possível influência, ou ao menos contraposição às realidades vividas da literatura em questão viriam de obras de: Robertson, *Histoire de l'Amérique*; a *Encyclopédie*; Bielfeld; Voltaire; Condillac; Adam Smith, *Riqueza das Nações*; Raynal, *Recueil des lois constitutives des colonies angloises, confédérées sous la dénomination d'États Unis de l'Amérique Septentrionale* e *Histoire philosophie et politique*; e Mably. Além dos indícios da intelectualidade dos inconfidentes Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Luís Viera da Silva, expostos nos respectivos sequestros de suas bibliotecas, José Alvares Maciel havia estudado em Coimbra e ainda residido por um ano e meio na Inglaterra.

esmiuçou todos os aspectos que cercam a Inconfidência, assim como a “historiografia de referência” que abordou a temática desde o século XIX.²

Furtado, em linhas gerais, rechaçou a possibilidade de a Inconfidência ter sido um movimento que visava à independência política do que hoje se delinea como o Brasil. De acordo com suas análises, se a Inconfidência não foi mais um dos tantos motins acontecidos em território mineiro ao longo do setecentos, o que os inconfidentes poderiam buscar era a emancipação da Capitania de Minas Gerais. Até a aventada união com o Rio de Janeiro e São Paulo foi posta de lado pela fragilidade dos argumentos dos historiadores que defendem essa posição; e quando levou em consideração as investigações da devassa implementada pelo vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, e que indiciou apenas moradores da Capitania de Minas, sendo somente dois da Capitania do Rio, mas inocentados ao fim do processo (FURTADO, 2002).

Outro ponto destacado por Furtado faz menção às características mais comuns aos inconfidentes de Minas, e como eles foram denominados com o passar do tempo e pela “historiografia de referência”. A Inconfidência já teve o rótulo de complô de letrados, trama de burocratas e intelectuais, teve seu ponto de ação restringido à Vila Rica e seus oligarcas, e que seus membros formavam um grupo homogêneo, bastante coeso. Entretanto, Furtado demonstrou que as rotulações mencionadas estão incorretas e que, embora uns poucos membros da conjura tenham tido acesso à universidade, outros podiam ser considerados de poucas letras (FURTADO, 2002, p. 101-2). Ao analisar alguns dados referentes aos bens sequestrados dos conjurados, Furtado organizou alguns gráficos e tabelas com os quais quis evidenciar as incorreções dos historiadores criticados por ele. Assim, se

cotejarmos com o tratamento dado pela historiografia consagrada sobre o tema, algumas observações poderão se revelar bastante pertinentes à revisão dos estudos sobre o tema da Inconfidência Mineira, sobretudo no que tange à comprovação da heterogeneidade do espectro socioeconômico de seus protagonistas. O item que congrega o maior número de inconfidentes segundo suas principais profissões/ocupações econômicas é o das atividades agropecuárias, que envolvem 50% dos membros da amostra. Do ponto de vista puramente estatístico, não se trata, portanto, de um complô de ‘burocratas e intelectuais’ (os burocratas são apenas 29% e os ‘intelectuais’, 33%), nem de um levante de mineradores e oligarcas endividados (são apenas 37% os mineradores, mas, destes, 66% são também credores), como quer Maxwell. A Inconfidência estaria mais para um levante de fazendeiros (50%) e profissionais liberais *avant la lettre* (70%) e, ainda, com forte

² João Pinto Furtado tratou em seu trabalho como historiografia de referência os livros de Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1873), Lúcio José dos Santos (1927), Kenneth Maxwell (1973) e Márcio Jardim (1988).

enraizamento social (58%) na região de maior vitalidade e diversificação econômica, a Comarca do Rio das Mortes.

Note-se também que o grande número de patentes militares de regimentos auxiliares – 37% - não deve implicar a conclusão, como explicitam Kenneth Maxwell e Márcio Jardim, de que o movimento estava francamente disseminado em meio à ‘tropa’, concebida por esses historiadores sem considerar as especificidades que distinguem regimentos auxiliares, mais sujeitos à autoridade local, dos regimentos da tropa paga, profissionalizada e disciplinada pelo Estado português (FURTADO, 2002, p. 102).

Outra análise interessante empreendida por Furtado faz referência à possível forma de governo que os inconfidentes adotariam caso tivessem êxito, e se o fim fosse mesmo uma separação frente a Portugal. Como todos os vassalos de D. Maria I, os inconfidentes viviam realidades características do Antigo Regime, pensar de outra forma seria incorrer em anacronismo. Especialmente Luís Vieira da Silva, Cláudio Manuel da Costa e Manuel Rodrigues da Costa, três dos membros da conjura que tiveram maior número de livros sequestrados durante o processo judicial, certamente estavam entre as mentes mais brilhantes da Capitania e, portanto, cientes do modo ibérico de governança, mas também conhecedores de algumas obras do Iluminismo. O ponto máximo de representação a que os portugueses, fossem os do Reino ou os da América, tinham acesso era por meio das Câmaras Municipais. Não havia demanda nem pensamentos por liberdade ou democracia, sobretudo os *homens bons* tinham a seu alcance a representação perante seu rei. Portanto, apesar do contato de alguns dos inconfidentes com o livro do abade Raynal, com o *Recueil* e o *Espírito das leis*,³ “[...] o principal título desse autor [Montesquieu] foi citado no seqüestro dos bens do cônego Vieira, inconfidente de reconhecida erudição e propalada ascendência intelectual sobre os demais sediciosos [...]”, é provável que tais obras servissem como objeto de contraposição à realidade mineira ao invés de um manual a ser seguido pelos “revolucionários” (FURTADO, 2002, p. 152-3).

Desse modo, a república apregoada por muitos como a forma de governo a ser adotada pelos conjurados poderia ser apenas uma forma de governo justo, legalmente constituído, baseado no autor romano Cícero (*De Republica*), e não necessariamente a forma de governo que antagonizaria com a monarquia. Ou então essa república poderia ser uma filtragem das ideias de Montesquieu, principalmente no tocante a ser um governo que deveria

³ O abade Guillaume-Thomas François Raynal que publicou em 1770 a *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des europeens dans les deux Indes*. O *Recueil des lois constitutives des colonies angloises, confédérées sous la dénomination d’États Unis de l’Amérique Septentrionale*, foi um livro elaborado com um esboço das leis do que viria a ser a constituição dos Estados Unidos da América. E o *Espírito das leis* se refere ao livro de Montesquieu.

se inserir em um território pequeno, porém sem abranger o pensamento de igualdade e de leis pautadas na vontade popular; antes se voltaria às já existentes Câmaras Municipais como uma forma já reconhecida de representação política. Pelo que se depreende do estudo de Furtado, a pesquisa realizada nos *Autos de sequestro* e junto aos depoimentos, não há indícios de que um sistema político inspirado na soberania dos povos – como a república se delinearía ao longo do século XIX e cujo maior expoente eram os Estados Unidos da América – e na democracia fosse se adequar às realidades do setecentos mineiro (FURTADO, 2002, p. 153-58).

As apropriações da Conjuração Mineira

Mesmo após os 222 anos da sentença que condenou alguns dos conjurados mineiros ao degredo em terras africanas de possessão portuguesa, e à morte o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o movimento insurrecional acontecido em Minas Gerais nos anos de 1788-9 e conhecido como Conjuração ou Inconfidência Mineira não tem coesão do ponto de vista historiográfico. Ainda hoje, vemos duas correntes historiográficas principais que abordam o tema: uma delas segue a linha de que os inconfidentes teriam pouca expressividade durante o século XIX, desconsiderando-se ou se desconhecendo a produção literária e da imprensa de então sobre a temática – esta corrente é formada basicamente por um estudo de Fonseca (2007, v. 2). Na outra corrente, majoritária (compõe-se pelos estudiosos Carvalho, Serelle, entre outros), alguns historiadores veem os conjurados, e especialmente o único condenado à forca, Tiradentes, como um nome cuja figura mítica, já tratado como mártir desde aproximadamente meados do século XIX, era considerado importante. Portanto, com um alto valor simbólico propagado pela imprensa, por literatos/intelectuais e políticos do ocaso do Império – fossem estes últimos monarquistas ou republicanos. Assim sendo, na sequência, analisaremos o caminhar dessas duas correntes historiográficas ao longo do século XX.

Vemos como representante da primeira corrente historiográfica a historiadora Thaís Nívia de Lima e Fonseca que, em três momentos e por meio de três trabalhos, apresentou pontos de vista um pouco distintos entre si. Destarte, em sua tese de doutorado, a autora

defendeu como um de seus objetivos compreender o processo de apropriação das representações da Inconfidência Mineira, e de Tiradentes, desde o fim do século XIX, mas sem detalhar o recorte temporal. Ademais, pretendeu entender como esse processo de apropriação funcionou como um elemento de legitimação de posições políticas a partir daquele período.

Fonseca reconheceu, ao longo de sua tese, a irritação de setores republicanos com a publicação do livro de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, em 1873, que na visão deles procurou desqualificar a imagem de Tiradentes. E que os argumentos principais de Sousa e Silva para macular Tiradentes, quais sejam, o seu ardor religioso de última hora e abandono de um civismo revolucionário, passaram a ser usados, argutamente, em favor da figura do mártir mineiro. Desde modo, Fonseca demonstrou que via na corrente republicana um claro interesse pela imagem do conjurado Tiradentes, e mais, que esse interesse havia se tornado evidente ainda em período monárquico. Foi salientado ainda, que o movimento republicano buscava em Tiradentes um elemento legitimador para atuarem no cenário político, já que eles estavam alijados da política nacional. Apesar de Fonseca (2001) dizer que foi somente com o novo regime que Tiradentes seria entronizado como herói e defensor da república, admitiu que desde a década de 1860 a memória do alferes era comemorada publicamente. E que o Clube Tiradentes, da Corte, desde 1881 combatia a Monarquia ao publicar seu jornal em favor da memória do mártir mineiro, assim como procedendo às comemorações de 21 de abril.

No segundo estudo apontado por nós da historiadora Fonseca, porém desta vez com um posicionamento um pouco diferente relativo aos conjurados mineiros do qual acabamos de tratar. Vemos nessa outra pesquisa de Fonseca que, embora ela tenha abordado mais detidamente Tiradentes no século XX, fez algumas considerações de como este inconfidente teve seu nome propagado pela imprensa no século XIX. No delineamento de seu texto foi feita uma breve análise da importância da imprensa brasileira na representação dos conjurados mineiros, especialmente Tiradentes, desde a segunda metade do século retrasado e principalmente por meio dos republicanos. Destacou-se a circulação e função do meio periodista/midiático na política de nosso país desde que o material impresso passou a estar atrelado aos assuntos do mundo político, “[...] sendo capaz de exercer influência, expressar posicionamentos, ajudando a construir ou consolidar opiniões [...]” (FONSECA, 2002, v. 22, p. 439).

A Inconfidência era um tema de vasta produção em muitos âmbitos antes de chegar à historiografia. Fonseca escreveu que o interesse diversificado atinente à Conjuração Mineira sugere fatores que vão além de um posicionamento oficial na construção da memória desta sedição. Relevou ainda que um “incipiente movimento republicano” já tinha interesse na valorização deste movimento mineiro setecentista. Além disso, a autora acredita que aspectos culturais das regiões próximas aos acontecimentos ligados à tal conjura, como a oralidade e as lendas contadas relativas aos fatos, se faziam presentes nas tradições da população ao largo do século XIX.

Ainda com Thaís Nívia de Lima e Fonseca (2007, v. 2), analisamos um terceiro trabalho, o mais recente, em que ela apresentou os conjurados mineiros com pouco apelo político durante o período monárquico brasileiro. Segundo o texto de Fonseca, mesmo fora do alcance dos políticos, os conjurados teriam feito parte da memória do povo brasileiro, especialmente da dos mineiros, durante o oitocentos. Igualmente, estiveram presentes de forma efetiva na literatura brasileira do mesmo período, levando-se em conta que variados tipos de escritos foram produzidos relativamente à Inconfidência, assim como se fizeram diversas formas de representação: como peças teatrais, poesias, contos, etc.

Ainda na esteira de Fonseca, foi ressaltado que, mesmo presentes na memória popular, faltavam lugares de memória aos inconfidentes durante o século XIX, ao passo que pela lógica do governo de então, o Estado monárquico não iria investir na memória e exaltação de um movimento que tinha tendência republicana. Concernente à política, esse posicionamento considera ínfima a utilização simbólica inconfidente no período monárquico, sendo Tiradentes o único nome manuseado, mas apenas pela ala republicana. A utilização efetiva desse imaginário teria sido feita, com algum fim político, apenas com o advento do regime republicano, em 1889. Também foi dito por Fonseca, que o vácuo existente na sociedade brasileira pelo fato de não se representar fisicamente – com estátuas, monumentos – a insurreição de 1788-9 era visível e foi sentido por quem era apenas um observador do cotidiano e de parte da história brasileira, o viajante Richard Burton. Este, em visita por Minas Gerais em 1867 teria estranhado a falta de monumentos e menções honrosas aos conjurados pelo fato deles terem – na visão do viajante britânico e de acordo com o que leu e ouviu sobre os insurretos – representado a primeira corrente emancipacionista da América portuguesa (BURTON, 1976, apud FONSECA, 2007, v. 2).

Mas Fonseca parece desconhecer a utilização dos inconfidentes pelos políticos do Império, fossem eles monarquistas ou republicanos. A autora descreveu ao longo deste estudo que somente os políticos de orientação republicana, que vieram à tona oficialmente a partir da fundação do partido Republicano, em dezembro de 1870, tiveram o interesse em usar a simbologia, a mítica que envolvia a Conjuração Mineira e seus partícipes. Os republicanos necessitavam de um elemento simbólico que unificasse todos que fossem favoráveis à República sob uma mesma bandeira e propósito, a instalação de um governo republicano. Tiradentes foi visto como um ícone de valor, um elemento mítico que poderia proporcionar a legitimidade necessária para a mudança de regime político. E o porquê disso se devia à ressonância que seu nome alcançava na sociedade brasileira de então pelos seus ideais de liberdade, de abnegação, bravura e dureza de caráter. Não obstante a necessidade dos republicanos ante o governo monárquico, a utilização de Tiradentes teria se dado com mais frequência depois da derrubada da Monarquia, mas ainda aqui, com um caráter de legitimação do novo regime.

Fonseca só citou duas exceções nesse manuseio político das figuras dos conjurados em período imperial: a primeira foi a ordem de demolição, em 1821, do padrão erguido onde se localizava a casa que Joaquim José da Silva Xavier habitava em Ouro Preto – a casa, alugada, foi demolida de acordo com a sentença de 18 de abril de 1792 – e que deveria servir como um monumento de infâmia ao alferes e a seus descendentes. A segunda e bastante emblemática se deu com a instalação de uma coluna, em 1867, com alguns dizeres relativos aos conjurados,⁴ que homenageava os membros da conjura mineira na principal praça da capital mineira, Ouro Preto, e que foi ordenada pelo então presidente da Província, Joaquim Saldanha Marinho. Essa coluna figurou na Praça da Independência, atual Praça Tiradentes até 1894, quando foi substituída pela atual coluna e estátua de Tiradentes. Apesar disso, Fonseca observou que mesmo com este ato de destaque relativo à memória da Inconfidência ter sido efetuado durante o período imperial, Saldanha Marinho que na época da instalação da coluna era Liberal, mais tarde figuraria nas fileiras do partido Republicano. A autora parece condicionar a construção e colocação daquele monumento ao fato de seu executor já ter uma provável simpatia pelo regime republicano, o que ela de fato não comprovou.

⁴ Havia na coluna de pedra uma placa com a seguinte frase: “Seus nomes infamados pelo despotismo reabilita-os à liberdade, sacra-os eternos à veneração e respeito dos homens livres de todas as nações”. Esta frase pode ser vista na nota n.º 7 do texto em questão de Fonseca.

Igualmente destacado por Fonseca foi que a imagem do alferes Silva Xavier, inconfidente que começou a ter mais destaque que os demais a partir da segunda metade do oitocentos, só teve o devido valor com o advento da República. De acordo com a autora, Tiradentes e nenhum dos outros conjurados foi utilizado politicamente pelos monarquistas, e que isto só se deu, incipientemente, por meio dos republicanos já nos anos finais do Império. Mesmo assim, esta utilização feita pelos políticos do partido Republicano se dava em decorrência da necessidade de um elemento legitimador, pois Tiradentes já era denominado ao longo do oitocentos como mártir e, às vezes, mesmo como herói. Os republicanos careciam de legitimação política para que seu projeto político tivesse uma chance de algum dia lograr êxito, assim se agarraram à imagem de Tiradentes para serem bem sucedidos.

O posicionamento descrito logo acima, no terceiro estudo de Fonseca, foi o único que encontramos em nossas leituras que contrariam o uso simbólico dos conjurados mineiros, mormente de Tiradentes, durante as décadas finais da Monarquia brasileira. No correr do texto apresentaremos diversificados estudos em torno desta temática, com a diferença que todos os autores tratados a seguir viram, em algum momento, a imagem dos inconfidentes ser manuseada com algum fim, fosse político ou apenas sociocultural, antes que a República viesse a se tornar uma realidade no Brasil. Deste modo faremos um apanhado geral da maneira como os inconfidentes foram mais abordados na História e expressaremos a nossa interpretação sobre essa questão.

Num breve estudo publicado em 2006 e que versou sobre a questão da heterogeneidade na formação da identidade nacional brasileira, Alexandre Lazzari apresentou como relevante e de caráter diferenciado os casos da regionalidade dos gaúchos e dos mineiros. Estes dois povos têm até hoje claramente em suas bandeiras as referências a um passado rebelde e heroico,⁵ sendo discutida pelo autor a utilização simbólica dos conjurados ainda sob o regime monárquico. Lazzari demonstrou em seu trabalho que a intelectualidade das Províncias do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais teve papel ativo e importante na divulgação de seus principais movimentos a favor da liberdade – a Revolução Farroupilha e a Conjuração Mineira, respectivamente – através de colégios, jornais e de livros (LAZZARI, 2006).

⁵ A referência ao passado visto como glorioso pelos gaúchos diz respeito ao brasão da república de Piratini estampado na atual bandeira do Estado do Rio Grande do Sul. Quanto aos mineiros, a alusão ao passado inconfidente foi feita na bandeira de Minas Gerais com a frase "*Libertas Quae Sera Tamen*", retirada de uma das obras do romano Virgílio; e do triângulo.

Do lado mineiro, o que nos interessa mais de perto, a propagação do que foi o movimento contestador da ordem colonial foi feita por literatos e pelos jornais. Lazzari salientou que entre os primeiros se destacou o escritor e poeta mineiro Bernardo Guimarães, que relativamente à Inconfidência escreveu obras como *História e Tradições da Província de Minas Gerais* (1872), *Maurício ou os Paulistas em São João del-Rei* (1887), além de um Hino a Tiradentes (1882). Foi distinguido também pelo autor do texto que os políticos de Minas Gerais procuravam se vincular ao passado colonial da Província, visto como glorioso por ser atrelado à história da tentativa de emancipação política perante os portugueses, nos momentos em que não havia um horizonte de expectativas favorável a eles (LAZZARI, 2006).

Mesmo que o resultado de tal pesquisa tenha se dado num simples artigo, mas não simplório, com a execução dela, Lazzari sinalizou com algo bastante significativo para nossa pesquisa, a real utilização simbólica dos conjurados mineiros ainda sob o governo do Imperador D. Pedro II. Posto que,

A legitimidade da causa dos inconfidentes já estava oficialmente reconhecida, portanto, quando os republicanos de Minas Gerais adotaram a memória do movimento como uma estratégia da sua propaganda. Restava divulgar a imagem do mártir Tiradentes como um exemplo de civismo e sacrifício heróico de um mineiro pela liberdade. Isso foi realizado intensamente pela imprensa e por literatos, ainda antes que surgisse um jornal republicano [] (LAZZARI, 2006, p. 6).

O trabalho de Lazzari mostrou também como os segmentos literários e jornalísticos podiam influenciar toda uma geração, uma sociedade. Ainda que se saiba que a população brasileira da segunda metade do século XIX fosse majoritariamente analfabeta, vê-se que hábitos antigos de leitura coletiva ainda faziam parte do cotidiano brasileiro em fins do oitocentos, e por isso se assinalou a importância dos meios impressos na difusão de ideias político-ideológicas naquele período.

Todavia, o principal expoente da historiografia brasileira com que trabalhamos em nossa pesquisa e que pode ser adequado à segunda corrente que aqui analisamos, sendo um contraponto ao que representa o estudo de Fonseca, consta no livro de José Murilo de Carvalho que tratou das questões alusivas à República e a seus elementos míticos de origem. Do mesmo modo, n’*A formação das almas* se apontou para a difícil formação do panteão cívico brasileiro, responsável pela legitimação do regime republicano brasileiro (CARVALHO, 2001).

Nesta obra, Carvalho apontou a dificuldade em se encontrar/construir um herói para o regime republicano, e isso seria perceptível pela luta que existiu em torno do mito de origem da República. Em muitos momentos os homens que estiveram à frente do movimento republicano brasileiro, ainda durante o período monárquico, se depararam e viram no imaginário da Inconfidência Mineira a resposta a seus anseios por legitimação política e social. Apesar dos muitos problemas políticos vivenciados nas décadas de 1870-80, a Monarquia não tinha problemas do ponto de vista institucional/legal e ainda tinha algumas figuras que poderiam resguardar a vitalidade do regime em termos simbólicos, como o fundador do Império, D. Pedro I, além dos grandes nomes da guerra contra o Paraguai: Tamandaré, Caxias e Osório, heróis militares. Já os republicanos careciam de uma figura que proporcionasse um imaginário que tivesse um peso relevante na história nacional e propiciasse a eles o que ainda não tinham conseguido, legitimidade para pleitear o poder. Era essencial que os republicanos buscassem um herói, pois heróis

[...] são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos (CARVALHO, 2001, p. 55).

O movimento republicano, que crescia à custa da decadência da Monarquia em suas décadas finais, precisava mais do que a insatisfação da elite e do povo brasileiros em relação ao monarca e seu governo para evitar o Terceiro Reinado, necessitava de um unificador, de um símbolo que fosse o representante da nação brasileira.

Carvalho apontou em sua obra para os arranjos que os republicanos, já durante a República, tentaram fazer para que o novo regime tivesse apoio da população, afinal sua implantação não teve conotação popular, não tendo passado de “uma passeata popular”. Nos regimes sem profundidade e participação popular, a figura do herói é ainda mais importante que em regimes nos quais os heróis surgiram de forma quase espontânea. O elemento simbólico no primeiro caso, e que pode ser comparado ao que aconteceu na troca de regimes políticos em 1889, se faz muito importante.

Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado (CARVALHO, 2001, p. 55).

Todavia, o governo republicano fez tentativas de transformar os envolvidos na dissolução da Monarquia e implantação da República em heróis. Os participantes com mais destaque – o marechal Deodoro, o coronel Benjamin Constant e o marechal Floriano Peixoto – no golpe, proclamação e manutenção do regime tiveram seus nomes atrelados à vontade e à necessidade governamental de se instituir um novo panteão cívico que desse respaldo social ao novo regime. Apesar de essas figuras terem tido alguma importância e/ou projeção nacional devido à instituição da República e na luta por ela, a “revolução” responsável pela mudança nas diretrizes políticas do país teve pouca profundidade popular e diminuta densidade histórica para que pudesse produzir mitos para o novo regime. Aqueles nomes não tinham o apelo necessário para comporem o mais alto posto simbólico da história da nação, eles não eram vistos como heróis.

Com a dificuldade do novo governo em promover a heróis os participantes do 15 de Novembro, voltou-se então para uma figura há muito conhecida dos republicanos: Tiradentes. Assim:

Os clubes republicanos do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e, em menor escala, de outras províncias vinham tentando, desde a década de 1870, resgatar sua memória. Já em 1866, quando presidente da província de Minas Gerais, Saldanha Marinho, futuro chefe do Partido Republicano no Rio, mandou erguer-lhe um monumento em Ouro Preto. Em 1881, houve no Rio de Janeiro a primeira celebração do 21 de abril (CARVALHO, 2001, p. 57).

Os membros da Conjuração Mineira aparecem descritos em nossa história desde a passagem do século XVIII para o XIX, mas sob a pena de autores estrangeiros, como George Stauton, Robert Southey, Charles Ribeyrolles, entre outros. A Conjuração era um movimento que já estava muito difundido entre os brasileiros, mas principalmente junto aos mineiros. Primeiro pela tradição oral passada de geração em geração, mas também por meio dos literatos, da imprensa e posteriormente da historiografia – além, é claro, desses escritores estrangeiros que retrataram alguns aspectos da história nacional.

Ainda que os republicanos dos últimos decênios do regime monárquico tivessem focado na figura de Tiradentes para alcançarem seus objetivos e conseguirem um elemento que desse coesão ao movimento republicano e uma legitimidade vindoura, os monarquistas utilizaram outros membros atrelados à sedição mineira de 1788-9. Contudo, os monarquistas tinham o privilégio de escrever e divulgar suas ideias e suas histórias referentes à Conjuração Mineira de dentro de uma instituição quase oficial, que tinha como patrono o Imperador D. Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com o auxílio da revista desta

instituição se produziu muitos escritos sobre a Conjuração, alguns em forma de poesia, outros com caráter mais próximo à História. Porém esses escritos faziam menção, na maioria das vezes, aos conjurados considerados os líderes pelos monarquistas: Claudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga. Tiradentes era tido como figura secundária nos planos da Inconfidência.

As nuances na utilização simbólica da Conjuração, que variavam mediante a vertente pró-monárquica ou pró-republicana, contavam ainda com outros ingredientes de disputa simbólica. Ainda que a Conjuração pudesse ser utilizada pelas duas partes, na segunda metade do século XIX houve intensas disputas entre as imagens de D. Pedro I e de Tiradentes, aquela promovida pelo governo e esta um símbolo dos republicanos. Com o tempo esses atritos se tornaram emblemáticos nas lutas entre a Monarquia e a República (CARVALHO, 2001, p. 61).

Entretanto, os monarquistas tinham certo problema em elevar a memória da Inconfidência Mineira, mesmo que fosse restrita à dos membros mais alinhados à aristocracia imperial, como Claudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, e que eram também considerados intelectuais. A dificuldade aumentava caso o nome utilizado fosse o do alferes Joaquim José da Silva Xavier. Como o governo de então era a continuação do governo português, pois a monarquia bragantina ainda se achava no trono brasileiro, tornava-se extremamente árdua qualquer tipo de iniciativa governamental no sentido de se exaltar a Inconfidência sem se autocriticar, posto que a rainha que ordenou as condenações aos inconfidentes era bisavó do atual Imperador (CARVALHO, 2001, p. 59).

Havia outros nomes que os republicanos poderiam lançar mão na busca de sua legitimação, como os participantes da revolta Farroupilha e/ou os membros da Confederação do Equador. Ambos os movimentos eram conhecidos nacionalmente e tinham capacidade de exercer influência dependendo da empresa a que eles fossem correlacionados. Entretanto as duas revoltas apresentavam alguns entraves nesse sentido. Ainda que tivessem expoentes como Bento Gonçalves e frei Caneca, respectivamente, os dois levantes tiveram intensos confrontos, houve mortes, e um agravante para a questão, tiveram, em algum momento, vias separatistas. Para um movimento que se pretendia nacional e que ainda carecia de ícones que o elevassem ao nível de poder competir com o regime monárquico, como era o caso do republicanismo brasileiro nos anos 1870-80, estar ligado a elementos simbólicos que não

remetiam à unidade da nação não era interessante nem saudável ao partido (CARVALHO, 2001, p. 67).

Assim, sem concorrentes à altura na questão mítico-simbólica para fins de representações, os conjurados mineiros congregavam as duas tendências políticas do período em questão: as correntes monárquicas e republicanas. De uma maneira geral, os inconfidentes eram elementos que uniam e que tinham boa receptividade no seio da população, mas dentre eles o que mais ganhava projeção era Tiradentes. Não obstante o alferes ter a simpatia de grande parte da população devido a sua busca pela liberdade da pátria – ainda que tema controverso –, como também por ter pagado com a vida por esta aspiração, um novo chamariz relativo a sua personalidade foi fundamental na consolidação de sua imagem como mártir e herói da nação: o ardor cívico-religioso.

Esta característica foi atestada por Sousa e Silva em *História da Conjuração Mineira*. O historiador e sócio do IHGB foi apontado por muitos como aquele que quis denegrir a imagem de Tiradentes, assim como deslocar a liderança da Inconfidência para Tomás Antônio Gonzaga. Em 1860 Sousa e Silva encontrou nos arquivos da Secretaria de Império, na qual era chefe de seção, os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Mas para a escrita da *História da Conjuração Mineira* utilizou também outras duas fontes da época da condenação dos conjurados: *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro – desde o dia 17 até 26 de abril de 1792*, obra anônima; e a obra do frei Raimundo de Penaforte: *Últimos momentos dos inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão*. Entre as pesquisas e análises das fontes, até se chegar à publicação do livro, Sousa e Silva levou 13 anos. E a fez às pressas, no intuito de que seu livro pudesse ofuscar a propaganda republicana que começava a se apropriar de Tiradentes (CARVALHO, 2001).

Como historiador Sousa e Silva realizou pesquisas de grande relevância, pois usou todos os vestígios que restavam da Conjuração Mineira para elaborar sua obra. Porém a recepção a seu livro foi conturbada. Consoante com o que encontrou nas três fontes relativas aos inconfidentes, Sousa e Silva retratou um Tiradentes com participação modesta na tentativa de levante mineiro, era um personagem secundário. Mais que revelar ao público o aspecto pouco importante do alferes Silva Xavier na conjura, o autor de a *História* atacou o herói dos republicanos naquilo em que mais era sublimado, o fato de ter morrido por um ideal grandioso, de ter assumido sozinho a culpa pela conspiração e de ter sido enforcado como

mártir, como herói. Mas conforme Sousa e Silva, o frade que assistiu Tiradentes em seus momentos finais até o enforcamento, apontou que o condenado havia morrido contrito do que tinha cometido, e que morria de forma piedosa e cristã. O “[...] ardor patriótico teria sido substituído pelo fervor religioso [...]”, e com o terço nas mãos e de modo a perdoar seu carrasco, Tiradentes assumia atitudes semelhantes às de Jesus Cristo antes da crucificação. Ademais, “[...] tinha escolhido morrer com o credo nos lábios em vez de o fazer com o brado de revolta – viva a liberdade! [...]” (CARVALHO, 2001, p. 63).

A caracterização de Tiradentes que vinha sendo delineada na *História da Conjuração Mineira* desqualificava o alferes, condenado a forca, como mártir daquela sedição. Mais que isso o inabilitava ao posto de herói dos republicanos ou de quem quer que desejasse se apropriar de sua representação. Mas se a intenção de Sousa e Silva era de desqualificar Tiradentes como mártir de uma possível busca pela liberdade, seu intento não obteve o efeito esperado. Como o propósito da Inconfidência Mineira não chegou às vias de fato, não gerou embates nem mortes; por Joaquim José da Silva Xavier ter sido enforcado pela opressão da Coroa portuguesa e assim ter morrido junto com o sonho de liberdade de sua terra e de seu povo; somado à forma como morreu, assumindo claramente o exemplo de Cristo e, da mesma forma que este, traído por um de seus companheiros; Tiradentes teria morrido como um religioso de fervor. Essas características elevavam a Conjuração a um nível acima de todas as outras “revoluções” que tiveram lugar em território brasileiro, pois fazia dela um movimento que só não foi adiante devido à traição e ao sufocamento da metrópole. Do mesmo modo, um de seus membros mais proeminentes foi um homem que de patriota ardoroso se tornou um grande devoto de Cristo. Para uma sociedade intensamente religiosa, como era o caso do Brasil do oitocentos, esse fator era de relevância ímpar, e foi o fator decisivo na elevação de Tiradentes a herói da nação brasileira.

O livro de Sousa e Silva recebeu muitas críticas dos republicanos, que não acreditavam que a imagem passada por este autor a respeito de Tiradentes poderia ter advindo de um historiador isento em sua escrita sobre a Conjuração.

Sua isenção era muito discutível, pois era funcionário público, monarquista convicto, amigo dos principais políticos do Império [...] O próprio secretário do Instituto, cônego Fernandes Pinheiro, escreveu que Norberto quis com o trabalho ‘render sincera homenagem ao excelso príncipe em cujo reinado pode fulgir a verdade em todo o seu esplendor’ (CARVALHO, 2001, p. 62-3).

Mesmo tendo utilizado vestígios históricos para escrever seu livro, Sousa e Silva foi muito criticado por alguns trechos que minimizavam a importância de Tiradentes. Além de ser acusado de tomar partido, uma vez que ele era monarquista e intencionalmente teria diminuído a figura de Tiradentes, já almejada pelos republicanos. Márcio de Vasconcellos Serelle analisou essas críticas e disse que muitas delas se deveram ao fato de Sousa e Silva ter escrito muitos textos literários ao longo de sua vida, antes de se dedicar a escrever a história da Inconfidência Mineira, mas também por ter desprezado a figura de Tiradentes, aparentemente, em prol da Monarquia. Comentou ainda que o vice-presidente do IHGB se defendia das críticas ao dizer que seu livro não era um romance, mas sim um relato histórico, numa clara tentativa de desvincular a História da literatura. Haveria ainda desconfianças em torno da *História da Conjuração Mineira* por seu autor estar ligado ao IHGB e a Dom Pedro II, patrono da instituição (SERELLE, 2002).

Já Armelle Enders realizou um estudo onde apontou as formas pelas quais se procedeu no Brasil, em especial sob o Segundo Reinado, a tributos às pessoas consideradas de relevo desde os anos 1500. Os historiadores, biógrafos e literatos trataram esses grandes nomes, figuras eminentes da história nacional por meio de livros, publicações em revistas e da imprensa, a fim de se proceder a uma educação cívica que inspirasse os jovens, mas também para que esses brasileiros ilustres tivessem seus nomes imortalizados. Enders evidenciou também como esses grandes vultos nacionais e de pessoas que “serviram no Brasil e ao Brasil” eram analisados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante o século XIX. Mostrou-nos que a revista deste instituto lidava com os personagens de destaque na história do Brasil, principalmente através de biografias.

No que diz respeito à nossa pesquisa, Enders demonstrou que a Inconfidência Mineira não poderia ficar de fora desse processo de conscientização e preservação dos grandiosos nomes nacionais pelo peso que tinha na história do país. Na mesma linha que Carvalho (2001), Enders mostrou que a Conjuração foi abordada pelo IHGB de maneira a se enaltecer os aristocratas e poetas Tomás Antônio Gonzaga, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Cláudio Manuel da Costa como seus principais participantes. E foi a este inconfidente que se imputou a liderança da sedição mineira e se prestou homenagens no centenário de sua morte, em quatro de julho de 1889. Tiradentes foi deixado de lado nas representações da revista do IHGB por não ser digno de ser representado nem de ser biografado pela instituição cujo protetor era o Imperador. Enders disse também que quando Joaquim Norberto de Sousa e Silva publicou seu livro referente à Conjuração Mineira, tentou tirar das mãos dos

republicanos e pôr nas dos monarquistas a exclusividade do manejo do ideário da Inconfidência (ENDERS, 2000, v. 14, p. 50).

A Inconfidência dividia monarquistas e republicanos que buscavam, da melhor forma, sua representação. Enders evidenciou que os primeiros, inclusive por meio do IHGB, enalteciam os membros mais elitizados da conjura mineira; enquanto que os pertencentes ao segundo grupo se utilizavam da imagem de Tiradentes. No entanto, havia outra simbologia de deferência ao longo da segunda metade do século XIX e que rivalizaria com a dos conjurados mineiros: D. Pedro I. A iconografia relativa ao primeiro Imperador brasileiro vinha desde a década de 1820, mas depois de sua abdicação, em 1831, ela decaiu bruscamente. Alguns defensores, “[...] como Manoel de Araújo Porto Alegre em 1838, ou José Clemente Pereira em 1844, em vão relançam [a] idéia. Outras propostas fracassam igualmente diante do Senado da Câmara Municipal [...]”. Porém ressurgiu com força nos anos 1850 quando alguns sócios do IHGB e membros da Câmara Municipal da Corte coadunaram esforços no sentido de perpetuar em bronze e mármore a figura do fundador do Império Brasileiro (ENDERS, 2000, v. 14, p. 56).

Assim, em 30 de março de 1862, a estátua equestre de D. Pedro I foi inaugurada na Praça da Constituição, local do enforcamento de Joaquim José da Silva Xavier em 21 de abril de 1792. A escolha desse local gerou muitos conflitos nos anos que precederam seu descerramento e mesmo após ele. Segundo a autora foram os liberais quem perceberam a problemática que envolvia a edificação da estátua do Imperador no mesmo local onde o alferes, cuja luta pela liberdade havia sido malograda, foi executado. Essa questão se tornou uma batalha simbólica nos anos finais do Império e nos iniciais da República. “Tiradentes e dom Pedro I encarnaram durante muito tempo duas memórias e duas filosofias políticas antagônicas, antes de serem colocados, ecumenicamente, cada um em um nicho do calendário cívico” (ENDERS, 2000, v. 14, p. 58).

Ainda que não utilizemos diretamente a literatura e suas imbricações com a escrita da História em nosso trabalho, não podemos negligenciar que durante o século XIX alguns gêneros literários trataram mais de perto alguns temas que, a priori, seriam de competência histórica. Ao longo de sua tese de doutorado, Márcio de Vasconcellos Serelle levantou a discussão se haveria uma exclusividade da História em relação à utilização de fontes históricas. Não nos interessa tratar dessa questão na pesquisa que se segue, e por isso não entraremos nesse mérito. Contudo, à guisa de exemplos, vamos mostrar o que Serelle analisou

relativamente a alguns autores do século XIX no sentido de obter uma melhor compreensão sobre tal utilização, visto que como esboçou em seu trabalho, o uso de fontes históricas foi comum no estilo literário denominado Romantismo.

Dentre algumas obras sobre ou relacionadas à Inconfidência Mineira foi citado o livro *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga. Boa parte deste livro foi escrito no cárcere, sendo o primeiro cujo tema tratou da Conjuração. O livro foi editado em Lisboa em 1792, contudo seu ordenamento não foi feito pelo autor, mas sim pela editora. No Brasil o livro só foi publicado em 1810. Serelle citou os primeiros autores que escreveram sobre a Conjuração Mineira: George Stauton (1797), Robert Southey (1810-19) e John Armitage (1836). Essas obras foram consideradas pelo autor como mais relacionadas ao gênero histórico que a qualquer outro. No entanto, a Inconfidência teria sido retratada mais pela literatura que pela História ao longo do oitocentos. Desta forma, o autor indicou que muitos literatos escreveram sobre a conjura durante o século XIX, e dentre os de mais destaque ressaltou Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, Bernardo Guimarães e Castro Alves. Todavia, o primeiro a escrever sobre a insurgência mineira de 1788-9 foi o fluminense Teixeira e Sousa, representante do Romantismo e cuja obra se intitula *Gonzaga ou a revolução do Tiradentes*, publicada em duas edições (1848-51) (SERELLE, 2002).

Serelle acredita também que teria sido na literatura que se cunhou pela primeira vez a referência de Tiradentes à imagem e ao martírio de Jesus Cristo. Com a obra *Gonzaga ou a revolução de Minas*, Castro Alves dedicou um título ao “Cristo da multidão”. Porém, as primeiras associações entre Tiradentes e a história bíblica ocorreram ainda no século XVIII por meio do texto *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas*, obra anônima.⁶ E na obra escrita pelo frei Raimundo de Penaforte: *Últimos momentos dos inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão* (SERELLE, 2002, p. 200-1). A utilização da comparação entre personagens numa acepção à história bíblica, como na correlação entre Tiradentes e Jesus Cristo foi feita também entre Joaquim Silvério dos Reis e o apóstolo traidor, Judas. A busca de uma aproximação – no texto literário – entre os personagens da sublevação mineira à semelhança da história bíblica foi realizada para se obter uma maior percepção do leitor para o texto, além de se passar uma ideia mais formal da narrativa (SERELLE, 2002, p. 52-3).

⁶ Título completo: *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro – desde o dia 17 até 26 de abril de 1792.*

Foi igualmente importante e apontado por Serelle, na propagação da Conjuração Mineira como um movimento literário e histórico bastante difundido entre os leitores da segunda metade do oitocentos, os textos de Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1861), Bernardo Guimarães (1871) e Raimundo Correia (1882).⁷ Os contos destes três autores giram em torno do imaginário mineiro que se criou com o possível sumiço da cabeça do mártir, exposta em Vila Rica. O tema despertou muitas lendas e curiosidades a respeito do que haveria acontecido com a cabeça de Joaquim José da Silva Xavier (SERELLE, 2002, p. 150).

Após ter elencado alguns títulos publicados durante o século XIX e que diziam respeito à Inconfidência, Serelle deu relevo à *História da Conjuração Mineira*, trabalho de Joaquim Norberto de Sousa e Silva editado em 1873. A distinção dada a este livro se deu por ter sido o primeiro propriamente pertencente ao gênero histórico. Indicativo dessa aproximação com a História está nas características de pesquisa de Sousa e Silva, que utilizou três fontes de valor único: os *Autos da Devassa*, *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas* e *Últimos momentos dos inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão*. A primeira foi encontrada por Sousa e Silva na Secretaria de Estado do Império e as duas seguintes são contemporâneas aos acontecimentos de 1792.

As representações feitas sobre a Inconfidência e Tiradentes fizeram parte das experiências sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira desde o século XVIII. Por tal razão, a utilização do mito de Tiradentes feita pelos republicanos não se fez no vazio, a partir do nada. Toda apropriação do alferes que visava a representações com fins positivos tinha ressonância junto à população. Isto se devia ao fato dele já estar presente no imaginário brasileiro, principalmente pelas lendas que envolviam seu enforcamento e o que havia acontecido com as partes de seu corpo, divididas pelos caminhos da Capitania de Minas Gerais. Assim, Silva Xavier já era considerado um símbolo, tendo “[...] sido elemento de suporte a uma determinada construção historiográfica e a projetos e posicionamentos políticos desde as últimas décadas do século XIX”. Desta forma Tiradentes se tornava o personagem mais popular da história nacional e mesmo um mito da política. Foi muito usado pelos republicanos, mas não apenas por eles. As diversas representações feitas de Tiradentes foram construções, algumas delas com caráter quase espontâneo, enquanto que algumas outras foram manipuladas (FONSECA, 2002, p. 2 e 3).

⁷ Os textos respectivamente: “A cabeça do Mártir”; “A cabeça do Tiradentes”; e “A cabeça de Tiradentes”.

Fazendo um acréscimo que achamos necessário no que é atinente à propagação da imagem inconfidente e no que dela poderia decorrer, atentamo-nos para a questão relativa à legitimação do poder se encontrar no cerne do que toca ao imaginário social. Posto que nenhum poder emana de si próprio nem se deduz de algum princípio, é necessário que ele seja legitimado. Desta forma, a origem de onde provém a legitimação do poder é muito relevante e tão importante quanto o imaginário que ele se apropria. Em algumas utilizações de mitos na historiografia em que se impõe ou é imposta a introdução de um elemento mítico, estabelece-se igualmente sua autonomia, tendo constituído um sistema coerente e completo. O mito não necessita de outro tipo de legitimidade senão sua própria existência num dado sistema, que já constitui sua afirmação. As funções atribuídas ao mito podem variar no correr do tempo dependendo das vicissitudes dos debates ideológicos e/ou políticos (GIRARDET, 1987, p. 11-2).

Não obstante, os mitos não se limitam a ser de um tipo apenas e podem se caracterizar como sagrados, políticos, etc. Todavia, de qualquer tipo que eles sejam, estão ligados a um passado que não necessariamente pode ser comprovado de forma documental, isto é, que necessariamente foi real. Ainda assim conservam, no presente, valores explicativos desse passado, mesmo que estejam ligados a fabulações. Desta forma, os mitos são, assim como os sonhos, vistos em sucessão, em dinâmicas de imagens, e dificilmente são encerrados em contornos precisos, abarcados de forma completa, definitiva. Isso também faz com que eles adquiram característica polimorfa (GIRARDET, 1987, p. 13 a 15).

Além disso, o mito pode se prestar a diferentes objetivos e propostas, visto que oferece variadas significações. “Significações não apenas complementares, mas também freqüentemente opostas.” É o que Raoul Girardet (1987, p.15) chama de dialética dos contrários, já que além de polimorfo, o mito pode ser também ambivalente. Desta maneira, um mito pode atender a interesses de um grupo ou de outro.

Há muitas formulações em torno dos mitos, contudo, nenhuma delas parece de fato esgotá-las por completo. Dessa forma, deu-se uma ampla utilização à imagem dos conjurados de Minas Gerais, posto que podiam proporcionar uma plasticidade bastante abrangente, mesmo que para fins completamente distintos (GIRARDET, 1987, p. 13 a 15).

De acordo com Fonseca, vemos que as primeiras obras que diziam respeito à Inconfidência foram elaboradas num momento de intensas disputas entre monarquistas e republicanos. A principal delas que tratou da conspiração, *História da Conjuração Mineira*,

que pode ter menosprezado a imagem de Joaquim José da Silva Xavier, já era adotada pelos republicanos e vinha sendo deveras exaltada em algumas publicações romanescas e da imprensa.⁸ Destaca-se ainda que as obras que se seguiram a este livro de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, fossem ligadas à História ou à literatura, buscavam dissipar as dúvidas da insurreição mineira de 1788-9. Em geral, essas pesquisas estavam atrás de uma “verdade” sobre a Conjuração e para isso buscavam suas principais fontes: os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. À medida que muitos desses escritos eram publicados, seus autores tentavam mostrar a conjura de Tiradentes como aspiradora à independência nacional, como um movimento de elevadíssimos valores; assim como trataram de pôr o alferes Silva Xavier no altar cívico nacional, local de onde Sousa e Silva teria tentado, na visão de muitos críticos, retirá-lo.

*

Com a série de cinco autores apresentados até aqui, pudemos vislumbrar que apropriações e utilizações simbólicas da Conjuração Mineira, em particular de Tiradentes, foram feitas durante o governo monárquico e em diversificados meios impressos, como o jornalístico, que mais nos interessa. Dentre esses seis, o autor que merece mais destaque é Carvalho, que tem um trabalho mais consolidado sobre o assunto e que soube expor com mais clareza a já reconhecida oficialidade da causa inconfidente sob o reinado de D. Pedro II. Os dados referentes a essa tendência historiográfica indicam que nosso posicionamento se encontra parelho a ela, visto que nossas fontes, até o momento, também sinalizam nessa direção. Em contraponto a esta tendência identificamos apenas o estudo de Fonseca (2007), que curiosamente tem três trabalhos cujo tema é a Inconfidência, porém o mais recente vai em direção da exclusividade do manuseio inconfidente após o regime republicano.

⁸ Joaquim Norberto de Sousa e Silva era funcionário da Secretaria de Estado do Império e encontrou os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, o que provocou grande rebuliço na década de 1870. Em 1873 publicou um livro de cunho histórico, o primeiro sobre a temática, denominado *História da Conjuração Mineira*.

Depois de termos esmiuçado parte da bibliografia referente à Conjuração Mineira, donde se percebe que dos sete estudos levados em consideração apenas um demonstra desconhecimento do uso simbólico dos inconfidentes em período anterior ao estabelecimento da República no Brasil, deixa fortalecido nosso pressuposto da real utilização de Tiradentes e seus companheiros por políticos e periodistas nas décadas de 1870-80. A Conjuração foi e é um movimento que desperta o interesse de historiadores, mas também de pessoas de quaisquer meios. Tal qual tem a sua “popularidade” nos diversos segmentos da sociedade, não poderia ser de outro modo sua difusão, deste modo existem centenas de livros, artigos, poemas, contos, etc., relacionados ao tema. E como não dispomos de tempo hábil para a leitura e análise de tão extenso repertório, selecionamos o que era de nosso conhecimento e o que tinha mais pertinência historiográfica.

Ressaltamos a importante constatação obtida que dos seis trabalhos que analisamos no correr do texto dão amostras de que houve apropriações e tentativas de se utilizar simbolicamente as imagens dos conjurados mineiros no período citado acima. Nossa pesquisa, que tem o intuito de comprovar o manuseio desses mineiros por meio da imprensa e por políticos dos três partidos durante as duas últimas décadas sob o regime monárquico, dá mostras de estar na direção correta.⁹ Apesar de sentirmos estar em harmonia com parte majoritária da historiografia condizente à Inconfidência, sabemos que não podemos nos basear apenas na ciência histórica para a realização de uma pesquisa.

Nosso estudo tem uma característica peculiar em relação aos trabalhos vislumbrados durante o texto, pois, diferentemente deles, foca na imprensa das cidades mineiras de Ouro Preto e São João del-Rei, entre os anos de 1877 e 1889. Nos capítulos seguintes veremos como os inconfidentes foram representados por seis jornais mineiros, três de cada uma das cidades mencionadas. Da mesma maneira, veremos como eles propalavam o ideário da Inconfidência com fins políticos, já que eram órgãos dos três partidos da época. Devido a esta originalidade na forma de se abordar tal temática nos faz depender exclusivamente dos vestígios jornalísticos, do recorte cronológico em questão, que chegaram até nós para que possamos constatar ou não a utilização mítica e simbólica dos inconfidentes, e que foi engendrada pelos periodistas e políticos na fase final da Monarquia.

⁹ Obviamente que nem todos os conjurados haviam nascido em Minas Gerais, alguns deles nem nasceram na América portuguesa.

Capítulo 2: O contexto regional e as condições que levaram ao uso político dos conjurados mineiros

Desde o início do século XVII, muitos bandeirantes paulistas, também chamados de sertanistas, partiam principalmente de São Paulo e de Taubaté em busca de riquezas minerais nos sertões brasileiros. Algumas das entradas empreendidas por esses bandeirantes eram oficiais, com cartas régias da Coroa portuguesa que os incentivavam a este fim; e outras tantas semioficiais. A Coroa prometia prêmios e honrarias aos sertanistas que descobrissem metais preciosos. Dessa maneira ocorreram muitas explorações em fins do século XVII nos sertões mineiros. Diversos sertanistas “[...] devassaram o interior, abriram caminhos, prepararam a descoberta do ouro a partir do século XVIII, em Minas Gerais [...]”. Várias dessas entradas que levavam ao sertão mineiro convergiam de São Paulo de Piratininga e eram rotas que muitos bandeirantes percorriam em busca de tesouros lendários (HOLANDA, 1989, p. 294).

Das expedições mais importantes saídas de São Paulo em direção ao interior mineiro, esteve a que foi intentada pelo bandeirante Fernão Dias Pais, iniciada em julho de 1674. Do ponto de vista das descobertas de riquezas minerais, esta diligência foi bastante improdutiva, entretanto, foi importantíssima pelos contatos estabelecidos no sertão mineiro para que descobertas vindouras acontecessem. Alguns dos acompanhantes de Fernão Dias nesta expedição, como seu genro, Manuel de Borba Gato, seu filho Garcia Rodrigues Pais e seu imediato, Matias Cardoso de Almeida foram muito importantes no povoamento de ampla região mineira.

Com a descoberta de ouro em diversos pontos do território que em poucos anos viria se tornar a Capitania de Minas Gerais, já na primeira década do século XVIII quase todo o interior de Minas era conhecido. Com a mineração se estabelecendo foi iniciado o processo de povoamento, mas não só nas Gerais, pois a procura por novas áreas para a expansão nunca cessava. Ressalte-se assim que:

A expansão paulista à procura do ouro, iniciada nos últimos anos do século XVII, no rumo das chamadas ‘Minas Gerais’, estava praticamente completada na primeira metade do século XVIII. Tal expansão delineara os primeiros sinais do povoamento em vasta área do Brasil interior, precisamente aquela que, dentro de alguns anos, tanta influência viria a exercer na vida econômica da colônia e da metrópole [...] quer partindo de

Taubaté, quer da vila de São Paulo, a verdade é que as bandeiras paulistas penetraram fundo pelo território mineiro, estabelecendo de início três pontos principais de atividade mineradora: no Rio das Mortes, tendo por centro São João del-Rei; na região de Ouro Preto e Mariana, e na área do Rio das Velhas, assinalada por Sabará e pela sua vizinha Caeté. Em torno desses três centros, numerosos outros povoados se foram estabelecendo [] (HOLANDA, 1989, p. 297).

Mas mesmo que as antigas e rústicas picadas que os bandeirantes usavam para adentrar o território mineiro tenham se tornado estradas, ainda em período adiantado do século XVIII era preciso vencer muitos obstáculos naturais para se chegar à Capitania de Minas Gerais. Desde a costa fluminense, um dos locais mais usados para tal fim, o viajante que atravessasse a baía de Guanabara se deparava com a Serra do Mar, que resguardava o território mineiro, seguido ainda pelo fosso do vale do Rio Paraíba e pelas montanhas da Serra da Mantiqueira. Somado ao relevo da região que compunha a fronteira entre as Capitânicas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais havia densas florestas e caminhos que dificultavam o acesso às principais vilas mineiras. Para se fazer a ligação da cidade do Rio de Janeiro, sede do vice-reinado português, à Vila Rica eram necessários cerca de 15 dias de viagem em caravana de mulas (MAXWELL, 1978).

De acordo com dados censitários, que nem sempre são exatos devido a grandeza do território e aos perigos ao se cruzar as regiões habitadas por indígenas “selvagens”, a população de Minas Gerais em 1776 ultrapassava os 300 mil habitantes, excluindo-se os índios, e se constituía na maior aglomeração de pessoas da América portuguesa. Os centros urbanos mais consideráveis, e os primeiros a serem estabelecidos na Capitania estavam relativamente próximos uns dos outros e se compunham por São João del-Rei ao sul, Sabará e Tijuco ao norte, e Vila Rica um pouco mais ao centro. Não obstante o número considerável de habitantes, essa população estava distribuída esparsamente pelo território mineiro e era classificada pelos censitários a partir de seus grupos raciais (MAXWELL, 1978).

Entre 1720 e 1815, Minas Gerais era composta por quatro comarcas: Rio das Velhas, Serro Frio, Vila Rica e Rio das Mortes. Cada uma destas comarcas tinha características bem diferentes quanto à formação de sua população, havendo muita variação na distribuição da parcela de brancos e mesmo quanto à de escravos. A comarca do Rio das Velhas, cuja sede era Sabará, tinha muitas fazendas de gado e contava com alguns pontos de mineração. Era a comarca mais densamente povoada, tendo poucos brancos e grande quantidade de negros. A comarca de Serro Frio, com a Vila do Príncipe sendo seu centro mais importante, contava ainda com o Distrito Diamantino. Esta comarca tinha menos pessoas que as demais pelo

tratamento acurado que a Coroa portuguesa tinha em relação aos diamantes dali extraídos. A comarca de Vila Rica e sua sede homônima era majoritariamente ligada à mineração e tinha grande quantidade de escravos. A comarca do Rio das Mortes, encabeçada por São João del-Rei, era povoada pelo maior número de brancos da Capitania, e tinha “[...] uma economia local mais equilibrada e diversificada” (MAXWELL, 1978, p. 109-110).

No entanto, a partir da década de 1770 houve intensa variabilidade na distribuição da população dentro da Capitania. Por meio de migrações internas, a comarca de Vila Rica começava a apresentar um decréscimo em sua população, que engrossava o conjunto de habitantes de outra comarca, a do Rio das Mortes. Esta comarca, localizada ao sul de Minas, fazia divisa com o Rio de Janeiro e São Paulo, e além da atividade mineradora bastante presente nas vilas de São João del-Rei e São José del-Rei, desenvolvia atividades nos ramos agrícola e pecuário. Esse movimento migratório acompanhou o declínio ocorrido na mineração do ouro na região de Vila Rica, já que era essa a atividade principal na comarca. Essa mudança seguia a alteração econômica que se veria em Minas Gerais depois daquela década. Uma economia que era majoritariamente pautada na mineração gradativamente penderia para um equilíbrio, não tendo mais a dependência de um nicho econômico específico. Porém, mesmo com a mineração sendo sucessivamente superada pelas atividades agropastoris com a proximidade do fim do setecentos, uma atividade não excluía a outra, o que gerava notável diversificação econômica na região (MAXWELL, 1978, p. 110). Apesar de ser em período um pouco anterior, isso também ficou evidenciado pela datação de cartas de sesmarias do período de 1700-1750, em que se percebe a existência do plantio de roças de milho, feijão, mandioca e a criação de animais; que demonstram o convívio de atividades agropastoris com as de mineração mesmo antes desta entrar em colapso (GRAÇA FILHO, 2004, p. 19-20).

Observa-se essas atividades variadas convivendo juntas nas cercanias da capital Ouro Preto, onde era visível o abandono de antigas zonas mineradoras, morros e montanhas inteiras utilizados por milhares de homens que buscavam o sonho de encontrar ouro. Apesar disso era possível de se encontrar alguns novos empreendimentos, contudo realizados por meio de grande capital e, em geral, por grandes companhias. Este foi o caso da Companhia de Passagem, que possuía 41 trabalhadores que exploravam as proximidades do vale do Rio Mariana. Embora mais notável tenha sido o caso da Anglo-Brazilian Gold Mining Company (Limited) que até o ano de 1867 atuava na exploração de duas minas, sendo que a primeira tinha 350 trabalhadores e a segunda de 380 a 400. Em ambas havia a mescla de escravos e

livres, de homens e de mulheres. Porém, realizações como estas eram exceção em território mineiro, pois com o afastamento de muitos braços da mineração “individual” ou de pouca monta, muitas pessoas do arraial da Passagem, próximo a Ouro Preto, deixaram a mineração de lado para se dedicarem à agricultura, já que poderiam abastecer a capital da Província (BURTON, 1976).

No tocante à questão econômica mineira é interessante que tenhamos algumas considerações, já que é um tema que há muito desperta a atenção de historiadores. Por volta de meados do século XVIII, quando a extração do ouro ficou mais difícil e onerosa, passando a demandar técnicas mais elaboradas e investimentos mais vultosos, a consequência direta disso foi o quase abandono da atividade mineradora na Capitania de Minas Gerais. Segundo a visão de alguns estudiosos, a queda dessa produtividade levou a Capitania a uma situação bastante complicada, já que como acreditam, para que o foco na extração aurífera não fosse posto de lado ou diminuído, ações para o desenvolvimento da agricultura e pecuária foram desencorajadas. Assim, com as atenções voltadas apenas à mineração, quando esta entrou em crise, a economia regional simplesmente quebrou.

Por outro lado, vemos uma linha historiográfica mais condizente com os fatos e os rastros, e que por meio de extensa pesquisa documental demonstrou que a decadência econômica de Minas Gerais em fins do século XVIII e em boa parte do XIX não passa de um mito.¹ Um apontamento verificou que de 1828 a 1830, 48,5% dos escravos recém chegados à costa do Rio de Janeiro foram importados por Minas Gerais. De acordo com registros do censo de 1872, considerado o mais completo realizado durante o período imperial, a Província de Minas tinha 300 mil habitantes. Uma região com economia debilitada não teria condições de manter uma população tão numerosa nem mesmo de comprar número tão grande de escravos. Naquele momento Minas tinha um contingente populacional superior ao das Províncias da Bahia e do Rio de Janeiro, que eram importantes zonas portuárias. Do mesmo modo, o número de escravos se elevava a patamares tão altos que contradizia que a escravaria mineira era decorrente apenas do crescimento endógeno (GRAÇA FILHO, 2004, p. 18-9). Outro estudo demonstrou que em período semelhante, mas que abrangeu de 1825 a 1833, da

¹ Cf. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro e LIBBY, Douglas Cole. *A economia do Império Brasileiro*. São Paulo, Atual Editora, 2004. MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy os nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Vanderbilt University, 1980 (tese de doutorado). Os trabalhos historiográficos em questão comprovam o mito da decadência da econômica mineira.

escravaria posta a venda no Rio de Janeiro, sua absorção por comerciantes mineiros foi de 48,4%, “[...] porcentagem superior das áreas agroexportadoras do Vale do Paraíba e Norte Fluminense, que juntas receberam 36,5% dessa mão-de-obra” (GRAÇA FILHO, 2002, p. 38).

Ao se pesquisar inventários *post-mortem*, o historiador Graça Filho constatou que havia uma disseminação de fazendas em Minas Gerais com escravaria de médio e grande porte, o que também não condiz com uma economia dita decadente. Visto que para se manter parcela significativa de cativos seria necessário que tais fazendas conseguissem um rendimento considerável e, portanto, deveriam estar inseridas em algum ramo econômico lucrativo (GRAÇA FILHO, 2004, p. 19).

A comarca do Rio das Mortes, uma das mais importantes de Minas Gerais no oitocentos, tinha grande importância para a Província. São João del-Rei, sede da comarca, era uma praça comercial que se destacava no comércio de alimentos produzidos no próprio município, mas também com muitos deles vindos das comarcas do sul, oeste e noroeste mineiro – neste momento, já durante o Império, Minas Gerais contava não mais com as quatro comarcas iniciais, este número havia se elevado. O principal mercado para esses alimentos era a Corte, embora houvesse a comercialização com outras zonas (GRAÇA FILHO, 2004, p. 20).

Já desde fins do setecentos, a comarca do Rio das Mortes dava mostras de sua dinamicidade econômica, sua produção de grãos, frutos do país e hortaliças era usada em sua subsistência e ainda provia a Capitania de Minas Gerais de vários gêneros ligados à alimentação, como queijos, gados, carne de porco, etc. Condizente a esta comarca, mas direcionado à São João del-Rei vemos que:

Sérgio Buarque reconheceria que a cessação da exploração aurífera não foi impedimento para a prosperidade do antigo arraial do Rio das Mortes, que continuava a abastecer toda a capitania com o fruto de suas atividades agrárias, pastoris e manufatureiras. O prosseguimento da situação afortunada da vila de São João del Rei, depois da idade do ouro, ficou lavrado na construção e acabamento de suas principais igrejas, finalizadas na primeira metade do século XIX (GRAÇA FILHO, 2002, p. 36).

Além disso, verificou-se que a atividade mineradora foi uma contingência na região de São João del-Rei. Assinala-se que desde que o bandeirante taubateano Tomé Portes del Rei, fundador do arraial em fins do século XVII, chegou à região já havia “fazendas de cultura e criação”. Assim, com a diminuição da mineração, a vila retomou a atividade agropastoril de outrora. Mas ainda que fosse comum que um possuidor de lavras tivesse algumas roças

contíguas àquelas, “[...] a extração aluvial do ouro só veio a diversificar ainda mais a estrutura produtiva da cidade, que viria a ser cognominada de ‘Princesa do Oeste’” (GRAÇA FILHO, 2002, p. 36).

O acesso a São João del-Rei era um dos fatores que levaram ao desenvolvimento da vila, posteriormente cidade. O Caminho novo (conhecido hoje como Estrada Real), e as estradas do Comércio e da Polícia serviam ao município são-joanense tanto na exportação quanto na importação de gêneros. Por essas vias, em algumas oportunidades, os comerciantes de São João del-Rei também faziam o escoamento da produção das Províncias de Goiás e de Mato Grosso. Outro fator favorável ao seu desenvolvimento foi sua localização, mais ao sul da Província mineira e próxima da fronteira com a Província do Rio de Janeiro. Devido a essa proximidade havia muitas relações comerciais entre as duas Províncias por meio da cidade. Desta forma, dos 43 produtos exportados por Minas Gerais em 1818, 30 deles iam para o Rio. O mercado fluminense e da Corte eram tão importantes para os produtores mineiros que alguns exemplos dos produtos destinados àquele mercado devem ser exibidos: do gado *vacum* (78%); porcos (49%); queijos (57%); tecidos de algodão (96%); e toucinho (97%). Mas o mercado mineiro também representava um atrativo aos comerciantes fluminenses, que faziam vendas significativas aos comerciantes de Minas, principalmente de sal, escravos, azeite, gêneros secos, ferramentas e vinhos (GRAÇA FILHO, 2002, p. 38-9).

Vemos ainda a importância que representou para Minas Gerais o seu incipiente desenvolvimento urbano, que destoava das outras partes do Brasil e proporcionava uma relação diferenciada entre as pessoas, mesmo que de estratos sociais diferentes, das vilas e cidades.

A província de Minas Gerais destacava-se na primeira metade do século XIX, em relação ao Império brasileiro. Tinha a maior população no Brasil da época. Usufruí a proximidade com a capital e com o porto do Rio de Janeiro, numa relação que remontava ao século da mineração e se fortalecera com a interiorização da Metrópole lusa. Herdara da expansão mineradora uma importante malha urbana, mostrando um relativo equilíbrio com o meio rural.

[...]

A formação urbana difusa, incrustada no interior, e as práticas administrativas, econômicas e culturais, sobretudo religiosas, que se mantiveram e se realimentaram na dinâmica da sociedade mineira oitocentista, tornaram peculiar a sociedade provincial de Minas. Era favorecida a circulação de ideias e, dentro das limitações da formação colonial, mais valorizada a educação escolar. [] (SILVA, 2009, p. 47-8).

Apesar de constatar que nas décadas de 1860 e 80 houve períodos de crise na região da comarca do Rio das Mortes, até 1861 São João del-Rei era o segundo município em arrecadação em Minas Gerais, só superado pela capital Ouro Preto. Porém, mesmo com alguns períodos de crises econômicas durante a segunda metade do século XIX, Graça Filho rechaçou qualquer alusão a uma decadência econômica, fosse em Minas Gerais ou em São João del-Rei (GRAÇA FILHO, 2002, p. 40-3).

Contudo, no correr da década de 1880 e na seguinte, a elite são-joanense remanescente de importantes famílias ligadas ao comércio de abastecimento interno tentou dinamizar ainda mais a economia do município, um pouco atingida pelas sucessivas instabilidades econômicas. Para isso se requisitou ao governo da Província o envio de imigrantes europeus à região para se incrementar as atividades agrícolas. Aventurou-se ainda no ramo industrial e fundou a Destilaria Castelo, em 1890, a Companhia Industrial Sanjoanense, em 1891, e as fábricas de cerveja Miller, de 1891, e Adriática, de 1892. Além de estabelecer uma ferrovia em 1878, denominada inicialmente Estrada de Ferro d'Oeste, e com mais da metade de seu capital arrecadado entre os são-joanenses via ações. Deste empreendimento ainda redundou a formação da Cia. Agrícola Industrial Oeste de Minas (GRAÇA FILHO, 2002, p. 47).

Foi apontado por Graça Filho e por relatos de viajantes que os grandes comerciantes, não apenas os que tinham registro na Real Junta de Comércio – já que esta prática nem sempre era seguida – procuravam distinção social por meio de títulos honoríficos. Em geral, esses comerciantes de São João del-Rei ostentavam patentes militares da milícia mineira ou da Guarda Nacional, como coronel, tenente-coronel, capitão. Todavia, alguns deles conseguiram galgar a distinções que proporcionavam ainda mais visibilidade na sociedade de então. Desta maneira, alguns dos mais proeminentes membros da sociedade são-joanense alcançaram os títulos da nobreza brasileira, o que evidencia que a “[...] apropriação de capitais pelo comércio sanjoanense foi um dos caminhos para o enobrecimento de algumas famílias” (GRAÇA FILHO, 2002, p. 60-5).

A acumulação de capitais proveniente de transações relacionadas ao comércio de abastecimento pode ter proporcionado o surgimento de um dos primeiros núcleos bancários brasileiros. Em 1822 foi criada uma caixa filial do Banco do Brasil na vila de São João del-Rei, e em 1860 foi fundada a casa bancária do coronel Custódio de Almeida Magalhães. Este capitalista, que ajudou na fundação da primeira fábrica têxtil da cidade, em 1891, havia

herdado uma grande fortuna oriunda da acumulação mercantil e com a mineração (GRAÇA FILHO, 2002, p. 66 e 74).

Graça Filho expôs que durante considerável parte do oitocentos alguns dos grandes comerciantes de São João del-Rei, designados comerciantes de grosso trato,² foram responsáveis por uma relevante circulação de capital na região. Não obstante, essa circulação se dava numa lógica mercantilista, onde o negociante-credor fornecia pequenos créditos a muitas pessoas e a prazos muito longos, que poderiam chegar a anos. Considerando que aquela sociedade não tinha uma elevada circularidade monetária, alguns dos clientes-devedores realizavam seus pagamentos por meio dos gêneros que produziam.

Através dos inventários *post-mortem* de muitos desses comerciantes, Graça Filho analisou que na maioria das vezes o montante mais expressivo do monte-mor do falecido fazia referência às dívidas ativas (empréstimos) e às dívidas em mercadorias. Segundo as análises deste historiador essa prática era muito comum aos comerciantes são-joanenses e, condizente com o que assinalou, era também bastante lucrativa. Além disso essa era outra forma de se sobressair socialmente, pois o credor alcançava poder e prestígio social (GRAÇA FILHO, 2002, p. 72-7). Por conseguinte,

Apesar do crédito amplo continuar a ser praticado ao longo da segunda metade do século XIX, as apólices de seguro e os títulos de companhias começam a lastrear parte das fortunas mercantis.

Porém, a primeira prática é a que molda o caráter do alto negócio em São João del Rei, atendendo clientes de uma vasta região e fazendo da vila uma referência para o crédito em Minas Gerais. Entre os que a praticavam estavam os representantes das famílias mais influentes da cidade, como os Machado, Mourão e os Magalhães. **É bom que se enfatize, São João del Rei oitocentista não foi apenas centro comercial, como muitos já a descreveram, mas também financeiro e creditício** (GRAÇA FILHO, 2002, p. 80, grifo nosso).

Como pudemos notar, Minas Gerais e as duas cidades que mais nos interessam para o presente estudo, São João del-Rei e Ouro Preto, faziam parte de uma engrenagem bastante complexa em nível econômico. Vimos também que o fato de haver grande diversificação na economia proporcionava uma maior interação social, já que apesar de possuir a maior escravidão do Brasil, alguns trabalhos não eram realizados pela mão de obra servil, tornando o trabalho livre uma opção real. E como foi demonstrado, o sistema mercantil pré-capitalista propiciava o acesso ao crédito, fosse ele em espécie ou em mercadoria. Como um

² Os comerciantes mais notáveis no oitocentos brasileiro, e que tinham transações mercantis em muitos ramos econômicos eram designados comerciantes grossistas ou de grosso trato.

complemento aos aspectos socioeconômicos da sociedade mineira, mormente da são-joanense e da ouro-pretana, é com a política que encerraremos nossa análise sobre os mineiros em parte dos dois últimos decênios da Monarquia brasileira. Pois o político e o social são indissociáveis, sendo o político o responsável pelo ordenamento social. Assim como a compreensão da sociedade não se resume aos aspectos sociais, culturais e econômicos. Visto que com o político, um agrupamento de pessoas é mais que uma população, é uma comunidade (ROSANVALLON, 2010).

Minas Gerais foi palco de muitos embates sociais ao longo de sua história. Todavia o mais destacado deles ocorreu em fins do século XVIII e ficou conhecido como Inconfidência Mineira, ou mesmo Conjuração Mineira. Boa parte da questão econômica abordada acima tem relação direta com os conjurados mineiros, uma vez que muitos deles eram possuidores de lavras, proprietários de terras dedicadas à agricultura e tinham criação de gado. Muito se especula qual seria a finalidade do movimento de 1788-9, havendo quem acredite que mirava à liberdade de Minas Gerais; há os que creem que visava a independência do que atualmente se delinea como o Brasil; e os que julgam que os conjurados buscavam uma forma de a tributação portuguesa ser mitigada.

Ainda que até o presente momento não haja um consenso historiográfico relativo aos propósitos da Conjuração Mineira, a versão mais difundida dos fatos desde o fim do século XVIII, mas principalmente durante o XIX, foi a de que os inconfidentes planejavam a independência da América portuguesa. Apesar de não ser intuito nosso apurar esta questão, pois extrapola nosso objetivo, a crença mais corrente é a de que este movimento ocorrido no período colonial e inspirado na “revolução americana” estaria inserido numa corrente de acontecimentos que culminaram nos atritos e questões de interesses do reino do Brasil e da metrópole, o que redundou na independência política brasileira em 1822.

Em viagem pela Província de Minas Gerais em 1867, o viajante britânico Richard Francis Burton pôde ler alguns livros e apontamentos relativos a Minas Gerais e ouvir acerca da tradição contada na Província, o que o levou a ter razões para acreditar que Joaquim José da Silva Xavier foi um dos defensores da independência da América portuguesa. Em passeio pela capital Ouro Preto, um dos pontos visitados pelo britânico foi a Rua de São José, na qual ficava a casa que Tiradentes viveu e que na década de 1870 já levava o nome do alferes. A respeito de Silva Xavier e do movimento de 1788-9, Burton pensava que “[...] Aquela casa nos traz à lembrança o tempo de um movimento popular, do qual esta grande e heróica

Província tem razão de se sentir orgulhosa, por ele ser ligado diretamente à Independência do Brasil [...]”. Como veremos adiante não foi somente Burton que acreditava numa relação entre o movimento mineiro e o grito do Ipiranga. E continuou o viajante:

É evidente o caráter democrático da insurreição que o governo chamou de Conjuração ou Levante de Minas, e que hoje é conhecido popularmente como Inconfidência e tornou-se tão ‘sagrado’ como nossa Grande Rebelião. Os conspiradores [...] Tinham resolvido proclamar a independência e a liberdade e se propunham a abolir os odiados ‘quintos’ e outras extorsões reais; cancelar todas as dívidas da Coroa: abrir o proibido Distrito Diamantino e fundar uma universidade em Vila Rica e uma capital em São João del Rei. Tinham escolhido uma bandeira e as armas [...] Evidentemente, a intenção dos inconfidentes, em sua ‘embrionária tentativa’, era estabelecer uma república em Minas e nas capitanias vizinhas. Isso aconteceu em 1788 [] (BURTON, 1976, p. 290).

Burton não teve acesso a uma bibliografia muito rica do ponto de vista historiográfico – como exemplo a primeira obra historiográfica a tratar do tema foi a *História da Conjuração Mineira*, de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, e que só foi publicada seis anos após a estada de Burton em Minas Gerais –, ademais contava muito com os relatos orais, que nem sempre são confiáveis, e no caso da história da Inconfidência havia o agravante do apagar de muitos rastros pela passagem do tempo. Mas deve ser ressaltado que é extremamente relevante a existência de farto material de cunho oral encontrado pelo viajante britânico mesmo depois de tanta repressão da Coroa portuguesa e pelos longos anos decorridos desde então.

Todavia, para esquadrihar melhor os aspectos políticos no decorrer do oitocentos mineiro, nós lançaremos mão de um artifício que acreditamos ser suficiente para abordar de maneira satisfatória o contexto político do fim do século XIX. Por meio da pesquisa em jornais são-joanenses e ouro-pretanos ligados aos partidos políticos, tencionamos visualizar e entender a apropriação e a representação que eram feitos relativamente aos conjurados mineiros. Apesar de nosso trabalho estar bastante imerso metodologicamente no que se convencionou chamar de nova história política, usaremos estes dois conceitos, muito usuais na história cultural empreendida pelo historiador Roger Chartier. Em sua esteira, pretendemos estabelecer que a apropriação, em nosso caso feita a partir de textos jornalísticos, se deu num contexto em que a produção daqueles textos era voltada para o propósito de enaltecer as figuras dos conjurados mineiros e, assim, agregar a este imaginário um elemento legitimador. Deste modo, a “[...] apropriação tal como a entendemos visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem [...]” (CHARTIER, 2002, p. 68). Entendemos que a apropriação

que a elite política e intelectual brasileira fez dos inconfidentes durante o período abarcado pela pesquisa objetivava à construção de um mundo social aonde se moldasse as identidades coletivas com a finalidade de se impor uma autoridade, legitimar projetos (CHARTIER, 1990). Por isso que, em certos momentos, os conjurados foram objeto de disputas entre monarquistas e republicanos.

Além disso, Chartier entrou numa questão interessante concernente ao conceito de representação. Baseado no pensamento de Louis Marin, diz que foram apresentadas duas modalidades de representação que existam há muito tempo, desde seus antigos significados, apontados pelo *Dictionnaire de Furetière* em 1727. O primeiro sentido de representação apontava que ela passava a ideia de uma imagem que pintava os objetos tais como eles eram, isto é, materializava-se algo ou alguém que estava ausente, fosse por meio de imagens, palavras ou gestos. No entanto é dito que há uma distinção radical entre o representante e o representado. Sendo preciso que haja um postulado que mostre e explique o signo, visível, e seu significante. Já o segundo sentido de representação a coloca como a demonstração de uma presença, a apresentação de uma coisa ou pessoa. Contudo, Chartier (2002, p. 165-7) expôs que a proposição de Marin em manter juntos os dois sentidos de representação foi a decisão mais acertada. Cremos que os dois sentidos de representação citados acima foram utilizados para se caracterizar os conjurados mineiros. A variação entre a utilização do primeiro ou do segundo sentido se deu de acordo com o contexto e necessidade do momento, assim como de quem se valeu daquele uso.

E para a realização desse estudo pesquisamos seis jornais, sendo três de São João del-Rei e três de Ouro Preto. *O Arauto de Minas* (Conservador), que foi editado de 17 de março de 1877 a 24 de dezembro de 1889 – teve ainda um espaço de tempo em que o artigo definido foi retirado do título do jornal. Seu proprietário e redator principal era o professor são-joanense Severiano Nunes Cardozo de Rezende, por um período teve como editor-gerente Antônio Patrício de Paula Fonseca. *A Patria Mineira* (Republicano), cujo período de existência abarcou de abril de 1889 a maio de 1894 e tinha como redator chefe o também professor Sebastião Rodrigues Sette Câmara. E *A Verdade Política* (Liberal), que perdurou de setembro de 1888 a dezembro de 1889, cujo redator responsável era Carlos Sanzio de Avellar Brotéro – depois de um tempo o artigo também foi excluído do título do jornal.

Ademais, outra cidade que contava com diversos periódicos era Ouro Preto, dos quais utilizaremos *A Provincia de Minas* (Conservador), que funcionou de 1878 a novembro de

1889 e tinha como sócios: Pedro Maria da Silva Brandão e José Pedro Xavier da Veiga. A *Actualidade* (Liberal), cujo primeiro número data de 16 de março de 1878 e vai até 29 de dezembro de 1881, que tinha por redator Carlos Afonso de Assis Figueiredo. E o *Liberal Mineiro* (Liberal), que funcionou de 1882 a 1889 e era propriedade de Carlos Gabriel Andrade, passado em novembro de 1885 para Bernardo Pinto Monteiro.

Ambas as cidades tiveram um fluxo muito grande na produção de jornais desde o início do período monárquico, quando a imprensa era relativamente nova no país e a partir de então quase sem cessar. A Província de Minas Gerais, encabeçada por Ouro Preto e São João del-Rei respectivamente, teve dois momentos marcantes na imprensa, entre 1825 e 1842, e a partir da década de 1870. Alex Lombello Amaral indicou que no primeiro recorte mais de 60 jornais circularam em Minas, e que o apogeu desse periodismo se deu em 1831 (AMARAL, 2008). Duas importantes folhas periódicas desta fase foram: *O Universal* (1825-1842) de Ouro Preto, ao que se sabe o primeiro jornal fundado em Minas Gerais; e *O Astro de Minas* (1827-1839), o primeiro a ser publicado em São João del-Rei. Pelo espaço cronológico em questão e a forma como os dois jornais atuaram, Amaral assinalou que o periodismo mineiro foi majoritariamente ligado à política. Explicou ainda que esse recorte cronológico, que coincide em sua maior parte com o período regencial, se deveu à ausência da figura do Imperador (AMARAL, 2008, p. 6 a 8).

Amaral apontou para a grande inconstância na produção jornalística em São João del-Rei, sem fazer uma análise para a capital mineira, no intervalo de tempo de três décadas, que decorreu do fim das publicações nos anos 1840 às dos anos 70. De acordo com o historiador, no caso de São João del-Rei se nota ainda que muitos jornais atuantes nas décadas de 1870-80 – quando a imprensa foi retomada amplamente e com o auge em 1889 – tinham relações estreitas com os três partidos: Conservador, Liberal e Republicano. Não obstante, a década de 1870, que já vira nascer muitos periódicos liberais em São João del-Rei, ainda não vislumbrara nenhum jornal ligado ao partido Conservador. Os muitos jornais liberais, com a inconstância em suas publicações e os curtos períodos de vida, apontam uma fragilidade, senão uma falta de organização do partido Liberal são-joanense. Contudo, deve ter sido pelo aparato político constituído pelo partido Conservador ao longo do Segundo Reinado que não havia interesse e necessidade de se combater os liberais em São João del-Rei no meio jornalístico. Assim, os conservadores ainda não haviam se organizado para formar uma folha partidária. Foi somente em março de 1877 que tal passo fora dado (AMARAL, 2008, p. 6 a 8).

Principalmente a partir da década de 1870 muitas referências aos conjurados mineiros foram feitas nas páginas dos jornais mineiros. Os envolvidos na Conjuração Mineira eram há muito citados, comentados e representados pela literatura, livros, por alguns “clubs” e em casos isolados pela imprensa ao longo de todo o século XIX. Mas com a criação na Corte do partido Republicano, em dezembro de 1870, houve uma intensificação da apropriação dos conjurados. Em partes isso se dava pelo momento político conturbado que o país atravessava, pois após a guerra contra o Paraguai, a Monarquia foi sensivelmente abalada e passou a sofrer questionamentos cada vez mais fortes. Somadas às insatisfações decorrentes dessa guerra; as reformas do sistema eleitoral, como as de 1881 e 84; e leis que reviam ou amenizavam o sistema escravista; etc., o Imperador, uma das principais figuras do regime monárquico já não tinha a mesma vitalidade de anos anteriores, tendo em vista alguns problemas de saúde e a idade que começavam a se fazer sentir. Assim, não se tinha uma expectativa favorável à passagem do Segundo para o Terceiro Reinado (MORAIS, 1985, p. 63-74).

Com o fortalecimento dos republicanos crescia também o culto à imagem dos inconfidentes. Mesmo quando ainda eram organizados em alguns clubes ou imersos nas fileiras do partido Liberal, uma prática que foi comum, as pessoas de tendência e inspiração republicana já cultuavam o imaginário inconfidente num vislumbre de um futuro incerto. Para combaterem simbólica e ideologicamente o regime monárquico, os republicanos tinham que se apoiar em figuras com um forte apelo nacional e que proporcionassem a eles a legitimidade para um novo regime, um governo republicano pautado em tradições do passado nacional. Pois a imaginação é tida como uma ferramenta que acende paixões, e à tal imaginação se dirigem tipos de linguagens relativas a símbolos e emblemas. Estas linguagens seriam utilizadas como um aspecto fulcral no estabelecimento de uma educação pública calcada em ritos e festas cívicas (BACZKO, 1985, p. 300-1). No caso dos republicanos brasileiros, marginalizados institucionalmente, a educação não era uma atividade que pudesse ser facilmente alcançada, salvo quando eram professores, mas ainda assim com suas limitações. Porém, quanto aos ritos e festas cívicas, os partidários da República poderiam lograr êxito em atividades que poderiam pesar a seu favor.

Entretanto, a apropriação relativa aos conjurados mineiros não se restringia aos membros do partido Republicano nem aos simpatizantes da causa da República no Brasil. Os políticos monarquistas, fossem eles conservadores ou liberais, também lançaram mão do simbolismo inconfidente. Isso se tornou evidente nas páginas de alguns dos seus jornais, que podem ser apontados, por vezes, como a voz do partido em determinadas regiões. Assim

como pelas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que em diversas oportunidades representou algum membro da conjura mineira de 1788-9.

A busca e a apropriação de símbolos de um passado glorioso, que dessem suporte e autenticidade a governos vigentes e vindouros – pois se buscava nesse passado justamente elementos que garantissem estabilidade para o presente e até para o futuro – é essencial para se entender o jogo político do último quartel do século XIX. Para os monarquistas era fundamental se passar a ideia de que o legado dos conjurados – a busca pela liberdade de Minas e do Brasil – foi concretizado por D. Pedro I em Sete de Setembro de 1822. Mostrar uma sintonia entre as imagens de Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e outros conjurados, com a do primeiro Imperador do Brasil era indispensável para se dominar o imaginário social, algo significativo para quem detivesse o poder político.

Já os republicanos tentavam demonstrar, em sua luta pelo poder, que Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes – e sua busca por liberdade – fora vítima dos portugueses com a sentença de 18 de abril de 1792, e que o governo Imperial brasileiro era a continuação do governo português, já que a monarquia bragantina ainda se achava no trono brasileiro. Isto é, os republicanos tentavam demonstrar uma oposição clara entre Tiradentes e D. Pedro I para tentar enfraquecer o regime monárquico, já que fora este regime – quando o Brasil ainda era uma colônia – que frustrara a primeira tentativa de independência de um país que os partidários da República acreditavam ter vocação para ser republicano.

Ainda que a imagem dos inconfidentes estivesse presente entre a sociedade brasileira já há algumas décadas, foi, sobretudo a partir de 1881 que aspectos da política,³ da literatura e da imprensa mineira refletiam uma tendência nacional em que a Conjuração Mineira estava novamente enleada junto ao povo: fosse por meio da nomeação de lugares de memória, através de festividades, em forma de livros literários e de instrução, e pelas páginas da imprensa. O certo é que a memória inconfidente estava viva entre parte da população brasileira desde muito antes do advento da República, tendo a literatura, a história e a política, esta conjuntamente com a imprensa, importante papel na constituição desse fenômeno.

Ao longo do século XIX alguns literatos ligados ao Romantismo usaram seu talento e suas penas para abordarem o tema Conjuração Mineira, ou algum de seus membros que tiveram mais relevo. Dentre os mais destacados literatos do período estavam Antônio

³ 1881 foi o primeiro ano em que se comemorou – na cidade do Rio de Janeiro – publicamente a data de morte de Tiradentes como uma homenagem ao mártir da pátria brasileira.

Gonçalves Teixeira e Sousa, Castro Alves e Bernardo Guimarães. Teixeira e Sousa escreveu a obra *Gonzaga ou a revolução do Tiradentes*, publicada em duas edições (1848-51). Com a obra *Gonzaga ou a revolução de Minas*, Castro Alves dedicou um título ao “Cristo da multidão”, tendência que se concretizaria com o transcorrer do oitocentos. Enquanto Bernardo Guimarães se dedicou a escrever um capítulo de seu livro – *História e Tradições da Província de Minas Gerais* – que dizia respeito à cabeça do mártir mineiro (SERELLE, 2002).

A difusão da história e das lendas ligadas aos conjurados mineiros já era perceptível, especialmente a partir da década de 1880, pois que ao longo dos anos as publicações relativas à memória inconfidente aumentaram, e tal aumento pode estar atrelado à elevação do número nas comemorações cívicas, sobretudo as que aconteciam nas proximidades do dia 21 de abril. A imprensa teve papel decisivo na divulgação dos inconfidentes. Por meio de artigos editoriais ou em seções abertas a escritores diversos, os jornais mineiros divulgavam festividades, comentários, poemas e exaltações aos mineiros do movimento de 1788-9. Apesar de nosso enfoque estar atrelado aos seis jornais partidários de São João del-Rei e de Ouro Preto, em algumas edições desses jornais foi possível visualizar notícias de outros periódicos que também eram relativas à história da Conjuração Mineira. Havia então uma prática bastante comum de trocas de gentilezas e informações, onde algumas tipografias enviavam suas edições a outras tipografias e recebiam destas seus exemplares.

Isso pode ser exemplificado pela citação d’*O Arauto de Minas*, folha conservadora de São João del-Rei, que passava por um período de interrupção no início de 1882 – provavelmente pela posse de seu redator principal na Assembleia Provincial de Minas Gerais – e que fez com que o sexto ano do periódico se iniciasse apenas em 29 de abril daquele ano. Portanto, não houve tempo para se proceder à publicação de 21 de abril de 1882, data que começava a ter significativa simbologia no calendário nacional, especialmente no mineiro. Como de costume, os artigos que tratavam de Tiradentes se faziam presentes nas edições próximas ao dia de comemoração de sua morte, porém, no ano de 1882, isso não foi possível devido ao supracitado recesso. Desta maneira, o redator Severiano de Rezende transcreveu algumas linhas de uma interessante publicação de um jornal paulista:

Nenhuma palavra foi escrita pela imprensa campineira no dia 21 do corrente, nonagésimo aniversário do protomártir da liberdade brasileira, Joaquim José da Silva Xavier, vulto que se destaca com diamantino brilho e grandeza no cenário da nossa história política! Seria ingratidão? Seria esquecimento? Creio que foi só esquecimento.

Eu, filho da terra do mesmo berço de Tiradentes, confesso o meu pecado, esqueci [...] esse esplêndido sol de 21 de Abril de 1792!...

Vou hoje ao correr da pena pagar um tributo à memória do legendário Mineiro com algumas palavras a respeito do seu nascimento e morte. []⁴

Não precisamos ir além, mas o autor do artigo – Dr. Cassiano — ainda transcreveu a sentença de morte do alferes Tiradentes e continuou a tecer elogios ao inconfidente punido pela Coroa Portuguesa. É interessante de se notar o estranhamento notado pelo autor do artigo pela falta de homenagem ao “protomártir” Tiradentes em data aparentemente já comum para se proceder a isso. Em muitas outras edições d’*O Arauto de Minas* observamos artigos escritos pelo Dr. Cassiano, o que ressalta a prática da correspondência entre um jornal e outro, além do fato do autor ser natural de São João del-Rei.

Inclusive era usual em tais jornais ter um pequeno espaço para se publicar notas de agradecimentos às folhas que enviam seus exemplares. Isso fica evidenciado num segundo jornal, também alvo de nossas inquirições, o *Liberal Mineiro*, periódico liberal de Ouro Preto. Nele se vê a correspondência com outro órgão da imprensa onde se indicou o recebimento, da Corte, do *Tiradentes*, “[...] folha que, **ha 7 annos, se publica em commemoração annual do grande martyr da liberdade**. No numero com que fomos obsequiados, collaborarão diversos publicistas [...] Agradecemos”.⁵

Mesmo que tenha havido tentativas de se resgatar a imagem de Tiradentes na década de 1870, principalmente pelos clubes republicanos das Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, deve ser observado que foi com o início dos anos 1880 que houve sucesso na promoção da memória inconfidente. Deve-se ressaltar que a primeira celebração concernente ao 21 de abril aconteceu na Corte, em 1881 (CARVALHO, 2001). Conforme analisamos nossas fontes, percebemos que com exceção de 1880 e 1887 em todos os outros anos deste decênio houve publicações referentes aos conjurados de Minas, em especial sobre Tiradentes. No entanto, 1882 deve ter tido relevância ímpar para os defensores da memória dos conjurados, pois foi o ano que mais teve publicações nos jornais que diziam respeito à Conjuração Mineira e a Tiradentes. Consequentemente foi o ano que mais vimos mobilizações sociais em torno do imaginário inconfidente. Toda essa agitação social e política

⁴ *O Arauto de Minas*. Ano VI, n.º 3, 14/05/1882, p. 3. São João del-Rei. Este artigo foi transcrito do *Diário de Campinas* e escrito pelo Dr. Cassiano.

⁵ *Liberal Mineiro*, ano XI, n.º 29, 25/04/1888, Ouro Preto. P. 3. Mantive a pontuação e a ortografia originais. Grifo nosso.

tinha um motivo plausível, visto que em 21 de abril de 1882 se completou 90 anos da execução do inconfidente Joaquim José da Silva Xavier.

O excerto relacionado ao jornal da Corte, citado logo acima, também corrobora a importância do ano de 1882 no que toca às comemorações do aniversário de morte de Tiradentes, já que havia sete anos que tal jornal publicava edições referentes a este fim, como por nós foi destacado. Dos seis jornais que pesquisamos, três apresentam muitas menções ao aniversário de morte de Tiradentes, com artigos variados a esse respeito. Das edições 96 a 98 d'*A Provincia de Minas*,⁶ órgão conservador de Ouro Preto, muito se fez para a divulgação dos festejos relativos ao 9.º decenário de morte de Tiradentes. Como vemos na programação oficial:

Programma dos festejos do 9.º decennario de Tiradentes

Dia 20 de abril: Espetaculo em grande gala, que começará ás 8 horas da noute e logo após a chegada de S. Exc. O Sr. Dr. Presidente da Provincia por uma overtura e á grande orchestra intitulada Sonho da Independencia dividida em tres partes: - 1.^a Preludios; 2.^a Canto do Martyr; 3.^a apotheose, [...] Em seguida será cantado o Hymno de Tiradentes [...] sendo a poesia do laureado poeta Bernardo Guimarães [...] Ao terminarem os discursos que serão proferidos pelos illustrados e sympathicos oradores – Dr. Henrique Salles, Xavier da Veiga e Antonio Olyntho, como representantes da imprensa e da comissão central, effectuar-se-ha a Apotheose do Proto-martyr da Independencia.

Dia 21 de abril: Ao romper d'alva haverá uma salva de 21 tiros no jardim da praça e será tocado o Hymno de Tiradentes pela banda marcial do corpo policial, que em seguida percorrerá as ruas da capital. [...]

Dia 22 de abril: A's 8 horas da noite será levado a scena pela 2.^a vez o mesmo drama Abençoadas Lagrimas! precedido da overtura – Sonho da Independencia []⁷

Em nota após o programa, a comissão responsável pelo evento esclareceu que teve poucos recursos financeiros frente às grandes despesas, e pediu que o público comparecesse às peças teatrais como uma forma de ajudar financeiramente. Além disso, ressaltou o convite para que a população participasse da conferência que se realizaria no teatro da capital.

No editorial do número 97 d'*A Provincia de Minas*, o autor defendeu a utilização simbólica dos inconfidentes por qualquer partido político, não importando sua orientação. Além de descrever todas as atividades concernentes à comemoração ao 21 de abril, destacou

⁶ Escrito como no original, sem o acento ortográfico.

⁷ *A Provincia de Minas*, ano II (novo período), n.º 96, 16/04/1882, Ouro Preto. P. 4. Mantive a ortografia original, embora tenha alterado um pouco a forma com que o texto foi montado, boa parte centralizado, com título e subtítulos.

também a importância dos conjurados mineiros para a história nacional, mas principalmente para a história dos mineiros:

Desde a noite do dia 20 do corrente até a de hontem, a população ouro-pretana, em actos sucessivos e imponentes, manifestou bella e eloquentemente os sentimentos patrioticos que a animão para com os vultos legendarios da historia patria, precursores illustres da liberdade e da independencia nacional.

O objeto das enthusiasticas manifestações foi a commemoração do 9.º decennario de Tiradentes, coração e alma da nobre e mallograda *inconfidencia mineira*, o mais ardente de seus adeptos e o mais glorioso de seus martyres.

Sem distincção de classes e matizes politicos – todos se associarão no elevado pensamento da patriotica commemoração.

Assim devia ser. A *conjuração mineira* de 1789 não reflecte o exclusivismo de uma escola partidaria, como á alguns espiritos menos reflectidos se afigura.

Sua bandeira foi a da – Independencia e da Liberdade – e a bandeira da patria, sob cuja sombra protectora se acolhem todos bons cidadãos. Tiradentes, Claudio Manoel, Gonzaga [...] e tantos outros benemeritos propugnadores do movimento emancipador, só ambicionavão, quebrando o [SIC] grilhões da escravidão colonial, construir para si e para seus conterraneos uma patria livre e independente.

Liberdade e independencia não são privilegios exclusivos de nenhum regimen politico. [...] A memoria dos patriotas mineiros de 1789 é e merece ser venerada por todos os homens livres, quaesquer que sejam as escolas políticas a que se filiem. []⁸

Foi sublinhada a participação popular nos três dias de evento, sendo dito que houve grande concorrência do público para todos eles. É interessante que além da participação das variadas classes sociais foi salientado que o Estado também se fez presente nas festividades. Não só pelos seus altos funcionários, mas especialmente pela presença de Teófilo Otoni (filho), presidente da Província. A participação de membros destacados do Estado mineiro nas comemorações concernentes aos inconfidentes e, principalmente, ao alferes Tiradentes denota a relevância dada à Conjuração Mineira ainda no período monárquico.

⁸ A *Provincia de Minas*, ano II (novo período), n.º 97, 24/04/1882, Ouro Preto. P. 1. Grifos do autor. Mantivemos a ortografia original do texto.

Capítulo 3: Narrações referentes à Conjuração Mineira anteriores a década de 1870

Como parte de nossa pesquisa em jornais políticos de Minas Gerais, em que pretendemos demonstrar que a imagem e o simbolismo dos conjurados mineiros vinham sendo utilizados já nas décadas de 1870-80, neste capítulo, retrocedemos um pouco no século XIX para que possamos, por meio de um sobrevoo pela historiografia oitocentista brasileira, assinalar a presença dos inconfidentes em período bastante anterior ao estabelecimento da República. Esta presença se deu de modo que a história da Conjuração Mineira vinha sendo narrada e passada adiante desde o princípio do oitocentos. Muito provavelmente, a narrativa utilizada por esses intelectuais estava de acordo com o contexto do século XIX, em que predominava uma narrativa tradicional e pautada nos acontecimentos, um tanto quanto distante e despreocupada com uma análise das estruturas. Mas isso não deve ser visto com estranhamento, pois a perspectiva de uma narrativa calcada em análises mais abrangentes do que relatos feitos a partir da superfície histórica só viria a se delinear na historiografia com o século XX (BURKE, 1992).

Além disso, como pudemos perceber na Introdução de nosso trabalho, mesmo que fizesse parte do senso comum, aliado a alguns historiadores dos séculos XX e XXI, pensar que a imagética relativa aos conjurados mineiros fosse indubitavelmente um atributo do período republicano brasileiro, indicaremos a seguir alguns estudiosos que começaram a analisar os conjurados ainda no alvorecer do século XIX. Apesar destes intelectuais do período oitocentista se constituírem em número significativo, compondo com suas obras uma bibliografia expressiva, não tivemos êxito em encontrar algum trabalho historiográfico que os tenha abordado, que tenha feito uma análise em que se mostrasse a presença da história da Inconfidência em período muito anterior à queda da Monarquia, em 1889, o que de fato houve. Para ilustrar o que queremos dizer, não vimos o trabalho de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, ser utilizado como uma forma de desvendamento do século XIX brasileiro. E há outros tantos estudiosos além de Varnhagen que produziram bons trabalhos acerca da história nacional. Mas é bom que se relativize e se considere sempre que em muitos desses trabalhos houve a falta ou a escassez de fontes, o que levava o autor, às vezes, a algum tipo de improviso ou imprecisão no momento da escrita. Não obstante, os trabalhos por nós analisados são bastante ricos em detalhes, e são muito interessantes.

Mesmo que a tradição oral tenha sido responsável por fazer chegar à posteridade parte do que se contava sobre os conjurados mineiros, o fato de termos conhecimento dos compêndios de instrução escolar do Império nos permitiu perceber que a classe letrada nacional era informada sobre os acontecimentos relativos à Conjuração Mineira. Ainda que os compêndios não oferecessem um estudo pormenorizado dos fatos atinentes à Conjuração, é bastante relevante que houvesse um repertório sobre este movimento setecentista mineiro nos livros escolares.

Todavia, parece ser mais fácil para alguns historiadores argumentar que o simbolismo atrelado aos inconfidentes tenha existido apenas na fase republicana, já que por questão de proximidade temporal os vestígios atinentes à República estariam parcialmente mais vívidos que os da Monarquia. Ou então, que o momento imediatamente anterior à República e logo após seu estabelecimento tenha sido o propiciador do surgimento da figura de Tiradentes como um ícone de uma ideologia contrária ao governo monárquico e que ajudaria a garantir a legitimidade do novo regime. Entretanto não vemos razões para crer que a imagem de Tiradentes e de outros conjurados, assim como da Conjuração Mineira tenham sido um objeto exclusivo da época republicana e apenas de seus partidários.

Desse modo, a Conjuração Mineira foi um tema bastante recorrente na sociedade brasileira desde o início do século XIX. Porém, os primeiros escritos concernentes a este movimento setecentista surgiram ainda no final do século XVIII. Duas obras ainda pouco conhecidas atualmente e tratadas como fontes históricas foram escritas não muito tempo depois das execuções da sentença da alçada, no início de 1792. São elas: *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro – desde o dia 17 até 26 de abril de 1792*, obra anônima; e *Últimos momentos dos inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão*; muito provavelmente escrita pelo franciscano Raimundo de Penaforte.

Ademais, o malogrado levante mineiro despertou o interesse da parte de estudiosos que viam com interesse um movimento que envolveu segmentos variados da sociedade colonial brasileira, pois dele fizeram parte militares (de alta e baixa patente), contratadores, bacharéis, poetas e homens de negócios. Destacam-se entre esses autores que escreveram sobre a Conjuração Mineira: George Stauton (1797), Robert Southey (1810-19) e John Armitage (1836). Para não nos alongarmos em demasia e, sendo-nos impossível a leitura de

toda a bibliografia que cita a Conjuração Mineira, passamos ao autor que nos parece ser o mais significativo dentre estes três, Southey.

Dentre os primeiros autores a elaborar um livro que trataria de contar a história da colonização portuguesa na América temos conhecimento de *História do Brasil*, obra escrita pelo britânico Robert Southey entre 1810 e 1819, em inglês, e totalmente traduzida para o português em 1862. Contudo, Southey chama a atenção no prefácio do livro ao dizer que sua obra é a primeira a traçar de forma mais completa a história geral do Brasil, empresa antes realizada apenas por Sebastião da Rocha Pitta, com sua *America Portuguesa* e, ainda assim era uma “[...] obra magra e mal alinhavada, que so na falta de outra tem podido passar por valiosa []”.¹ Não obstante a tradução completa tenha se dado em 1862, o pequeno capítulo que trata da sublevação mineira de 1788-9 foi traduzido pelo inconfidente José de Resende Costa, o filho, de volta do exílio no continente africano, a convite do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1842 (MILLIET, 2001).

A impressão passada por Southey no capítulo relativo à “conspiração de Minas Geraes” é de que as diferenças culturais entre os colonos portugueses e ingleses eram muito grandes e evidentes mesmo para os contemporâneos do setecentos, quase sempre desinformados pelas dificuldades de comunicação do período. Apesar de haver diferenças e especificidades culturais entre os americanos do norte e os do sul, Southey apontou o alferes Joaquim José da Silva Xavier como um indivíduo que, a despeito do entusiasmo demonstrado frente às novidades difundidas sobre as 13 colônias inglesas do norte da América, não percebia que as circunstâncias da Capitania de Minas Gerais eram outras. Não há uma explicação por parte do autor do livro sobre quais seriam as peculiaridades de cada uma das colônias, mas os hábitos de cada um dos povos que as habitavam eram diferentes, sendo os ingleses mais acostumados a uma maior representatividade por suas câmaras e assembleias; enquanto que os colonos portugueses, ainda que tivessem uma representação importante por meio das Câmaras de vereança viessem perdendo essa representatividade com o fortalecimento dos governadores das Capitanias e demais funcionários reais (PRADO JR, 1993).

Apesar da exiguidade do texto de Southey no que concerne à Conjuração Mineira, esse é um documento que proporciona ao historiador uma série de detalhes, alguns até tacitamente

¹ Cf. Robert Southey. *História do Brasil*. Tomo I. Tradução de Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862. P. 3.

transmitidos pela formulação de ideias e afirmações. Desta feita, percebemos na escrita de Southey que ele tinha uma parcialidade bem definida ao tratar dos conjurados e de sua possível tentativa de levante. Em uma das passagens do texto, Southey destacou que mesmo que uma das propostas tão alardeadas dos conjurados fosse a diminuição de impostos, o povo, ainda que insatisfeito, não estaria interessado em mais mudanças. Além do mais, salientou que o governo era forte, vigilante e estava ciente dos discursos de alguns dos conjurados. Reforçou ainda o argumento do zelo do governo junto ao povo quando disse que após as denúncias feitas sobre os envolvidos na sublevação, estes eram vigiados de muito perto.

Em muitos trechos do capítulo foi dito que o objetivo principal da conjura mineira seria o de se estabelecer uma república em Minas Gerais. Southey não soube explicar as razões pelas quais tal república se delinearía apenas pelos limites do território mineiro, se era pela sua grande extensão ou se era pelos receios dos conjurados em proceder às tentativas de negociação com outras Capitanias e então serem pegos. No entanto, disse que Tiradentes e Alvarenga eram dois entusiasmados pelos ideais republicanos. Os irmãos Carlos Correia de Toledo e Melo, pároco da vila de São José del-Rei, e Luiz Vaz de Toledo Piza, sargento-mór na vizinha vila de São João del-Rei, mesmo após serem avisados das prisões de alguns de seus companheiros ainda teriam tido interesse em deflagrar o movimento. Segundo a visão de Southey, o cabeça da revolução era o bacharel e poeta Tomás Antônio Gonzaga, embora este sempre tenha negado qualquer participação na conjura nos depoimentos feitos nas devassas. Carlos Correia de Toledo e Melo e Joaquim José da Silva Xavier também juraram a inocência de Gonzaga no movimento. E com o desenrolar dos interrogatórios na capital do vice-reinado, que duraram anos, Tiradentes chamou para si toda responsabilidade e culpa relativos à sedição mineira. Assim, considerado o autor do complô, Tiradentes e seus companheiros de conspiração passaram a ser vistos como criminosos por Southey. E expôs que mesmo tendo demonstrado infidelidade como vassalos que eram da Coroa portuguesa, o governo português havia sido clemente, e era louvável que a rainha D. Maria I tivesse procedido ao perdão dos conjurados e comutado as penas de muitos deles em penas mais brandas, feita exceção apenas àquele que havia dado mais publicidade aos arranjos da revolta – Tiradentes.

Até aqui, como se viu, a bibliografia pertinente à Conjuração Mineira foi escrita por autores não brasileiros. Apesar disto não desmerecer as obras em si, foi significativo que os brasileiros tenham tido a iniciativa de tratar da história da Conjuração dentro de um aspecto mais amplo. Isto é, de tê-la estudado e inserido-a em um conjunto maior, o qual tratava da história do Brasil. De fato, já como uma forma de se escrever a história nacional, fosse ela

subvencionada pelo Estado ou não, algumas sumidades do Império Brasileiro se debruçaram à tarefa de abordar a trajetória da recente “nação”. Para se ensinar a história pátria nas escolas, primárias e mesmo nas secundárias, utilizavam-se compêndios onde se faziam abordagens gerais, desde o “descobrimento” do Brasil até o momento em que eram escritos. Destes, podemos citar o *Compêndio da História do Brasil*, escrito em 1843 pelo general J. I. de Abreu e Lima; o *Resumo da História do Brasil*, do professor Salvador Henrique D’Albuquerque, de 1848; e *Lições de História do Brasil*, escritas pelo professor Joaquim Manoel de Macedo em 1863. Além destes compêndios, destacamos também alguns livros de história, mas que não sabemos ao certo se eram utilizados nas escolas brasileiras de então: *História do Brasil*, escrito por Francisco Solano Constancio em 1839; *Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil*, escrito por Agostinho Marques Perdigão Malheiro e editado em 1850; e ainda o tradicional livro de Francisco Adolpho de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, com sua primeira edição de 1857. A despeito da listagem dos autores e de suas obras logo acima, relacionamo-las no decorrer do texto de acordo com sua diacronia.

Assim, o primeiro livro de um brasileiro que fez referência à Conjuração Mineira de que temos conhecimento foi escrito por Francisco Solano Constancio, em 1839, e intitulado *História do Brasil*. No décimo capítulo do segundo tomo de *História do Brasil* há um tópico cuja questão é a “Conspiração em Minas-Geraes”. No que diz respeito ao tema da Conjuração Mineira, a escrita de Constancio se mostrou um tanto quanto independente. Acreditamos que isso tenha se dado por seu livro ter sido escrito durante o período regencial, assim, Constancio se apresentava menos adulator, menos propenso à defesa da monarquia. E inspirado, iniciou sua narrativa ao dizer que os jovens americanos oprimidos pelo despotismo monárquico e estimulados pela liberdade se inspiravam no sucesso da revolução das colônias inglesas da América setentrional e, portanto, visavam

[...] passar da escravidão a hum governo livre. Assim pensou hum antigo official de cavallaria de Minas-Geraes chamado Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o *Tiradentes*; formou o projecto de sacudir o jugo que pesava sobre o Brasil, e de o proclamar Republica independente [] (CONSTANCIO, 1839, p. 147, grifo do autor).

Apesar de ter cometido algumas incorreções quanto alguns períodos de governo, nomes e títulos nobiliárquicos, Constancio não se afastou do tema central da conspirata que se organizava em Minas Gerais em fins do setecentos. Para este autor, a principal causa do possível levante seria a vindoura cobrança de impostos atrasados e direitos reais. Em consonância com Constancio, os conspiradores já haviam decidido pelas armas e pelo mote

que estamparia a bandeira da nova pátria independente. Em seguida teriam que contar com a declaração da derrama pelo governador, o visconde de Barbacena, e aí tentariam “[...] excitar o povo de Minas, aproveitando o descontentamento que reinava naquella Capitania, em razão de se acharem os habitantes [...] alcançados em mais de setecentas arrobas de oiro que tinham pago de menos, pelo quinto []” (CONSTANCIO, 1839, p. 148).² Como a cobrança não foi efetivada pelo governador, os conjurados se descuidaram e, então, Joaquim Silvério dos Reis, depois seguido por outros, delatou o movimento. Após a prisão, o longo tempo de confinamento nos segredos e masmorras, e do julgamento dos conjurados, a liderança da conspiração, segundo Constancio, foi atribuída ao alferes Tiradentes, o único que não mereceu a clemência da rainha portuguesa.

É interessante notar no texto de Constancio que ele o iniciou com ares revolucionários e o encerrou com um tom conciliador. Ademais, ousou fazer uma conjectura acerca do sucesso ou não da conjuração, pois segundo ele, ainda “[...] que tivesse sido descoberta a conspiração he mui provavel que se teria mallogrado, porque o povo sim estava descontente, mas de maneira nenhuma disposto a se constituir em republica, e a se separar de Portugal []” (CONSTANCIO, 1839, p. 149).

Já dentro do período político denominado Segundo Reinado e, por isso, numa fase em que o país caminhava para a estabilidade política, o quinto capítulo do compêndio elaborado por J. I. de Abreu e Lima a respeito da história do Brasil versou sobre o “Projecto de revolução em Minas”, em poucas linhas, é verdade, mas ainda assim foi importante constatar a presença do tema da Conjuração Mineira em um livro escolar do começo do Segundo Reinado. Abreu e Lima tratou da conjura mineira como sendo um movimento pioneiro na colônia americana na tentativa de independência frente à metrópole portuguesa. E além de ser um projeto de emancipação política, de acordo com o autor, a revolução mineira visava conduzir a Capitania de Minas Gerais à república como sistema de governo, o que seria uma clara imitação do que as treze colônias do norte da América haviam intentado.³

² A ortografia original do texto foi mantida.

³ Sobre o termo revolução, que aparece em alguns textos referentes à Conjuração Mineira, acreditamos que fazia parte de uma conceituação característica do século XIX e que denominava alguns acontecimentos humanos específicos de forma similar com o termo original astronômico de revolução, isto é, o movimento cíclico e irresistível dos astros celestes.

Não sabemos a orientação filosófica seguida pelos autores por nós abordados, mas os que lançaram mão do termo revolução para caracterizar a Conjuração poderiam ter a intenção de passar ao seu leitor que o movimento mineiro de 1788-9 não era uma restauração, um retorno a um antigo estado de coisas, como em geral era o intento de muitas sublevações do período colonial, uma volta a um período em que a liberdade era menos

Entretanto, Abreu e Lima argumentou que, devido à topografia mineira, os envolvidos na empresa de libertar Minas Gerais do jugo português enviaram um dos seus à Capitania do Rio de Janeiro, o alferes dos Dragões, Joaquim José da Silva Xavier, com o intuito de conseguir apoio.⁴ Na sede do vice-reinado português na América, o alferes Silva Xavier se encontrou com um patrício seu, José Álvares Maciel, recém-chegado da Europa, onde havia estudado Filosofia Natural.⁵ Segundo Abreu e Lima o encontro e as práticas tidas entre os dois mineiros a respeito de uma provável independência mineira com o apoio da França, e talvez, de outras potências estrangeiras foram suficientes para o alferes acreditar que o sucesso da sublevação era viável. De volta a Vila Rica, Tiradentes teria convencido os outros conjurados de que o sucesso de sua missão no Rio estaria garantido, e como no caso dos anglo-americanos e a taxa extra, empreendida pelos ingleses, um pretexto para a tomada de poder seria a cobrança dos muitos impostos atrasados em Minas, a derrama. Este seria o sinal de que precisavam para que o conjurado, tenente-coronel dos Dragões, Francisco de Paula Freire de Andrade conclamasse sua tropa e o povo a expulsar o governador Barbacena do território mineiro e dar vivas à república.

restrita. E é justamente a liberdade, como nos diz Arendt (1988), um dos aspectos que dá o tom de uma nova significação para revolução.

De acordo com Arendt nem todo movimento social visava modificar o *status quo*, pelo contrário, mesmo as revoluções na França, 1789, e na América do Norte, 1776, começaram como agitações que visavam trazer de volta do passado uma forma de governo, uma administração que proporcionasse às pessoas mais liberdade. E a liberdade requerida não era mais que a liberdade de locomoção, a liberdade como garantia de uma repressão injustificada.

Por falta de documentos deixados pelos próprios conjurados mineiros não sabemos se eles visavam a uma mudança tão significativa na Capitania de Minas Gerais e que não teria paralelo em sua curta história, ou seja, que pensariam em um novo começo, uma *novus ordo saeculorum*, uma república. Contudo se sabe que alguns conjurados tinham o livro do Abade Raynal em que relatou os acontecimentos da revolução “Americana” Assim, talvez, e não podemos passar deste advérbio, os conjurados tenham percebido que uma história inteiramente nova, um recomeço, com suas possíveis leis, bandeira e armas fosse o desejado, e não um retorno ao período em que a metrópole portuguesa estava menos presente e onde as Câmaras tinham mais autonomia e representatividade.

E obviamente há grande chance de que os autores que usaram o termo *revolução* para tratarem da Conjuração Mineira estivessem equivocados em sua utilização, tendo feito confusão de conceitos, já que nem toda insurreição pode ser caracterizada como uma revolução. Assim como nem todo movimento que se utiliza da violência, aceita como legítima por alguns autores modernos é caracterizado como de cunho revolucionário.

Para um panorama um pouco mais amplo sobre o termo revolução, ainda que em um sentido muito parecido ao apresentado por Arendt, pode ser visto também em Koselleck (2006).

⁴ Seria pelas dificuldades em se transpor as densas matas e as elevadas e imponentes serras? Seria pelo isolamento comercial que o relevo proporcionaria a um futuro governo independente da Capitania? Mas a dificuldade de se chegar à Minas também não seria uma vantagem ao defendê-la das investidas dos portugueses? O autor foi evasivo quanto a sua afirmação, não tendo explicado sua visão.

⁵ Abreu e Lima se confundiu em dois pontos: disse que o sobrenome do estudante mineiro era Alves, e não Álvares; e engano maior foi ter pensado que o jovem Maciel fora o estudante que escreveu e se encontrou com o plenipotenciário dos Estados Unidos da América na França, Tomas Jefferson, quando na realidade quem o fez foi o também estudante José Joaquim da Maia, que não era mineiro, mas fluminense.

Abreu e Lima disse ainda que o também conjurado Joaquim Silvério dos Reis delatou seus companheiros ao governador Barbacena, que em seguida transmitiu ao vice-rei, conde de Resende, as denúncias relativas aos planos que se tramavam em Minas Gerais. O autor comentou ainda que após as prisões empreendidas pelo vice-rei, e que se deram sem resistência, de todos os envolvidos, o alferes Joaquim José da Silva Xavier foi julgado chefe da conspiração e, com alguns outros, condenado à força. Porém, uma carta régia enviada aos juízes da alçada comutou a pena de morte de todos os conspiradores em degredo, exceto a de Tiradentes. Abreu e Lima observou que na prisão em que aguardavam o julgamento e a condenação, doravante transformada em Câmara, alguns conjurados lá voltariam, mas com o intuito de elaborarem a Constituição do Império Brasileiro, em 1823. E ao finalizar seu texto referente à Conjuração Mineira discorreu que, “[...] Assim se malogrou o insensato projecto de uma sociedade, que mantinha no proprio seio o germen de sua destruição” (ABREU E LIMA, 1843, p. 164). Com esta frase acreditamos que Abreu e Lima se sentia aliviado de a conspiração mineira não ter logrado êxito, pois se os conjurados tivessem conseguido levar adiante um plano em que a Capitania de Minas Gerais se desligaria do restante da colônia para se tornar uma república independente, em 1843, ano em que Abreu e Lima publicou seu compêndio, o Brasil poderia não ter a mesma integridade territorial que apresentava naquele início de decênio. Isto é, apesar de não demonstrar constrangimento ao escrever que o primeiro movimento independentista da colônia portuguesa na América tinha muita influência republicana, expressou preocupação de o Brasil ter sido fragmentado, como nossos vizinhos hispânicos foram. E advertiu ainda sobre a insensatez de tal projeto.

Coincidente em muitos pontos, detalhes e até em escrita com o livro de Abreu e Lima, Salvador Henrique D’Albuquerque, um professor público, editou no ano de 1848 um livro de instrução primária no qual continha a história de seu país: *Resumo da História do Brasil*. No capítulo cinco deste compêndio D’Albuquerque teceu algumas linhas concernentes à Conjuração Mineira. De fato a similitude dos livros destes dois contemporâneos, ao menos no que toca ao capítulo dedicado ao motim mineiro é tamanha que até mesmo os títulos deles são iguais, sendo que no livro de D’Albuquerque o “Projecto de revolução em Minas” também nomeia seu capítulo. Não cremos que o livro de D’Albuquerque seja uma cópia explícita do livro de Abreu e Lima, mas que a obra deste tenha sido a inspiradora e, talvez, umas das poucas fontes a que o professor tenha tido acesso na elaboração de seu compêndio.

No início do item XI do capítulo cinco, D’Albuquerque atribuiu à Conjuração Mineira o caráter de ser o primeiro movimento pró-independência entre nós brasileiros:

[] um facto notavel por ser o primeiro que revelou assomos de independencia, veio occupar todos os espiritos.

Uma conspiração com o fito de declarar independente a Provincia de Minas, sob um governo republicano á imitação do da America ingleza se tramava [...] (D'ALBUQUERQUE, 1848, p. 224).

Como no livro de Abreu e Lima, D'Albuquerque abordou o relevo mineiro como um aspecto bem particular da Capitania de Minas Gerais, no entanto, este soube dar contornos um pouco mais claros que o primeiro, ao tratar da topografia. D'Albuquerque disse que as condições topográficas mineiras dificultariam o triunfo da revolução e que por isto, o alferes Silva Xavier havia sido enviado à Capitania vizinha do Rio de Janeiro, a fim de tentar angariar simpatizantes da causa mineira. Com isso, entendemos que apesar de os colonos mineiros poderem ter mais facilidade de resistência contra os portugueses no caso de o levante ter ido adiante, já que o terreno montanhoso propiciaria aos habitantes da Capitania uma defesa vantajosa, assim como ataques e emboscadas; os mesmos colonos poderiam ficar isolados do resto do mundo, tanto comercialmente quanto no caso de precisarem de ajuda militar externa, como aventava José Álvares Maciel. Assim, cremos que tanto Abreu e Lima quanto D'Albuquerque acreditavam que do ponto de vista estratégico, os mineiros precisariam que os fluminenses estivessem juntos a eles para que o projeto de independência desse certo.

D'Albuquerque discorreu ainda sobre a crença de alguns dos conjurados na comunhão de interesses com os fluminenses e sobre um possível entusiasmo pela ruptura com a metrópole: “[...] então soltarião vivas a – republica, e uma proclamação faria ver o povo que ficava desonerado de todos os impostos. O Governador seria preso, ou assassinado em caso de resistência []” (D'ALBUQUERQUE, 1848, p. 225-6). Seguindo no texto, D'Albuquerque apontou a delação feita por Joaquim Silvério dos Reis ao governador Barbacena, e que este comunicara tudo ao vice-rei. O conde de Resende, por seu lado, procedeu então às prisões dos envolvidos na trama e Tiradentes foi considerado o seu mentor. D'Albuquerque apontou a benevolência do governo português ao ter, por meio de carta da rainha D. Maria I, convertido as penas de morte de alguns dos conjurados em degredo perpétuo. Por outro lado disse que juntamente com a expiação de Tiradentes, na força iriam também “[...] o delirio de todos os rebeldes” (D'ALBUQUERQUE, 1848, p. 226).

Ademais, ao finalizar o tema que debatia sobre a Conjuração Mineira, D'Albuquerque foi enfático ao sinalizar que esta conjura foi um movimento autodestrutivo. Na frase em que isso é indicado achamos ser possível crer que, como Abreu e Lima, D'Albuquerque analisou tal conjuração como um partido que desintegraria a colônia portuguesa em muitos Estados

independentes. Esta visão um tanto quanto negativa da malograda revolução mineira talvez refletisse um receio por parte do autor, relativamente à fase pela qual o Brasil acabara de passar do temor da desintegração do território brasileiro, haja em vista os movimentos que ameaçaram com o separatismo durante o período regencial e o início do Segundo Reinado. Como assinalou Prado Junior (1993), agitações como a revolução Praieira, em Pernambuco, e a Balaiada, no Maranhão, foram movimentos que mesmo tendo apresentado alta radicalidade e uma ampla participação de segmentos subalternos da sociedade não chegaram às vias separatistas. Entretanto alguns outros, como a revolta Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e a Cabanagem, no Pará, chegaram mesmo a proclamar seus territórios como Estados republicanos e desligados do Império.

Outro livro que contém comentários acerca da revolta dos mineiros de 1788-9 foi editado em 1850 por Agostinho Marques Perdigão Malheiro e tem por título *Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil* (MALHEIRO, 1850). No terceiro capítulo deste livro há um tópico – Reinado de D. Maria I; 1777 a 1792 – em que sucintamente o autor citou alguns aspectos da Conjuração Mineira.

Malheiro descreveu a Conjuração como uma conspiração que erigiria a Capitania de Minas Gerais em república. Além disso, descreveu o conjurado Joaquim Silvério dos Reis, o principal delator do movimento, como sendo um infame pela denúncia de seus companheiros ao visconde de Barbacena, governador da Capitania. Malheiro disse ainda que Joaquim José da Silva Xavier foi qualificado como o líder da revolução e que por isso foi enforcado. Além do mais, o autor discorreu brevemente sobre as mudanças nas penas de alguns dos conjurados, passando da pena capital ao exílio em terras africanas. Destacou também a participação na conjura do “celebre” poeta Gonzaga. Chama-nos a atenção que o conjurado claramente mal visto por Malheiro foi o principal traidor da revolução, Reis, enquanto que Gonzaga foi ligeiramente louvado. Demais, este pequeno texto de Malheiro é marcado por demarcações cronológicas, como o destacamento da tomada de posse do vice-rei D. José de Castro, conde de Resende; e pelo afastamento do governo, por problemas de saúde, da rainha D. Maria I.

Mais um livro elaborado para narrar a história nacional foi escrito e teve sua primeira edição lançada em 1857, por Francisco Adolpho de Varnhagen. No segundo tomo da sua *História Geral do Brasil*, a lição ou capítulo XLVII abordou a “Primeira conjuração em favor da independencia do Brazil”.⁶ E de acordo com Varnhagen, o êxito da revolução dos colonos

⁶ Francisco Adolpho de Varnhagen. *História Geral do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857.

ingleses da América do norte disseminaria o ânimo e a busca por liberdade em várias outras colônias americanas, senão em todos os colonos, ao menos nos que tinham um maior grau de instrução. Como veremos a seguir, também na descrição do compêndio de Joaquim Manoel de Macedo, em que foi feita alusão aos 12 estudantes brasileiros reunidos na Europa com o fito de tornar sua pátria livre de Portugal, Varnhagen descreveu as aspirações desses jovens americanos que pensavam na independência de sua pátria pelos idos de 1786 e, claramente inspirados pelos americanos do norte. As menções a esses universitários quase sempre leva ao episódio do encontro do fluminense José Joaquim da Maia com o embaixador dos Estados Unidos da América na França, Tomas Jefferson, em Nimes, para se discutir uma possível ajuda dos Estados Unidos na independência brasileira. O texto de Varnhagen seguiu essa linha e, igualmente como fez Macedo, atribuiu os contatos de Maia com outros dois brasileiros, o também fluminense José Mariano Leal e o mineiro Domingos Vidal Barbosa, à tentativa de uma sublevação em Minas Gerais e no Rio de Janeiro que redundaria na Conjuração Mineira de 1788-9.

O retorno de Barbosa a Minas Gerais coincidiu com a chegada de José Álvares Maciel ao Rio de Janeiro, outro mineiro que talvez tenha feito parte dos “doze”. Conforme Varnhagen, quando Barbosa chegou a Minas, o que ele encontrou foi uma situação de desgoverno, onde o governador Luiz da Cunha e Menezes vexava e insultava o povo mineiro com sua forma arbitrária de administrar. Maciel havia concluído o curso de filosofia em Coimbra⁷ e ainda residido por um ano e meio na Inglaterra, onde aprendeu técnicas de manufaturas e, provavelmente, a produção de pólvora. Ambas as habilidades foram recomendadas ao governador Barbacena, mas também seriam utilíssimas quando a Capitania de Maciel, ou talvez toda a colônia, conseguisse a independência.

[] Temos por natural que a chegada destes dois Brasileiros alentou e fixou os projectos de sublevação, que existiriam ja na provincia. Os que mais se comprometteram foram o poeta, coronel do primeiro regimento d’auxiliares da Campanha do Rio-Verde, Ignacio José de Alvarenga Peixoto, ouvidor que fôra no Rio das Mortes; o qual se dedicou, durante mais dois annos, a redigir as leis e ordens que deveriam logo promulgar. Entre estas sabemos que se contava a da fundação de uma universidade em Villa Rica, e a mudança da capital para S. João d’El rei. Assim a esta conjuração se deve a primeira proposta dos dois grandes pensamentos, que ainda por ventura algum dia realisará o imperio brasileiro [] (VARNHAGEN, 1857, p. 272).

⁷ Já tendo sido contraposto com outras leituras, Maciel se formou em filosofia natural, o que hoje talvez se aproximasse do curso de Química ou do de Ciências Biológicas.

Alvarenga Peixoto havia sugerido ainda a divisa que figuraria na bandeira da nova pátria independente – *Libertas quae sera tamen*. Percebe-se no correr do texto, que Varnhagen considerava Alvarenga Peixoto, talvez por seus ofícios de poeta e de bacharel, como um dos maiores vultos entre os conspiradores.

Varnhagen traçou algumas características de parte dos conjurados; tratou da ida de Tiradentes ao Rio com a intenção de sondar os ânimos dos fluminenses a participarem da conjura mineira, e de comprar armas; e falou da primeira delação, a de Silvério dos Reis. É digno de nota que mencionemos o fato de o autor respaldar sua narrativa, ao menos parte dela, em fontes históricas, como as revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e a carta enviada pelo governador Barbacena às Câmaras Municipais de Minas Gerais em que suspendia temporariamente a execução da derrama. Portanto, era um trabalho não apenas com a narrativa dos acontecimentos que fizeram parte da história do Brasil, mas era, de fato, um trabalho historiográfico – ao menos no que tange ao capítulo por nós consultado.

Além do mais, Varnhagen comentou o efeito que a carta enviada às Câmaras provocou nos conjurados, tendo-os esmorecido por verem que a grande oportunidade do levante se perdia, uma vez que sem a decretação da derrama, o povo dificilmente se rebelaria contra o governo. Expôs como e em quais circunstâncias se deram as prisões dos envolvidos na conspiração, e demonstrou não acreditar no desconhecimento do desembargador Gonzaga quanto aos fatos atinentes à trama que então se concertava.

Muito provavelmente por escrever em um período em que não havia contestações a monarquia brasileira, ou se havia eram mui diminutas, o capítulo de Varnhagen dedicado à história da Conjuração Mineira é muito mais elogioso e favorável à rainha portuguesa, D. Maria I e, portanto, ao governo português, que aos conjurados. Some-se a isso o fato de o livro ter sido dedicado ao monarca brasileiro, o Imperador D. Pedro II. Assim, ao tratar da sentença proferida pela alçada e da condenação de alguns dos conjurados à morte, Varnhagen abriu mão de lastimar, ou quem sabe, censurar a morte e o posterior esquartejamento de um dos envolvidos, Tiradentes, para exaltar a rainha ao ter suavizado as penas dos demais:

[] Felizmente não tinha de executar-se tão dura sentença. Occupava o throno uma piedosa rainha, que havia com tempo prevenido contra a severidade do codigo criminal do paiz, o livro quinto das *Ordenações Filipinas*. Por carta régia, de 15 de outubro de 1790, dirigida ao chanceller, juiz da alçada, fôra ordenado que aos proprios chefes da conjuração a pena ficasse limitada ao degredo, excepto quando fosse isso absolutamente impossivel, pela atrocidade e escandalosa publicidade de seu crime [...] Este

só acto da boa alma da primeira testa coroada, que veio em pessoa com o diadema ao novo mundo, fará todos os Brasileiros bemdizer a memória desta inclita [rainha] (VARNHAGEN, 1857, p. 278, grifos do autor).

Não bastassem os panegíricos à rainha portuguesa, Varnhagen ainda se mostrou insensível quanto à figura de Tiradentes, chamando-o de insignificante e indiscreto. Do mesmo modo, disse que o “[...] martyrio do patibulo conferiu ao alferes Silva Xavier meritos que ele não tinha, attribuindo-se-lhe [...] a glória da primeira tentativa pela independencia do Brazil”. Mas Varnhagen foi além, sendo até ofensivo ao ter dito que a independência brasileira “foi obra de muitos patricios illustres, e de varios individuos de letras e de sciencias []” (VARNHAGEN, 1857, p. 280). Por outro, lado lamentou que até o momento da escrita de seu livro, nenhum patriota havia trazido para o Brasil os restos mortais daqueles conjurados que morreram no exílio. Isto é, Varnhagen dava certo valor aos conjurados desterrados, os quais, em sua maioria eram da aristocracia colonial, além de serem homens de letras; e maldizia Silva Xavier, um suboficial dos Dragões de Minas, com pouca instrução e que, aparentemente, pregava a insubmissão à Coroa portuguesa e louvava a liberdade dos anglo-americanos e dos franceses.

Pouco antes de encerrar seu capítulo, Varnhagen fez algumas conjecturas caso o levante mineiro tivesse tido prosseguimento. Na análise em que fez, uma guerra civil teria tido espaço na Capitania. Não obstante, os mineiros teriam ficado isolados, pois os paulistas parecem não ter sido ouvidos quanto à sua hipotética participação na revolução, e os fluminenses contavam com uma vigilância muito grande da metrópole para poderem se arriscar. Mas se mesmo assim os mineiros, aliados com os fluminenses ou não, fossem avante em seu projeto republicano, o vice-rei Luiz de Vasconcellos e Souza poderia ter se refugiado em Santa Catarina ou em Rio Grande [do Sul], e daí atacado os revoltosos a partir de duas frentes: por São Paulo e Pernambuco, além de bloquear o porto do Rio de Janeiro, o que impediria a chegada de ajuda militar estrangeira.

Por fim, concluiu seu texto ao refletir que Minas Gerais, isolada enquanto república dentro de um território governado por uma monarquia, não teria tido condições de prosperar. E que a Providência havia feito com que o Brasil tivesse tido um melhor destino que a vizinha colônia espanhola, esfacelada em muitas e pequenas repúblicas, que diferente do Brasil não tinham tantas liberdades nem respeito internacional enquanto nações.

Todavia, alguns anos mais tarde foi lançada a segunda edição do livro de Varnhagen (VARNHAGEN, não há data). Esta edição, apontada na página de rosto como aumentada e

melhorada pelo autor, apresentou algumas diferenças no capítulo que diz respeito aos conjurados de Minas Gerais, em relação à edição anterior. Não obstante, o autor disse que sua nova visão dos acontecimentos não o colocava em contradição com o mesmo capítulo da primeira edição. Para se justificar, Varnhagen deu a entender que quando escreveu a edição passada de seu livro, apesar de a tradição oral relativa à Conjuração Mineira ainda ser um lugar-comum, teria optado por consultar apenas as fontes oficiais para sua escrita.

Vejamos então, uns exemplos de variações nos textos. A primeira delas já começa pelo título, mais comedido, “Idéas e conloios em favor da independencia em Minas”. Além disso, Varnhagen fez algumas correções, como denominar o coimbrão recém-chegado a Minas, José Álvares Maciel, de forma correta.⁸ Na edição anterior o conjurado mais exaltado foi Alvarenga Peixoto, o qual na edição atual teve diminuta atenção, sendo mostrado que era um homem com alguns receios. Na medida em que Gonzaga passou a ocupar o mais alto patamar entre os mineiros, na visão de Varnhagen, o desembargador e poeta não teve qualquer participação na conspirata, e em todo o texto tentou expor a sua inocência. Ainda quanto às mudanças, tratou o alferes Silva Xavier como o maior vulto da rebelião mineira “[...] pelo seu grande entusiasmo, pela sua muita expansão e indiscrição, e, a final, até pelo seu martyrio [...]” (VARNHAGEN, não há data, p. 1.019). Dizia ainda que no auge do entusiasmo, Tiradentes tinha impulsos de patriotismo e de ambição.

Sobre o movimento mineiro em si, Varnhagen parece ter desacreditado em seu caráter emancipatório, e parece mesmo duvidar de que a Conjuração Mineira tenha sido um movimento estabelecido. Assim, sobre o levante e a figura de Tiradentes, disse-nos o autor:

[...] Pelo que respeita á sua heroica empresa, não a denominaremos *conjuração*. Custa-nos até o dar-lhe o nome de conspiração; embora concedamos que fosse elle verdadeiro conspirador. Não houve, porém, *conjurados* ou conspiradores ajuramentados em regra; não foi a resolução precedida de conciliabulos tenebrosos [...] as reuniões faziam-se quasi a portas e janellas abertas, sendo apenas o assumpto, que servia nellas de thema, conversação reservada, interrompida com a entrada de qualquer profano [...] Assim succedeu até na unica reunião, em casa do tenente-coronel Andrada, em fins de 1788 ou principios de 1789, que teve um pouco mais apparencia do verdadeiro conventiculo ou conloio; e na qual se cruzaram e ventilaram mais fixamente algumas especies revolucionarias [] (VARNHAGEN, não há data, p. 1.024, grifos do autor).

Concernente a outros pontos que tocava ao levante: como as sugestões de Tiradentes e Alvarenga Peixoto sobre a bandeira; a necessidade de esperar o povo se manifestar

⁸ Na 1.^a edição, o nome deste conjurado é descrito incorretamente, alterando-se o sobrenome Álvares por Alves.

contrariamente à derrama e aí, com o auxílio da cavalaria derrubar Barbacena e conclamar um novo governo; o destino do governador após a deposição; Varnhagen tratou tudo isso como hipotético. E que somente o alferes Tiradentes havia levado a sério o negócio, tornando-se por isso, o cabeça da possível empreitada.

O que nos chama bastante atenção neste segundo texto de Varnhagen, é que apesar dele ter tentado diminuir o alcance e mesmo o status da Conjuração Mineira enquanto um movimento constituído que buscava a emancipação – e aqui não importa se seria a de Minas ou a do Brasil –, ele não pôde escapar a alguns pontos que o punham em contradição com a ideia que queria transmitir. Podemos supor que quando Varnhagen escreveu sua segunda edição de *História Geral do Brasil*, o movimento republicano estivesse em ascensão em algumas partes do Brasil, especialmente na Corte. E que as negativas em seu texto ao não querer classificar a Inconfidência como motim, levante, revolução ou afins deveria refletir o momento de crise que a Monarquia começava a experimentar, isto é, a partir da década de 1860. Assim, se o contexto de Varnhagen para a publicação da segunda edição de seu livro fosse o do crescimento, ainda que tímido, do número de republicanos e o da falta de coesão entre os monarquistas desde, principalmente, o fim do Gabinete do marques de Paraná, havia ainda um agravante. Percebemos que a imagem do alferes Silva Xavier já se fazia presente entre alguns seguimentos da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX e, talvez, este símbolo republicano incomodasse a monarquistas como Varnhagen. Vemos essa presença da imagem de Tiradentes em algumas linhas de seu texto quando foi citada a sentença da Alçada, lida a todos os conjurados; e também quando os comunicou da carta régia que comutava as penas capitais de todos, exceto a de Silva Xavier, considerado propagandista e o líder da conjura. Tiradentes teria ouvido com serenidade a conversão das penas dos seus sócios e, “[...] Por esta forma ele se adiantou a aceitar para si a responsabilidade desta nobre tentativa e as glórias do martírio que hoje lhe confere a posteridade []” (VARNHAGEN, não há data, p. 1.034, grifo nosso).

Ainda atinente aos compêndios de história do Brasil, e em cujos índices se faz presente a história da Conjuração Mineira, o professor e romancista Joaquim Manoel de Macedo escreveu um livro de instrução escolar em que relatou a trajetória da colônia portuguesa na América, o Brasil. Todavia, ao elaborar, em 1863, suas *Lições de História do Brasil*, Macedo apresentou uma visão bastante diferente da de seus antecessores no que refere ao episódio da Conjuração Mineira. Percebamos então, como a lição de número XVII de seu

livro tratou de forma um tanto quanto distinta, se a analisarmos defronte todos os textos que vimos até aqui, a conjura que se tramou em Minas Gerais nos anos finais da década de 1780.⁹

Macedo discorreu nessa lição de seu livro sobre o impacto que haveria de ter, na América portuguesa, dos acontecimentos ocorridos nas treze colônias inglesas da América do Norte, isto é, sua independência. Segundo Macedo, há muito que alguns estadistas portugueses vislumbravam a mudança da corte portuguesa para a América com o intuito de se concretizar o ideal de um grande império lusitano. Macedo fez constar em seu texto que na década de 1780, o embaixador espanhol na França, o conde de Aranda, indicava a transferência da coroa portuguesa para a América e a anexação de Portugal pela Espanha, numa troca pelos territórios do Peru e do Chile. Na visão de Aranda, tal negociação seria vantajosa para espanhóis e portugueses, pois os fatores que inspiraram a emancipação das treze colônias inglesas chegariam, cedo ou tarde, às colônias ibéricas em todo território americano.

De acordo com Macedo, o desenvolvimento da colônia portuguesa na América, em termos civilizatórios, ainda era muito aquém do que se via no recém-fundado país, os Estados Unidos da América. Porém, já no último quartel do século XVIII, era perceptível nas artes e nas letras uma inclinação ao brasileiro.

[...] Esta tendencia, e, póde-se dizer, ostentação de brasileiro apresentava como primeiro resultado a independencia na litteratura e nas artes; mas trazia por isso mesmo a idéa de uma nacionalidade que sómente á independencia politica era dado realizar; os poetas e os artistas pois, sem o pensar talvez, trabalhavam já na obra magestosa da regeneração do Brasil [] (MACEDO, 1863, p. 217-8).

Mas além desses artistas, Macedo deu importância também aos jovens colonos que tiveram condições de ir estudar nas universidades de Coimbra e de Montpellier. Segundo o autor, um grupo de 12 estudantes “brasileiros”, dessas universidades, reunia-se com o propósito de planejarem a independência de sua pátria em relação à metrópole portuguesa. Dentre esses estudantes estava o fluminense José Joaquim da Maia, o qual se correspondeu e conversou com o embaixador estadunidense na França, Tomas Jefferson; e o mineiro Domingos Vidal Barbosa. O primeiro estudante morreu em Lisboa antes de conseguir retornar ao Rio de Janeiro. No entanto, Barbosa e um patrício seu, José Álvares Maciel,¹⁰ retornaram ao Brasil

⁹ O título do capítulo (lição): “Primeiras idéas de independencia do Brasil: conspiração mallograda em Minas Geraes. O Tiradentes – 1786-1792”.

¹⁰ Como outros escritores do período, Macedo também se confundiu e denominou este mineiro de forma incorreta, tratando-o por José Alves Maciel.

no momento em que se tramava uma provável aliança entre mineiros e fluminenses contra a metrópole (MACEDO, 1863, p. 220).

Além de Macedo ser muito detalhista em sua narração, seu posicionamento difere do de seus predecessores porque ele tratou, em diversos momentos do texto, os conjurados mineiros como sendo ilustres, intrépidos, generosos e corajosos. Não obstante Macedo demonstrasse respeito pela figura da rainha D. Maria I ao longo de sua escrita, ele não deixou que essa consideração pelo governo português obscurecesse os personagens da conspiração mineira. E é justamente nesse ponto que Macedo mais destoou dos outros autores, já que conseguiu fazer uma análise em que foi respeitoso com o governo português, o que implicitamente mostrava sua fidelidade ao regime monárquico, e de certa forma enalteceu os conjurados sem precisar se expor aos riscos de ser acusado de republicano.

Relativamente aos participantes da conspiração e de sua distribuição naquela sociedade, Macedo dizia que eram “[...] entre outros homens distintos por caráter, ilustração e posição social [...]” (MACEDO, 1863, p. 221); e que dos principais líderes da conspiração, um dos menos importantes, Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes, foi considerado nas duas devassas, e pela alçada, como o principal membro. Tiradentes e outros companheiros de sedição foram condenados pela alçada à pena máxima, a forca. Todavia, Macedo apontou que tais penas só foram aplicadas em decorrência das leis do período, e não por arbitrariedade portuguesa, e que mesmo com o rigor das leis, a rainha portuguesa foi louvável por ter alternado a pena de morte de muitos dos envolvidos na conjura em desterro. A única exceção seria feita e, portanto, mantida a execução em patíbulo “[...] ao infeliz alferes Joaquim José da Silva Xavier, que foi considerado no caso *de chefe da conspiração, e criminoso imperdoável pela atrocidade e escandalosa publicidade de horrível atentado* [...]” (MACEDO, 1863, p. 225, grifo do autor).

Macedo alegou que o sucesso da Conjuração Mineira era real, contudo temeroso, visto que a independência de Minas Gerais e talvez, juntamente, do Rio de Janeiro, poderia redundar no esfacelamento do território que viria, em poucos anos, a ser o Brasil. E que a república a ser instalada nessa região destoaria da tradição e tendência do povo que habitava toda a colônia portuguesa na América.

Porém, Macedo foi além em sua interpretação dos fatos e viu uma relação entre o movimento mineiro de 1788-9 e a independência brasileira, em 1822. Segundo ele, a revolução mineira era inoportuna, visto que uma república em Minas Gerais, e quando muito

no Rio de Janeiro poderia ameaçar com o separatismo a divisão em muitos Estados da porção portuguesa na América. Mas para Macedo, os inconfidentes,

[] esses primeiros martyres da nobre causa que alcançou victoria trinta anos mais tarde, forão os precursores dos heróes do Ypiranga, e tem direito a uma parte dos louros que cingirão as fronte dos vencedores de 1822, e a gratidão e a benção de todos os brasileiros.

Os nomes d'essas victimas gloriosas ficarão para sempre gravados nos corações dos seus patricios [] (MACEDO, 1863, p. 226).

Neste trecho vemos dois importantes apontamentos. O primeiro deles é a forma como Macedo denominou os conjurados, tratando-os por mártires e vítimas. Ao caracterizá-los deste modo, o autor mostrou que era possível conciliar a história de um movimento republicano com as características *sui generis* do Brasil, um país monarquista na América. Assim, não seria preciso matizar a Conjuração Mineira, de acordo com os interesses do regime político, para que ela fosse abordada nos livros de história. Seguidamente, Macedo tocou em outra questão que merece destaque, a relação entre a Inconfidência e a Independência, a qual, dos seis autores até aqui elencados, foi o único que fez menção a este ponto. E isso é algo bem relevante, pois mesmo sendo monarquista e vivendo sob uma monarquia, ele pôde fazer tal correlação: associar um movimento de inspiração republicana com a Independência brasileira.

Para finalizar seu texto concernente à Conjuração, Macedo ratificou que as barbaridades que acometeram os mineiros revoltosos de 1789 só ocorreram em decorrência da crueldade e iniquidade da legislação vigente na época. E apesar de que nos tenha parecido que Macedo tinha bastante empatia com os conjurados, por terem sido os primeiros a almejar a emancipação política, uma vez mais saudou a rainha D. Maria I pela louvável e piedosa atitude de abrandar as penas da maioria dos conjurados.

Apesar de não ser nossa intenção tratar de temas relacionados com a literatura, não podemos ser negligentes e deixar passar despercebido que esta disciplina também deu enfoque a alguns dos conjurados. Vamos assim, expor alguns pontos e passagens, mas somente como forma de ilustrar a presença da Conjuração Mineira entre alguns literatos oitocentistas.

Embora a temática concernente à Conjuração Mineira, mais especificamente ligada a alguns de seus participantes, tenha estado presente nas obras de alguns literatos atuantes no século XIX, nenhum deles deu a Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, contornos de

herói. De acordo com Milliet (2001), a Conjuração teria sido tratada com descaso pela literatura oitocentista brasileira, sendo Antônio Frederico de Castro Alves uma das poucas exceções. Contudo, assinalou-se que *Gonzaga e a Conjuração de Minas* não teve o mesmo brilhantismo das suas poesias de cunho abolicionista, como *O navio negreiro* e *Vozes d'África*.

Ainda segundo Milliet, o romantismo poderia ter proporcionado uma boa literatura de cunho nacional a partir da Inconfidência se esta tivesse sido enxergada como um movimento cujas nuances fossem nacionais, nativistas. Isto é, se agitação mineira de fins do século XVIII conseguisse ensinar um aspecto anti-metropolitano e com as cores que delineariam a formação nacional. No entanto, o romantismo brasileiro da primeira metade do oitocentos foi focado na direção da imagem do indígena e, por conseguinte, foi desenvolvido um movimento que estabelecia a formação da nação brasileira oriunda da imbricação de portugueses e nativos brasileiros. A este movimento se deveu o nome de indianismo, cujos expoentes Gonçalves Dias e José de Alencar tiveram o apoio do jovem monarca D. Pedro II, interessado na consolidação de uma cultura nacional e no estabelecimento de uma literatura nacionalista (MILLIET, 2001, p. 60-2).

Além disso, do ponto de vista histórico seria interessante que a literatura fosse capaz de captar o ponto mais remoto da nova nação, não como uma prova histórica, que disso a História deveria tratar, mas dos aspectos míticos dessa nova nação. E por isso,

[...] no romance histórico, o passado colonial ressurgiu como lastro ancestral sobre o qual se alicerça a nacionalidade. Do fundo do tempo vem o índio, entidade mítica [...] Desse projeto o Estado é o mentor [...] a transição do estatuto colonial para o de nação independente se dera sem graves conturbações graças à compreensão de Portugal, que teria aceitado e até, em certa medida, incentivado a autonomia da Colônia. A Inconfidência e outros movimentos emancipacionistas antagônicos ao poder constituído não passariam de agentes da desordem: intentaram romper o *continuum* presidido pelo Estado movidos por idéias exteriores ao nosso contexto; prematuros no tempo, puseram em risco a unidade do país. Eis por que os primeiros românticos identificados com a ideologia oficial não podem ver em Tiradentes o herói; muito ao contrário justificam sua condenação à luz da razão do Estado. [] (MILLIET, 2001, p. 62-3).

Entretanto, Serelle apresentou alguns aspectos discordantes de Milliet, principalmente no que toca ao sub aproveitamento dos membros da Inconfidência Mineira por literatos do início do oitocentos. Apesar de vermos no texto de Serelle que na primeira metade do século XIX já havia bastante material que versava sobre a Conjuração Mineira, foi com o início do

Segundo Reinado que mais se procedeu a publicações referentes aos conjurados mineiros.¹¹ A começar pelo movimento literário denominado Romantismo, por meio do qual alguns literatos usaram seus talentos para tratarem desse assunto, que poderia ser bastante espinhoso à Monarquia, e especialmente se tratasse sobre Tiradentes. O primeiro literato a relacionar um escrito seu com a Conjuração Mineira foi Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, fluminense representante do Romantismo, cuja obra *Gonzaga ou a revolução do Tiradentes* foi publicada em duas edições, 1848-51 (SERELLE, 2002).

Teria sido também na literatura que se cunhara pela primeira vez a referência de Tiradentes à imagem e ao martírio de Jesus Cristo. Com a obra *Gonzaga ou a revolução de Minas*,¹² Castro Alves dedicou um título ao “Cristo da multidão”. Porém, as primeiras associações entre Tiradentes e a história bíblica ocorreram ainda no século XVIII através dos textos já citados: *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas*, e *Últimos momentos dos inconfidentes de 1789* (SERELLE, 2002).

Três textos do período oitocentista tiveram – não restritos a um estilo literário específico – ainda como tema o alferes Joaquim José da Silva Xavier, em especial o que teria acontecido com sua cabeça, são textos de: Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1861), Bernardo Guimarães (1871) e Raimundo Correia (1882). Os três contos giram em torno do imaginário mineiro – principalmente o que se propagava na Província de Minas Gerais – que se criou com o possível sumiço da cabeça do mártir, exposta em Vila Rica (SERELLE, 2002). O tema destes textos, somado à oralidade, despertou muitas lendas e curiosidades a respeito do que teria acontecido com a cabeça de Silva Xavier.

Mesmo que no decorrer de seu texto, Serelle não tenha citado nenhuma obra historiográfica do século XIX relativa à Inconfidência, por desconhecimento ou descuido, ele transcreveu a importância que viria a ter no último quartel deste século a obra de Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Sousa e Silva era funcionário do Estado monárquico e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e escreveu a *História da Conjuração Mineira*, livro editado em 1873. Diferente da literatura, que utilizava alguns eventos históricos para enriquecer seus escritos, inclusive alguns atinentes à Inconfidência, Serelle destacou esta obra como completa e propriamente histórica sobre tal temática. O relevante em relação ao livro de

¹¹ Assim como não encontramos nenhum historiador contemporâneo que abordou os seis autores citados no início de nosso texto – Constancio, Abreu e Lima, D’Albuquerque, Malheiro, Varnhagen e Macedo – Serelle também não o fez.

¹² Como se vê há uma discrepância entre Serelle e Milliet quanto ao nome da peça de Castro Alves relativa à Conjuração Mineira. Porém a denominação correta é feita por Serelle: *Gonzaga ou a revolução de Minas*.

Sousa e Silva foi que além de atingir um bom público no Brasil, ele também foi lido em Portugal. Assim, *História da Conjuração Mineira* passou a ser uma referência a brasileiros ou portugueses que quisessem escrever e pesquisar sobre a Conjuração Mineira. Porém, o inovador nesta obra teria sido a utilização dos *Autos da Devassa*, documentos encontrados por Sousa e Silva na Secretaria de Estado do Império. Mas além desses documentos oficiais e antes de escrever seu livro, Sousa e Silva ainda consultou duas outras fontes contemporâneas à conjura: *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro – desde o dia 17 até 26 de abril de 1792*, obra anônima; e a obra que se acredita ser do frei Raimundo de Penaforte: *Últimos momentos dos inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão* (SERELLE, 2002, p. 33-4).

Porém, mesmo tendo utilizado exaustivamente fontes históricas para escrever seu livro, Sousa e Silva foi muito criticado por supostamente ter sido inventivo e caprichoso em demasia em algumas passagens. Além de ser acusado de tomar partido, uma vez que ele era monarquista e intencionalmente teria diminuído a figura de Tiradentes, já almejada pelos republicanos. Serelle analisou essas críticas e acreditava que muitas delas se deveram ao fato de Sousa e Silva ter escrito muitos textos literários ao longo de sua vida, antes de se dedicar a escrever a história da Inconfidência, mas também por ele ter desprezado a figura de Tiradentes em prol da Monarquia. Comentou ainda que esse ilustre sócio do IHGB se defendia das críticas ao dizer que seu livro não era um romance, mas sim um relato histórico, numa clara tentativa de desvincular a História da literatura. As críticas ainda se deviam ao contato existente entre o autor de *História da Conjuração Mineira* e o Imperador Dom Pedro II, que era patrono do IHGB (SERELLE, 2002, p. 34-5).

No correr de sua tese, Serelle utilizou um interessante conceito, o de “escuta”, relativo às fontes que Sousa e Silva usou no livro *História da Conjuração Mineira* e que “apareceram” em meio à sua narrativa. Uma característica que segundo Serelle, Sousa e Silva teria adotado para, certamente, demonstrar o caráter historiográfico de sua obra, afastando-a de qualquer vinculação com a literatura. Entretanto, foi argumentado por Serelle que a introdução de trechos de fontes ou referências a elas não garantiriam necessariamente um caráter histórico a um texto. Afinal, textos literários como os romances históricos contêm epígrafes, partes de fontes que carregam passagens de acontecimentos verídicos, e essa característica não dá absolutamente a essa narrativa um aspecto de texto histórico. A importância da utilização de fontes feita pela História se deve à afirmação de um gênero que

se quer basear na cientificidade, “quando na literatura ela não passa de mais um estratagema narrativo” (SERELLE, 2002, p. 50).

Foi estabelecida na tese de Serelle uma relação entre a História e a literatura no tocante à propagação dos acontecimentos da Conjuração Mineira. A década de 1840 foi considerada por Serelle como um momento propício à busca de movimentos passados que tivessem uma origem autóctone e que pudessem ajudar na formação de uma nacionalidade histórica. E nisso concorda com Milliet, pois a Inconfidência poderia ter inspirado muitos escritos por ter tido membros ligados à elite administrativa da colônia, assim como por alguns deles terem tido ligação com as letras, e por eles supostamente terem buscado a liberdade frente a metrópole portuguesa. Desta forma, seria mais fácil moldar os possíveis novos heróis da nação brasileira, os mártires mineiros, mesmo sob o regime monárquico, já que seriam heróis de um movimento libertário e não republicano. Outro fator que pesava a favor desta conspirata é que ela se deu numa região que há muito era a principal do Império, a região que abrangia as províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Mas Serelle advertiu que haveria dois lados divergentes em se escolher a Conjuração Mineira como expoente na consolidação de heróis nacionais no estilo romântico: o primeiro deles esteve ligado a uma “escola” literária que escreveu obras como *Gonzaga ou a revolução do Tiradentes*, de Teixeira e Sousa, e que utilizou a Inconfidência como um tema para muitos outros romances históricos, poemas, etc., e onde não apresentava discrepância com o governo. E outro que, como ponto negativo para o regime vigente, tinha a Inconfidência como uma agitação de caráter republicano e, por isto, em difícil consonância com as demandas do Império. Algumas características associadas a Tiradentes, como por exemplo, a profissão – militar suboficial – e o espaço social que ocupava – não era um potentado nem era homem de letras, estando mais próximo às camadas mais baixas da sociedade mineira –, mais o ponto controverso da fervorosa propaganda republicana, o preteriu e levou à escolha do poeta e aristocrata Tomás Antônio Gonzaga como herói do movimento. Ademais, este também representava um arquétipo de árcade americano (SERELLE, 2002, p. 16-7). Assim, Gonzaga foi preferido como herói por ser um poeta árcade e um membro da elite luso-brasileira. Assim como pelo fato de suas liras, *Marília de Dirceu*, representarem um importante monumento na literatura luso-brasileira. Além do mais, elas poderiam ser relacionadas como literatura de fundação da nacionalidade brasileira, importante atributo no estabelecimento de Estados-nação.

A partir da década de 1870 começaram a surgir poemas, e que se intensificaram na década seguinte, em que o Imperador D. Pedro II e o regime monárquico eram atacados. Esses poemas foram denominados “socialistas” por Aníbal Falcão e assinalados como um aspecto na decadência da estética romântica. Como o Romantismo começava a declinar, e este era de uma forma geral um estilo associado ao trono brasileiro, era de se esperar que um novo movimento literário rompesse com essa característica e, naturalmente, tivesse tendências republicanas (SERELLE, 2002, p. 171-2).

E segundo Serelle, a produção literária que estava voltada em torno da figura de Tiradentes se firmou na década de 1880, em geral, como forma de afrontar a Monarquia. Igualmente, o apelo político em torno da imagem de Tiradentes ficou mais patente nessa época.

O uso da imagem do Tiradentes, nessa breve fase da literatura brasileira, tonar-se, portanto, um ‘modismo’, apenas um contraponto alegórico aos símbolos do Império. Nesse panorama cultural, escreveria Basbaum, a República é mais ‘um sentimento estético que propriamente prático ou político. Era belo ser republicano, como era belo ser abolicionista’ [...] Os versos ‘socialistas’ já indicavam, porém, a confecção de um herói para a futura República e o rompimento com a tradição monárquica, o que abria caminho para a revisão da história da conspiração mineira no final do século XIX (SERELLE, 2002, p. 176).

No correr da tese de Serelle foram feitas tentativas de se mostrar que os discursos literário e histórico ao longo do século XIX, mas principalmente em sua segunda metade, tinham uma relação de muita proximidade com as fontes históricas. No contexto deste século, a obrigatoriedade de estar próximo do acontecimento verídico, dos vestígios do passado e distante de uma narrativa estritamente especulativa se devia ao interesse e à necessidade da História em se estabelecer como uma ciência, distanciando-se da arte. E, portanto, foi um momento em que a disciplina histórica tentava um afastamento da literatura ao se basear primordialmente em fontes documentais e, assim, firmar-se no campo da cientificidade. No Brasil essa questão não era menos importante que em outros locais, visto que foi identificado um caráter híbrido do intelectual brasileiro do século XIX, sendo que muitos deles atuavam no campo da História e também no literário – e este aspecto é um dos que ia contra Sousa e Silva e sua tentativa de escrever um livro de história. Já pelo lado da literatura, mesmo que para fins ficcionais, ter intimidade com as fontes históricas se deu por conta de uma característica de estilo, o Romantismo, que embora iniciado na Europa se difundiu também pelo Brasil.

Demonstrou-se também que havia uma intenção comum nas narrativas literárias, que era a invenção de uma nacionalidade brasileira fundada em fatos históricos. Do lado do Romantismo, os romances sobre a Inconfidência ajudaram na consolidação de um movimento libertário que visava à independência e, portanto, seria bem associado aos valores do Império, sem atacar a figura de D. Pedro II. Já os escritores pós-românticos utilizaram algo que foi uma característica das décadas de 1870 e principalmente da de 80, qual seja, a imagem de Tiradentes de modo a privilegiar um aspecto republicano da Conjuração Mineira. Desta maneira vemos que

[...] pelo menos dois momentos narrativos da Inconfidência no Oitocentos, que obedecem, como vimos, a orientações políticas diferentes (Monarquia e República), mas que, por outro lado, compartilham de perspectivas semelhantes, já que, em ambos os casos, literatura e história apresentam-se como práticas formadoras do imaginário e não excludentes de narrar o passado, (re)construindo aspectos da tradição que se quer afirmar e buscando a expressão de um processo histórico nacional (SERELLE, 2002, p. 217-8).

Ao finalizar a tese, Serelle abordou como foi relevante no século XIX o contato entre história e literatura com o intuito de ressuscitar do passado a Conjuração Mineira, e que esse contato teve mais pontos em comum que distoantes, mesmo que estando inseridos em campos discursivos tão diferentes (SERELLE, 2002, p. 220).

*

Enquanto isso, de uma maneira mais ampla, abordados os textos dos seis autores supracitados, conseguimos visualizar melhor algumas de suas intenções e se tinham um posicionamento parecido entre si ou se havia excessivo destoar de ideias. Ao passo que Abreu e Lima, D’Albuquerque, Malheiro, Varnhagen e Macedo deixaram transparecer em sua escrita que o sucesso da Conjuração Mineira resultaria no desmembramento de Minas Gerais – e talvez conjuntamente com o Rio de Janeiro – do restante da colônia portuguesa, somente Constancio deixou de lado qualquer observação a esse respeito. Percebe-se também que dos

sete livros¹³ em questão é só no de Macedo que existe uma relação entre a Conjuração Mineira e a independência brasileira como uma continuação de interesses patrióticos, onde a primeira teria sido a precursora da segunda num movimento irresistível da história e da evolução natural dos colonos americanos.

Pelo curto espaço de tempo entre a escrita do primeiro texto, o de Constancio em 1839, e o último, de Macedo em 1863, percebemos que desde a elaboração daquele à publicação deste há pontos em comum em todos eles. Não queremos com isso supor que um autor subsequente, ao ter lido o texto do anterior o copiou, tendo feito melhoramentos e expansões. Mas que talvez houvesse uma ideia geral difundida por algumas fontes escritas, pela tradição oral, enfim, pelo senso comum, em especial nas regiões próximas dos acontecimentos de 1789 a 1792, do que havia sido a Conjuração Mineira e que então, a partir de alguns pressupostos, os textos que diziam respeito a ela tivessem uma aparência comum, análoga.

Dos textos mencionados no correr do capítulo é importante destacar as suas similitudes, o que neles se repetiu. Assim, vimos que em todos eles era apontada a ideia de que tornar a colônia portuguesa na América em território independente da metrópole – tendo como exemplo a bem sucedida revolução dos anglo-americanos em 1776 – era um desejo de alguns colonos, mas principalmente dos que tinham instrução. Tomariam maior parte nesse intento os brasileiros que estudaram em universidades europeias no fim dos anos 1780. Ademais, os seis autores difundiram que essas ideias emancipacionistas chegaram a Minas Gerais por meio de dois filhos da terra, Domingos Vidal Barbosa e José Álvares Maciel, e a partir de tal difusão alguns mineiros “ilustres” pensaram em transformar a Capitania numa república. Quanto a este ponto em particular há algumas variações de posicionamento. Enquanto que alguns dos autores citados acreditavam que apenas Minas Gerais se constituiria em uma república independente, havia os que criam na possibilidade de união de interesses entre mineiros e fluminenses para o estabelecimento de uma república. E ainda os que escreveram que a emancipação total se daria, a partir de Minas, de maneira a tornar o Brasil num país republicano. Não obstante essas constatações foi somente Constancio quem não registrou satisfação pelo insucesso da referida conspiração. Todos os outros se mostraram aliviados por tal fracasso, pois deixaram transparecer que o êxito da Conjuração Mineira poderia ser o início de uma série de desmembramentos em território nacional.

¹³ São seis autores: Constancio, Abreu e Lima, D’Albuquerque, Malheiro, Varnhagen e Macedo. No entanto há as duas edições do livro de Varnhagen, e por isso são sete livros e não seis.

Outra analogia dos textos diz respeito a como seus autores se referiram aos conjurados mineiros. A maior parte dos seis autores, excetuado apenas Constancio, fez muitos comentários elogiosos aos ilustres membros da conjura, principalmente a Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Carlos Correia de Toledo e Melo, Luiz Vieira da Silva e Domingos Abreu Vieira. Em muitos trechos dos textos se escreveu que esses conjurados eram honrados, distintos, venerandos, célebres, corajosos etc. Não deixa de ser importante do ponto de vista historiográfico que mesmo sob um regime monárquico e escrevendo para os filhos e demais membros da elite do Império, os autores não se constrangeram em exaltar esses conspiradores que outrora fizeram parte da elite burocrática, cultural e econômica do período colonial brasileiro. Na mesma linha, todos os seis autores, uns mais outros menos, se referiram a Joaquim Silvério dos Reis, o primeiro e principal delator da Conjuração Mineira, de maneira negativa e sempre a denotar seu mau caráter, tratando-o por traidor de seus consócios, um infame. Obviamente Reis foi um traidor em relação a seus companheiros de revolução porque os delatou com o único objetivo de ver suas dívidas perdoadas pela Coroa portuguesa. Mas os autores poderiam ter exaltado seu lado de fiel vassalo português, que o obrigava a denunciar qualquer agitação que fosse contrária à Coroa. Entretanto não se fez referência a este ponto e só o caracterizam pela ótica que os conjurados e os favoráveis à Conjuração haveriam de ter dele.

E por vezes o mais destacado dentre os conjurados mineiros, Joaquim José da Silva Xavier, foi retratado a partir de adjetivos diferentes de qualquer outro inconfidente. Dele não foi dito que era célebre ou venerando, tão pouco infame. Contudo, as palavras remetidas ao Tiradentes passam ao leitor mais atento a impressão de que o momento vivido à época da escrita não era o mais propício ao enaltecimento de um mártir republicano. Portanto encontramos: insignificante, indiscreto, leviano, audaz, mentiroso, aliciador, ambicioso, patriota, perseverante, ambicioso, antipático, feio, espantado e sereno. Desta maneira, qualificações diversas como estas podem significar as opções ideológicas de determinado autor, isto é, como todos eram monarquistas, eles viam o republicanismo inerente nas referências a Tiradentes, o que não era tão patente nas imagens dos outros conjurados. Exatamente por isso era difícil de se levantar a imagem de Tiradentes, por mais que seu martírio lhe tenha garantido afinidades diversas.

Então como pudemos constatar, havia uma visão quase que de conjunto acerca dos fatos atinentes à Conjuração Mineira. E ainda que não seja nossa intenção fazer tábula rasa e pôr os seis autores como os expoentes de uma mentalidade, eles certamente representavam

um pensamento compartilhado entre e pelo imaginário de algumas pessoas do século XIX. Tal imaginário, como o entendemos, é uma aparelhagem que articula socialmente as pessoas de uma mesma classe, estamento, grupo e/ou sociedade de um determinado período. Com o correr dos séculos, o termo se dissociou de sua antiga característica quimérica e ilusória e passou a receber designações voltadas para o mundo do “real”, especialmente aquele atrelado ao político. E recebendo o atributo coletivo, esse imaginário rodeia e está relacionado às atitudes do grupo, que perpassa aquilo que é de caráter individual. Desse modo, a imaginação, assim como o imaginário, carregam em si as especificidades de cada época em que são chamados a agir. Cada período tem as suas formas de imaginar, reproduzir e renovar esse imaginário, assim como tem as maneiras de o sentir e pensar (BACZKO, 1985, p. 309). E por isso, atribuímos as grandes semelhanças entre os sete livros ao momento vivido na primeira metade do oitocentos brasileiro, portanto, relativas a um mesmo imaginário social e perpassadas por aquele momento político cheio de incertezas.

II Parte

Capítulo 4: A imprensa como arauto dos descontentes

A década de 1870 foi iniciada com um grande problema para o governo imperial brasileiro resolver. Pois terminada a guerra da Tríplice Aliança – composta por Argentina, Brasil e Uruguai – contra o Paraguai, o Brasil, país aliado que mais gastos dispendeu durante o conflito, precisaria lidar com muitas mudanças pelas quais a sociedade brasileira passava. Havia o descontentamento de parte da população brasileira pela situação econômica ruim devida, principalmente, aos empréstimos feitos com o fito de manter as tropas nacionais em combate e pela compra de material bélico. Por outro lado houve um incremento de algumas atividades industriais devido à guerra, como os setores têxtil e naval. Houve também um equilíbrio entre instituições militares nacionais, pois, anteriormente à guerra, a Guarda Nacional tinha mais importância que o Exército. Porém, o conflito pôs de início estas duas instituições em situação similar, passando o Exército à frente em relevância e organização, enquanto classe e corporação, com a vitória em Cero Corá, contra Francisco Solano López.

O fortalecimento do Exército, com um consequente aumento de contingente no decorrer da guerra e logo após o seu fim, proporcionou a alguns setores do oficialato até mesmo o questionamento do governo monárquico. Aparentemente a causa primeira desse questionamento era a não extinção da escravidão por parte do governo, já que dos países envolvidos na guerra, somente o Brasil mantinha o regime servil de trabalho; além da comoção causada em muitos militares pelos diversos escravos que pegaram em armas nos campos de batalha. Seguidamente à demanda abolicionista veio, quase que naturalmente, o interesse dos militares pelo republicanismo (NEVES; MACHADO, 1999). Uma crise política surgia, então, no alvorecer dos anos 1870, pois até a Monarquia passou a ser questionada, posto que ela permitia que instituições nacionais débeis, guarnecidas pelos conservadores, continuassem a excluir alguns segmentos político-sociais.

O enfraquecimento simbólico das instituições nacionais saquaremas teve por correlato inverso o fortalecimento do exército. A vitória na guerra contra o Paraguai dignificou o exército, dando-lhe uma inédita feição de corporação. Seus membros passaram a se pensar como instituição autônoma tanto em relação ao poder patrimonial dos proprietários quanto em relação aos

partidos e suas lideranças e começaram a falar em nome da ‘classe’ [] (ALONSO, 2002, p. 91).

Apesar de a guerra contra o Paraguai ter sido finalizada há não muito tempo, a economia nacional dava muitas mostras de estar em bom ritmo, com ótimas colheitas de café, além de empréstimos feitos para a construção de ferrovias e investimento em urbanização, o que dava certa dinâmica positiva ao país. Esse momento econômico favorável atraiu muitas pessoas para as grandes cidades do Império. Essa maior concentração populacional, incluídos nela imigrantes, ampliou o comércio e aumentou o número de atividades terciárias. Além disso, das reformas aprovadas pelo Gabinete Rio Branco (1871-75), algumas visavam atender a esses novos segmentos sociais, que eram marginalizados, assim como dar oportunidade às pessoas que não tinham condições para estudar, com o aumento de escolas de instrução e técnicas, com o intuito de suprir as novas demandas econômicas do país. Contudo,

[...] a década de 1870 teria de purgar o rescaldo do Ventre Livre, da guerra contra o Paraguai, do embate do Estado contra a Igreja, da cisão dos partidos. Ao invés de prosseguir o processo de modernização e abrir o sistema político [...] o Império fechou-se em copas [...] (ALONSO, 2002, p. 93).

Com uma modernização parcial devida aos enfrentamentos políticos, houve muita dificuldade econômica e mesmo política para o governo imperial contornar no decorrer da guerra e após seu encerramento. Mas como a modernização da economia foi deixada de lado e muitas reformas políticas foram postergadas, os segmentos intelectuais da sociedade brasileira nos anos 1870 tiveram contato com novas e reformuladas ideologias europeias – liberalismo, positivismo, cientificismo, darwinismo, etc. – das quais puderam, em algum momento, adaptar à realidade político-social brasileira. Ainda que na segunda metade do século XIX não houvesse no Brasil um grupo ou classe cuja única atividade fosse a intelectual (ALONSO, 2002, p. 30), foi devido às circunstâncias das políticas desenvolvidas no Segundo Reinado, com uma estrutura criada na década de 1840 pelo grupo Conservador com a intenção de manter as instituições monárquicas sob seu controle e, ainda existentes na década de 1870, que surgiu um movimento intelectual combatente dessa estrutura política.

De acordo com Alonso, os grupos do movimento intelectual da geração 1870 podem ser divididos em cinco tendências: liberais republicanos; novos liberais; positivistas abolicionistas; federalistas positivistas do Rio Grande do Sul; e federalistas científicos de São Paulo. Além disso, o movimento intelectual da geração 1870 pode ser dividido em duas correntes: a dos estudiosos que imitaram e/ou interpretaram os sistemas estrangeiros de

pensamento, tendo usado esse conhecimento no campo da história das ideias, isto é, distantes de uma prática efetiva. E o outro ramo foi dos estudiosos que usaram seu conhecimento para tentar atuar no campo político ou, ao menos, não ficarem restritos aos seus gabinetes. Não obstante, a análise que Alonso fez acerca do movimento intelectual da geração 1870 partiu da experiência deste grupo, ou seja, não se prendeu, portanto, à possibilidade de existirem trabalhos teóricos elaborados por esses intelectuais. Pois para Alonso bastava se analisar a área política, já que era para lá que tudo congregava, “[...] A base de meu argumento é um truísmo sociológico: formas de pensar estão imersas em práticas e redes sociais [...]” (ALONSO, 2002, p. 38).

Com isso, o movimento intelectual da geração 1870 foi classificado por Alonso como um movimento de contestação às formas estruturais do governo imperial. Desta feita, mais que um grupo intelectual de tal movimento podia ser caracterizado como social, pois movimentos “[...] intelectuais são uma modalidade de movimento social [...]” (ALONSO, 2002, p. 41). E em geral esses movimentos sociais surgem em momentos de crise política, já que são oriundos da união de interesses de um segmento ou mais que parou de ser beneficiado pelo poder ou então que já não o era. E com essa situação de crise pôde ser concebida uma junção de interesses dos grupos marginalizados, e uma estruturação em forma de movimento organizado.

Como as instituições políticas nacionais foram organizadas pelo grupo Conservador na derradeira década de 1840 – já que impuseram derrotas políticas e militares aos liberais em Minas Gerais, São Paulo e em Pernambuco – suas engrenagens funcionavam de modo que beneficiavam a governança saquarema: para que pudessem conduzir o sistema político sempre com avanços lentos e dentro da ordem. Os membros do movimento intelectual da geração 1870 não eram homogêneos social nem intelectualmente. Eles faziam parte de um segmento que não tinha acesso à estrutura política imperial, o Parlamento, pois não estariam inseridos na lógica nacional de poder: ser proprietários de terras e escravos, e conservadores. Portanto, estavam alijados de quaisquer formas institucionais do Brasil-Império. Assim,

Por sua própria condição de *outsiders*, os membros do movimento intelectual da geração 1870 não podiam exprimir sua crítica através das instituições políticas formais. Por esta razão, inspiraram-se no repertório de práticas contenciosas de seu tempo, desenvolvendo formas não institucionais de ação coletiva [...] O movimento intelectual não esteve voltado para um debate doutrinário alheado da realidade brasileira, nem visava formular teorias universais [...] a unidade do movimento foi política, fruto de uma experiência compartilhada de marginalização em relação aos postos de

mando do Segundo Reinado [...] a produção intelectual da geração 1870 pode ser lida como uma forma de contestação política [...] Trata-se de um movimento de contestação à ordem imperial e de demanda por reformas estruturais (ALONSO, 2002, p. 44-5).

Ademais, as reformas postas em prática pelo Gabinete Rio Branco, e que visavam precipuamente a modernização econômica do país não lograram muito êxito, posto que sofreram muitas restrições, embora tenham sido, na prática, reformas incompletas. Mas ainda assim, elas abalaram o sistema político imperial. O desgaste no partido Conservador, que vinha baqueado desde pelo menos 1862, com o desligamento de alguns de seus membros para a formação da Liga Progressista, ficou mais patente pelo programa implementado pelo Ministério Conservador. Já pelo lado dos liberais houve um ressentimento com Rio Branco por ter deixado de lado as reformas políticas, vistas por eles como as mais candentes, e ter realizado uma pauta tida como secundária: o escravismo e o regime de trabalho, que era ainda o ponto mais ousado do programa Liberal. Desse modo, essas reformas

[...] geraram uma crise interna à elite política. Quebraram duas regras tácitas do regime. Na forma, violaram o princípio do consenso na tomada de decisões no Império, que lhes dava o caráter de responsabilidade coletiva. Substantivamente, abriram as questões indiscutíveis, a escravidão, a religião de Estado, o sistema representativo, inserindo na agenda política os fundamentos do *status quo* imperial [] (ALONSO, 2002, p. 87).

As reformas realizadas por Rio Branco, mesmo que amainadas por seu sucessor, abalaram muito os partidos monárquicos. Alguns de seus novos membros, e que iam ao Parlamento em substituição aos políticos que participaram da consolidação monárquica não entendiam, não se esforçavam ou não se importavam pela manutenção de um governo com o qual não tinham tanta ligação, já que em sua maioria eram profissionais liberais, sem dependerem tanto dos empregos públicos. “A diferença geracional era politicamente relevante. Pertencendo à nova geração,” esses políticos “não tinham passado pelo drama da Regência e não entendiam a preocupação dos antigos com a unidade do país” (CARVALHO, 2009, p. 30). As instituições saquaremas estavam cada vez mais enfraquecidas e desgastadas, o tempo havia se encarregado de torná-las obsoletas. Inclusive as denominações de conservadores e liberais perderam um pouco do sentido após tantas cisões internas nos dois partidos pró-Monarquia.

[] A desagregação partidária foi uma consequência da crise, que obrigou a redefinição do jogo de forças e redividiu a elite entre partidários e contrários das reformas [...] Desde o fim do mandato de Rio Branco houve contínuos reagrupamentos, com ameaças disruptivas pelo lado dos reformadores e prognósticos apocalípticos pelos emperrados [] (ALONSO, 2002, p. 90).

E foi nesse contexto de crise política, cujas reformas de Rio Branco tiveram um peso bastante considerável, que houve o soerguimento dos grupos que estavam de fora das estruturas saquaremas. E com o enfraquecimento dos partidos monárquicos se deu brecha para a criação de sociedades, clubes e, em dezembro de 1870, de um partido contrário ao regime imperial: o partido Republicano. Independentemente do estamento a que cada grupo contestador fosse ligado, seus membros estavam afastados do poder, das instâncias políticas. E por estarem apartados da política foi que criticavam as instituições políticas do Império. Ademais, para serem consideradas, as suas críticas demandavam um repertório intelectual, já que a estrutura estamental imperial não permitia, ou ao menos dificultava um avanço em termos políticos. Então os grupos contestadores começaram a agir de forma a deslegitimar as estruturas simbólicas imperiais. Isso se deu porque não conseguiam alcançar um lugar no Parlamento, já que as eleições eram, geralmente, manipuladas pelo partido que estivesse no poder, embora os conservadores tivessem amplo controle sobre o sistema eleitoral. Mas apesar disso, Alonso diz que não há porque fazer distinção entre as esferas intelectual e política no contexto final do Império, afinal era difícil se diferenciar onde uma atividade se iniciava e a outra terminava sem que houvesse uma imbricação entre elas.

Os contestadores da ordem saquarema – que pretendiam a República ou uma Monarquia mais moderada, caso dos novos liberais – começaram a atuar também nas cadeiras das escolas e das faculdades. Também atacaram o indianismo, símbolo do intelectualismo imperial e responsável pela criação da identidade nacional brasileira, fundada no início do Segundo Reinado e que dava às “raças” indígena e lusitana a proeminência do ser brasileiro. Fundaram jornais independentes de partidos políticos. Trouxeram para o Brasil uma experiência que se difundia na Inglaterra, os *meetings*. E na Europa e Estados Unidos foram buscar também outras novidades de experiências que pudessem ser inseridas no cotidiano brasileiro e que dessem visibilidade às suas demandas: as passeatas públicas, comícios, banquetes, recitais e viagens de propaganda. Neste caso, para que os propagandistas pudessem falar diretamente

[...] à população urbana e letrada [...] a modernização técnica disseminara jornais, veículos de notícias não controlados pela elite imperial. A ampliação do público leitor forneceu ao movimento intelectual uma audiência receptiva fora do parlamento. Formava-se, assim, um pequeno espaço público, no qual o movimento intelectual desenvolveu seu proselitismo e sua performance [...] (ALONSO, 2002, p. 265).

Ressaltamos então que os grupos que faziam oposição às instituições imperiais tiveram que se utilizar de meios alternativos, que não o Parlamento e as assembleias

Provinciais, para se manifestarem. Desse modo, os jornais foram uma boa opção de objeto e meio de contestação, já que podiam alcançar boa parte do eleitorado nacional e ainda, talvez, estender suas ideias a segmentos sociais totalmente fora da vida política do Império, como eram os homens livres pobres. Apesar da maior parte da população brasileira ser formada por pessoas analfabetas, a difusão do que era publicado na imprensa não ficava restrita a um círculo social, a informação contida nas folhas periódicas “perpassava amplos setores da sociedade” e “não ficava estanque a um círculo de letrados”, embora naturalmente estes dominassem a leitura direta dos impressos (MARTINS, 2011, p. 25).

E aproveitando-se da liberdade de imprensa que havia no Segundo Reinado, muitos clubes, sociedades e partidos políticos lançaram seus jornais, fossem episódicos e de pequena envergadura, fossem mais estáveis e com ampla receptividade. O certo é que por meio da imprensa, muitos homens de letras, presentes ou não no movimento intelectual da geração 1870, conseguiram um espaço para debater acerca dos rumos da política regional e nacional, expor opiniões e apresentar um lugar para a literatura por meio dos folhetins.

Essa imprensa serviu como um verdadeiro arauto dos descontentes contra o regime, pois nela os grupos contestadores apontados por Alonso tiveram espaço e ressonância para suas críticas (ALONSO, 2002). Assim sendo, foi a imprensa um dos principais responsáveis pela divulgação das ideias republicanas no Brasil e um excelente meio de propagação de ideais políticos contrários às instituições saquaremas, tendo em vista que as décadas de 1870 e 80 foram períodos de bastante desenvolvimento econômico e tecnológico no país, o que facilitou a circulação de muitos jornais em várias partes do Império. A respeito disso, como comentado por Martins (2011), um desenvolvimento ainda que tardio proporcionou uma maior qualidade ao material impresso no Brasil na segunda metade do século XIX, em imagens e texto. E com a importação de maquinário novo, como das Alauzet e Marinoni em substituição a equipamentos muitas vezes rudimentares, ampliou-se a difusão de muitos jornais por locais antes pouco prováveis de serem alcançados.

Um dos jornais pesquisados de São João del-Rei, *A Patria Mineira*, teve uma função muito importante na Comarca do Rio das Mortes, ser um periódico combativo ao regime monárquico. Seu redator chefe, Sebastião Rodrigues Sette Câmara, apesar de ter sido demovido por muitos companheiros de ideal político e amigos ao intentar fundar um jornal de cunho republicano, foi em frente e, sozinho bancou a abertura da folha partidária. Uma das razões das admoestações era devida ao temor da recém-fundada “guarda negra”, composta por

ex-escravos recém-libertados pela lei Áurea e que costumavam dispersar comícios pró-República. Naquele momento se temia um provável empastelamento das oficinas de Sette Câmara (SETTE CÂMARA, 1973). Sobre algumas peculiaridades da fundação d'*A Patria Mineira*, o editorial da edição 52, já de 1890, apresentou alguns fatos curiosos e de bastante importância para nosso entendimento acerca da sociedade são-joanense de fins dos anos 1880. O autor do editorial narrou as dificuldades pelas quais Sette Câmara passou para tentar propagandear em São João del-Rei os ideais republicanos que comungava desde a juventude:

No dia 26 de Junho de 1888 realizou-se no salão da Filarmônica, a primeira reunião dos eleitores republicanos que residiam nesta cidade.

Eram poucos e não reinava em todos eles o mesmo grau de entusiasmo. Faltava na maior parte a fé que inspira e a esperança que avigora.

Nesse dia aventou-se a ideia da criação de uma folha de propaganda por meio de ações entre os sócios do clube. Tais ações, porém, não foram subscritas em número suficiente e o clube não tornou mais a reunir-se.

O atual redator desta folha, em consequência, resolveu lançar mão de seus recursos particulares e em Setembro do mesmo ano, por intermédio da casa Lambert, expediu para a Europa a encomenda do material necessário para a fundação do jornal republicano em tipografia própria.

Em Dezembro, a máquina, as caixas e os tipos lhes foram entregues; mas surgiram não pequenas dificuldades na obtenção de um prédio adequado. Por estas e outras razões só em Abril do ano passado foi possível montarem-se as oficinas d'*A Patria Mineira*.

Por esse tempo a evolução já havia progredido e a ideia, que era apenas considerada como devaneio de alguns cérebros dignos de lástima, estava provocando séria irritação no ânimo dos influentes dos partidos monárquicos.

Estava então em voga a diabólica invenção da guarda-negra e aos impunes assaltos à mão armada deveriam naturalmente juntar-se outros meios de repressão.

[...]

Aquele que se resolvera a fundá-la [*A Patria Mineira*], apesar de alguns estudos e do muito que havia lido e observado nas diversas profissões de sua vida, não havia jamais exercido a profissão de jornalista.

Faltava-lhe o exercício de escritor, faltava-lhe a prática para dirigir semelhante espécie de empresa e o que é mais, faltavam-lhe companheiros de redação e de escritório que o animassem compartilhando tão grave responsabilidade.

Com o fim de atender a esta última circunstância não hesitou de interromper os estudos de seu filho único e de constitui-lo auxiliar do escritório de expedição e diretor das oficinas [...] a folha foi declarada de sua propriedade.

[...]

Obtidos os tipógrafos, o papel, a tinta, surgiu finalmente a 14 de Abril de 1889 o número-programa d'*A Patria Mineira*.

[]¹

Como podemos perceber neste editorial d'*A Patria Mineira*, havia em São João del-Rei na década de 1880, um grupo de pessoas interessadas em criar um meio de propagandear as ideias de um governo republicano. Mesmo que não estivessem acordes a respeito de qual seria o meio e a viabilidade de lança-lo – esta discussão não aparece no editorial, mas pode ter sido aventado outro tipo de divulgação –, o temor a represálias pode ter sido o fato de não ter havido consenso entre aqueles republicanos para o plano de se fundar um jornal que tomaria partido da situação política nacional. O tardio surgimento de um jornal republicano em São João del-Rei, em relação aos jornais do partido Conservador e principalmente do Liberal, pode apontar para duas situações: a pequena existência de prosélitos da República no município; e uma forte composição político-administrativa entre conservadores e liberais, ou de um ou de outro grupo, que pudesse representar uma ameaça pessoal e/ou profissional aos membros do clube.

Acreditamos, no entanto, que a falta de coesão entre os eleitores republicanos são-joanenses no tocante a fundação de um jornal de fins partidários não se devia apenas a um provável grupo pequeno. De acordo com indícios apresentados no correr de algumas edições d'*A Patria Mineira*, jornal que deveria ter sido fundado pelo grupo republicano, mas não foi, o número de eleitores republicanos no 6.º distrito eleitoral da Província de Minas Gerais tinha certo relevo. A sede do 6.º distrito eleitoral era São João del-Rei, assim, e com as indicações de eleitores republicanos para este município podemos estipular se a presença de eleitores simpatizantes da República era expressiva ou não em comparação com os números de eleitores dos partidos monárquicos.

Como demonstração de que em São João del-Rei o número de eleitores republicanos não era insignificante, talvez o clube citado no jornal tivesse pouca abrangência. Não obstante, mesmo que no editorial tenha sido usada a palavra “poucos”, este qualificativo é relativo de acordo com o ponto de vista de quem viu e de quem escreveu o artigo, não é um truísmo. Ainda assim sabemos que havia uma Comissão Diretora do Partido Republicano² e uma Comissão Executiva do Partido Republicano no município.³ Por que existiriam comissões de um partido numa localidade com uma pequena ou inexpressiva representação do

¹ *A Patria Mineira*, ano II, n.º 52, 08/05/1890. São João del-Rei. P. 1.

² *A Patria Mineira*, ano I, n.º 2, 23/05/1889. São João del-Rei. P. 3, seção Ordem do dia.

³ *A Patria Mineira*, ano I, n.º 25, 31/10/1889. São João del-Rei. P. 3.

mesmo? Não faria sentido. Além disso, numa seção desse mesmo jornal se abordou a qualificação para eleitores que iria acontecer no município são-joanense, e que com o alargamento dos votos, os chefes republicanos deveriam se empenhar na propaganda junto às pessoas que nunca haviam votado, numa clara intenção de se conseguir mais adeptos para os candidatos em oposição ao regime.⁴ Seguidamente vimos outro traço de que a presença republicana em Minas Gerais e na região que fazia parte do 6.º distrito não era de se desconsiderar. Com um resultado parcial das eleições ao Senado, vimos que de 444 colégios apurados em 20 distritos eleitorais, sete destes obtiveram maioria de votos republicanos. O distrito que nos interessa em questão, o sexto, apresentou 413 votos republicanos, 316 conservadores e 175 liberais.⁵ E para finalizarmos a questão tangente aos eleitores republicanos, para o pleito senatorial ocorrido a 27 de maio de 1889, a Província de Minas Gerais conferiu 5.166 votos republicanos. Já para as eleições à deputação geral, que aconteceram dia 31 de agosto daquele ano, os votos republicanos foram ainda mais significativos, tendo atingido a marca Provincial de 5.752. Destes, o 6.º distrito acumulou 543, o que também representou um aumento em relação à eleição senatorial de alguns meses antes. Ressaltamos que os números das eleições para deputados gerais ainda nem eram os definitivos, pois faltava se conhecer os resultados de dois distritos e 62 paróquias.⁶

A segunda opção para o tardio aparecimento de um jornal republicano em São João del-Rei nos parece mais crível: que um bloco de políticos conservadores e liberais, ou só de conservadores ou só de liberais fizesse uma pressão tácita a quem tivesse interesses contrários aos do regime monárquico. E o próprio editorial nos dá algumas pistas de como essa pressão poderia intimidar quem tivesse a intenção de ser republicano, quanto mais alardear ideais antimonárquicos. Por isso vemos como indicativos de temor às instituições saquaremas os: “faltava [...] fé [...] e esperança”; “irritação no ânimo dos influentes dos partidos monárquicos”; “guarda-negra”; “assaltos à mão armada”; e “outros meios de repressão”. Estes termos denotam que havia uma temeridade em se abraçar publicamente a causa republicana em São João del-Rei.

E por duas ocasiões por nós conhecidas, os temores dos eleitores do clube republicano de São João del-Rei se fizeram verdadeiros. O primeiro deles se deu em 23 de abril de 1889, portanto quase dez meses depois da reunião em que a subscrição para a fundação do jornal

⁴ *A Patria Mineira*, ano I, n.º 18, 12/09/1889. São João del-Rei. P. 3, seção Ordem do dia.

⁵ *A Patria Mineira*, ano I, n.º 9, 11/07/1889. São João del-Rei. P. 1.

⁶ *A Patria Mineira*, ano I, n.º 19, 19/09/1889. São João del-Rei. P. 1.

republicano malogrou, quando o positivista abolicionista Silva Jardim passou pela cidade. Temos conhecimento apenas dos relatos de dois jornais acerca da passagem de Jardim por São João del-Rei: do conservador *O Arauto de Minas* e do republicano *A Patria Mineira*. Embora cada um dos relatos tenha tentado responsabilizar o lado adversário pelos incidentes ocorridos na passagem daquele propagandista pela cidade mineira, iremos descrever partes das narrações no intuito de termos conhecimento do fato.

Embora o caos que envolveu a visita de Silva Jardim a São Joao del-Rei tenha sido em abril, foi somente na edição do dia 16 de maio de 1889 que *A Patria Mineira* noticiou alguns detalhes do que aconteceu com a chegada daquele republicano à estação ferroviária de São João del-Rei:

[] já noticiaram amplamente as algazarras, tumultos e crimes de que alguma gente desta cidade lançou mãos para impedir que fosse ouvida uma conferência de Silva Jardim por aqueles que tanto desejam ouvi-la!

[...]

Atribuímos os fatos reprovados desse dia a motivos estranhos, tanto à ideia republicana, como às pessoas que a representam neste lugar.

Rivalidades anteriores agravadas por intrigas recentes, ódios velhos entre pessoas preponderantes, foram a causa primordial dos acontecimentos [...].

[...]

Esses inconscientes atores levaram a ação a um ponto que talvez não tivessem previsto aqueles que apenas desejavam perturbar a conferência [].⁷

Ainda que a notícia não tenha sido completa nem muito detalhada, ela nos dá uma visão parcial da tumultuada passagem de Silva Jardim pela cidade.

O jornal opositor, *O Arauto de Minas*, foi um pouco mais minucioso em sua narração, o que não o põe necessariamente mais próximo da verdade. Assim, em artigos da edição de 28 de abril de 1889:

Fica marcado entre nós como dia celebrizado aquele em que aportou a esta cidade o propagandista revolucionário Silva Jardim.

O dia 23 de Abril de 1889 assinalou-se pela perturbação, pela desordem e pelas tristes apreensões da família s. Joanense, que, no gozo da paz, da tranquilidade e do bem estar, - viu-se atirada a um torvelinho de inquietações e angústias!

⁷ *A Patria Mineira*, ano I, n.º 1, 16/05/1889. São João del-Rei. P. 2, seção Noticias diversas, artigo 23 de Abril. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

Desde que chegou o ousado demagogo, o povo na compreensão justa de seus deveres e direitos, assentou firmar bem suas convicções nos obstáculos a opor diante dos atentados por obras ou por palavras às instituições juradas.

[...]

- Não pode aqui fazer criminosas conferências revolucionárias, o povo não quer ouvi-lo, e nem permite que em público desacate a monarquia e à pessoa dos imperantes!

Silva Jardim, parecendo imperturbável, persistia em falar [...].⁸

Já num artigo de fundo, descreveu-se as demais desordens havidas naquele dia 23. E certamente não se previa, ao sair de São João del-Rei um trem especial com um grupo de republicanos e banda de música para buscar Silva Jardim em Prados, que no retorno àquela estação uma multidão estivesse à espera deles.

Ao sair da Estação, um entusiasta adepto de Jardim, pulando-lhe na frente, com meneios de bandarilheiro, deu vivas a República, e a Silva Jardim.

Foi isto como pilha elétrica, pondo em movimento a multidão, que irrompeu em gritos: Viva Pedro II, Viva a Monarquia, Viva a Princesa D. Isabel.

Daí por diante reinou o tumulto e a confusão, levados os republicanos a tropel debaixo de assovios, foras e de uma vaia estrepitosa até chegarem ao Grande Hotel [...].

A multidão de povo foi-se cada vez mais avolumando, a ponte e imediações daquele edifício ficaram repletas.

A exaltação de ânimos crescia sempre.

[]⁹

O artigo continuou sem tanta minúcia, havendo ainda mais dois outros relativos ao tema. E pela versão conservadora, que foi mais pormenorizada, soubemos que houve apedrejamento do hotel em que Silva Jardim esteve hospedado – e não pôde sair até o começo da manhã seguinte –, além de ter havido trocas de tiros entre republicanos e monarquistas presentes no local.

Todavia, os acontecimentos referentes à passagem de Jardim por São João del-Rei não foram os únicos que consideramos como abusivos por parte dos monarquistas. Cremos que as medidas mais temidas pelos eleitores republicanos no município são-joanense eram de cunho pessoal, como perseguições e demissões de cargos públicos, boicotes a estabelecimentos

⁸ *Arauto de Minas*, ano XIII, n.º 5, 28/04/1889. São João del-Rei. P. 2, seção Arauto de Minas, artigo Silva Jardim em S. João del-Rei. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

⁹ *Arauto de Minas*, ano XIII, n.º 5, 28/04/1889. São João del-Rei. P. 3, seção Gazetilha, artigo Chegada e saída do homem! Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

comerciais e maculação de profissionais liberais. E quem sofreu uma dessas formas de coerção foi o redator chefe d'*A Patria Mineira*, Sebastião Sette. Na edição 25, de 31 de outubro de 1889, a folha republicana apresentou a seus leitores um ofício datado de 28 de outubro, da presidência da Província de Minas Gerais e em que Sebastião Sette era destituído de seus atributos como professor de inglês e francês do Externato e de francês da Escola Normal, ambos em São João del-Rei. De acordo com o redator chefe, tais demissões se deram por represália política. Porém não foram apenas demissões ocasionais que se deram com Sebastião Sette, seu diploma foi cassado, e nas palavras dele: “[...] Fui, por causa de minhas opiniões externadas nesta folha, acintosamente esbulhado de um título difícil e legitimamente adquirido [...]”.¹⁰ Não obstante ter sido demitido de suas cadeiras em duas escolas são-joanenses e ter seu diploma de professor cassado, Sebastião Sette ficou ainda mais descontente por tais medidas terem sido executadas pelo então presidente liberal da Província, o são-joanense João dos Santos, visconde de Ibituruna. E a quem coube substituir Sebastião Sette nos seus cargos? Tanto no Externato quanto na Escola Normal, as cadeiras de francês foram dadas a um correligionário do presidente da Província, Carlos Sanzio de Avellar Brotéro, e que era redator do jornal *A Verdade Política*.¹¹ Isto é, uma medida aparentemente de cunho clientelista.

Mas voltemos aos comentários concernentes àquele editorial da edição 52 d'*A Patria Mineira*. Nele foi relatada a encomenda feita por Sebastião Sette à casa Lambert da maquinaria para formar a tipografia de seu novo jornal e, por fim, a chegada do material. A importação de um prelo novo para um recém-fundado jornal demonstrou, a nosso ver, a intenção de seu proprietário em formar um jornal de circulação não apenas local, pois a máquina Marinoni que foi adquirida por Sebastião Sette era moderna e bastante eficaz naquele período. Podemos ver no Expediente de sua segunda edição, e daí em diante em praticamente todas as edições, a descrição relativa à tipografia do jornal:

Esta folha é publicada em tipografia própria servida por máquina Marinoni que, permitindo-lhe **grande aumento de tiragem**, deve inspirar inteira confiança aos seus assinantes.

Para alargar a esfera de sua circulação estabeleceu para as assinaturas um preço módico, ao alcance de todos e espera por isso a proteção do público [].¹²

¹⁰ *A Patria Mineira*, ano I, n.º 25, 31/10/1889. São João del-Rei. P. 1, editorial. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

¹¹ *A Patria Mineira*, ano I, n.º 25, 31/10/1889. São João del-Rei. P. 2.

¹² *A Patria Mineira*, ano I, n.º 2, 23/05/1889. São João del-Rei. P. 1. Grifo nosso.

A respeito do número de publicações semanais, pois este era um jornal hebdomadário, temos informações da própria folha de que elas passavam dos dois mil exemplares.¹³ E nas duas edições subsequentes, pouco abaixo do título do jornal veio estampada a frase elucidativa: “Edição de três mil exemplares”.¹⁴ Além disso, vemos que a circularidade do periódico ultrapassava a comarca do Rio das Mortes, atingindo muitos pontos de Minas Gerais e mesmo de outras Províncias. Isso se torna claro com as manifestações de apoio ao redator chefe Sebastião Sette após sua destituição do cargo de professor em duas escolas são-joanenses. A primeira dessas manifestações de solidariedade partiu de João Pinheiro e em nome da Comissão Central Permanente do Partido Republicano, em Ouro Preto. E em quase todas as edições posteriores ao episódio da demissão de Sebastião Sette foram publicadas cartas e telegramas de apoio, sendo que alguns vieram de locais próximos a São João del-Rei, como Ubá, Barbacena, Juiz de Fora e Lavras. Mas de localidades mais distantes também chegaram palavras de conforto e apoio político, como das cidades de São Tomé das Letras e Poços de Caldas; assim como de jornais diversos: *d’O Paiz*, *A Provincia de São Paulo*, *O Pharol*, *Gazeta de Ubá*, *Diário de Sorocaba*, *Irradiação*, *Correio do Povo* e *Revolução*.¹⁵

Sobre essa circularidade da folha republicana, de nosso ângulo, Sebastião Sette poderia se valer de três fatores: preço baixo, mais de um local para se proceder às assinaturas, e meios de transporte eficientes para levar os jornais aos assinantes.

No primeiro ponto, relativo ao preço das assinaturas, *A Patria Mineira* tinha o menor preço dentre todos os outros cinco jornais que pesquisamos. A assinatura anual, que era sua única opção, era de 5\$000 (cinco mil réis). Não havia opção de número vendido de forma avulsa. Vamos então às comparações: *O Arauto de Minas* em edição de 13/03/1877 tinha assinatura anual de 10\$000. O preço foi mantido o mesmo até 1889, ano inicial de publicação do periódico republicano, e por isso mesmo importante para se ter mais exatidão no comparativo. No jornal conservador também não havia opção para número avulso. *A Verdade Politca* em seus dois anos de publicação, 1888 e 89, teve suas assinaturas anuais em 10\$000. Por um pequeno período o assinante também teve a opção semestral, que saía a 6\$000. O jornal liberal não apresentava opção de número avulso. *A Provincia de Minas* em edição de 10/06/1880 tinha assinatura anual de 10\$000 para assinantes da capital e de 12\$000 para fora dela. A edição avulsa conservadora era vendida a \$300 (trezentos réis). Nas edições de 1889

¹³ *A Patria Mineira*, ano I, n.º 24, 24/10/1889. São João del-Rei. P. 3, seção Recados.

¹⁴ *A Patria Mineira*, ano I, n.º 25, 31/10/1889. São João del-Rei. P. 1.

¹⁵ Edições 26 e 27 d’*A Patria Mineira*.

os preços para assinaturas anuais se mantiveram os mesmos, porém não havia mais opção de numeração avulsa. Estes quatro jornais tinham apenas uma publicação durante a semana, o que talvez justifique o mesmo preço das assinaturas anuais em três deles.

No entanto, os dois outros jornais pesquisados tinham três publicações por semana, o que também deixou seus preços de assinaturas bem próximos uns dos outros e acima dos outros quatro jornais. A *Actualidade* tinha, em edição de 26/10/1878, assinaturas anuais a 14\$000 e semestrais a 7\$000 para Ouro Preto; para fora da capital mineira os preços eram de 15\$000 e 8\$000 respectivamente. A publicação avulsa liberal era vendida por \$100. Em edição de 28/11/1881 – ano em que o jornal se encerrou/mudou de nome – os preços das assinaturas anuais se mantiveram iguais. Contudo não havia mais assinatura semestral e o número avulso passou a ser vendido a \$200. O *Liberal Mineiro* na edição de 31/01/1882 tinha preços de 14\$000 e 15\$000 para as assinaturas anuais na capital e fora dela, respectivamente. Já em edição de 15/01/1889 os preços diminuíram, para Ouro Preto as assinaturas anuais passaram para 12\$500 e no interior para 14\$000. Esta folha liberal não fazia vendas de números avulsos.

O segundo aspecto favorável à ampla circulação d'A *Patria Mineira* se deveu à sua facilidade de locais de adesão, ao menos em comparação com outros jornais. Quem desejasse ser assinante deste jornal republicano poderia se dirigir a sua tipografia e em mais três casas de negócios em São João del-Rei, assim como ir até casas específicas de negócios na cidade de Ponte Nova e na sua freguesia de Santa Cruz do Escalvado. Ademais, “Os assinantes de fora podem efetuar o pagamento pela remessa da importância pelo correio ou então por meio de ordens sobre negociantes do rio [SIC] ou desta cidade”.¹⁶ Para termos uma noção de que não era tarefa simples difundir pontos para coleta de assinaturas dos jornais por meio de parceiros, aos interessados em assinar *O Arauto de Minas* e que não residiam em São João del-Rei deveriam encaminhar o dinheiro adiantado da assinatura anual pelo correio à tipografia do órgão conservador.

E a terceira circunstância que ajudava na circularidade do jornal de Sebastião Sette era devida a certa facilidade dos meios de transporte que circundavam São João del-Rei. Mais que as antigas e ainda muito úteis estradas que ligavam a sede da comarca do Rio das Mortes à Corte e com diversos pontos em Minas, a partir de 1881 a cidade passou a contar com uma

¹⁶ A *Patria Mineira*, ano I, n.º 15, 22/08/1889. São João del-Rei. P. 3, Anúncios. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

ferrovia própria. Além disso, o rio vizinho à cidade e outro que banhava o município contavam com navegação a vapor. É muito provável que todos os jornais de São João del-Rei pudessem contar com esse sistema de transporte. Porém foi somente nas páginas d'*A Patria Mineira* que vimos noticiadas que pela Estrada de Ferro Oeste de Minas o período republicano era levado a diversas cidades, inclusive com reclamações acerca de alguns estafetas ou da falta deles.¹⁷ Somava-se a isso o fato de a EFOM se entroncar com a Estrada de Ferro D. Pedro II e a Estrada de Ferro Leopoldina. Enquanto São João del-Rei contava com um bom sistema de acesso de transportes, a capital Ouro Preto era um pouco mais isolada por causa de sua topografia altamente montanhosa. A capital não contava com rios navegáveis e a Estrada de Ferro D. Pedro II só a alcançou nos anos finais da década de 1880.

Pelas circunstâncias até aqui apresentadas, quais sejam, a capacidade de aquisição de maquinário moderno, preço mais acessível, número considerável de publicações semanais e difusão para além de sua comarca, os dados e evidências relativos à folha *A Patria Mineira* a põe num patamar diferenciado do que levou ao desenvolvimento e estabelecimento de jornais pelo interior do país apresentados por Martins (2011). De acordo com a historiadora, o desenvolvimento do país e da imprensa estiveram relacionados, e teria sido a partir do sucesso do plantio e exportação do café que teria se dado o desenvolvimento tecnológico na segunda metade do século XIX, “Logo, à sombra do café e com a palavra liberada, tinha início nosso Segundo ‘Império’, que foi o império do café, mas não só. Iniciava-se também o império da palavra impressa” (MARTINS, 2011, p. 47). Não entramos no mérito de como se deu ou teria se dado o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional no oitocentos, porém acreditamos que Martins generalizou nesse ponto ao transmitir apenas ao cultivo do café essa responsabilidade, essa primazia. Nesta linha, Martins ainda presumiu que a instalação de prensas e, portanto, a criação de jornais pelo interior do Brasil seguiu por regiões onde havia a disseminação do café, crendo ainda que muitas delas eram “gráficas artesanais”.

Mas como pudemos perceber ao longo do segundo capítulo de nosso trabalho, nem sempre a propagação de jornais pelo interior brasileiro esteve ligada à plantação e comercialização do café. Um país de dimensões tão grandes, ainda que subsistissem muitos traços de uma economia colonial, haveria de formar, e formava, um mercado dinâmico. Com isso não dizemos que a economia nacional era independente de um produto específico na balança comercial, o que enunciamos é que em algumas porções do território nacional havia

¹⁷ *A Patria Mineira*, ano I, n.º 15, 22/08/1889. São João del-Rei. P. 2.

outras formas de se ganhar dinheiro que não com o café, e assim ser dado um impulso ao desenvolvimento da imprensa de uma forma autônoma deste. Minas Gerais era um desses lugares. Mesmo que em duas de suas regiões, sul e zona da mata, houvesse plantações de café, a Província de Minas nunca foi dependente desse produto. E o histórico da imprensa ao longo do século XIX em São João del-Rei e em Ouro Preto nos mostra que a dinamicidade econômica e a não dependência de um só produto, o café por exemplo, legou um próspero futuro às duas cidades: até a década de 1890 para Ouro Preto e até por volta dos anos 1950 para São João del-Rei.

E foi justamente com o surgimento de um jornal na cidade de São João del-Rei que determinamos o recorte cronológico inicial de nosso trabalho. Por ali já havia muitos jornais naqueles anos 1870. Desde 1827 que os são-joanenses conviviam com as folhas impressas, circulantes, no entanto é desde março de 1877 que nos detemos na pesquisa de um periódico específico, um jornal que viria a representar um partido que, naquela cidade ainda não se fazia presente por meio da imprensa: *O Arauto de Minas*, órgão do partido Conservador. Não obstante São João del-Rei convivesse sem nenhum jornal ligado ao partido Conservador, a década de 1870 foi um período em que muitos periódicos liberais surgiram na cidade. A grande quantidade de jornais liberais apresentava bastante inconstância em suas publicações e teve curtos períodos de duração (AMARAL, 2008). Se isso não mostrava uma fragilidade nos órgãos liberais, pensamos que havia, ao menos, uma falta de organização do partido Liberal são-joanense que dificultava a fundação de um jornal mais perene.

E quais teriam sido os motivos, ou a razão para que em meio a tantos periódicos liberais não houvesse nenhum conservador? Acharmos plausível que a ausência de uma folha conservadora em São João del-Rei era devida à estruturação conservadora, que por proporcionar amplo acesso às instituições do Segundo Reinado aos seus filiados, com cargos políticos e administrativos, não via necessidade em se fazer representar por outras vias, como a imprensa, que era um método que estava fora dos meios institucionais. E como denotado em *Idéias em Movimento* (ALONSO, 2002), os membros do partido Conservador não estavam marginalizados do poder. Assim, sem restrições às estruturas políticas nacionais, cremos que os conservadores não viram necessidade em buscar meios fora das câmaras para se firmarem politicamente ou mesmo fazerem oposição a outro seguimento político – liberais e/ou republicanos – até o fim da década de 1870.

E assim como se deu com *A Patria de Mineira* no fim da década de 1880, a folha conservadora de São João del-Rei nos deixou a impressão de que tinha modernas condições para publicações em sua tipografia. O Expediente da última edição do V ano do hebdomadário conservador de São João del-Rei, *O Arauto de Minas*, deu explicações do pequeno período que ficaria sem circulação e prometeu melhorias no jornal. Vejamos:

Termina hoje o quinto ano desta folha.

Não podemos deixar de, nesta ocasião, agradecer aos nossos amigos que, com tanta solicitude nos têm auxiliado poderosamente na manutenção deste periódico.

Para corresponder melhor à tamanha benevolência tratamos de aumentar as nossas oficinas, tornando-as nos casos de poder publicar o *Arauto de Minas* no próximo ano em maior formato, contendo matéria variada, instrutiva e útil e em proporções de atender a todos os interesses, que advogamos.

Esta alteração será feita sem que o preço das assinaturas se aumente. Outrossim comunicamos aos nossos assinantes que por este motivo e mais ainda pelas interrupções nas linhas de ferro a publicação do *Arauto* se suspenderá por alguns dias até que nos chegue o material necessário, que mandamos vir da Corte.

Vê-se que esta interrupção em nada prejudica aos nossos favorecedores; porquanto vão ser compensados com os melhoramentos, que vamos dar ao nosso periódico.

[]¹⁸

E além d'*O Arauto de Minas*, também na década de 1870 surgiu outro jornal alvo de nossas pesquisas e que defendia as cores do partido Conservador: *A Provincia de Minas*. Esta folha conservadora teve início em Ouro Preto aparentemente em janeiro de 1879 e perdurou até 1880 tendo à sua frente Pedro Maia da Silva Brandão e possivelmente José Pedro Xavier da Veiga. Este período de mais de um ano é um tanto quanto obscuro para nós, já que não encontramos em parte alguma, rastros de sua existência. Apenas dois indícios nos encaminham para a constatação de sua presença entre os ouro-pretanos antes de 1880. O primeiro deles esteve estampado na capa do jornal por alguns meses, pouco abaixo do título, onde vemos expresso “Novo periodo”. Já o segundo nós vimos pelas palavras de José Pedro Xavier da Veiga, redator e proprietário do jornal a partir de pelo menos julho de 1880:

O novo período hoje nascente para esta folha exige uma ligeira explicação [...].

¹⁸ *O Arauto de Minas*, ano V, n.º 50, 02/03/1882. São João del-Rei. P. 1, seção Expediente. Grifos do autor. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

Tendo necessidade de retirar-se desta capital o nosso amigo e distinto correligionário o Sr. Pedro Maia da Silva Brandão, antigo empresário da ‘*Provincia de Minas*’, e um de seus redatores, cumpria reorganizar a imprensa do partido aqui. Nem fora lícito abandoná-la – quanto ela é para os conservadores, proscritos do parlamento [deveria ser uma situação Provincial e de momento] e nas [ilegível] da mais rude adversidade, a única tribuna de que pode dirigir ao país oprimido, mistificado e escarnecido, a palavra de conforto e da verdade.

A convite do venerando e ilustre presidente do Grêmio Conservador mineiro, aceitou o atual redator da *Provincia* a árdua tarefa daquela reorganização [].

Resulta desses fatos o novo período desta folha, e, iniciando-o hoje, cumprimos um grato dever reconhecendo e agradecendo, no nosso e em nome do partido conservador mineiro, os importantes serviços prestados a esta empresa por aqueles ilustres correligionários [...].

Parece-nos inútil acrescentar que o programa da *Provincia de Minas* continua qual era [...].

Todavia, apraz-nos recordar palavras que nestas colunas escrevemos em Janeiro de 1879 e de 1880 [].¹⁹

O artigo continuou no intuito de demonstrar que sob a bandeira conservadora o jornal defenderia os interesses da Província e da pátria.

No que tange aos usos simbólicos de figuras do passado colonial do Brasil, assim como de seu imaginário, *A Provincia de Minas* nos foi bastante útil. A utilização que o jornal fez dos conjurados, talvez fizesse parte de uma pretensão de reforçar a legitimidade monárquica, garantir que sua estabilidade não fosse posta em xeque. Vejamos um trecho que pode corroborar o que queremos dizer:

[...] Não será que o imaginário colectivo intervém em qualquer exercício do poder e, designadamente, do poder político? Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência ‘real’, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efectiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada têm de irrisório e não existem, efectivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem o objeto de lutas e conflitos encarniçados [...] (BACZKO, 1985, p. 298-9).

Assim, as imagens dos conjurados poderiam estar sendo inseridas num contexto que, como se confirmou com a mudança da década de 1880 para a de 90, seriam elementos de concorrência entre monarquistas e republicanos.

¹⁹ *A Provincia de Minas*, ano I (novo período), n.º 1, 10/07/1880. Ouro Preto. P. 1. Grifos do redator. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

Não era uma constante nas páginas d'*A Província de Minas* reproduzir parte de um arsenal mítico que começava a ser utilizado pelos segmentos marginalizados do poder nos anos 1870-80. Entretanto não foi difícil de encontrarmos trechos explicativos e, por vezes, enaltecendo de alguns conjurados mineiros neste periódico conservador. Então, do período em que se tem o jornal preservado para análise, de 1880 a 1889, somente em 1880, 1887 e 1889 que não nos deparamos com citações relativas aos inconfidentes. Apesar disso era somente em uma parte do ano que as imagens dos conjurados vinham à tona n'*A Província de Minas*, em geral por volta do aniversário da execução de Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes – isto é, entre março e maio. Porém, ressaltamos que para 1880 o ano efetivo só teve início em julho, portanto, após o espaço de tempo em que se costumava escrever acerca dos membros da Conjuração Mineira.

Desse modo, em fins de março de 1881, localizamos um interessante trecho n'*A Província de Minas* que fez referência a três inconfidentes: ao “mavioso” Tomás Antônio Gonzaga, Tiradentes e Cláudio Manuel da Costa:

[...]

Saindo da matriz, e galgando uma íngreme ladeira, entraremos em uma rua plana, outrora denominada de S. José, e crismada hoje com o significativo nome de rua do *Tira-Dentes* [SIC].

Aí veremos uma modesta casa de má construção, na encosta da subida para a capela de S. José, edificada no lugar onde existia a casa que pertenceu ao mártir do amor pátrio Joaquim José da Silva Xavier, de veneranda memória.

Sua habitação foi demolida, salgado o lugar, erguendo-se sobre ele um poste de ignomínia, onde se lia a sentença que condenava Tira-Dentes e sua descendência à infâmia até a 5.^a geração.

[...] ²⁰

O artigo é bastante extenso, mas ainda que o tema principal não fosse direcionado à Inconfidência ou a assunto afim, fez-se ainda um relato do fato de a Casa dos Contos ter sido o lugar da prisão e da “misteriosa” morte de Cláudio Manuel da Costa. E brevemente se falou sobre Tomás Antônio Gonzaga, sua musa Maria Doroteia de Seixas Brandão e suas liras.

É interessante notarmos ainda que este trecho de jornal confirmou parte da narração de Burton sobre a capital mineira, quando a visitou em 1867 (BURTON, 1976). A casa que o viajante britânico se deparou na Rua de São José àquela época, em 1881 já Rua de Tiradentes,

²⁰ *A Província de Minas*, ano I (novo período), n.º 40, 27/03/1881. Ouro Preto. P. 2, seção Variedade e artigo A viagem imperial a Ouro Preto. Grifo do autor. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

embora sem muitos detalhes, deveria ser a mesma que ocupou o terreno em que se localizava a casa que o alferes Silva Xavier viveu em Ouro Preto, e que depois deu lugar ao padrão de infâmia à sua memória. Mais relevante ainda nos pareceu a distinção feita à memória de Tiradentes, tratada como “veneranda” nesse excerto. Posto que até o início dos anos 1880, um tratamento diferenciado em relação à simbologia por traz da Conjuração Mineira era quase que de trato exclusivo dos republicanos, entendemos por isso que é de uma grande importância historiográfica nos depararmos com estratos como esse, que demonstram, a nosso ver, a relativização que se passava a ter dos membros de um movimento encarado por muitos contemporâneos como negativo. Pois se a Inconfidência Mineira era vista da pior forma possível, como um levante contra o governo português, e às vezes até como movimento separatista, seus maiores difamadores, os monarquistas, começaram a ver outro lado da história a partir da década de 1880. Não sabemos se esse novo olhar sobre a Inconfidência foi um processo natural de (re)investigação histórica que se deu no Brasil, em especial após o lançamento de *História da Conjuração Mineira*,²¹ em 1873; ou se foi uma medida dos monarquistas com a intenção de não deixar que os republicanos conseguissem exclusividade ao lançarem mão de um atributo simbólico que poderia ameaçar a legitimidade na Monarquia brasileira.

Na edição seguinte d’*A Província de Minas*, o enfoque dado pelo redator foi em relação à história de Minas Gerais: ao conhecimento do território mineiro por portugueses e bandeirantes já no primeiro século de sua colonização, além de alguns antecedentes belicosos da Província mineira, como a guerra dos Emboabas, a revolta de Filipe dos Santos e a Conjuração Mineira.²² Este movimento foi tratado brevemente, e somente se citou o heroísmo e o martírio de Tiradentes no seu decorrer. O artigo ganhou muito espaço nessa edição e, como um todo, nele se abordou as características da economia, instrução, transporte e temas “menores” na Província, tendo ocupado três páginas do periódico. Neste artigo se confirmou ainda a navegação dos rios das Mortes e Grande, próximos a São João del-Rei, e que citamos anteriormente como uma das propiciadoras do desenvolvimento da cidade.²³ Fazemos ainda um adendo relativo ao desenvolvimento técnico das cidades de Ouro Preto e São João del-Rei, associado ao avanço das tipografias dos jornais, atendo-nos a uma descrição feita n’*A*

²¹ Livro escrito pelo historiador monarquista Joaquim Norberto de Sousa e Silva a partir dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*.

²² Não concordamos ou divergimos de tais afirmativas, nós apenas as expomos com o fim de mostrarmos que fatos atinentes à Conjuração Mineira eram expostos pelo jornal em questão.

²³ *A Província de Minas*, ano I (novo período), n.º 41, 31/03/1881. Ouro Preto. Artigo A Província de Minas Gerais (breve notícia).

Provincia de Minas e referente às suas oficinas. Neste caso, escreveu-se um anúncio em que impressões diversas eram aceitas na tipografia deste jornal, que contava com “[...] oficina, perfeitamente montada, com duas excelentes máquinas, prelos, grande e variado sortimento de caracteres para qualquer trabalho tipográfico [...]”.²⁴ Diferentemente d’*A Patria Mineira*, mas igualmente ao *Arauto de Minas*, nós não encontramos referências aos tipos de máquinas utilizados por aquela folha conservadora. Porém, pelo anúncio supracitado, nós achamos ser possível de acreditar que tal maquinário fosse tão moderno quanto o utilizado pelo jornal republicano.

Todavia, antes de expormos o material coletado referente à utilização simbólica dos conjurados mineiros em cada um dos seis jornais que pesquisamos, queremos dar destaque às publicações do ano de 1882 e referentes a dois destes jornais: *A Provincia de Minas* e o *Liberal Mineiro*. Ambos os jornais são ouro-pretanos e fizeram uma grande cobertura para as celebrações relativas ao 9.º decenário de morte de Joaquim José da Silva Xavier, dando a este tema bastante espaço. Aliás, por ter passado por uma fase de curta interrupção, entre março e abril de 1882, como aconteceu com o *Arauto de Minas*; e pelo tempo de vida não ter coincidido com aquele ano, como se deu com *A Actualidade*, *A Verdade Politica* e *A Patria Mineira*; infelizmente só temos vestígios dos festejos que visaram homenagear os 90 anos da morte de Tiradentes na capital Ouro Preto – relativamente aos jornais que pesquisamos.

Assim sendo, concernente ao ouro-pretano conservador, *A Provincia de Minas*, demos ênfase a duas dessas edições que apresentavam a programação completa do evento, no capítulo dois. Entretanto, houve uma terceira edição complementar àquelas duas e que não expusemos naquele capítulo, apenas a citamos: o número 98 d’*A Provincia de Minas* apresentou uma seção com artigos dedicados à Inconfidência Mineira. Nestes artigos, algumas minúcias foram dadas relativamente à noite “comemorativa da gloriosa conjuração mineira”, ocorrida em 23 de abril de 1882, e da festa que teve lugar na Praça da Independência, posteriormente Praça Tiradentes. Entre os detalhes descritos, havia lanternas que continham os símbolos da Conjuração: a expressão latina emprestada de Virgílio e o índio que rompia as cadeias da opressão (ambas as ideias de José Inácio de Alvarenga Peixoto para a bandeira mineira); os nomes das Capitânicas de Minas, Rio e São Paulo (estas duas que poderiam ser envolvidas ulteriormente no movimento); e poemas de autores diversos relacionados a muitos dos conjurados. No artigo ainda se detalhou o Hino de Tiradentes, composto pelo poeta

²⁴ *A Provincia de Minas*, ano I (novo período), n.º 40, 27/03/1881. Ouro Preto. P. 4. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

mineiro Bernardo Guimarães e musicado pelo maestro Emílio Horta, além da composição *Sonho da Independência*, de Emílio Horta.²⁵

Ademais, o discurso proferido por José Pedro Xavier da Veiga no teatro Ouro-pretano, na noite de 20 de abril, tomou considerável espaço no jornal. No discurso do conservador foi abordada a história da Conjuração Mineira como um movimento em busca de liberdade, e que aquela teria sido a primeira vez que alguém se erguia contra a “opressão e o vilipêndio” da metrópole. Qualificou ainda como patriotas os seus integrantes e disse que a

[...] conjuração proselitista [SIC], combina meios, improvisa recursos, distribui a cada chefe o papel que lhe cabe, traça o plano vulcânico da empresa legendária, e hasteia ao fim a bandeira do porvir, essa bandeira sagrada, em que um índio, inspirado pelo gênio das florestas, rompe cadeias seculares e desprende o brado redentor: ‘*Libertas quae sera tamen!*’ – Liberdade ainda que tardia”...

No grêmio dos patriotas uma fronte eleva-se gigantesca. Desferem-lhe os olhos chispas de intrepidez, anima-lhe a palavra a febre criadora da liberdade! Sua alma religiosa, entusiástica e americana, só tem presentes duas imagens que adora: a da Trindade onipotente, no céu, e a da pátria escravizada, na terra! Invocando a primeira, ele jura consagrar à última seu heroísmo e seu sangue. Esse homem era Tiradentes – não a cabeça, mas o coração e a alma da Inconfidência – o mais ardente de seus adeptos e o primeiro de seus mártires!

Os acontecimentos precipitam-se: a conjuração ia soltar o seu brado – brado terrível e augusto [...] Mas ah! Srs.! como o apostolado do Cristo, a Inconfidência teve o seu Judas, seu infame delator...

[...] a página da Inconfidência fulgura na história como um diadema de luz salpicado de sangue! [...]

Opróbrio às leis e aos juízes que fizeram verter aquele sangue e estas lágrimas! Glória aos beneméritos que as derramaram!

Sangue precioso e lágrimas abençoadas [...] que cristalizaram-se na história e foram um revérbero augusto para o sol do Ipiranga!²⁶

Vemos esse discurso eivado de linguagem simbólica, uma linguagem que visava convencer o público que estava naquele teatro de que a Conjuração Mineira era o movimento precursor da Independência, e que por isso deveria ser enaltecido. E que era também aquele que havia legado os primeiros mártires e heróis ao panteão nacional. Certamente, boa parte daquele público conhecia a história da Inconfidência e de seus participantes pela tradição oral,

²⁵ *A Província de Minas*, ano II (novo período), n.º 98, 30/04/1882. Ouro Preto. P. 2. Seção Inconfidência Mineira e artigo Festa ouro-pretana.

²⁶ *A Província de Minas*, ano II (novo período), n.º 98, 30/04/1882. Ouro Preto. P. 2 e 3. Seção Inconfidência Mineira e artigo Festa ouro-pretana. Grifos do autor. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

não obstante, muitos poderiam ignorar algumas proximidades deste movimento – reais ou não – com a Independência brasileira. Enxergamos na oratória de Xavier da Veiga um discurso político. Uma mensagem que pretendia dar legitimação à causa dos conjurados mineiros, ou seja, buscava-se valorizar um passado nacional diferente daquele que a tradição imperial promovia. Resta-nos saber por que um membro do partido Conservador mineiro estaria tão interessado na memória da Inconfidência Mineira.

Na transcrição citada acima se pode notar quatro importantes situações: uma agitação emancipacionista e, talvez, com viés nativista; a presença de um líder carismático; a dissociação deste líder como chefe do levante; e o caráter de continuidade histórica da Conjuração Mineira com a Independência, levada a cabo em 1822.

Percebemos no discurso proferido, a intenção de se revelar nos conjurados um apego ao território americano, assim como de ver naquelas figuras, os precursores da nação. A demonstração desse sentimento foi caracterizada em alguns momentos da historiografia, não apenas a brasileira, como nativismo. Rogério Forastieri da Silva (1997) denotou em seu livro que a definição de movimento nativista nem sempre era precisa, assim como não tinha um sentido linear atribuído pelos historiadores que se valiam do termo. Silva mostrou que havia bastante subjetividade quando se procurava qualificar um conceito para nativismo. Foi apontado também que muitas definições a respeito do termo poderiam apresentar um grande mal que aflige o historiador, o anacronismo. Visto que ao se analisar um movimento tratado como nativista e tido como prenunciador da independência, sabendo-se que esta de fato aconteceu, analisava-se um passado mais remoto a partir de um período mais recente, portanto, “[...] constroem um ‘tecido’ em que estão presentes ‘heróis’, ‘precursores’, conflitos, e dá-se muitas vezes uma dimensão fora de propósito a determinados eventos com a finalidade de justificar proposições de caráter teleológico” (SILVA, 1997, p. 82). Porém, de todas as definições apresentadas por Silva acerca de nativismo, a que lhe pareceu ser a mais correta foi dada por Bradford Burns, a qual dizia que o nativismo no Brasil havia se dado no período colonial, com ampla identificação às coisas da terra, sem relação de oposição ao elemento português, mas como um precursor do nacionalismo. E o que vemos no discurso de Xavier da Veiga proferido naquele teatro tem um caráter similar, pois nele não se nota aversão aos portugueses da metrópole. Em seu discurso há a impressão de que os conjurados apenas bendiziam as qualidades do ser brasileiro, traço marcante nas opções de Alvarenga Peixoto pela escolha de um indígena quebrando as cadeias da opressão, e que daí se caminharia para um movimento emancipacionista.

Também relativo ao discurso pronunciado, foi dado ainda amplo destaque à figura de Joaquim José da Silva Xavier. Suas qualidades foram elevadas: sua altivez, patriotismo, religiosidade, entusiasmo. Tais qualificações só poderiam provir de um herói. E a mensagem de Xavier da Veiga tocou nesse ponto por diversas vezes. Mas apesar de na visão deste conservador Tiradentes ser um líder entre os conjurados, o ex-alferes dos Dragões de Minas não era “a cabeça” pensante da sublevação mineira. É bastante plausível que Tiradentes tenha tido sua liderança “intelectual” deslocada por dois fatores: o primeiro por sabidamente não ser um homem de letras; o segundo por ser um dos inconfidentes mais exaltados, um dos mais empolgados com o republicanismo da “revolução americana”. A primeira causa é preconceituosa e tem característica elitista e aristocrática, já que considerou que por não ter sido um homem de estudos superiores, Tiradentes não teria tido condições de elaborar os planos para a derrubada de um governo nem mesmo de pensar um governo suplente. A segunda tem causas políticas, pois há alguns anos, sobretudo após a década de 1860, a imagem de Tiradentes passou a despertar o interesse dos segmentos simpáticos à República no Brasil. Então, a preferência dos republicanos por Silva Xavier em muito se devia ao seu caráter arrebatado, ao seu espírito entusiasmado, à sua eloquência enquanto um propugnador de um tempo novo.

Por outro lado, os interesses monarquistas deveriam se distanciar dessa via “radical” de Tiradentes. Para ser vantajosa à Monarquia, a imagem do alferes tinha que ter seu lado republicano esmaecido, deixando resplandecer sua coragem, seu denodo, posto que enquanto colono, ele lutou contra a falta de liberdade, e por isso, ele era considerado “o coração e alma da inconfidência”. Entretanto, o interesse em Tiradentes parava por aí, como mártir da independência, herói nacional na causa contra Portugal. Para os monarquistas, o chefe da Conjuração Mineira era ou deveria ser alguém mais graúdo, alguém que tinha muitas competências intelectuais comprovadas por seus versos líricos e diploma. De preferência um membro da aristocracia luso-brasileira. Assim, para os oitocentistas, a liderança da Conjuração ficava quase sempre dividida entre os poetas e bacharéis Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga.

No tocante à continuidade histórica, o proferidor do discurso no Teatro Ouro-pretano fez questão de ligar a Conjuração Mineira à Independência. Vemos nesse desejo de continuísmo dos dois movimentos, uma lógica que punha a Conjuração como aquela que havia despertado o povo para a vontade de se libertar do autoritarismo português, enquanto que o príncipe D. Pedro I havia consumado aquela pretensão. Desconhecemos que o primeiro

evento tenha tido alguma relação direta com o segundo, além do que este tema extrapola os interesses e competências de nossa pesquisa. No entanto, vimos ao longo dela que a tentativa de se relacionar ambos os movimentos não se deu poucas vezes.

A partir de outro artigo, dessa mesma edição d'*A Província de Minas*, ressaltamos uma vez mais que um aspecto de continuidade entre a Conjuração Mineira e a Independência era dado nas páginas da imprensa. Nota-se também a falta de atributos intelectuais creditada a Tiradentes:

É glorioso o dia 7 de Setembro de 1822, em que D. Pedro 1.^o nos campos do Ipiranga, ao receber despachos de Lisboa, levantou o majestoso grito de independência ou morte, brado este, consequência das ideias liberais que alentavam o povo brasileiro [...].

Em 1792, porém, ainda estava esta grande fonte de riquezas sob o despótico poder de uma nação, que lhe exauria todas as suas preciosidades quando surgem na heroica capitania de Minas vultos homéricos, querendo ir de encontro ao poder régio, entre os quais sobressai Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, não pela sua grande ilustração, mas pela impassível heroicidade no patíbulo [...].²⁷

E em finalização dessa edição do jornal conservador foi publicado um soneto em homenagem à Tiradentes e que foi pronunciado no Teatro Ouro-pretano na noite de 22 de abril daquele 1882.

Mas tanto nas páginas d'*A Província de Minas* quanto nas do *Liberal Mineiro*, de forma mais detalhada neste, foram registrados anúncios que diziam respeito à formação de uma comissão para se proceder à organização das cerimônias que propunham homenagear o inconfidente Tiradentes. Avistamos n'*A Província de Minas* que uma “comissão popular” foi formada com a finalidade de organizar o evento.²⁸ Não se mencionou cor partidária desta comissão, nem mesmo tacitamente. Já no *Liberal Mineiro* se deu ampla divulgação da intenção de algumas pessoas em formar um grupo que organizaria os ditos festejos.

No sentido de dar publicidade à necessidade de se criar um grupo que procederia às celebrações a Tiradentes, em abril de 1882, o *Liberal Mineiro* contou com notícias em suas páginas desde fevereiro daquele ano. Do número 13 ao 17 e que abrangeu o mês de fevereiro de 1882, anunciou-se que

²⁷ *A Província de Minas*, ano II (novo período), n.º 98, 30/04/1882. Ouro Preto. P. 3 e 4. Seção Comunicados e artigo Tiradentes, assinado por F. Amaral, de São Paulo. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

²⁸ *A Província de Minas*, ano II (novo período), n.º 96, 16/04/1882. Ouro Preto. P. 1 e 4.

São convidados todos os cidadãos residentes nesta capital a comparecerem no Teatro Ouro-pretano, ao meio dia de 12 do corrente, para deliberar-se sobre os festejos do 9.º decenário de Tiradentes, o protomártir da independência do Brasil.²⁹

Mesmo as edições 15 e 16, que foram publicadas após o dia 12 de fevereiro, continuaram com o anúncio. Certamente porque deveria haver um número mínimo de dias em que um anúncio era publicado nas páginas do jornal, e tal número extrapolou o dia da pretendida reunião.

Ainda sobre a formação daquela comissão, pareceu-nos que as solenidades a Tiradentes poderiam causar algum inconveniente, talvez pelo conhecido republicanismo do homenageado, sendo que se vivia sob uma monarquia. Acreditamos que também por isso, a comissão desejava convidar todas as classes sociais para participar dos eventos, pois se grande quantidade de pessoas comparecesse às festas, tais comemorações se justificariam. Assim,

Efetuiu-se no teatro ouro-pretano, no dia 12 do corrente, a reunião de diversos cidadãos, para a qual haviam sido previamente convidados, a fim de deliberar-se sobre os festejos do 9.º decenário de Tiradentes, o protomártir da Independência do Brasil.

Ficou assentada a nomeação de uma comissão central [...]

Esta distinta comissão, segundo nos consta, dirigir-se-á a todas as classes de cidadãos da capital, funcionários públicos, ativos e aposentados, clérigos, magistrados, funcionários do foro, oficiais militares, corpo docente e acadêmico de instrução primária, secundária e superior, comércio, artes, indústrias e ofícios, competentemente representados por comissões parciais, **solicitando de todos o indispensável e patriótico concurso para o bom êxito de sua tarefa.**

O **Ouro Preto**, antiga e heroica Vila Rica, onde primeiro se levantou o brado da – Liberdade –; que esconde por entre suas montanhas a invejável união de seus pacíficos e ordeiros habitantes, **não ficará mal, estamos certos, nas circunstâncias presentes, em que se trata de solenizar o fato mais patriótico de nossa vida política.**

[]³⁰

Além desta mensagem ao povo ouro-pretano, ou à parte liberal que lia o jornal, e em que enfatizava a importância da presença do público nas cerimônias, fez-se um “Convite” para que os alunos dos cursos de Farmácia, da Escola de Minas e dos preparatórios se fizessem presentes ao Teatro Ouro-pretano, no dia 19 de fevereiro, para deliberarem sobre os festejos

²⁹ Edições 13 a 17 do ano V do *Liberal Mineiro*. Ouro Preto.

³⁰ *Liberal Mineiro*, ano V, n.º 17, 16/02/1882. Ouro Preto. P. 2. Seção Noticiário e artigo Nono decenário de Tiradentes. Grifo nosso. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

ao 9.º decenário de Tiradentes.³¹ Isto é, a comissão central e responsável por organizar este evento necessitava de legitimação popular para que não houvesse quaisquer problemas junto aos governos imperial e Provincial.

Ainda que uma comissão de cidadãos interessados em organizar alguns eventos que homenageassem Joaquim José da Silva Xavier tenha sido formada, algo mais que a dedicação dessas pessoas era imprescindível: dinheiro. Recursos financeiros eram necessários para se conseguir o espaço do Teatro Ouro-pretano, enfeitar a Praça da Independência e outras vias, assim como para a compra de fogos de artifício e balões, além dos demais gastos. Demo-nos conta, ao analisarmos o *Liberal Mineiro*, de que a comissão central teve que buscar meios para angariar fundos para a realização do 9.º decenário de Tiradentes. Fizeram um anúncio neste jornal com o intuito de divulgarem duas peças teatrais que aconteceriam no Teatro Ouro-pretano. Ambas seriam realizadas no dia 18 de março de 1882 e teriam como fim a arrecadação de dinheiro.³²

Entretanto, as apresentações teatrais que deveriam ter acontecido no dia 18, mas que aparentemente se deram em 22 de março,³³ parecem não ter sido suficientes para prover a comissão central do dinheiro necessário para as celebrações de abril. Pois logo abaixo do anúncio da programação feita n'A *Provincia de Minas* da louvação pública a Tiradentes, postou-se uma nota em que a comissão pedia a colaboração do público. Deste modo,

A comissão central, contando com escassos recursos para ocorrer às enormes despesas que foi forçada a fazer para comemorar tão importante acontecimento [...] espera toda a animação e a maior concorrência possível aos dois espetáculos, cujo produto tem de ser aplicado às ditas despesas.

[]³⁴

E após a redação do *Liberal Mineiro* fazer bastante divulgação relativa à comissão central, elaborou-se algumas edições em que abordaram as festas propriamente ditas. Foram exatamente seis, o número de publicações que diziam respeito aos aspectos da Conjuração Mineira e aos 90 anos da morte de Tiradentes. Inclusive, uma edição especial saiu no dia 21 de abril de 1882 e tratou apenas de fatores ligados à Inconfidência. A comissão central aproveitou o ensejo do júbilo a Tiradentes e incluiu uma homenagem ao liberal histórico Teófilo Otoni, cujo filho homônimo, ocupava a presidência mineira àquele tempo. Enfim, tal

³¹ *Liberal Mineiro*, ano V, n.º 17, 16/02/1882. Ouro Preto. P. 3. Seção: Seção Livre e artigo Convite.

³² Edições 24 a 28 do ano V do *Liberal Mineiro*. Ouro Preto.

³³ *Liberal Mineiro*, ano V, n.º 30, 23/03/1882. Ouro Preto. Seção Anúncios e artigo Teatro Ouro-pretano.

³⁴ *A Provincia de Minas*, ano II (novo período), n.º 96, 16/04/1882. Ouro Preto. P. 4. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

comissão pareceu ter feito grande esforço para organizar uma grandiosa homenagem, com uma ampla programação artística. Vejamos, então, as programações das peças musicais que seriam apresentadas nas noites dos dias 20 e 22 de abril daquele ano:

No lugar competente estampamos hoje o programa organizado pela comissão central encarregada dos festejos do 9.º decenário de Tiradentes [...]

As peças musicais, que o excelente coro – Henrique Mesquita – escolheu entre o seu repertório para executar nas noites de 20 e 22 do corrente, são as seguintes:

Sonho da Independência – overture de Emílio Horta – para grande orquestra.

Hino da Independência – do mesmo autor – a solo, coros e orquestra; peça consagrada à memória de Teófilo Otoni.

Overturas pela orquestra.

[...]

Concerto de Wilhelm Popp, executado no pistão por Oscar Bessa.

Pot-pourri concertante para duas clarinetas, de André Spaeth, executado pelos irmãos Fernando e Francisco Moreira.

Esta última peça, que foi executada no ano passado do festival oferecido a SS. MM. Imperiais no paço da assembleia provincial [...]

[...]

São dignos de toda a animação por parte da sociedade ouro-pretana os esforços que emprega a distinta comissão central para desempenhar-se de tão nobre e patriótico cometimento.³⁵

Um pouco adiante no jornal, vemos ainda mais três anúncios relativos às festas do 9.º decenário de morte de Tiradentes. O primeiro deles dizia respeito ao programa elaborado pela União Escolástica com o fito de homenagear o inconfidente supliciado pela Coroa portuguesa. A programação previa uma “marche aux flambeaux” a partir do Liceu Mineiro, às 18h, percorrendo algumas ruas e em visita a locais históricos da Inconfidência. Discursos seriam proferidos e uma coroa de louros seria posta perante o quadro dos inconfidentes, que se encontrava no palácio da presidência da Província. O curto e segundo anúncio era de uma propaganda em que os festejos em memória de Tiradentes eram utilizados como um chamamento. Já o terceiro constava da programação oficial, onde havia o cronograma para os dias 20, 21 e 22. No dia 20, o presidente da Província estaria presente ao evento em que orquestra e coro executariam as peças Sonho da Independência e o Hino de Tiradentes.

³⁵ *Liberal Mineiro*, ano V, n.º 39, 18/04/1882. Ouro Preto. P. 4. Seção Noticiário e artigo 9.º decenário de Tiradentes. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

Seguir-se-ia a alguns discursos uma “apoteose ao protomártir da independência” e a representação do drama *Abençoadas lágrimas*. No dia 21 haveria tiros de salva e a execução do Hino de Tiradentes pela banda marcial do corpo policial, que percorreria algumas ruas da cidade. No teatro teria lugar uma conferência literária sobre os principais personagens da *Conjuração Mineira*. Mais tarde, o jardim da praça seria iluminado e haveria nova execução do Hino de Tiradentes, seguido por algumas músicas tocadas pela banda do corpo policial e de fogos de artifícios e balões. Além de existir uma tribuna na praça para quem quisesse discursar. Enquanto que no dia 22 aconteceria uma abertura, feita por algumas senhoras que cantariam a peça *Sonho da Independência*. Antes da apoteose, alguns membros da comissão organizadora tomariam a palavra. Logo após se daria uma nova exibição do drama teatral apresentado no 1.º dia de evento. Nos intervalos dessa peça, como também nos do dia 20, o coro Henrique Mesquita executaria “as melhores overtures e concertos”.³⁶

Porém, existem mais detalhes que consideramos importantes. Exatamente abaixo da programação oficial, publicou-se um comunicado igual ao que saiu nas páginas d’*A Provincia de Minas* de 16 de abril. O informe fez referência às dificuldades financeiras encontradas pela comissão central em organizar as celebrações. No entanto, naquela edição de 18 de abril do *Liberal Mineiro*, o comunicado foi um pouco mais abrangente: “Desde já [a comissão central] previne também que não há venda de boletos na porta do teatro, havendo exceções quanto ao ingresso só para as pessoas de fora da cidade, que venham assistir a representação do drama”.³⁷

Portanto, podemos perceber que foi promovido um tipo de venda de bilhetes, os boletos, que davam direito de acesso a mais de um evento pago, talvez para as peças teatrais das noites de 20 e 22 que se realizariam no Teatro Ouro-pretano. No entanto, sem fazer mais menções aos conjurados mineiros nesta edição, foi no dia 21 de abril publicado um número especial dedicado inteiramente a Tiradentes, cujo título, logo abaixo do nome do jornal e com bastante destaque, dava conta da “Comemoração do 90.º aniversário da execução de Tiradentes”. As quatro páginas desta edição foram enfeitadas com bordados nas extremidades feitos a tinta. E embora fosse uma edição do *Liberal Mineiro*, talvez por ser extraordinária, não teve inserido número nem ano.

³⁶ *Liberal Mineiro*, ano V, n.º 39, 18/04/1882. Ouro Preto. P. 4. Seção Anúncios.

³⁷ *Liberal Mineiro*, ano V, n.º 39, 18/04/1882. Ouro Preto. P. 4. Seção Anúncios.

Assim sendo, a capa deste jornal apresentou de forma muito destacada o hino de Tiradentes, escrito pelo já famoso poeta ouro-pretano Bernardo Guimarães. É digno de nota acenarmos para o fato de que o poema estabelecia relações da Inconfidência Mineira com a Independência, acrescentando que o movimento mineiro ansiava por liberdade e independência: “[...] De teu sangue generoso. / Esta terra rociada / Fez brotar da independência / A semente abençoada. / [...] Esse sangue derramado / Pelo brutal despotismo / Foi da pátria brasileira / O sacrossanto batismo. []”³⁸

Ademais, em artigo sem assinatura, provavelmente por se tratar do editorial – embora não esteja especificado –, tratou-se da memória de Joaquim José da Silva Xavier. Falou-se de sua liderança na Conjuração Mineira e de ter sido o precursor da liberdade brasileira. Assim, vejamos:

Já lá se vão noventa anos que de uma forca, levantada no antigo largo de S. Domingos da cidade do Rio de Janeiro, pendeu exânime o corpo do primeiro mártir de nossa independência.

Já lá se vão noventa anos que, por ordem dos juizes da alçada, dignos esbirros do despotismo colonial, foi decepada pelo ferro do algoz a nobre e altiva cabeça, que cometera o monstruoso atentado de sonhar com a liberdade da pátria.

Esquartejaram-no, dispersaram-lhe os membros sanguinolentos pelas estradas e praças públicas, arrasaram-lhe a casa, salgaram o terreno e mandaram levantar aí um padrão de infâmia, que atestasse aos vindouros a enormidade do crime e a grandeza da repressão.

Entretanto, após noventa anos decorridos, vive ainda na memória agradecida do povo o nome querido do Tiradentes; é ainda a sombra veneranda do glorioso precursor que preside as festas da liberdade nesta terra da América.

Debalde empenharam-se as justiças portuguesas por votar à execração da posteridade o nome e os feitos do legendário mártir:

Debalde empenham-se ainda hoje por amesquinhar-lhe a gigantesca estatura historiadores sem fé, que deturpam com igual desamor a verdade histórica e as glórias da pátria:

A figura heroica do destemido mineiro vai avultando através dos anos, e já se apresenta à imaginação popular com as irradiações combinadas da liberdade e do martírio.

É que Tiradentes foi o verdadeiro chefe da conjuração mineira malograda em 1789.

³⁸ *Liberal Mineiro*, edição extraordinária, 21/04/1882. Ouro Preto. P. 1.

Foi ele quem primeiro sonhou com a nossa emancipação política []³⁹

Ainda que monarquista, o autor deste artigo não temeu creditar à Tiradentes a liderança da Inconfidência, atitude que era muito comum entre seus adversários republicanos. Certamente, ele o escreveu com o fito de contestar “os historiadores” contemporâneos, além de tencionar laurear a figura de Tiradentes. Acreditamos que o desafeto nesse ponto, de todos os que pretendiam elevar a imagem de Silva Xavier, era Joaquim Norberto de Sousa e Silva, que em 1873 lançou um livro que narrava a história da Conjuração Mineira a partir dos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*.⁴⁰ Um trabalho inédito até aquele momento no que dizia respeito às fontes da Inconfidência, posto que outros historiadores se valeram, em geral, da sentença da Alçada.

Mesmo com algumas partes rasgadas dessa edição, vimos que houve em todas as páginas espaços apenas para artigos com a intenção de bendizer Tiradentes. Em sua maioria, os artigos faziam a relação de sua figura com a tentativa de tornar o Brasil um país livre. A correlação de Tiradentes com a Independência, com a suposta intenção que ele tinha de transformar a colônia portuguesa na América num território livre de Portugal, visava afastar da Conjuração Mineira um possível caráter de movimento separatista. Isto era necessário porque apenas pelo conhecimento das fontes da Conjuração não dava para se depreender que, se levada às últimas consequências, os membros da insurreição tentariam congregar mais territórios que os das Capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo, contíguas a Minas Gerais e, também, próximas em relação ao passado colonial. Aliás, nem mesmo a possibilidade destas duas Capitanias tomarem parte num movimento independentista, juntamente com os inconfidentes, era muito palpável.

Houve ainda um artigo que, embora não tivesse um conteúdo inédito, era de uma natureza bastante alegórica, pois se tratava de comparar o alferes Silva Xavier com personagens bíblicos. Neste caso, Tiradentes foi equiparado a Cristo e a Moisés, como aquele que mostrou o caminho da liberdade para os brasileiros: “Ele foi-nos o Messias desta nova lei revelada: - A Liberdade! Ele foi Moisés apontando-nos de longe a terra da promessa []”.⁴¹ Além do título do artigo foi interessante observar também como era feito um paralelo entre o

³⁹ *Liberal Mineiro*, edição extraordinária, 21/04/1882. Ouro Preto. P. 2. Artigo Tiradentes. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

⁴⁰ O livro era *História da Conjuração Mineira* e nos anos subsequentes à sua publicação foi alvo de muitas críticas, pois se acreditava que seu autor teve a intenção de denegrir a imagem de Tiradentes em função do fortalecimento do republicanismo no Brasil.

⁴¹ *Liberal Mineiro*, edição extraordinária, 21/04/1882. Ouro Preto. P. 2. Artigo O passado e o porvir. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

passado e o futuro. A tradição cristã e um movimento em busca de um tempo que estava por vir. Desta maneira, com o conhecimento do passado, a experiência apontava para um futuro mais promissor, de modo que havia um horizonte de expectativas favorável àqueles brasileiros.

Igualmente, deparamo-nos nessa edição com alguns artigos que trataram da inspiração que a revolução na América do Norte, decorrente das 13 colônias inglesas, provocou em parte dos conjurados mineiros, principalmente em Joaquim José da Silva Xavier. E de sua inteligência, abnegação e liderança. Voltou-se a abordar que o livro de Joaquim Norberto de Sousa e Silva havia sido parcial e que teve pretensões de denegrir a Inconfidência Mineira, e em especial, a memória de Tiradentes.⁴²

Já na edição subsequente a essa, de 21 de abril, publicou-se algumas impressões causadas acerca dos festejos a Tiradentes. Assim, no principal artigo do *Liberal Mineiro* referente àqueles festejos foi passada a impressão do autor, que fez questão de dar destaque ao público presente aos locais das celebrações, assim como aos detalhes promovidos pela comissão organizadora e que fizeram daqueles dias festivos, dias diferenciados para a capital mineira. Vejamos alguns desses pontos:

A comissão, promotora das solenidades comemorativas do 9.º decenário de Tiradentes, perfeita e magnificamente soube desempenhar-se de sua árdua e nobilíssima tarefa.

O programa anunciado verificou-se com a mais esmerada execução em todas as suas minúcias.

Às prestantes corporações escolásticas, em boa parte, também é devido o complemento desta brilhante festa patriótica.

A procissão cívica, que inauguraram [SIC], em visita aos lugares históricos da conjuração mineira, hasteando à sua frente o pendão simbólico da inconfidência [...] foi seguramente, de entre todas as manifestações populares, a mais significativa, a mais legítima, a mais elevada.

[...]

O teatro, durante duas noites, foi o centro da concorrência pública; as frisas e a plateia transbordaram de espectadores [...]

O largo da praça da Independência oferecia anteontem a noite um aspecto curiosíssimo, uma perspectiva mirífica!

Cinco mil globos e lanternas multiformes e multicores, suspensos dos festões de flores, dos esgalhos das árvores, das colunas, dos arcos triunfais, de todos os edifícios em torno, difundia, em inúmeras cintilações iriadas, em miríadas

⁴² *Liberal Mineiro*, edição extraordinária, 21/04/1882. Ouro Preto. P. 3 e 4.

d'estrelas, um albor crepuscular, fosco, denso; pelos recantos e devezas [SIC] do jardim todas as proezas dos jogos pirotécnicos foram aí postos em ação. Os fogos de bengala, as girândolas, fuzilavam a trechos, vibrando em mil curvas e ziguezagues mil raios de luz.

[...]

O povo premava-se numa mole tremenda, compacta festivo, jubiloso, bulhento. E todavia, nem um só conflito, nem um único distúrbio!

[]⁴³

Uma interessante associação foi feita num artigo relativo a inauguração do trecho ferroviário que ligaria Ouro Preto à Estrada de Ferro Dom Pedro II. O autor se referiu àquela inauguração, feita no dia 21 de abril de 1882, como sendo proposital e significativa, pois “[...] ocorrer este ato no mesmo dia, em que a antiga Vila Rica revestia todas as suas galas para prosseguir na celebração das festas do 9.º decenário do seu primeiro herói [...]”.⁴⁴ Pelas palavras do autor, nós vemos que já naquele período havia tentativas de se criar datas simbólicas e lugares de memória.

A seguir foi publicado um extenso artigo onde um cidadão, talvez um assinante do *Liberal Mineiro*, pormenorizou as celebrações aos conjurados mineiros. Neste texto, o autor disse que foram quatro dias de festas organizados pela comissão central, e não três, como vimos em todos os outros. Ainda assim, percebemos algumas intenções do texto, como transmitir ao leitor que as cerimônias tiveram um caráter oficial, denotado pela presença do presidente da Província, sua esposa, e de instituições escolásticas ouro-pretanas; e que houve ampla participação popular.

À noite, a briosa classe escolástica, que para comemorar a gloriosa data de 21 de Abril, estabelecera a – *União Escolástica* – dos estudantes da escola de minas, liceu e escola normal, veio tomar de espanto e comoção a população, apresentando a mais bela e imponente manifestação à memória dos inconfidentes!

[...]

Eloquente manifestação, admirável devotamento da mocidade [...]

Precedidos por uma banda de música, guiados por um bem acabado estandarte de cetim cor de rosa, em cujas dobras lia-se *Libertas quae sera tamen*, uns 300 moços empunhando lanternas de apurado gosto e ladeados pelo nobre povo admirado e comovido, caminhavam na mais perfeita ordem e com o mais respeitoso silêncio, fazendo guarda de honra a 10 graciosas

⁴³ *Liberal Mineiro*, ano V, n.º 40, 25/04/1882. Ouro Preto. P. 3. Seção Noticiário e artigo Festejos do 9.º decenário de Tiradentes. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

⁴⁴ *Liberal Mineiro*, ano V, n.º 40, 25/04/1882. Ouro Preto. P. 3. Seção Noticiário e artigo Via férrea ouro-pretana. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

meninas, que conduziam, em uma grande salva de prata, a coroa de louros, destinada ao quadro da Inconfidência colocado no palácio do governo.

[...] Aí, perante S. Ex.^a o Sr. Dr. Teófilo Otoni e sua Exma. Sr.^a e escolhido concurso de cavalheiros e Sras., depois de ter o préstito feito alto em frente ao quadro [].⁴⁵

Ainda de acordo com o autor da notícia, no último dia de celebração, a Praça da Independência teve público estimado em quatro mil espectadores. Além de detalhar que havia 24 lanternas junto às colunas na dita praça, e que em cada uma dessas lanternas estava escrito o nome de um conjurado.

Enquanto que essas três edições seguidas do *Liberal Mineiro* – de número 39, 40 e a edição extraordinária – deram bastante destaque à Conjuração Mineira e a Joaquim José da Silva Xavier, a publicação de número 41 ainda deu margem a duas notícias que acrescentaram mais detalhes às ditas festas. A primeira delas, do próprio jornal, e em que se dizia que pela pressa em se escrever e publicar o jornal, algumas minúcias dos dias de comemoração foram esquecidos. A segunda dizia respeito à união escolástica ouro-pretana. Agradeceu-se em nome desta às pessoas que ajudaram na organização das festas, ao público que compareceu às cerimônias e aos pais que permitiram que suas filhas desfilassem pelas ruas de Ouro Preto com a coroa que ornamentaria o quadro dos inconfidentes.⁴⁶

Não obstante os dias de festas e homenagens aos conjurados mineiros tivessem passado, houve por parte de algumas pessoas o interesse de dar prosseguimento à comissão central, a comissão que, juntamente à união escolástica idealizou aqueles festejos. Assim, em notícia publicada no *Liberal Mineiro* ficou marcada uma reunião para o dia 30 de abril de 1882, no Teatro Ouro-pretano, com o intuito de que “cidadãos patriotas” consentissem em criar um clube que passaria a organizar as celebrações a Tiradentes, em todos os anos, dali por diante.⁴⁷ No entanto, nas edições seguintes não se publicou mais nenhuma notícia relativa à dita reunião popular, nem mesmo se o pretendido clube foi fundado. Veremos no correr do texto que aquele tencionado clube parece não ter saído do plano das ideias, pois não vimos mais nenhuma menção a ele. Assim como as comemorações aos conjurados e a Tiradentes, a partir daquele momento, deram-se em menor escala que as que tiveram lugar em Ouro Preto no ano de 1882.

⁴⁵ *Liberal Mineiro*, ano V, n.º 40, 25/04/1882. Ouro Preto. P. 3 e 4, seção Comunicado e artigo Os gloriosos dias consagrados a honrar o 9.º decenário dos mártires da Inconfidência Mineira. Grifos do autor. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

⁴⁶ *Liberal Mineiro*, ano V, n.º 41, 27/04/1882. Ouro Preto. P. 3. Seção: Seção livre; artigos: Tiradentes; e Festejos populares.

⁴⁷ *Liberal Mineiro*, ano V, n.º 42, 29/04/1882. Ouro Preto. P. 5. Seção Noticiário e artigo Reunião popular.

O ano de 1882 foi um período ímpar em Minas Gerais devido ao alto relevo dado à Conjuração Mineira, e essencialmente à imagem de Joaquim José da Silva Xavier, pois amplo destaque foi dado a sua memória. Afinal de contas, uma programação completa, com três dias de festas, discursos, conferências, etc. na capital mineira, dias em que a memória inconfidente foi elevada, demonstrava que havia interesse em se recuperar a Inconfidência como um evento de destaque na história nacional. Contudo, o ano seguinte d'A *Provincia de Minas* mostrou que foi tímida a programação de consagração à Conjuração dos mineiros. Aparentemente só se deu destaque a Tiradentes, o mais exaltado dentre os conjurados e, diferentemente de 1882, só se procedeu a uma conferência em tributo de sua imagem. Não sabemos se a comissão organizadora dos festejos de 1882 havia se desintegrado, se o clube planejado para aquele fim não logrou êxito, ou se as dificuldades financeiras para se proceder a outro evento como o do ano anterior se fizeram valer. Assim sendo, na capa da edição de 23 de abril de 1883 foi feita uma “Homenagem a Tiradentes” pelo dia de seu padecimento em prol da liberdade brasileira:

O dia de anteontem, 21 de Abril, 91.º aniversário da execução de Joaquim José da Silva Xavier, não passou de todo desapercibido nesta capital.

A convite do inteligente professor do Liceu mineiro, Sr. Eduardo Machado de Castro, reuniu-se à noite considerável número de cidadãos de todas as classes no teatro ouro-pretano, e aí o mesmo Sr. Machado fez uma conferência sobre o glorioso protomártir da independência nacional, discutindo diversas opiniões de escritores que se têm ecupado [SIC] da *conjuração mineira* de 1789.

Ao conclnir [SIC] seu discurso, foi o orador geralmente aplaudido.⁴⁸

Fica novamente evidenciada neste trecho, como em muitos outros já assinalados por nós, a tentativa de se correlacionar a Inconfidência Mineira com a Independência. E exatamente como foi feito nas comemorações de abril de 1882, tentou-se passar a impressão de que pessoas de todas as classes sociais haviam comparecido ao evento de homenagem ao mártir mineiro, talvez com o objetivo de se legitimar, uma vez mais, a reunião e preito a Tiradentes.

Até aqui, tivemos a oportunidade de ver o que *A Patria Mineira* nos ofereceu concernentemente ao estudo das representações de Tiradentes e seus companheiros de revolução. Igualmente, vimos como o *Liberal Mineiro* e *A Provincia de Minas* demonstraram que para o ano de 1882, principalmente, um farto material foi preparado com o propósito de promover a derradeira conciliação entre o regime monárquico e o imaginário inconfidente.

⁴⁸ *A Provincia de Minas*, ano III, n.º 149, 23/04/1883. Ouro Preto. P. 1. Grifos do redator. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

Essa tentativa de apaziguamento entre o regime, representado pelos jornais partidários e comissão organizadora, e a memória da Inconfidência passava, certamente, por um cálculo meticuloso dos monarquistas e que envolvia ícones do passado nacional que poderiam ajudar a resguardar o governo imperial contra a onda republicana.

No capítulo seguinte, entraremos mais detidamente no uso que os jornais que pesquisamos fizeram ou tentaram fazer da imagem dos inconfidentes.

Capítulo 5: Os usos políticos dos conjurados mineiros

Dedicaremos este capítulo a abordar cada um dos jornais por nós pesquisados, e para que possamos privilegiar cada uma de suas particularidades. Analisando-os de forma separada, pretendemos mostrar que em momentos específicos de sua produção, houve tentativas de se apresentar o imaginário inconfidente com finalidades simbólicas próprias para aquela conjuntura. E como no capítulo anterior nos dedicamos ao estudo do periódico *A Patria Mineira*, sendo que em tal abordagem tentamos dar conta do material tocante aos usos feitos da Inconfidência, neste capítulo, trataremos dos outros cinco jornais.

Como as décadas de 1870 e 1880 – cujo recorte cronológico por nós estudado está inserto neste período (1877-1889) – foram repletas de disputas políticas e lutas simbólicas, ora em torno de uma nova legitimação monárquica, ora em busca de legalizar um possível governo republicano; achamos ser possível de acreditar que grande quantidade das mensagens, artigos e notícias que diziam respeito aos conjurados mineiros tinham um conteúdo político cuja finalidade visava ao convencimento popular. Esta expressão pode soar de maneira um tanto quanto forte, pois os jornais do último quartel do século XIX não lograram atingir todos os segmentos sociais daquela sociedade. No entanto, com ela queremos nos referir ao convencimento que se buscava em relação aos cidadãos ativos politicamente do Império, ou seja, daquelas pessoas que tinham o direito de participar do processo eleitoral.

A seguir, passaremos a destacar alguns trechos de cinco jornais, e analisá-los de modo que procuramos um entendimento acerca dos usos que seus redatores e proprietários tentaram fazer a partir da imagem dos conjurados mineiros.

Um órgão jornalístico do partido Conservador demorou muito a ser fundado na cidade de São João del-Rei. Somente em março de 1877 foi que saíram do prelo as primeiras páginas d'*O Arauto de Minas*, jornal combativo politicamente e de grande significação para o periodismo são-joanense. Não sabemos o porquê da ausência de uma folha conservadora até aquele momento em São João del-Rei, no entanto acreditamos que tal situação se devia ao papel que os políticos conservadores tinham na região do 6.º distrito eleitoral mineiro, cuja sede era São João del-Rei. É provável que aqueles políticos não necessitassem de combater em outro campo que não nas Câmaras de vereadores, na Assembleia Provincial e no Parlamento. Enquanto que seus opositores históricos, os liberais, optaram por combater também por meio do jornalismo, já que na maior parte das vezes eram marginalizados nos processos eleitorais.

A dificuldade institucional que os liberais tinham que enfrentar para tentar se eleger ficou visível numa passagem d'*A Provincia de Minas*, em que foi relatado um episódio eleitoral em São João del-Rei. Além disso, os conflitos e a violência por trás de uma eleição também ficam evidentes.

Em S. João del-Rei, os liberais, não podendo recorrer desta vez às violências, confessaram sua conhecida impotência e desertaram das urnas. Uma carta dessa cidade, que temos à vista diz o seguinte:

‘Os liberais, diante da atitude enérgica do partido conservador, fugiram vergonhosamente. A eleição correu plácida.

A polícia e o promotor esperavam trinta capangas de S. José. Como estes não vieram, falhando-lhes assim o concertado plano, os liberais nem foram à igreja. Vencemos em todo município.⁴⁹

Dos seis jornais pesquisados, o primeiro a ser fundado foi *O Arauto de Minas*. Não temos conhecimento de sua primeira edição, contudo, a segunda foi impressa em 17 de março de 1877. Logo abaixo de seu título havia, nessa segunda edição, a legenda: Hebdomadário político, instrutivo e noticioso; e ressaltou-se que era um “Órgão do partido Conservador”. Havia colaboradores diversos e o redator era Severiano Nunes Cardozo de Rezende. Manteve seu aspecto, com quatro páginas, ao longo de todo seu período de existência – salvo alguma edição que desconhecemos. Ao longo dos 13 anos em que o jornal esteve em atividade houve poucas alterações em seu cabeçalho: o título foi alterado de *O Arauto de Minas* para *Arauto*

⁴⁹ *A Provincia de Minas*, ano I (novo período), n.º 1, 10/07/1880. Ouro Preto. P. 2 e 3, seção Boletim Eleitoral. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

de Minas em 1884;⁵⁰ a denominação de proprietário esteve em algum momento creditada a Altivo Sette, enquanto que em outros, a informação estava ausente; na maior parte desse período foi denominado como redator-chefe da redação Severiano Nunes Cardozo de Rezende; como editor-gerente Antônio Patrício de Paula Fonseca; e como administrador Antônio Pacheco. A legenda sofreu poucas alterações, e foi estampada como órgão do partido Conservador, órgão Conservador e órgão do partido Conservador do 6.º distrito.

Apesar de ter demorado a surgir no cenário da imprensa, *O Arauto de Minas* parece ter tido, além de ampla circularidade, certa importância dentro da Província mineira – e até fora dela. É verdade que tivemos conhecimento das saudações e manifestações de apreço para com *O Arauto de Minas* a partir do próprio jornal, o que pode levantar suspeita, porém achamos importante darmos publicidade ao que se veiculou a respeito desta folha conservadora. A edição foi de abril de 1887 e numa de suas seções listou-se quatro jornais que cumprimentavam a redação pelos 11 anos de duração do periódico. Usaram qualificativos como: “[...] ilustre e incansável batalhador em prol da grandiosa causa conservadora [...]”;

“[...] este importantíssimo órgão da imprensa mineira [...]”; etc. Os jornais eram de quatro cidades distintas: o *Lidador*, de Vitória (não se especificou a Província); a *Gazeta de Uberaba*, de Uberaba; a *Verdade*, de Itajubá; e o *Futuro*, de Formiga.⁵¹

A primeira edição d’*O Arauto de Minas* em que vimos alguma menção aos conjurados mineiros foi apenas de janeiro de 1881. Nela, nós encontramos a transcrição de um artigo que discorria sobre os teares e a produção de tecidos em Minas Gerais desde o século XVIII, e retirado de um jornal de Campinas. Era muito comum a reprodução de notícias do *Almanaque Campinense* nas páginas d’*O Arauto de Minas*. Relativamente à informação passada por aquele, neste jornal são-joanense, era que a atividade da produção têxtil com algodão e lã teve seu ímpeto barrado por uma proibição régia na segunda metade do setecentos. Tal proibição de tecer e fiar, assim como muitos aspectos da década de 1780, também teria influenciado na trama da Inconfidência Mineira. Além da proibição ter gerado perturbações, a maior inspiração que os mineiros poderiam ter àquele momento havia sido o sucesso da revolução empreendida pelos anglo-americanos. A insistência na produção têxtil mineira, que tinha principalmente um caráter familiar, foi entendida pelo autor do texto como uma atividade

⁵⁰ A última edição em que o título foi *O Arauto de Minas* foi a de n.º 44, ano VII, de 28/02/1884. E a primeira, em cujo título se aboliu o artigo foi a de n.º 1, ano VIII, de 15/03/1884, isto é, uma publicação subsequente àquela.

⁵¹ *Arauto de Minas*, ano XI, n.º 6, 17/04/1887. São João del-Rei. P. 2, seção Gazetilha e artigo O ‘Arauto de Minas’.

patriótica daqueles mineiros. E foi dito ainda que a Inconfidência foi uma conspiração patriótica.

O texto tratou de um residente na Capitania de Minas Gerais contemporaneamente à Inconfidência, o coronel Corrêa Pamplona – não sabemos se era o mesmo Pamplona que delatou os conjurados ao visconde de Barbacena –, e que teria dado bastante impulso aos produtos têxteis em Minas. Vindo de Portugal, Pamplona teria enriquecido em solo mineiro e,

[...] pelo seu trabalho e indústria tornou-se grande proprietário na comarca de S. João del-Rei.

[...]

O quebramento dos teares trouxe a inconfidência.

E o – *libertas quae sera, tandem* [SIC] – inscrito na bandeira gloriosa de 1790 simbolizava também um tear reerguido sobre essas quinas vaidosas que trinta anos depois foram trocadas pelo fumo e o café.

Abafada a patriótica conspiração, grandes trabalhos teve o coronel Corrêa Pamplona para não ser envolvido no processo de Tiradentes.

[...]

Hoje os teares estão generalizados por toda a província de Minas, mormente pelo sul.

[...]

As manufaturas mais aperfeiçoadas são na comarca do Rio das Mortes, onde existe a linda e importante cidade de S. João del-Rei, essa formosa odalisca que abre as portas das magníficas regiões do Sul de Minas, na expressão do nosso Bernardo Guimarães, poeta e escritor de primo cartello [SIC].

[...]

Com a bandeira da indústria desde 1790 revelam-se a cada canto em a nossa heroica província as aspirações de liberdade, que o cadafalso não tinha podido abafar.

[...]

Em toda parte da província onde se planta algodão, se fia e se tece.

[...]

Concluindo estes toscos rabiscos [...] direi que os mineiros da geração atual não devem deixar morrer as gloriosas tradições da indústria inconfidente!

[]⁵²

⁵² *O Arauto de Minas*, ano IV, n.º 44, 29/01/1881. São João del-Rei. P. 3, seção Variedade e artigo Reminiscências de algumas cenas em Minas Gerais: os teares, autor Dr. Cassiano Gonzaga. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

A próxima publicação de um artigo relativo aos conjurados foi de apenas duas semanas depois da que acabamos de citar. Esse impresso, de fevereiro de 1881, foi também escrito pelo Sr. Cassiano, de Campinas. Tendo se relevado mineiro, descreveu Minas Gerais de uma forma laudatória. E salientou:

Minas que no dizer do sábio S. Hilaire pode viver independente *du reste do monde*, no entanto a minha bela terra que já nos tempos coloniais contava nomes que ainda fulguram nos fastos da ciência e da literatura, Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, dr. José Alves Maciel, Alvarenga, padre Manoel Rodrigues da Costa, José de Rezende Costa e outros [].⁵³

É bastante expressivo que mesmo fora do território mineiro, ainda que fosse na vizinha São Paulo, os nomes dos conjurados sobressaíssem, dando a dimensão da importância simbólica que tais figuras começaram a adquirir no último quartel do século XIX. Ou ainda, uma amostra do desespero dos conservadores em angariar recursos simbólicos aptos a defenderem a legitimidade do regime monárquico, que começava a ser abalado pelo crescimento do movimento republicano, mas principalmente pela proximidade do fim do Segundo Reinado. Também vemos como significativo, que o nome de Joaquim José da Silva Xavier não tenha sido elencado entre os que mereceram a lembrança do autor do texto. É plausível que por ter sido caracterizado ao longo de todo o século XIX como um membro radical da Conjuração Mineira, aspirante a republicano e obstinado pela liberdade, que Tiradentes tenha tido seu nome fora do artigo do Sr. Cassiano.

Em 24 de abril de 1881 foi impresso o número que narrou a primeira visita de D. Pedro II e sua comitiva pela cidade de São João del-Rei. *O Arauto de Minas* deu um destaque especial à passagem do Imperador e da Imperatriz pela cidade, que deve ter acontecido um ou dois dias antes da publicação. A capa, toda ornada e com o brasão da Monarquia, mais as três páginas seguintes, tinham notícias e mensagens referentes a D. Pedro II. Além de se ter exaltado o monarca brasileiro, o município são-joanense também foi mui enaltecido nesse número d'*O Arauto de Minas*. Num artigo em que alguns trechos do romance de Bernardo Guimarães – *Maurício ou os paulistas em São João del-Rei* – foram reproduzidos, escolheu-se partes onde se bendizia São João del-Rei, suas características naturais e arquitetônicas. Seguidamente aos fragmentos do texto de Bernardo Guimarães se procedeu a uma espécie de reminiscência da cidade, em que se contou sobre sua história ao longo do tempo. Vejamos, então, como foi narrada a circunstância da Conjuração Mineira em meio à história são-joanense:

⁵³ *O Arauto de Minas*, ano IV, n.º 46, 12/02/1881. São João del-Rei. P. 3, seção Variedade e artigo A província de Minas, autor Dr. Cassiano. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

[]

Em 1789, São João del-Rei fora designada, entre os demais planos dos inconfidentes Tiradentes, que residia no Pombal, há duas léguas desta cidade, José de Rezende Costa e outros que moravam nas vizinhanças deste município, para capital da projetada república.

Não há quem ignore o desfecho desse drama heroicamente triste, embora a gratidão nacional, esquecida de tão heroico feito, não perpetue em bronze ou em mármore a memória daqueles mártires, ilustres Mineiros, que tão caro pagaram o arrojo de se confessarem devotados, até o suplício, à terra que lhes deu berço.

A árvore da liberdade, regada com o sangue do primeiro desses mártires da Pátria, dignos da veneração e do amor da posteridade, que como a geração atual considerará tão gigantescos vultos, como a mais preclara glória de Minas Gerais, brotou nos campos do Ipiranga, trazendo-nos a nossa emancipação política e com ela as livres instituições, que nos regem, garantindo a paz e a integridade do Império de Santa Cruz.

[]⁵⁴

Como se vê, foi clara uma assimilação entre os elementos simbólicos inconfidentes e os do regime imperial, fundado a partir da proclamação da Independência. E era assim que, usualmente, procedia a redação d'*O Arauto de Minas*, pois era do interesse daqueles conservadores estabelecer uma relação de compatibilidade entre membros de um passado colonial que despontava a cada ano como uma interessante forma de legitimação, e os membros da casa de Bragança estabelecida no Brasil, juntamente com seu aparato estatal nativo.

Para a publicação de 21 de abril de 1882 não foi possível uma impressão d'*O Arauto de Minas*, posto que este passava por um momento de interrupção de suas atividades. O sexto ano deste periódico se iniciou em 29 daquele mesmo mês, mas como de costume se falava de Tiradentes nos números próximos ao dia de comemoração de sua morte, em 1882 não se pôde proceder a isso. Vemos, no entanto, na publicação do mês seguinte, no dia 14, outro artigo transcrito do *Almanaque Campinense*, cujo autor foi o mesmo Cassiano Gonzaga. Assim, com a reprodução da mensagem do jornal de Campinas, *O Arauto de Minas* não deixou de apresentar em suas páginas mais um texto de enaltecimento a Tiradentes, embora tenha feito com certo atraso. Tratemos, então, da análise de tal trecho.

Nenhuma palavra foi escrita pela imprensa campineira no dia 21 do corrente, nonagésimo aniversário do protomártir da liberdade brasileira, Joaquim José da Silva Xavier, vulto que se destaca com diamantino brilho grandeza no cenário da nossa história política! Seria ingratitude? Seria esquecimento? Creio que foi só esquecimento.

Eu, filho da terra do mesmo berço de Tiradentes, confesso o meu pecado, esqueci por causa de meus incômodos de saúde esse esplêndido sol de 21 de Abril de 1792!...

⁵⁴ *O Arauto de Minas*, ano V, n.º 7, 24/04/1881. São João del-Rei. P. 2, artigo A cidade de S. João del-Rei. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

Vou hoje ao correr da pena pagar um tributo à memória do legendário Mineiro com algumas palavras a respeito do seu nascimento e morte.

Era Joaquim José da Silva Xavier filho de Domingos da Silva Santos e sua mulher D. Antônia da Encarnação Xavier.

Nasceu na fazenda do Pombal, termo da cidade de S. João del-Rei, à margem do histórico Rio das Mortes.

Foi em sua juventude dentista, depois assentou praça no regimento de cavalaria paga de Minas, chegando ao posto de alferes, sempre estimado e considerado por todos.

Era solteiro, e tinha quando foi preso quarenta e um anos de idade.

Tiradentes perante seus sanguinários juízes jamais calou circunstância alguma da conjuração, e se alguma vez ocultou o delito foi quando procurava inocentar seus companheiros por sem dúvida mais culpados que ele, como fossem o Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, chefe da conjuração, e os drs. Cláudio Manoel da Costa e José de Alves Maciel, Coronel Inácio José de Alvarenga, Padre Manoel Rodrigues, José de Resende Costa, pai e filho e outros muitos nomes ilustres.

Tiradentes, o precursor da nossa independência, foi um mártir glorioso, e para prova-lo bastam as seguintes palavras que pronunciou depois de lido o perdão de que ele era uma exceção: *‘Morro sossegado: não levo atrás de mim tantos infelizes a quem contaminei!’*

Ao tirar a camisa para vestir a alva do condenado ainda pronunciou estas palavras sublimes: *‘O meu Redentor também por mim morreu nu’*.

Subiu ligeiro os degraus da forca, sem sinal nenhum aparente de profundo abatimento que era natural naquela última e suprema agonia.

[...]

Pediu ao carrasco que fizesse depressa o seu dever, que o enforcasse... mas o guardião de Santo Antônio subiu alguns degraus da forca, e daí fez uma prédica!...

Aí vai *ipsis verbis* a sentença que obteve o mártir infamado e convencido de dois crimes hediondos, nefandos, de lesa majestade divina e humana, - *libertador da pátria e Redentor dos escravos...*

[]

Nessa publicação do *Almanaque Campinense*, de 22 de abril, o Sr. Cassiano ainda fez a transcrição de parte da sentença de morte imposta a Tiradentes, que não exporemos. E continuou a exaltar a imagem do mártir mineiro:

Tiradentes, o grande vulto da nossa liberdade, e primeiro propugnador da independência tem hoje uma coluna de pedra na principal praça de Ouro Preto, capital de Minas, que perpetua seu glorioso nome, a sua glória, a glória dos brasileiros e especialmente a dos mineiros.

E não precisava, penso eu, desta coluna; ele tem uma estátua de mais fino quilate, mais pura e verdadeira, cujo pedestal é o coração de todos os homens livres porque ninguém tem mais direito da glorificação da posteridade e da gratidão dos seus do que Tiradentes e seus ilustres e imortais vinte e oito companheiros que formam a grande constelação da Inconfidência Mineira, à cuja luz caminha triunfante a causa da liberdade do nosso abençoado Brasil.⁵⁵

Podemos perceber no correr deste texto que seu autor, certamente um monarquista, apesar de louvar a imagem de Tiradentes como um mártir destemido, leal e sincero, não creditou a ele a liderança dos conjurados. Diversamente do que tentavam os republicanos.

Outra assimilação tentada por Cassiano foi a de comparar o sofrimento e provação de Tiradentes, quando do seu enforcamento, ao martírio de Jesus Cristo. Como já foi demonstrado, essa prática começou a se tornar comum na segunda metade do século XIX, e esta foi uma das mais importantes causas da popularidade de Silva Xavier junto ao povo de então. Houve também nesse escrito a reprodução de algumas invencionices, como a de que Tiradentes teria conseguido pronunciar algumas palavras do alto do patíbulo, o que certamente, e de acordo com as fontes, não aconteceu.

E como já mostramos, e ainda será visto em outros periódicos estudados por nós, fez-se, nesse impresso, a ligação das ideias de Tiradentes e seus companheiros sobre liberdade e independência, com a Independência brasileira. O autor admoestou, igualmente, para a escassez de monumentos que engrandecessem a memória dos conjurados mineiros e que, até o momento, somente uma coluna homenageava aqueles “ilustres e imortais”. Por outro lado, argumentou que a memória dos inconfidentes estava viva entre os brasileiros, o que poderia mitigar a falta de lugares de memória mais apropriados. Afinal, tornar-se detentor da memória e do esquecimento de algum determinado fato histórico era determinante na manutenção do poder e também para quem quisesse se alçar a ele (LE GOFF, 2003). Mais um elemento motivador para os monarquistas em sua batalha pela permanência da Monarquia como forma de governo nacional.

A assimilação entre alguns inconfidentes e algumas práticas políticas da década de 1880 era feita de modo a enaltecer ou a denegrir a imagem política de quem quer que fosse. Um caso que seguiu nessa direção foi oriundo de discórdias entre dois candidatos, Carlos Afonso e Diogo de Vasconcelos (não o do período regencial), a uma cadeira na Câmara Geral. *O Arauto de Minas* criticou energicamente Carlos Afonso por ter tentado manchar a imagem

⁵⁵ *O Arauto de Minas*, ano VI, n.º 3, 14/05/1882. São João del-Rei. P. 3, seção Transcrição e artigo Tiradentes. Grifos do autor. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

de Diogo de Vasconcelos por meio de uma mensagem escrita no *Cruzeiro* e que visava prejudicar a eleição deste. Aparentemente ambos eram conservadores, porém, com domicílio eleitoral em distritos distintos na Província mineira. A redação d’*O Arauto de Minas* comparou a atitude de Carlos Afonso com a de Joaquim Silvério dos Reis, o primeiro delator da Conjuração Mineira. Assim, escreveu-se que o eleitorado mineiro não iria aceitar tal eleição e,

Ela [a Província de Minas Gerais] há de é repelir com a ponta do pé o *ilustre* descendente do *célebre* Coronel Silvério, o vil denunciante da heroica conjuração mineira, aquele que levou ao patíbulo o imortal Tiradentes, cujo suplício foi tão glorioso quão inglório e repugnante o papel do denunciante infame.⁵⁶

Mas a vinculação de alguma coisa ou pessoa com a Conjuração Mineira ia além da política. A poesia também dava mostras de que podia rememorar alguns de seus episódios, fazer correlações, exaltar a Província mineira por causa de seu passado tido como fausto. Dessa maneira, uma das estrofes da poesia de Lúcio de Mendonça evidenciou a interação com a tradição oral; o orgulho pelo passado colonial heroico; não obstante, sem lástimas por ele ter perecido. Assim segue a estrofe:

[]
 Não raro um velho – de cem anos passa
 Recorda aos netos, venerando e lhano,
 Da Inconfidência o generoso engano
 E o Tiradentes que ele viu ‘na praça’.
 []⁵⁷

Neste verso ficou patente a passagem da história da Inconfidência através das gerações. Contudo, cremos que o “engano” referente à tentativa de levante mineiro seja de ordem da formação política do autor da poesia, isto é, a orientação republicana diversa da monarquista, sendo arriscado para o momento dizermos que seria de ordem ideológica. Assim, vemos que o “engano” pode ser oriundo de uma satisfação pela Inconfidência não ter logrado êxito, já que poderia ter levado à separação do restante da colônia e ao republicanismo. O Tiradentes visto “na praça” deve ter sido uma alusão a alguma prédica que se viu do inconfidente.

⁵⁶ *O Arauto de Minas*, ano VI, n.º 15, 05/08/1882. São João del-Rei. P. 2, seção ainda relativa ao editorial e artigo O Ministro tem medo... . Grifos do autor. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

⁵⁷ *O Arauto de Minas*, ano VI, n.º 40, 08/02/1883. São João del-Rei. P. 3, seção Poesias, cujo título é Minas.

Vimos nos anúncios d’*O Arauto de Minas* e em alguns de seus artigos, do início dos anos 1880, que na cidade de São João del-Rei algumas vias públicas começaram a receber denominações que homenageavam os inconfidentes. Compreendemos que a nomeação de ruas e logradouros não era insignificante, mas era menos interessante que os artigos direcionados a tratar do assunto Inconfidência e política. Os conjurados homenageados foram dois dos cinco que tinham muitas relações com o município são-joanense: Tiradentes e José de Rezende Costa. A partir desse momento, começamos a ver em diversos anúncios os nomes das ruas que os homenageavam.⁵⁸

Com um conteúdo mais relevante, temos a descrição da festa de comemoração do Sete de Setembro do ano de 1884. Além da procissão e banda que percorreram algumas ruas de São João del-Rei, fez-se menção, ao que parece, aos conjurados de 1789. Vejamos:

Este dia, em que se comemora o maior acontecimento de nossa história política, foi este ano, nesta cidade, entusiasticamente festejado.

A expensas da Câmara Municipal foi celebrado *Te-Deum* à tarde, havendo à noite passeiata [SIC] patriótica, na qual ao som dos marciais acordes de uma banda de música se levantavam vivas à independência do Brasil.

Em diversas ruas parava o préstito, ouvindo-se então vários discursos [...]

Em frente às nossas oficinas parou o préstito e correspondendo aos vivas à redação do *Arauto de Minas*, tomou a palavra o redator desta folha pronunciando um discurso, em que comemorando os feitos de nossos antepassados, que plantaram a árvore da nossa liberdade [...].⁵⁹

Assim sendo, pensamos que “os feitos de nossos antepassados” seja uma clara referência aos inconfidentes. Posto que em variados artigos de diversos jornais, desde fins da década de 1870 até o ano de 1889, os conjurados tiveram sua imagem relacionada à Independência como um movimento contínuo da história. Desta feita, entendemos que o redator do *Arauto de Minas* mencionou os conjurados mineiros como aqueles “que plantaram a árvore da nossa liberdade”. Mas certamente o redator conservador tinha pretensões de harmonizar o imaginário atrelado aos inconfidentes com a finalidade de angariar legitimidade ao regime. Por outro lado, deveria ter a intenção de amainar os intentos dos republicanos, que a cada ano buscavam uma relação maior de proximidade com os conjurados.

Além disso, uma notícia cujo fim era homenagear um cidadão que recebeu do governo imperial um título de barão, e que a princípio não teria relevância para nosso estudo, acabou

⁵⁸ Ver principalmente as edições de 26/05/1883, 30/03/1884 e 05/04/1884 d’*O Arauto de Minas*.

⁵⁹ *Arauto de Minas*, ano VIII, n.º 20, 13/09/1884. São João del-Rei. P. 3, seção Arauto de Minas e artigo Sete de Setembro. Grifos do autor. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

sendo bastante interessante. Na mensagem houve uma clara relação entre os conjurados de Minas e a Independência como um movimento de contínuo interesse nacional. E embora o cerne da questão tenha tido uma pequena variação em relação com outros artigos afins, pois se escreveu que a geração presente havia sido privada da lembrança dos atos dos inconfidentes, a mensagem final não variou tanto. Demais, como era de se esperar de um texto escrito num jornal conservador, ele conciliava a tradição imperial com o passado colonial inconfidente. Nele se disse que,

Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de São José del-Rei. – Os abaixo-assinados, residentes nesta cidade, reuniram-se hoje com o fim especial de felicitarem V. Exc.^a pelo galardão com que o nosso sábio monarca acaba de conferir a V. Exc.^a em autêntico testemunho dos relevantes serviços por V. Exc.^a prestados a humanidade, a Religião e ao Estado, elevando-o ao nobre título de Barão de São José del-Rei, desta cidade de gloriosas tradições pela parte ativa que em épocas afastadas tomaram nossos antepassados na independência do solo brasileiro, lutando com o ferrenho poder da metrópole portuguesa sem temor do sacrifício a que se sujeitaram. Há quase um século que os fatos heroicos se deram, mas ainda sim se obliterou da miséria da geração presente a lembrança do sangue derramado pelos nossos conterrâneos Joaquim José da Silva Xavier – o imortal Tiradentes, – vigário Toledo e tantos outros, vítimas de uma conjuração frustrada pela traição, mas cujo germe não se extinguiu e mais tarde traduziu-se em realidade [...] É que as grandes aspirações não morrem.

O nosso sábio monarca que não há muito visitou esta cidade, hospedando-se na própria casa em que Tiradentes recebeu as águas do batismo, não podia ter melhor inspiração, melhor lembrança de local para o título conferido a V. Exc.^a dando-lhe para Baronato uma cidade de antiga categoria.

[]⁶⁰

Ainda se tratando da região da comarca do Rio das Mortes, já que São João del-Rei e São José del-Rei faziam parte desta comarca, fez-se nova analogia entre uma destas cidades, um cidadão tratado como talentoso em uma arte e os inconfidentes. Quis-se correlacionar o fato do cidadão em questão ser talentoso, com o passado glorioso de Minas, algo que não tem qualquer relação lógica, mas que foi tratado como tal. No artigo se disse que o cidadão citado era um poeta de qualidade, que lembrava os dos tempos da Arcádia, e que “S. João del-Rei pode se gabar de ter concorrido com o esforço poderoso de muitos filhos ilustres para as glórias imorredouras da província onde nasceram os inconfidentes [...]”.⁶¹ Essa analogia, além de enaltecer o passado Provincial tentava, a nosso ver, elevar as qualidades do dito poeta,

⁶⁰ *Arauto de Minas*, ano IX, n.º 6, 18/04/1885. São João del-Rei. P. 3, seção Tribuna Livre e artigo S. José del-Rei. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

⁶¹ *Arauto de Minas*, ano IX, n.º 11, 23/05/1885. São João del-Rei. P. 3, seção Tribuna Livre e artigo Literatura. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

posto que tendo nascido numa cidade que foi berço de pessoas ilustres, célebre ele também seria.

A Actualidade e o Liberal Mineiro

Apresentamos estes dois jornais, ligados ao partido Liberal de Ouro Preto, de modo conjunto porque, ao que tudo nos indica, eles eram apenas um órgão jornalístico. Com o correr de nossas pesquisas, começamos a observar algumas coincidências entre *A Actualidade* e o *Liberal Mineiro* e que nos deixavam com algumas dúvidas relativas aos dois jornais. Uma dessas coincidências dizia respeito a um dos proprietários da primeira folha, Carlos Gabriel Andrade. A partir da publicação de quatro de janeiro de 1879, o nome de Carlos Gabriel Andrade passou a figurar na capa d'*A Actualidade* como seu proprietário, juntamente com José Egydio da Silva Campos, dono do jornal desde sua fundação, e cujo nome era estampado em sua capa desde a primeira publicação, feita em 16 de março de 1878. Mas Carlos Gabriel Andrade também foi proprietário do *Liberal Mineiro* até outubro de 1885. Já em novembro deste ano, o advogado Bernardo Pinto Monteiro, um dos redatores do *Liberal Mineiro* havia algum tempo, assumiu a sua propriedade e se manteve à frente deste periódico liberal até seu último ano de publicação, 1889.

Outro acaso entre as duas denominações liberais de Ouro Preto foi que a última edição disponível para pesquisa d'*A Actualidade* é a de número 158, do quarto ano de publicação e que data de 29 de dezembro de 1881. Já a primeira edição que pudemos dispor do *Liberal Mineiro* foi a 161, também do quarto ano e de cinco de janeiro de 1882. Pareceu-nos curioso que um jornal “novo” fosse iniciado em seu quarto ano. Enquanto que ele parecia dar continuidade às publicações d'*A Actualidade*, encerradas em dezembro de 1881.⁶²

⁶² Consultamos algumas edições desses dois jornais na biblioteca do *campus* Dom Bosco da Universidade Federal de São João del-Rei, de forma microfilmada.

E nos sítios eletrônicos do Arquivo Público Mineiro e da Hemeroteca Digital Brasileira tivemos acesso a um extenso material digitalizado. Senão toda publicação dos ditos jornais, a maior parte dela.

Nesse sentido, pelas semelhanças entre os dois jornais, assim como pela diferença de apenas duas publicações – que podem estar perdidas ou simplesmente muito danificadas para estarem disponíveis para consulta – entre a última edição que tivemos acesso d’*A Actualidade* e a primeira do *Liberal Mineiro*, nós estamos convencidos de que a segunda denominação substituiu a primeira. Não sabemos se teria sido uma simples troca de título do jornal ou se envolveu algo mais expressivo. Porém, além de possíveis eventualidades entre dois jornais que se assemelham, durante nossa pesquisa encontramos um trecho que abordou a mudança de nome. Tal excerto se encontra no *Liberal Mineiro* e foi a transcrição de uma mensagem recebida em sua redação, de outro jornal mineiro. Assim sendo, vejamos como a “nova” designação liberal ouro-pretana foi vista na região e como expôs a questão da alteração de seu título: “[...] ‘A Actualidade, de Ouro Preto, foi substituída na imprensa pelo jornal a que se deu o título de Liberal Mineiro e que tem como chefes de sua redação os ilustrados e distintos Srs. Ovídio de Andrade e Henrique Sales’ [...]”.⁶³

Além dessa grande modificação pela qual *A Actualidade* passou, vindo a se tornar de um mês para o outro em um “novo” jornal, outras tantas acometeram aquele órgão do partido Liberal. Assim, em sua primeira fase, que atribuímos ao período com o título de *A Actualidade*, o jornal liberal teve como proprietários os já mencionados senhores Campos e Andrade, e como redatores: Carlos Afonso de Assis Figueiredo, Manoel Joaquim de Lemos e “redatores diversos”. Em sua segunda fase e já denominado *Liberal Mineiro*, também passou por algumas modificações em seu quadro funcional: além da mudança de proprietário acontecida em fins de 1885 e já aludida, houve períodos em que não se indicou nome de redator; alterações de nomes de redatores, como Carlos Afonso de Assis Figueiredo, Bernardo Monteiro, Camilo de Brito, M. J. de Lemos e Xavier Campelo; e o periódico passou a contar em alguns momentos com chefes de redação – se seria uma função diferente da de redator, nós não sabemos – : Ovídio de Andrade e Henrique Sales; e durante um espaço de tempo estes dois foram ainda os diretores políticos do jornal.

O quadro de funcionários e apoiadores do *Liberal Mineiro* pode nos demonstrar o quanto era significativa a presença de políticos e/ou simpatizantes liberais neste jornal, isto é, os membros do partido Liberal de Minas Gerais se faziam representar e eram representados pelo jornal. A comprovação disso ficou clara quando vimos em algumas de suas edições a notícia sobre reorganização política:

⁶³ *Liberal Mineiro*, ano V, n.º 15, 11/02/1882. Ouro Preto. P. 2. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

O Centro diretor do partido liberal em Minas Gerais, eleito pelos membros da maioria da assembleia legislativa provincial, ficou composto dos seguintes cidadãos:

Conselheiro José Joaquim de Sant'Ana, presidente.

Dr. Manoel Joaquim de Lemos.

Dr. Henrique de Magalhães Sales.

Dr. Camilo Maria de Brito.

Dr. Francisco Xavier Rodrigues Campelo.

Dr. Bernardo Pinto Monteiro, secretário.⁶⁴

Ressaltada a importância que o órgão periódico tinha para a política da época, visto que dos seis membros citados do Centro diretor do partido Liberal, cinco tomavam parte no *Liberal Mineiro*, vamos nos deter adiante no material que versava sobre os conjurados mineiros. Primeiramente, vamos expor o que n'A *Actualidade* se escreveu referentemente àqueles mineiros do século XVIII. Em seguida, passaremos às considerações feitas já sob a designação de *Liberal Mineiro*. Fazemos essa separação para que haja maior clareza no entendimento do manuseio que o partido Liberal de Minas Gerais, ou de Ouro Preto, fez em relação à Conjuração Mineira e seus participantes.

Assim, o primeiro número deste jornal que tomamos nota de publicação relativa à Conjuração Mineira foi feita em setembro de 1879. Um dia antes da data comemorativa à Independência brasileira, divulgou-se nos anúncios d'A *Actualidade* que haveria no teatro de Ouro Preto uma cerimônia alusiva ao Sete de Setembro e à Inconfidência. Desse modo, fez-se o anúncio:

Teatro Ouro-pretano. Empresa dramática de Fernal & Cia. Domingo, 7 de setembro de 1879, Festa nacional.

Espectáculo em grande gala pelo aniversário da proclamação da independência do – Brasil – honrado com a presença de S. Exc.^a o Sr. presidente da província. Logo que o Exmo. Sr. apareça na tribuna, subirá o pano para ser cantado [...] o HINO DA INDEPENDÊNCIA –. Em seguida subirá à cena, pela 1.^a vez nesta capital, o importante drama em 4 atos, escrito pelo muito festejado poeta brasileiro – A. de Castro Alves – Gonzaga ou a revolução de Minas [].⁶⁵

Neste trecho, nós vemos uma relação explícita ser feita entre a Independência nacional e a Conjuração Mineira. Mais relevante ainda que essa relação de estreiteza foi que,

⁶⁴ *Liberal Mineiro*, ano VIII, n.º 156, 04/11/1885. Ouro Preto. P. 1. Artigo Reorganização Política.

⁶⁵ *A Actualidade*, ano II, n.º 79, 06/09/1879. Ouro Preto. P. 4, seção Anúncios. Alterei a estrutura do texto, que tinha alguns trechos centralizados. Atualizei a sua escrita, mas mantive a pontuação original.

concernentemente à Independência, somente se executou o hino, sendo que o restante do tempo foi dedicado ao drama dos conjurados mineiros. Além disso, destacamos a relevância de se apresentar em Minas, mais ainda em Ouro Preto, uma das cidades que mais ativamente esteve envolvida na trama da Inconfidência, a peça escrita pelo grande poeta Castro Alves. *Gonzaga ou a revolução de Minas* foi uma peça que pesou favoravelmente aos inconfidentes porque relacionou, assim como outras de meados do século XIX, Tiradentes à imagem e ao martírio de Cristo (SERELLE, 2002). Por ter sido martirizado; por ter alguns atributos que o identificavam ao povo, como a coragem, abnegação, etc.; e ainda mais por ter sido retratado como um beato numa sociedade extremamente católica, Tiradentes ganhava cada vez mais popularidade no Brasil. É importante salientar também que a execução teatral sobre os conjurados foi exibida na presença do presidente da Província, a presença de um representante político de tal peso, um representante de sua majestade era relevante.

Pouco mais de três meses após a comemoração de Sete de Setembro de 1879, *A Actualidade* apresentou, como era de costume, uma seção em que eram expostas algumas petições, representações, pareceres relativamente à Assembleia Provincial mineira. Dentre uma das representações havia uma de um grupo de São José del-Rei, cidade vizinha à São João del-Rei, e que pedia uma verba para a edificação de uma estátua em sua cidade: “Outra [representação] dos encarregados de agenciar donativos para a estátua de Tiradentes em S. José del-Rei, pedindo um auxílio de 5:000\$000 – À 2.^a comissão de fazenda.”⁶⁶ Não vimos na própria edição nem na seguinte, qualquer resposta dirigida aos são-josefenses interessados em construir a estátua de Tiradentes. Mas ao que tudo indica não se procedeu àquela liberação para a construção, pois no início do período republicano foi dado prosseguimento à mudança do nome da cidade de São José del-Rei para Tiradentes – uma idealização de alguns republicanos – e só então, uma estátua do mártir e já herói mineiro, foi edificada naquela cidade.

Ainda concernente à construção de estátuas e monumentos, em sessão da Assembleia Provincial no mês de dezembro de 1879, discutiu-se e foi apresentado pelo deputado conservador X. da Veiga – certamente diz respeito ao redator e proprietário d’*A Provincia de Minas*, José Pedro Xavier da Veiga – um discurso em que se admoestava a Assembleia sobre a necessidade de se erigir monumentos em Minas Gerais. A sugestão era que ao menos três

⁶⁶ *A Actualidade*, ano II, n.º 140, 17/12/1879. Ouro Preto. P. 1, seção Minas Gerais e artigo Assembleia Legislativa Provincial, 25.^a sessão ordinária, aos 27 de novembro de 1879. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

fossem edificadas: a um republicano e os demais a um liberal e a um conservador, os quais representariam respectivamente Tiradentes, Osório e Alencar. Xavier da Veiga disse que seria demonstração de patriotismo se se procedesse à edificação de uma estátua a Tiradentes. E que tal homenagem não caberia a um partido especificamente, mas sim à causa nacional, à posteridade. No discurso de Xavier da Veiga e na discussão com seus pares, argumentou-se como quem ainda acreditava que a história fosse e devesse ser a responsável pelos exemplos e pelos ensinamentos às gerações presentes e vindouras. Deu-nos a entender, portanto, que a história e os feitos do passado deveriam instruir a “mocidade”. E com algumas de suas falas, percebemos que Xavier da Veiga e seus congêneres ainda viam a história como mestra da vida (KOSELLECK, 2006). Não obstante a sugestão de local para a estátua de Tiradentes, caso fosse mesmo construída, foi que ela deveria ocupar o cimo da coluna que homenageava os conjurados mineiros desde 1866 e que se encontrava na praça principal da capital Ouro Preto. Esta coluna foi construída a mando do ex-presidente liberal de Minas, Saldanha Marinho. Porém, pelo discurso do deputado conservador, percebemos que tal coluna era deveras simples e, portanto, uma homenagem mal feita.

Apesar de o discurso ser um pouco longo, achamos ser indispensável a reprodução de parte dele. Assim, tomemos conhecimento dele:

[]

Sr. presidente, passando a um assunto mui diverso, vou oferecer à consideração da casa um aditivo, para o qual peço e espero o apoio tanto dos meus amigos da minoria como dos nobres deputados da maioria. O aditivo consagra a seguinte ideia: (*lê*).

Sr. presidente, como V. Exc.^a vê, foi um intuito todo de justiça e de patriotismo que inspirou-me neste projeto, cuja ideia a nós brasileiros, a nós mineiros, sem seleção de partidos, deve ser altamente simpática. (*Apoiados*).

Aqueles a quem a medida se refere já não vivem e personificaram nobremente três ideias distintas: um foi republicano, outro liberal monarquista, e o terceiro conservador.

Já veem os nobres deputados que não há aqui intenção alguma política, mas que trata-se unicamente de render a homenagem devida ao mérito superior, manifestado por modos diferentes, mas igualmente brilhantes. (*Apoiados*).

As cidades da Europa, V. Exc.^a sabe, têm suas praças ornadas de estátuas e monumentos erguidos em honra de seus grandes homens: artistas, poetas, sábios, estadistas, guerreiros e patriotas, de todos aqueles, enfim, que, pelo seu mérito superior, fizeram jus ao reconhecimento e admiração dos seus concidadãos. (*Apoiados*). É a consagração no mármore ou no bronze da gratidão dos povos para com aqueles que souberam imortalizar-se por feitos heroicos ou pela manifestação do gênio (*muito bem*).

O Sr. Cornélio: - E é um incentivo poderoso para a mocidade.

O Sr. Contagem: - Eu acho que, em vez de colunas, devia se construir pontes, inscrevendo-se nelas os nomes desses indivíduos.

O Sr. X. da Veiga: - Os povos não carecem unicamente de pontes, estradas, indústria e artes, manifestação e apoio de seu progresso material; vivem também dos grandes exemplos, das grandes lições daqueles que se engrandeceram e subiram à história! (*Apoiados*).

Como mineiro, deploro que até hoje não se tenha procurado honrar condignamente a memória daquele que foi infamado no suplício (*apoiados*) e que merece, como o protomártir da liberdade brasileira, o nosso reconhecimento e veneração.

O Sr. Cornélio: - É uma dívida de honra para a província de Minas, principalmente para o partido liberal.

O Sr. X. da Veiga: - Não concordo com V. Exc.^a nesta parte. Nas campanhas para a conquista da liberdade e da independência nacional um só partido conheço: o do Brasil inteiro. E, portanto, os pró-homens desses grandes sucessos são credores do respeito e da admiração geral.

[...]

O Sr. X. da Veiga: - Efetivamente, o primeiro mártir da liberdade nacional, de cuja malograda tentativa foi cenário esta cidade, tão rica de recordações gloriosas, não almejava outra coisa senão um governo livre e a independência da pátria; e estes nobres anelos, estes grandiosos sentimentos certo não são privilégio, nem monopólio de nenhum partido (*apoiados*), mas uma aspiração comum a todos os cidadãos inteligentes e livres.

[...]

O Sr. X. da Veiga: - Srs., a conservação da coluna inacabada, que se vê na praça principal de Ouro Preto, é até humilhante para a nossa dignidade de mineiros.

Ou se erija um monumento decente, embora modesto, ou se destrua o que aí existe, que mais se assemelha aos antigos pelourinhos, e que realmente é o pelourinho do nosso patriotismo e da nossa ingratidão.

[...]

O Sr. X. da Veiga: - Terra de tradições venerandas, cenário dessa grandiosa e malograda conjuração de 1789, o Ouro Preto deve guardar com respeito e honrar solenemente a memória de Tiradentes, o precursor da liberdade e da independência da pátria: que foi desse movimento patriótico não o chefe ou o pensamento, mas, o que é mais – o coração e a alma, a mais intrépida das vítimas e o mais glorioso dos mártires.

Ao patíbulo infamante, onde supliciou-o o despotismo, respondamos, Srs., com a coluna que glorifica! E já tarda o pagamento dessa dívida sagrada! (*Apoiados, muito bem*).

Por sua vez, a estátua de Osório e o túmulo de Alencar são homenagens inadiáveis da gratidão brasileira a esses varões egrégios, que, um com a lança legendária de batalhador invicto, outro com a pena laureada de escritor

insigne, souberam honrar e engrandecer a pátria que tanto amaram.
(*Apoiados*).

[...]

Estes três nomes, Srs., Tiradentes, Osório e Alencar, simbolizam a glória em tríplice e esplêndida manifestação: talento, heroísmo e martírio. Tiradentes é a liberdade vitimada, Osório a bravura triunfante e Alencar o gênio [].⁶⁷

Com este excerto, podemos ainda fazer algumas conjecturas e tirar algumas conclusões. É perceptível em alguns pontos do discurso de Xavier da Veiga que uma relação de proximidade, continuidade entre a Conjuração Mineira e a Independência foi tentada. Como veremos ainda em muitos outros trechos d'A *Actualidade* e de outros jornais, havia um segmento historiográfico e jornalístico no século XIX, que acreditava que o movimento pela independência da colônia portuguesa na América teve seu início com a insatisfação dos vassalos mineiros em 1788-9. Na esteira desse pensamento, era atribuído aos conjurados, precipuamente a Tiradentes, o posto de protomártir nacional e, portanto, o primeiro propugnador da liberdade do Brasil. Evidentemente, esta linha de pensamento não era a única nem estava livre de receber críticas.

Outro ponto que merece destaque foi o da não atribuição, pelo autor do discurso, de Tiradentes como líder da Conjuração Mineira. Vimos ao longo de nossa pesquisa que era comum aos políticos monarquistas, fossem eles liberais ou conservadores, retirar de Tiradentes qualquer característica de liderança do movimento mineiro. O porquê disso, em nossa constatação até aqui, foi por oposição política e por conta de alguns dados historiográficos. O primeiro ponto se dava porque os políticos republicanos e os simpatizantes da causa republicana no Brasil firmaram seu foco na figura de Tiradentes e passaram a atribuir a ele um papel de destaque na Conjuração Mineira. Com isso, Tiradentes passou a ser uma imagem de referência ao movimento republicano brasileiro contra a Monarquia. A segunda questão se deu depois de 1873, ano do lançamento de *História da Conjuração Mineira*, senão o mais famoso livro da segunda metade do oitocentos no Brasil, o mais esperado. Seu autor, Joaquim Norberto de Sousa e Silva era um intelectual de seu período, e que além de ser historiador era também literato. A novidade do livro de Sousa e Silva foi que ele pesquisou diretamente nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, e apresentou Tiradentes como um membro secundário na Conjuração. Com isso, e por ter sido acusado de

⁶⁷ A *Actualidade*, ano III, n.º 31, 16/03/1880. Ouro Preto. P. 1 e 2, seção Minas Gerais e artigo Assembleia Legislativa Provincial, Discurso pronunciado na sessão de 12 de Dezembro p. passado. Grifos do redator. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

inventivo em sua escrita, enfrentou muitas críticas (SERELLE, 2002). Contudo, era o livro de história mais completo escrito na parte final do século XIX relativo à Inconfidência.

E por fim, foi apontado por Xavier da Veiga que em Minas Gerais, mais especificamente em Ouro Preto, foco de seu discurso, faltavam locais que resgassem a memória de personagens de importância histórica para o Brasil. A pobreza ou a ausência de lugares de memória na capital de Minas Gerais era vista como uma falha na transmissão de bons exemplos dos grandes homens nacionais ao povo mineiro. Visto que a “[...] história era uma espécie de cadinho de experiências instrutivas, do qual se podiam extrair ensinamentos [...]” (KOSELLECK, 2006, p. 80). E malgrado os três nomes ressaltados pelo deputado Xavier da Veiga fossem já bem conhecidos e celebrados nacionalmente, parece que eles ainda não compunham o panteão nacional dos heróis pátrios, embora simbolizassem “a glória em tríplice e esplêndida manifestação”.

Quase um ano após essa publicação d’A *Actualidade* houve uma em que o foco principal da redação da folha liberal foi a visita da comitiva imperial a Minas Gerais. Com uma edição pomposa, que trouxe o brasão nacional estampado na capa, um poema ao Imperador na página seguinte, esse impresso teve a maior parte de suas quatro páginas dedicadas à chegada de D. Pedro II em Minas. Entretanto, em meio às notícias relativas ao préstimo imperial que se aproximava, escreveu-se também sobre o inconfidente Joaquim José da Silva Xavier. Temos a impressão que foi uma estratégia da redação do jornal para relacionar a imagem de Tiradentes à do Imperador e/ou com o seu governo. Por outro lado, pode ter sido um acaso, devido a proximidade com o mês de abril – período em que aconteciam as celebrações aos inconfidentes – já que isso se deu em março. Contemplemos, então, parte dessas descrições:

Hoje, segundo está comunicado, SS. MM. II. devem chegar a esta capital.

Às 5 horas da tarde, **a cidade, onde no século passado a causa da independência teve o seu primeiro mártir**, será honrada pela imperial visita.

Para Ouro Preto, como para toda a província, este dia terá de constituir-se uma época memorável [...].

A viagem dos Soberanos do Brasil ao centro da nossa província, há tanto tempo prometida e tão ansiosamente esperada, já é uma esplêndida realidade, que enche de júbilo o coração de todos os mineiros.

[...]

Bem-vindos sejam às regiões mineiras o glorioso Monarca Brasileiro e sua Virtuosíssima Consorte!

A terra de Tiradentes traja suas melhores galas, o mais sacrossanto entusiasmo transborda do coração de seus filhos, ao receberem a preciosíssima visita.

[]⁶⁸

Mas na mesma edição e igualmente sobre a visita de D. Pedro II, novamente se versou sobre Tiradentes em um artigo livre.

É o brado imponente e unísono, levantado por um povo inteiro, e que, repetido pelos ecos das serranias do Itacolomi, prolonga-se pelos profundos vales de Ouro Preto desde que festivas girândolas anunciaram a próxima entrada dos Augustos Soberanos na capital de Minas.

O entusiasmo patriótico recresce [...].

Tão solenes manifestações não têm tanto por origem o respeito devido à regias e gloriosas dinastias, como o estranhado e estremecido amor dos brasileiros, testemunhas e admiradores das mais acrisoladas virtudes, que resplendem do Trono Constitucional.

As tradições de um povo, que primeiro sonhou a liberdade de sua pátria, e que em 1789 sagrou com sangue generoso o dogma do futuro, realçam de sinceridade e subido apreço às manifestações de hoje []⁶⁹

Neste extrato percebemos que, implicitamente, seu autor tinha uma visão de que a ideia primeira da Conjuração Mineira era a liberdade da pátria, fosse ela Minas ou o Brasil. Achamos isso crível porque nos últimos parágrafos citados, foi-nos passada a impressão de que, apesar do fracasso da insurreição mineira, o Brasil estava sendo regido naquele momento por um governo que se pautava numa constituição. Era um “Trono Constitucional”, mas acreditamos que o que mais importava ao autor era que o país tinha leis e não estava subjugado às vontades de um governante.

No editorial da edição seguinte d’*A Actualidade*, notamos uma linha de raciocínio semelhante a esta, na qual a imagem dos conjurados foi exaltada. Porém, aprazia-se com o fato de que a Conjuração Mineira ter sido apenas o preâmbulo de um movimento maior na história, não tendo chegado às suas vias de fato, e que redundaria na independência nacional, proclamada pelo primeiro Imperador brasileiro. Apesar de se levantar a memória dos conjurados, não se deixou de relacioná-la com o regime monárquico e de também louvar o

⁶⁸ *A Actualidade*, ano IV, n.º 32, 30/03/1881. Ouro Preto. P. 3, seção A Actualidade e artigo sem título. Grifo nosso. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

⁶⁹ *A Actualidade*, ano IV, n.º 32, 30/03/1881. Ouro Preto. P. 3, seção: Seção Livre, artigo Vivão SS. MM. Imperiais. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

monarca brasileiro. Para que não houvesse um estranhamento entre os membros da Inconfidência e a dinastia reinante, procurou-se passar a ideia de que tanto um quanto a outra eram avessos ao período colonial, onde o Brasil padecia sob a Coroa portuguesa. Destarte, observemos o texto publicado pela redação d'*A Actualidade*, que é um pouco longo, mas bastante interessante.

A província de Minas Gerais sente ingente prazer por conter agora em seu seio o caro penhor de nossas instituições juradas; porque são elas os elementos promissores de uma esplêndida civilização no porvir.

O trono, na América do Sul, tem por base os sentimentos profundamente monárquicos do povo, que vê nele a garantia da união da vasta confederação das províncias.

Há muito que os mineiros ansiavam por tão auspicioso dia, que finalmente raiou nos nossos horizontes; e cremos que ele será o alvorecer de venturosos dias para esta província.

Um dia, disse o monarca brasileiro, nos conselhos da Coroa, aos seus ministros: - Vou visitar Minas Gerais, tão rica de tradições históricas e tão decantada pelos sábios do velho mundo!

E na verdade, foi ela o cofre d'ouro e brilhantes da coroa de Portugal; e agora será o plano onde se afirmarão as robustas colunas do americano trono.

Foram os mineiros os primeiros que, em brasílicas terras, levantaram o grito de independência [...] até repercutir nas margens do Ipiranga!

Minas Gerais será o tesouro do presente reinado [...].

Qual de suas irmãs deu melhores gemas à pátria de Afonso Henriques, para elevar-se aos fastígios da opulência no reinado de D. João V?

Qual de suas irmãs sentiu primeiro a centelha da liberdade inflamar seus filhos?

Ainda o Brasil era colônia, que mal abria os olhos à luz da vida, quando alguns mineiros ilustres por seus talentos e virtudes sonharam com a independência de sua pátria; porém o destino tinha escrito em seu Apocalipse, que era ainda cedo para ela lutar com as tempestades, que revolvem o oceano da vida das nações livres.

A epopeia messiânica ainda não seria escrita por aquela geração!

Em breve assomaria no horizonte da pátria, aquele que havia de rasgar o véu que envolvia o seu altar, onde os brasileiros iriam jurar fidelidade ao seu monarca.

Aos estos inflamados de Pedro I, as férreas cadeias que prendiam o Brasil ao trono do Mestre d'Avis, fundiram-se, com as névoas da manhã aos raios do sol tropical!

[...]

A legendária Vila Rica, outrora tão ridente e populosa, não chora mais pelos tempos coloniais de seu fastoso viver, não tem mais areias de ouro, porém abre o seio mostrando o ferro e as matérias-primas das indústrias metalúrgicas.

[...]

Aqui, florestas repetem ainda ao passar da bafagem da noite, os versos de Gonzaga, e as fontes, soluçando, imitam os doridos gemidos de Marília de Dirceu. O gênio de Tiradentes fala ainda pela calada da noite aos seus conterrâneos em mágicas falas de liberdade.

Vila Rica abre seu regaço, jubilosa, para receber seu Monarca!

Sê bem-vindo às terras de Minas Gerais!⁷⁰

Não obstante, esta descrição feita no jornal liberal ouro-pretano e que expomos uma parte, vemos que houve uma procura em harmonizar as figuras dos conjurados com o governo de então. Todavia, mais foi escrito naquele dia relativamente ao mártir Tiradentes, mas no folhetim, a parte literária do jornal. Neste se escreveu um poema de enaltecimento à cidade de Ouro Preto, comparada a Roma, e em que se citou ainda dois dos conjurados cujos nomes estavam mais em voga:

[]

Em cada pedra das tuas calçadas ainda se podem divisar as nódoas luminosas do sangue generoso de Tiradentes e os arbustos sabem de cor as estrofes de Dirceu. [...] Tem nas faces a cor do pêssogo maduro, e foi Marília quem imortalizou Gonzaga.

[]⁷¹

Entretanto, as homenagens d'A *Actualidade* e do povo ouro-pretano ao Imperador não cessava – assim como a reiterada tentativa de inserir algum objeto sobre os inconfidentes em comparação com seu governo. Deste modo, a edição de 18 de abril de 1881 expôs um breve informe dos deputados mineiros relativo à satisfação de receber D. Pedro II na Assembleia Provincial mineira. Aqueles deputados cumprimentaram Sua Majestade e falaram do brilhantismo de seus 40 anos de reinado. Foi mencionada a importância do ano de 1834 para o governo monárquico e foi ressaltada a aliança do governo de então com o acontecimento histórico ocorrido às margens do Ipiranga. Mencionou-se os conjurados mineiros e sua ânsia por liberdade: “[...] Exulta de prazer esta dedicada terra, onde primeiro vibrou o verbo da

⁷⁰ A *Actualidade*, ano IV, n.º 33, 02/04/1881. Ouro Preto. P. 1, seção A *Actualidade* (editorial) e artigo À SS. MM. Imperiais. Grifo nosso. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

⁷¹ A *Actualidade*, ano IV, n.º 33, 02/04/1881. Ouro Preto. P. 1, folhetim. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

independência, ungido pelo sangue dos mártires da inconfidência [...]”.⁷² Muito ainda se falou sobre a visita da comitiva imperial à Província, porém mais nada se disse relativamente aos conjurados mineiros nesta publicação. No entanto, devemos destacar que dos deputados signatários da mensagem cujo trecho foi destacado, dois – Henrique de Magalhães Sales e Ovídio João Paulo de Andrade – já tomaram parte, em algum tempo, no *Liberal Mineiro*, como já destacado, designação que substituiu *A Actualidade*.

Ainda naquele mês de abril de 1881, procedeu-se a mais artigos referentes a Joaquim José da Silva Xavier. Como homenagem ao cônego Joaquim José de Sant’Ana, que era pároco da matriz de Ouro Preto (provavelmente a catedral), a Secretaria de governo incumbiu alguns de seus funcionários de entregarem àquele religioso, no dia 21 de abril, um quadro com seu retrato a óleo. Então, o secretário da Província deu início à leitura de uma declaração:

Se o dia de hoje registra o sacrifício de um homem pela liberdade do seu país, tornando destarte imorredouro e respeitado o nome de – Tiradentes, transmitido às gerações que se sucedem, não é fora de propósito ser aproveitada esta ocasião para comemorar-se os atos de um cidadão, que se há recomendado por todos os títulos.

[]

Ao término da leitura da mensagem, o cônego Sant’Ana fez seu agradecimento, descrito da seguinte forma: “[...] Para mais realçar esta manifestação e ainda mais sensibilizar-me, escolheste, Srs., o dia de hoje, dia histórico, no qual comemoramos o sacrifício de Tiradentes, cujo sangue primeiro regou a árvore frondosa da liberdade brasileira [...]”.⁷³

Vemos nestes dois fragmentos do mesmo artigo que, ora no comunicado oficial, ora no agradecimento do cônego, que o dia 21 de abril já era celebrizado em Ouro Preto. Reforçou-se também a questão por nós já assinalada, a de que as notícias, os relatos relativos a Tiradentes eram transmitidos a cada geração, tendo transformado a história de seu suplício em uma tradição oral. Além disso, havia a tácita correspondência entre Tiradentes ter participado do primeiro episódio de intento à liberdade nacional, e a nossa independência política.

Ademais, não era só de notícias oficiais e editoriais que a memória dos inconfidentes era difundida nesse órgão liberal. Por meio de mensagens e artigos livres (escritos por pessoas

⁷² *A Actualidade*, ano IV, n.º 37, 18/04/1881. Ouro Preto. P. 2, seção Noticiário e artigo Palavras dirigidas pela comissão da assembleia provincial, no ato de cumprimentar a SS. MM. Imperiais. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

⁷³ *A Actualidade*, ano IV, n.º 39, 23/04/1881. Ouro Preto. P. 3, seção Noticiário e artigo Manifestação [SIC] de apreço. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

alheias à redação do jornal) também se escrevia, vez ou outra, relativamente aos inconfidentes. A seguir, exporemos algumas outras notícias sobre os membros da Conjuração Mineira e que preenchiam partes das páginas d'*A Actualidade*, porém, com a importância de nos revelar o quão presente entre as pessoas “comuns” era o conhecimento acerca da história deste movimento setecentista.

O primeiro deles, transcrito do *Jornal do Commercio*, tratava de uma suposta linha sucessória de Joaquim José da Silva Xavier na cidade mineira de Curvelo. O assunto da matéria não é de nosso interesse, não nos importando ser a notícia falsa ou com procedência. Ainda assim, o artigo foi por nós aqui arrolado, porque nele podemos novamente visualizar o caráter de patriota e de mártir que já era atribuído a Tiradentes. Esses qualificativos não pareciam ser estranhos àquele texto nem ao seu contexto, tendo em vista que eles já foram por nós distinguidos em momentos anteriores. Falou-se pouco de Tiradentes, tendo-se focado mais nos possíveis “[...] descendentes do primeiro mártir de nossa liberdade pátria – o imortal Joaquim José da Silva Xavier, por antomazia [SIC],* o Tiradentes [...]” um “glorioso inconfidente [...]”.⁷⁴ Passando-nos a impressão de que havia muito que Tiradentes era tratado como um mártir na história nacional. Não podemos concluir que havia um consenso neste sentido somente por causa deste excerto, mas certamente existia uma linha de pensamento, uma tradição que qualificava Tiradentes como patriota e mártir, mesmo que fosse uma característica do cotidiano mineiro.

Seguidamente, vimos seis edições em que *A Actualidade* tratou da pintura de um artista fluminense, de sua posterior chegada em Ouro Preto e da exposição de um quadro seu que dizia respeito ao “[...] julgamento do protomártir da independência, o imortal Tiradentes”.⁷⁵ A dita exposição aconteceria num salão da Câmara Municipal da capital mineira entre o fim de setembro e o início de outubro de 1881. Mas de todas as seis publicações que abordaram o quadro sobre Joaquim José da Silva Xavier, a mais interessante foi a de 20 de setembro daquele ano. Nela se deu destaque à pintura em si e às notícias relativas à ela e que estavam sendo impressas em outros jornais brasileiros. Assim sendo, a redação d'*A Actualidade* usou como título “Quadro histórico do Tiradentes, por Leopoldino J. de Faria” para versar sobre os artigos que iriam estar presentes nesta folha e nas seguintes edições. Neste primeiro texto e do qual foi utilizado o título supracitado, escreveu-se que:

* O autor quis escrever antonomásia.

⁷⁴ *A Actualidade*, ano IV, n.º 60, 18/06/1881. Ouro Preto. P. 2, seção Noticiário e artigo Descendentes do Tiradentes no Curvelo. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

⁷⁵ *A Actualidade*, ano IV, n.º 99, 09/09/1881. Ouro Preto. P. 3, seção Noticiário e artigo Hóspede.

Com este título abrimos hoje uma seção nas páginas da nossa folha, transcrevendo as apreciações feitas pela imprensa da corte e das províncias, sobre o quadro do primeiro mártir da liberdade.

Como mineiros, não podemos deixar de nos orgulhar, pondo em relevo um dos grandes heróis de nossa querida pátria.⁷⁶

Além do mais, a seção seguinte do jornal trouxe um artigo mais elaborado, onde se realçou alguns aspectos dos inconfidentes. Nele foi dito que:

Tem passado quase despercebida do público da corte a exposição do belo quadro histórico do Sr. Leopoldino Joaquim de Faria, representando o ato solene em que foi confirmada a pena capital imposta a Tiradentes, e comutada em desterro a dos seus companheiros.

Suas Majestades o Imperador e Sua Augusta Consorte dignaram-se examinar o quadro detidamente, interessando-se o Imperador pelo assunto histórico que representa a primeira vítima sacrificada à independência da pátria brasileira [...].

Por sua parte, o ilustrado Sr. ministro do império não fez esperar a sua visita, e favoráveis foram as impressões que recebeu, não só em relação à obra [...], como a respeito da fidelidade histórica com que foi representado o fato.

[...]

Já pelo assunto, já pela execução, que tem merecido os aplausos de profissionais e amadores, o quadro do Sr. Leopoldino de Faria é uma aquisição nacional de bastante valor para a nossa arte ainda incipiente e para a nossa história ainda mal entendida e pouco investigada.

[]

E então, no mesmo artigo, transcreveu-se vários trechos do jornal o *Monitor Campista*, dentre os quais destacamos:

O nosso amigo e distinto patrício, Leopoldino de Faria, pretende hoje, às 8 horas da noite, solenizar o aniversário de nossa emancipação política, por meio de uma festa patriótica e artística [...] a exposição do seu quadro, que representa um dos atos da terrível tragédia em que foram mártires os primeiros sonhadores da liberdade de nossa pátria.

Repercutindo em eco a declaração dos direitos do homem na França e dominados de verdadeiro americanismo, pretenderam os nossos heróis sacudir o pesado jugo da metrópole lusitana e implantar em nosso solo a verdadeira liberdade com a república.

Já em 1792 inscreviam eles em sua bandeira – *A liberdade ainda que tardia*.

[...]

⁷⁶ A *Actualidade*, ano IV, n.º 105, 20/09/1881. Ouro Preto. P. 2, seção Noticiário e artigo Quadro histórico do Tiradentes, por Leopoldino J. de Faria. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

O sangue, porém, dos mártires, derramado por amor da pátria, não deixou de germinar.

Não produziu, é verdade, todos os frutos por eles desejados, mas o Brasil tornou-se livre e independente, e o 7 de Setembro de 1822 foi o primeiro assomo da aurora de nossa liberdade. E hoje Tiradentes e seus companheiros de infortúnio recebem as ovações da pátria agradecida, que os considera sagrados pelo martírio.

[]⁷⁷

O texto teve ainda um longo prosseguimento, onde foi relatado, inclusive, que o pintor Leopoldino Joaquim de Faria se inspirou no livro de Joaquim Norberto de Sousa e Silva – *História da Conjuração Mineira* – para produzir sua obra. Devemos salientar alguns aspectos do artigo referente ao quadro, que tem algumas incorreções históricas, ainda que tenha um grande valor de relato para nós. Nele, escreveu-se que os conjurados de Minas se inspiraram na declaração dos direitos do Homem, durante a Revolução Francesa, quando na verdade, a inspiração primordial para a Inconfidência foi a revolução acontecida nas Treze Colônias inglesas. Outro erro foi precisar a escolha do dístico da bandeira mineira – *Libertas quae sera tamen* – em 1792, ano em que houve a sentença dos conjurados. A escolha da frase, feita por Joaquim Inácio de Alvarenga Peixoto, foi retirada de um poema de Virgílio entre 1788 e 1789, período ainda de arregimentação e reunião de alguns membros do que, a posteriori, denominar-se-ia Inconfidência ou Conjuração Mineira.

Por outro lado, o redator do *Monitor Campista* ressaltou o viés republicano da Conjuração Mineira, algo que era muito assinalado já durante o Segundo Reinado. Tendo dito ainda que um dos objetivos do movimento, a república, não havia ainda sido atingido, não obstante, a liberdade política advinda do Sete de Setembro de 1822 fosse destacada como importante e como um movimento que deu continuidade aos interesses dos conjurados.

Foi destacado pelo redator d'A *Actualidade*, na introdução do artigo, o quão determinante eram as visitas do Imperador, da Imperatriz e do ministro do Império à apresentação do referido quadro na Corte. Tais visitas simbolizavam uma tentativa implícita de harmonizar o passado colonial rebelde com o Estado monárquico, passado que ganhava a cada ano mais relevo, simpatizantes e uma bem vista simbologia.

Na edição de 24 de setembro de 1881, A *Actualidade* trouxe, na mesma seção (Transcrição), um novo relato da exposição do quadro de Leopoldino J. de Faria, dessa vez

⁷⁷ A *Actualidade*, ano IV, n.º 105, 20/09/1881. Ouro Preto. P. 2, seção Transcrição e artigo Quadro histórico. Grifo do autor. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

retirada d'O *Cruzeiro*, porém, de quase um ano antes, de 21 de dezembro. Na transição, o autor do texto oscilou entre o elogio e a crítica a Tiradentes, denominando-o num primeiro momento como criminoso – talvez de um ponto de vista para o processo judicial da época. Entretanto, depois disso o considerou como um mártir da liberdade. O autor sublinhou ainda algumas características do também conjurado Abreu Vieira.⁷⁸

Nas edições 109 e 110 se acentuou a exposição do referido quadro na cidade de Ouro Preto. Em um dos salões da Câmara Municipal da capital, quem recebesse a carta convite ou comprasse o bilhete de entrada nos estabelecimentos enunciados, poderia ver a obra artística do pintor Leopoldino Joaquim de Faria.⁷⁹

Já no número 112 se analisou “a tela esplêndida” do Sr. Leopoldino e se disse que nela era apresentada um drama da Inconfidência. Além do mais, distinguiu-se as qualidades artísticas e estéticas da pintura e foi sinalizada a dificuldade de se pintar tantos personagens “[...] em uma das situações as mais lúgubres e patéticas [...]” da história nacional. O autor do texto lamentou ainda para o caso de o quadro não ser comprado, posto que além de ser uma obra artística, “[...] também comemora um dos mais gloriosos episódios da história de nossa cara província, tão bem ou melhor do que o fariam estátuas, colunas e obeliscos [...]”.⁸⁰ Isto é, a redação d'A *Actualidade* esperava que algum setor da burocracia Provincial adquirisse o quadro. E que este, com os relatos da sentença dos mineiros que buscaram escapar ao jugo metropolitano, seria mais relevante como lugar de memória do que uma estatuária.

Como continuidade d'A *Actualidade*, o *Liberal Mineiro* não alterou em nada a série de publicações relativas aos conjurados mineiros, e que costumava ter lugar nos meses de abril e setembro, precipuamente em abril. Assim sendo, o mês de maior louvação ao mártir Tiradentes teve também, em 1883, uma contribuição a dar à nossa pesquisa. Pois o 21 de abril, “[...] data memorável nos fastos do país, que o registram como indicativa da imolação gloriosa do primeiro mártir da pátria, o imortal Tiradentes, não passará jamais despercebida entre os ouro-pretanos [...]”.⁸¹ Para aquele dia se convidou os cidadãos de Ouro Preto para

⁷⁸ A *Actualidade*, ano IV, n.º 108, 24/09/1881. Ouro Preto. P. 3, seção Transcrição e artigo Quadro histórico de Tiradentes.

⁷⁹ Edições 109 (27/09/1881) e 110 (28/09/1881) d'A *Actualidade*. Seção Anúncios e artigo Tiradentes. Em ambos os números na página 4.

⁸⁰ A *Actualidade*, ano IV, n.º 112, 04/10/1881. Ouro Preto. P. 3, seção Colaboração e artigo Tiradentes. Quadro histórico do Sr. Leopoldino J. de Faria.

⁸¹ *Liberal Mineiro*, ano VI, n.º 38, 21/04/1883. Ouro Preto. P. 2, seção Noticiário e artigo 21 de Abril. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

prestigiarem uma conferência proferida por um professor público e que aconteceria num teatro da cidade, não especificado, cujo tema seria a Conjuração Mineira e seus escritores.

Das edições que analisamos do ano de 1883, esta do dia 21 de abril foi a única a conter algo relativo aos conjurados mineiros. Entretanto, das publicações do ano seguinte que perscrutamos do *Liberal Mineiro*, houve um pouco mais de atenção dada às figuras dos inconfidentes. Quatro textos, todos eles de abril, que de maneira mais direta e efusiva, ou apenas de forma corriqueira, relacionaram-se à Inconfidência Mineira.

No primeiro deles houve uma curta e simples alusão aos conjurados, num artigo que tratou da morte do poeta mineiro Bernardo Guimarães. A perda deste grande escritor oitocentista, e ainda hoje conhecido, foi bastante lamentada. Entre as lamúrias do autor do texto se escreveu que “[...] Na legendária capital de Minas, berço dos Gonzagas e Alvarengas, baqueou por uma vez o gigante da poesia brasileira [...]”.⁸²

O segundo impresso foi razoavelmente mais expressivo no que toca à memória dos inconfidentes. Isso porque nele foi relacionada a intenção de uma família em libertar um escravo por causa da proximidade do aniversário de morte de Joaquim José da Silva Xavier. Compreendemos que os proprietários daquele cativo poderiam simplesmente dar a alforria a ele, contudo, tiveram seu ato benevolente registrado pela imprensa. E frisaram que:

À memória do imortal Tiradentes.

Muito de nossas livres vontades e de nossa filhas [...] concedemos liberdade ao nosso escravo Bento [...] de idade de 29 anos, perito oficial de pedreiro, boa constituição, bem sadio [...] que lhe concedemos gratuitamente, para que dela goze tão inteira e completamente, como se de ventre livre houvera nascido.

E, para seu título, firmamos o presente.

Ouro Preto, 21 de Abril de 1884, 92.º aniversário, do cruento suplício do protomártir da liberdade do Brasil.

[]⁸³

É interessante que os ex-proprietários de Bento salientaram sua boa condição física e de saúde. Assim como demonstraram que ele era um escravo que tinha um ofício, algo relevante, principalmente porque a partir de então, ele teria que viver de seus ganhos. Demais, fizeram

⁸² *Liberal Mineiro*, ano VII, n.º 44, 19/04/1884. Ouro Preto. P. 4, seção Noticiário e artigo Bernardo Guimarães. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

⁸³ *Liberal Mineiro*, ano VII, n.º 45, 22/04/1884. Ouro Preto. P. 3, seção Noticiário e artigo Livro d’ouro. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

menção à lei do Ventre Livre, que apesar de não favorecer seu ex-serviçal, seria libertado gratuitamente. E por fim, a relação dessa manumissão com a memória de Tiradentes. Presumimos que a simbologia em torno da imagem de Silva Xavier tivesse tomado, nesse início de década, um rumo tão forte, que algumas pessoas queriam ter algum tipo de conexão com ela. A pretensa ligação entre uma atitude tida como louvável, com a figura de um mártir que caminhava para se efetivar no panteão nacional, poderia ter naquele contexto, uma série de desdobramentos: desde se mostrar socialmente como pessoas caridosas, até a obtenção de benefícios de cunho político.

As outras duas menções ao tema Inconfidência Mineira que foram por nós encontradas e estudadas para o ano de 1884 não eram artigos completos, tampouco deixam de ter, por isso, um caráter de relevância em nossa pesquisa. No primeiro deles, de 24 de abril, tratou-se do recebimento de um jornal, prática bastante comum a permuta entre os órgãos de imprensa, denominado *Ordem e Progresso* e cujo “[...] primeiro número foi publicano do dia 21 [de abril] e consagrado à memória dos Inconfidentes [...]”.⁸⁴ Como é nítido, o que se vê é uma citação pequena, porém expressiva, afinal de contas um jornal teria sua primeira edição num dia que era dedicado à evocação de figuras históricas. Entretanto, não se disse de que localidade era aquele periódico.

Já no dia 26 de abril, deu-se a conhecer ao leitor do *Liberal Mineiro*, o relato de um viajante fluminense que passou pela capital mineira. A narração é um pouco longa, no entanto, o que se escreveu sobre os inconfidentes foi um breve registro. Vejamos como foi essa nota:

Negócios, que chamaram-me à cidade de Mariana nos princípios do corrente mês, deram-me ocasião de visitar, pela primeira vez, a pitoresca, imponente e majestosa cidade de Ouro Preto, que, como o Rio de Janeiro, se ufana de possuir o seu – Pão de açúcar – representado pelo – Itacolomi – verdadeira maravilha [...].

Nos capítulos resumidos, que às pressas formulei, aponto as coisas que me causaram a maior surpresa, ao contemplar, de uma das janelas do Chalé [...] a ínclita Vila Rica, berço de Tiradentes e de Bernardo Guimarães, transformada em Ouro Preto [].⁸⁵

⁸⁴ *Liberal Mineiro*, ano VII, n.º 46, 24/04/1884. Ouro Preto. P. 4, seção Noticiário e artigo Imprensa.

⁸⁵ *Liberal Mineiro*, ano VII, n.º 47, 26/04/1884. Ouro Preto. P. 4, seção: Seção livre e artigo: AO ‘LIBERAL MINEIRO’ Um passeio dentro da cidade de Ouro Preto. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

Na nota, o autor disse ainda que era um leitor constante do *Liberal Mineiro*. Algo que reforça a circularidade dos jornais por algumas regiões do país àquele momento, inclusive por ter enviado o relato à redação do jornal quando estava de passagem por Petrópolis.

Enquanto que em 1884 o enaltecimento de Joaquim José da Silva Xavier e de seus companheiros de conjuração tenha sido diminuto, o ano de 1885 teve a metade das publicações àquele respeito. Contudo, a edição de 21 de abril desse ano foi a mais pomposa de todas impressas pelo *Liberal Mineiro* desde 1882. O editorial desse impresso nos revelou um artigo que certamente é muito interessante, a respeito dele se escreveu que Tiradentes foi o protomártir da liberdade brasileira, sendo ainda denominado um herói. Falou-se também que foi a partir de sua execução,

[...] d'esse requinte de fereza que nasceu a glorificação de Tiradentes; seu nome, desde então, começou a reinar no coração do povo, que nele contemplava o primeiro mártir da liberdade.

As gotas de seu sangue, lançadas por amor da pátria sobre o solo brasileiro, bem depressa frutificaram em corações sinceramente à causa da emancipação, reclamando vingança do monstruoso atentado, cometido não contra um só homem, mas contra uma ideia grandiosa, que havia de romper o século e dominar os espíritos até converter-se em fato consumado [...].⁸⁶

O autor seguiu com o texto no intuito de mostrar que a independência brasileira foi uma consequência das ideias de Silva Xavier. E ainda fez um paralelo da luta deste mineiro contra a dominação portuguesa com um tema de então, a Lei dos Sexagenários. A batalha contra o escravismo teve bastante destaque no texto, onde se conclamou Minas Gerais a não fazer oposição à lei no Parlamento. E escreveu-se mais:

[...]

Tiradentes! – Os bons brasileiros, especialmente os filhos desta nobre província, no dia de hoje, curvam-se reverentes ante tua memória abençoada, vendo em teu martírio um grande ensinamento para a geração atual, que não repousará enquanto não completar a tua gloriosa conquista – A LIBERDADE!!⁸⁷

Outra questão relevante deste excerto foi que se relacionou uma situação passada, a Conjuração Mineira e seus desdobramentos, com o aprendizado que os contemporâneos

⁸⁶ Não obstante tenhamos conseguido ler a maior parte do texto, todo o canto esquerdo de sua primeira coluna foi encoberto por outra folha no momento da digitalização. O que comprometeu o entendimento de tal parte. Nos dois sítios eletrônicos pesquisados a situação é a mesma: do Arquivo Público Mineiro e da Hemeroteca Digital Brasileira.

⁸⁷ *Liberal Mineiro*, ano VIII, n.º 46, 21/04/1885. Ouro Preto. P. 1, editorial; e artigo, cujo título está parcialmente coberto, foi alusivo ao 21 de abril e à Conjuração Mineira. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

poderiam retirar daquele momento na história. Com isso, o autor revelou que ainda naquele momento era possível aos brasileiros retirar ensinamentos do passado. E apesar do texto ser do final do século XIX, essa pequena alusão à história como mestra da vida vai de encontro com o que Koselleck disse. Posto que nos tempos mais remotos, com o lento vagar do tempo, as pessoas de fato tiravam ou poderiam tirar lições do que seus antepassados faziam. Todavia, Koselleck apontou que após os acontecimentos da Revolução Francesa, o tempo sofreu uma aceleração, acontecimento que impedia que se aprendesse com o passado, a tempo, sobre o que fazer no futuro (KOSELLECK, 2006).

Um pouco mais adiante, nesta mesma edição, referiu-se ao 21 de abril como data em que o povo de Ouro Preto deveria, sendo herdeiro dos contemporâneos de Silva Xavier, lembrar dos temerosos suplícios pelos quais ele havia passado. E ainda o chamaram de “o glorioso Tiradentes”.

A publicação seguinte, de 23 de abril, deu destaque a um jornal de um clube ouro-pretano: o Clube Vinte e um de Abril. Em muitas partes do Brasil havia clubes que se dedicavam ao elogio de figuras benquistas nacionalmente, sendo que alguns deles tinham participação na política, e outros não. O citado clube de Ouro Preto levava aquele nome em homenagem à Conjuração Mineira, não nos resta dúvida sobre isso. E o jornal que produziram naquele abril de 1885 era em favor de Joaquim José da Silva Xavier. Não temos conhecimento do jornal em si, apesar disso, sabemos por meio do *Liberal Mineiro* que a referida folha tratou de louvar Tiradentes. Mencionou-se que

[...] foi distribuído pelo clube – Vinte e um de Abril –, desta capital, um jornal comemorativo do 93.º aniversário de morte do protomártir da liberdade, Joaquim José da Silva Xavier, o – Tiradentes.

Não regateamos encômios a este clube que tão bem sabe compreender o alcance do horroroso atentado de 1792, fazendo perpetuar no coração do povo o amor e veneração ao ínclito mineiro.

Ao ilustrado diretório, damos os nossos sinceros parabéns.⁸⁸

É bastante perceptível a sintonia entre a redação do jornal *Liberal Mineiro* e o diretório do referido clube. Provavelmente, essa harmonia se dava por ambos os órgãos terem simpatias pelos membros que fizeram parte da Conjuração Mineira, especialmente Tiradentes, o conjurado mais popular já há algum tempo.

⁸⁸ *Liberal Mineiro*, ano VIII, n.º 47, 23/04/1885. Ouro Preto. P. 2, seção Noticiário e artigo A Inconfidência. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

No editorial da edição 31, de 21 de abril de 1886, escreveu-se referentemente a alguns aspectos da Conjuração Mineira. Dentre muitos pontos, abordou-se certo anti-lusitanismo; a inspiração que vinha dos colonos ingleses da América do Norte; a extinção da escravidão; a participação do Rio de Janeiro e São Paulo na revolução; a comparação dos inconfidentes com grandes personagens históricos; a república; etc. Passaremos a seguir, a expor o texto, ainda que um pouco extenso, mas primordial para o entendimento de certas questões.

Nas vastas galerias da história refulge a inscrição – *libertas quae sera tamen* –, escrita em uma bandeira que se desenrolou ao lado do pelourinho e dos patíbulos, sob a ameaça da tirania e da justiça inquisitorial.

Pelas ruas das cidades, livres e escravos eram açoitados e depois obrigados ao trabalho das minas para a fazenda real; todos avassalados ao fanatismo e loucura de uma rainha, que explorava a riqueza da grande colônia.

[...]

Por toda parte queimavam-se os teares; os colonos não podiam explorar indústrias, nem fundar a imprensa.

No meio dessas trevas, quem ousaria projetar um raio de luz, pronunciar ao menos aquele versículo de Virgílio, de tremenda profecia para os tronos?

Então o jovem Maciel fazia a leitura de um jornal inglês.

Freire de Andrada, Alvarenga Peixoto, Domingos Vieira, Vidal Barbosa, Gonzaga, Cláudio, ouviam atentos e pensavam no desabar da tempestade, que ia também purificar a atmosfera da pátria.

Tiradentes não podia conter os impulsos de seu coração de herói.

Os conjurados saudavam a Th. Jefferson, Washington, Franklin, aos apóstolos da civilização; esboçavam a república na figura de um gênio quebrando cadeias; planejavam a emancipação dos escravos, a liberdade das indústrias e do pensamento.

A revolução ia agitar-se, a senha era ‘– hoje é o dia do batizado –’.

Em S. Paulo e Rio de Janeiro estavam prontos logo que fossem ouvidas as palavras de ordem ‘– ou seguir ou morrer –’.

A vida nacional teria então surgido um quarto de século antes; a democracia tomaria de assalto a fortaleza dos privilégios, sem um escravo, sem as sombras que ainda escurecem o horizonte.

Veio, porém, a traição cortar o fio da revolta.

Sempre a figura sinistra dos traidores, embargando os passos da liberdade!

Lançaram Jesus no calvário, Dante no desterro, Morus no cadafalso, João Huss na fogueira e os heróis de Vila Rica, os sábios ilustres, os bardos inspirados, no exílio e no patíbulo.

[...]

No dia 21 de Abril de 1792 o mártir passava por entre a multidão admirada, a fronte serena e majestosa, os olhos no infinito, o pensamento na pátria. Subia os degraus do cadafalso à imortalidade reservada aos apóstolos da democracia, aos arautos da revolução, que na mesma ocasião sagravam na guilhotina a declaração dos direitos do homem.

Após estas palavras, a redação do *Liberal Mineiro* ainda reiterou que os insucessos da Inconfidência não haviam sido em vão. Posto que ainda existia uma busca por alguns dos objetivos ambicionados durante os preparativos para a revolução dos mineiros, como: “[...] a democracia na elevada concepção dos Inconfidentes, o sufrágio popular, a emancipação; *libertas aut nihil* [...]”. Com estas palavras, acreditamos que os liberais que promoviam este periódico nutriam fortes simpatias pelo sistema republicano, embora fossem oficialmente monarquistas. E o texto foi encerrado de modo enaltecedor da Província mineira, como era costume nos textos de conteúdo político: “[...] Minas, o berço da emancipação política, celebra neste dia o aniversário da sua maior glória, do episódio de uma revolução, cujo brilho felizmente não foi anuviado pelo desfalecimento dos seus filhos, nem pela corrupção do poder”.⁸⁹

Como para o ano de 1887 só existe uma edição digitalizada do *Liberal Mineiro*, e nela nada houve relativamente aos conjurados mineiros, passemos então às análises das edições de 1888. Todavia, encontramos apenas duas delas em que se tratou dos conjurados, sendo que na primeira houve somente uma simples referência a eles. Pois se tratava de uma notícia sobre imigração em São Paulo, e nela se dizia que a Província paulista não tinha nada de especial para conseguir atrair tantos imigrantes, antes tinha era muito empenho de seus gestores em tal empresa. Algo que faltava aos vizinhos fluminenses e mineiros, e para estes últimos dizia: “[...] Vamos Srs. administradores da nobre pátria de Tiradentes; *mais atividade, menos vacilações; mais compreensão dos interesses reais* da admirável zona entregue aos vossos cuidados e direção [...]”.⁹⁰ Além disso foi frisado que os mineiros deveriam se espelhar nos exemplos de Juiz de Fora e de São Paulo.

O segundo texto de 1888, e que continha temas relativos à Inconfidência foi um pouco mais revelador. Isto porque um de seus artigos versou sobre a comemoração do aniversário de morte do alferes Silva Xavier. Conheçamos então, na íntegra, o que se escreveu sobre aquela comemoração:

⁸⁹ *Liberal Mineiro*, ano IX, n.º 31, 21/04/1886. Ouro Preto. P. 1, editorial, título: 21 de Abril. Grifos do redator. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

⁹⁰ *Liberal Mineiro*, ano XI, n.º 27, 14/04/1888. Ouro Preto. P. 1, seção Crônica política e artigo Imigração. Grifos do autor do texto ou do redator do jornal. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

O congresso escolástico festejou, com todo o entusiasmo, o 96.º aniversário da execução de Tiradentes.

Brilhante *marche aux flambeaux* percorreu as ruas da cidade, entre vivas e aclamações, demorando-se na Praça da Independência, onde está levantada uma coluna comemorativa da conjuração, e daí dirigiu-se à Escola Normal para assistir à sessão solene.

A festa compôs-se de parte literária e de concerto.

Fizeram-se ouvir vários oradores, orando, em nome da nossa redação, o nosso ilustre amigo, Dr. Cesarino Ribeiro.

No concerto tomaram parte distintas amadoras.

A cidade iluminou-se e houve nas ruas grande [trecho rasgado] de povo.⁹¹

É bastante esclarecedor para nós, vermos um excerto como este, visto que através dele, podemos entender o que nos mostrou um dos lados, indiretamente por meio do texto, do que aconteceu naquele 21 de abril de 1888. Uma organização estudantil, talvez em substituição à tão falada comissão organizadora dos festejos de 1882, à frente das celebrações a Tiradentes; uma marcha que atravessou algumas ruas da capital mineira; uma sessão solene; os discursos; o concerto; a iluminação da cidade; e a presença do povo. Tudo isso é digno de consideração, enfim se referiam à manutenção de uma situação de efeito simbólico para aquela sociedade. E tal simbologia, embora tivesse alcançado seu ponto mais alto até aquele momento seis anos antes, era esplêndido que tais cerimônias aparentemente não cessavam, ano após ano.

E da Corte se noticiou a publicação do jornal que há sete anos procedia à memoração de Joaquim José da Silva Xavier:

Da corte recebemos o *Tiradentes*, folha que, há sete anos, se publica em comemoração anual do grande mártir da liberdade.

No número com que fomos obsequiados, colaboraram diversos publicistas, como Joaquim Saldanha Marinho [...] entre as manifestações das províncias, salienta-se, pela forma e pelo fundo, a de Minas, assinada pelos Srs. João Pinheiro, Antônio Olynto e Nicesio Macedo.

[]⁹²

Relativamente ao *Liberal Mineiro*, esta edição de 1888 foi a última que tivemos um texto que versou sobre algum inconfidente. Aliás, esta publicação, de 25 de abril de 1888, foi a última que encontramos relativamente a este jornal liberal para o ano de 1888. O ano

⁹¹ *Liberal Mineiro*, ano XI, n.º 29, 25/04/1888. Ouro Preto. P. 2, seção Noticiário e artigo Comemoração. Grifos do redator. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

⁹² *Liberal Mineiro*, ano XI, n.º 29, 25/04/1888. Ouro Preto. P. 3, seção Noticiário e artigo 21 de Abril. Grifos do redator. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

seguinte não foi mais frutífero no que se refere a tais fontes. Somente uma edição, de 15 de janeiro, acha-se preservada para pesquisa, sendo que em tal número nada existe relativamente aos conjurados.

Apesar dos dois últimos anos do *Liberal Mineiro* terem poucas edições, e não nos proporcionar um material extenso no que diz respeito à nossa pesquisa, esta folha nos foi de grande utilidade para apreendermos o fenômeno do uso simbólico dos conjurados mineiros naquele contexto político e social. Agora, tendo esgotado todas as possibilidades apresentadas neste periódico liberal, vamos passar a outro objeto de nossa investigação.

A Provincia de Minas

Como já dissertamos um pouco acerca d'*A Provincia de Minas* anteriormente, este era um jornal que representava o partido Conservador da capital de Minas Gerais e que teve seu período de duração entre 1879 e 1889. Entretanto, é somente de meados de 1880 em diante que encontramos material disponibilizado dessa folha para pesquisa.

Na continuação de artigos que versaram sobre os membros da Conjuração Mineira nos jornais analisados por nós, *A Provincia de Minas* não fugiu a essa prática, muito pelo contrário. Apesar de não podermos dizer que era uma regra se escrever sobre os conjurados nos anos 1870-80, tampouco era uma exceção, já que cada folha dedicou ao menos uma ou duas publicações anuais referentes àqueles revolucionários.

Num artigo de fundo de uma publicação de abril de 1884 foi aproveitado o tema da libertação dos escravos na Província do Ceará para se fazer uma breve menção a Joaquim José da Silva Xavier. Foi dito que houve comemoração em Minas Gerais em decorrência de tal emancipação, e que “[...] Os mineiros, festejando este dia de hoje, não fazem mais do que manifestar o patriotismo que devem ter os nascidos sob o mesmo clima que o Tira-Dentes

[SIC] [...]”.⁹³ Isto é, foi feita uma assimilação entre os mineiros, contrerrôneos de Tiradentes, seu patriotismo e o desejo imanente àquele povo por liberdade. Clamou-se pela manumissão dos escravos mineiros, mas apesar desse enaltecimento ao povo de Minas, a emancipação na Província só ocorreu quando se deu de forma nacional, em 1888.

Em artigo somenos, mas ainda de abril de 1884, houve uma sucinta nota relativa a Joaquim José da Silva Xavier. Ao se referir ao novo jornal do clube Visconde do Rio Branco, aparentemente uma sociedade abolicionista de Ouro Preto, foi apontado que esse jornal foi publicado pela primeira vez em 21 de abril, 92.º aniversário da morte de Tiradentes. Não sabemos o porquê, mas embora tenha havido essa curta referência a Tiradentes, mais nada se escreveu sobre o mártir mineiro naquele mês de abril n’*A Província de Minas*.⁹⁴

Novamente em notícia sobre um clube, porém já no ano de 1885, abordou-se a memória de Silva Xavier. Este texto, por outro lado, foi um pouco mais expressivo que o do ano anterior, tendo não só se referido a Tiradentes como um personagem importante da história, como também relacionando sua imagem à liberdade nacional. Assim, escreveu-se que,

Comemorando esta data, 93.º aniversário de suplício de Tiradentes, protomártir da liberdade nacional, o *Clube Vinte e Um de Abril*, fundado nesta capital por muitos estudantes, inteligentes e esperançosos, publicou *A Inconfidência*, com oito páginas de impressão [...] Traz a primeira página a certidão da execução da bárbara sentença lavrada contra Joaquim José da Silva Xavier, padrão da justiça e liberdade do seu tempo.

[]⁹⁵

Em outro artigo da mesma edição se tratou do cenário criado na cidade do Rio de Janeiro em 21 de abril de 1792. Do caminho percorrido pelo réu do cárcere até o patíbulo, e de sua adoração pela Trindade. Dissertou-se sobre a execução de Silva Xavier e do destino de seu corpo esquartejado. E como em muitos textos do período e que diziam respeito ao alferes, foi feita uma correlação entre a “revolução de Tira-dentes [SIC]” e a Independência brasileira, conseguida 30 anos após a pena imposta ao conjurado. Desse modo,

E a cabeça do mártir?

⁹³ *A Província de Minas*, ano IV, n.º 202, 17/041884. Ouro Preto. P. 4, seção: Seção Livre e artigo Ao Ceará. Atualizei a escrita do texto transcrito, mas mantive sua pontuação original.

⁹⁴ *A Província de Minas*, ano IV, n.º 203, 26/041884. Ouro Preto. P. 2, seção não especificada, talvez seja parte do Editorial; e artigo Ordem e progresso.

⁹⁵ *A Província de Minas*, ano V, n.º 258, 23/041885. Ouro Preto. P. 2, seção Gazetilha e artigo 21 de Abril. Grifos do autor.

Exibida num poste, em Vila Rica, era o marco glorioso que parecia indicar aos brasileiros o lugar do Ipiranga, onde, trinta anos depois, deviam erguer o grito da liberdade e independência da pátria.

[]⁹⁶

Bastante breve e sutil foi o modo como *A Provincia de Minas* tocou na questão da comemoração de morte do alferes Silva Xavier no ano de 1886. Só um pequeno artigo que noticiava a celebração empreendida por um jornal republicano – o *Contemporâneo* – e um clube, fez-se presente na edição da folha conservadora ouro-pretana: “Este órgão republicano da capital [...] comemorou dignamente o 21 do corrente, por si e pelo *Clube vinte e um de Abril*, o 94.º aniversário da execução de Tira-Dentes [SIC], publicando um número especial consagrado à memória dos Inconfidentes”.⁹⁷

É curioso como um periódico conservador, inimigo politicamente dos republicanos, tenha noticiado a celebração de Tiradentes feita por um jornal republicano. Ainda assim, mais nada foi dito a respeito de Tiradentes nessa edição nem naquele ano. Aliás, como já mencionamos no início deste capítulo, juntamente com os anos de 1880 e 1889, 1887 não teve nenhum artigo escrito n’*A Provincia de Minas* referente aos conjurados mineiros. Como também dissemos antes, por razões óbvias, nós não pudemos pesquisar todas as edições de todos os anos dos jornais por nós escolhidos. Mas dentre as muitas publicações que analisamos, não encontramos material que dissesse respeito aos inconfidentes para nenhum desses três anos neste jornal conservador.

Já o ano de 1888 parece ter sido, depois de 1882, o ano em que os ouro-pretanos mais se dedicaram aos festejos dos inconfidentes. Apesar de *A Provincia de Minas* ter elaborado somente um número que dedicasse espaço a Tiradentes e companhia, no texto produzido, percebemos que houve bastante mobilização em Ouro Preto em torno da data festiva. Vejamos:

Mais uma vez, foi agora comemorada dignamente na nossa capital esta data histórica, que recorda o suplício do primeiro e glorioso mártir da liberdade e independência nacional. A iniciativa da patriótica comemoração partiu da juventude esperançosa que cursa as escolas de minas, de farmácia e de preparatórios, sendo secundada por muitos cidadãos prestimosos e jornalistas ouro-pretanos.

⁹⁶ *A Provincia de Minas*, ano V, n.º 258, 23/04/1885. Ouro Preto. P. 3, seção Variedade e artigo Um macróbio.

⁹⁷ *A Provincia de Minas*, ano VI, n.º 320, 20/04/1886. Ouro Preto. P. 1, seção Gazetilha e artigo Contemporâneo. Grifos do autor.

Foram publicados números especiais do Tiradentes [...] e vários avulsos em prosa e verso, contendo inúmeros e interessantes trabalhos literários, em homenagem a Joaquim José da Silva Xavier, o legendário.

Ao anoitecer de 21 de Abril houve *marche au flambeaux* pelas ruas da capital, com discursos, vivas, etc., seguindo-se uma sessão literária-comemorativa na escola normal, na qual foram proferidos treze discursos e lidas diversas poesias. Oradores e poetas foram entusiasticamente aplaudidos [...].

Terminou a bela festividade com um concerto musical, organizado pelo distinto professor Sr. Jorge Klier [].⁹⁸

Por este excerto, percebemos que houve um grande empenho de algumas pessoas na organização das celebrações aos conjurados mineiros. Nota-se ainda que a pretendida comissão/clube do ano de 1882 não perdurou até 1888. Não sabemos a causa de tal fracasso organizacional, entretanto, mesmo que de 1882 a 1888 – salvo 1887 que não temos notícia – as celebrações aos revoltosos, aos revolucionários mineiros tenham tido sua opulência reduzida, elas sempre aconteceram em Ouro Preto. É interessante assinalar também que os estudantes, a juventude estudantil ouro-pretana esteve próxima, em mais de uma oportunidade, da organização das festas que enalteciam a memória dos conjurados, mas precipuamente a de Tiradentes.

O ano de 1889 não teve publicações relativas aos inconfidentes. Novamente salientamos que não procuramos em todas as edições disponíveis de tal ano, porém, lemos várias delas e nada encontramos. Não sabemos o motivo pelo qual o último ano d'*A Província de Minas* não conter material concernente aos conjurados. Assim, passamos à última folha por nós analisada.

A Verdade Política

A Verdade Política foi um jornal que representava os interesses dos filiados e simpatizantes do partido Liberal em São João del-Rei. Em suas palavras, era o órgão oficial

⁹⁸ *A Província de Minas*, ano VIII, n.º 524, 27/04/1888. Ouro Preto. P. 1, seção Gazetilha e artigo 21 de Abril. Grifos do autor.

do partido no sexto distrito eleitoral, e com o “assentimento espontâneo dos chefes locais e dos da província”. Foi um periódico partidário de curta duração, algo que foi comum às folhas liberais são-joanenses: teve seu início em setembro de 1888 e fim em dezembro de 1889. Seu redator responsável era Carlos Sanzio de Avelar Brotéro, mas durante um período, ficou a cargo de João P. Pimentel. O título perdeu o artigo definido entre as edições 22 e 23 de 1889, isto é, em março. Todavia, sua legenda permaneceu a mesma durante todo o período em que o jornal existiu sob período monárquico. Após a ascensão dos republicanos ao poder, a publicação de 26 de novembro de 1889 apresentou a troca da legenda, de “Orgam do partido Liberal do Sexto Districto de Minas Geraes” para “Orgam do Povo”.

Dando continuidade, devemos assinalar o quanto essa folha liberal contribuiu para a difusão do imaginário inconfidente entre os seus leitores. A *Verdade Politica*, por meio de sua redação, não parece ter demonstrado muito empenho em fazer proselitismos dos fatos atinentes à Conjuração Mineira e seus participantes. Dentre todos os jornais que pesquisamos ela foi o que menos referência fez aos conjurados. Talvez a falta de material referente a eles se devesse ao breve espaço de atuação do jornal, que teve pouco mais de um ano de duração. Por outro lado, pode ter sido fruto das disputas políticas em que se envolveu durante seu período de atuação, principalmente com seu congênere são-joanense, a *Opinião Liberal*. Com esta folha liberal, o periódico de Avelar Brotéro travou intensas contendas, principalmente acerca de qual dos dois jornais iria representar de forma oficial o partido Liberal no sexto distrito eleitoral mineiro.

A despeito disso, a primeira referência aos inconfidentes encontrada por nós na *Verdade Politica* foi apenas na edição de 23 de março de 1889, ou seja, nas proximidades de abril, mas já muito tempo depois do início das atividades do jornal. Foi uma singela alusão a Tiradentes e que pouco acrescentou aos nossos estudos. Não obstante a trivialidade da mensagem, vamos proceder à ela. O texto tratou das possíveis diferenças gramaticais empregadas por alguns autores em algumas palavras do português brasileiro, assim como se abordou uma pequena distinção entre a grafia de algumas delas no “sul” e no “norte” do Brasil. E se disse que “[...] para nós, adoradores das cinzas de Tiradentes [...]” o modo de interpretar a língua era um tanto quanto distinta da maneira da região norte.⁹⁹

Como se percebe, esta foi uma vaga referência a Tiradentes e a seus conterrâneos mineiros, que tinham já naquele momento, na visão do autor do texto, um modo diferente de

⁹⁹ *Verdade Politica*, ano I, n.º 23, 22/03/1889. São João del-Rei. P. 3, seção: Feitos e defeitos.

escrever algumas palavras. O autor poderia ter elaborado seu texto denotando as mesmas distinções regionais do português, mas sem tocar no nome de Silva Xavier. Acreditamos que o fez pela proximidade da publicação com o 21 de abril, data em que já havia se convencionado, tacitamente ou não, celebrar a memória do conjurado Tiradentes.

A edição seguinte também fez uma breve menção a Tiradentes, embora sem o citar nominalmente, e do mesmo modo que a anterior, foi bastante rasteira. Não se elaborou um texto de exaltação, como vimos em todos os outros jornais pesquisados. O que vimos foi um texto que, para não fugir à tendência do período, cujo enaltecimento aos conjurados e a Tiradentes era um fato ordinário de março a maio, citou Tiradentes ao bendizer a cidade de São João del-Rei, seu município de origem. O texto foi a transcrição de um artigo de março, do *Diario de Minas*, o que pode evidenciar a falta de qualificação ou interesse da redação da *Verdade Politica* em escrever um artigo próprio relativamente aos conjurados. Ainda assim é interessante vermos o que o jornalista do *Diario de Minas*, que residiu em São João del-Rei, escreveu sobre a “princesa do oeste”. Segundo ele, o clima, natureza e tranquilidade da cidade eram um atrativo para aqueles que quisessem relaxar, e mais: “[...] a quietude da formosa S. João del-Rei, a predileta dos sonhos do glorioso mártir da liberdade que pretendia transformá-la na capital da independente república de Minas [...]”.¹⁰⁰ É muitíssimo provável que o “glorioso mártir” a quem o publicista se referiu fosse Tiradentes, afinal, como era sabido por boa parte dos são-joanenses e demais mineiros,

[]

Em 1789, São João del-Rei fora designada, entre os demais planos dos inconfidentes Tiradentes, que residia no Pombal, a 2 léguas desta cidade, José de Resende Costa e outros que moravam nas vizinhanças deste município, para capital da projetada república.

[]¹⁰¹

Ainda em abril de 1889, outro artigo mencionou Tiradentes. Desta vez, o texto tratava de disputas políticas locais entre conservadores e liberais. A passagem diz respeito ao ano de 1868 e em como os conservadores, principalmente Galdino E. das Neves, teriam agido de má fé nas eleições daquele ano. Ainda no tocante a este artigo, seu autor mudou drasticamente a temporalidade de seu conteúdo, e já sobre o contexto da época comentou que numa conferência sobre Tiradentes, e que teve lugar no dia 21 – provavelmente daquele mesmo mês

¹⁰⁰ *Verdade Politica*, ano I, n.º 24, 02/04/1889. São João del-Rei. P. 3, seção Gazetilha e artigo Sobre a nossa cidade.

¹⁰¹ *O Arauto de Minas*, ano V, n.º 7, 24/04/1881. São João del-Rei. Este trecho foi reproduzido neste mesmo capítulo, cuja nota de referência é a de n.º 76.

– o seu rival conservador foi hostil aos liberais presentes ao evento. E estranhamente, disse o autor, que Neves apoiou Silva Jardim em sua tumultuada passagem por São João del-Rei. Mas não foi porque a *Verdade Politica* acusou Neves de apoio a um republicano, que aquilo refletia a verdade. Os liberais poderiam querer se vingar publicamente do político conservador pelos atritos do passado, relacionando-o a um inimigo do regime. Vejamos:

[]

O só fato de não ter s. s. a seu lado um liberal na hostilidade que nos moveu no dia 21 no teatro desta cidade por ocasião da conferência sobre Tiradentes pelo Dr. Aristides Maia, é já uma punição justa que o há de ter abatido profundamente.

A nenhuma importância com que o tratou o povo e os liberais presentes, quando em favor do Dr. Silva Jardim começou a discursar e foi interrompido, no dia 23, é outra manifestação da justiça que se faz ao delinquente e significa a negação total de qualquer prestígio público, que ainda queira ter s. s.

Ainda bem!¹⁰²

A mais rica e detalhada descrição concernente à comemoração do 21 de abril, e que foi feita pela *Verdade Politica* se deu nesta mesma edição. Em dois artigos se escreveu acerca das disputas entre liberais, conservadores e republicanos. Assim como ficou claro que a imagem de Tiradentes era assimilada ao republicanismo. Veremos primeiro como a *Verdade Politica* via seu partido ser deixado de lado em proveito de uma provável coalização entre conservadores e republicanos.

Consta-nos que os Srs. Neves, tendo à frente o Dr. Galdino E. das Neves, para serem agradáveis aos seus amigos e parentes republicanos, a alguns dos quais hospedaram e acompanharam sempre como defensores nos conflitos de 21 e 23 do corrente, juraram represálias e vinganças contra o povo, contra todos os monarquistas e especialmente contra os liberais.

Neste propósito vão se reunir a fim de expulsarem do partido liberal todos aqueles que se mantiveram firmes na defesa e guarda dos princípios monárquicos e instituições juradas do império.

[...]

Mas como o partido liberal é um partido monárquico e os seus eminentes chefes Exmo. Visconde de Ouro Preto, Lafayette [...] e outros, não ocultam seus conceitos sobre a ideia republicana, uma vez, expulsos não, mas desligados do grupo que patrocinou e aplaude Silva Jardim e a sua escola conservadora, ficaremos sob a legítima bandeira liberal e ao lado desses ilustres e respeitáveis chefes.

¹⁰² *Verdade Politica*, ano I, n.º 27, 30/04/1889. São João del-Rei. P. 1, editorial e artigo Justiça aos delinquentes.

Aos que duvidarem desta asserção pediremos que manuseiem a coleção da ‘Tribuna Liberal’, o jornal oficial do partido sob a direção do Exmo. Sr. Visconde de Ouro Preto, e leiam os seus importantes artigos sobre a propaganda republicana, assim como outros em que referindo-se ao governo acusa-o de conspirador da coroa pela sua descomedida tolerância com os anárquicos propagandistas e seus adeptos, aos quais nomeia quase todos os dias para comissões importantes, cargos de responsabilidade e empregos de confiança.

[]¹⁰³

É provável que a reclamação da *Verdade Politica* fosse em razão da marginalização dos liberais durante o Gabinete conservador, enquanto que alguns políticos republicanos eram beneficiados e chamados a exercerem alguns cargos. No entanto, os conservadores chamaram esses republicanos para algumas funções políticas ou administrativas com o intuito de se arrefecer o movimento republicano, já que nos anos finais da década de 1880 ele tomou proporções nunca vistas antes. Também é curioso notar que deveria haver um jogo de influências entre os líderes Provinciais conservadores e liberais, posto que de outra forma, um partido não poderia ou deveria pedir ou influenciar na expulsão de um partidário da outra agremiação.

Agora podemos nos deter às três conferências republicanas que iriam acontecer em São João del-Rei em abril de 1889, das quais somente a última não pôde se concretizar devido aos conflitos entre monarquistas e republicanos. No capítulo anterior, abordamos os choques ocorridos nesta cidade entre estes dois grupos e em decorrência da presença do propagandista Silva Jardim. Embora só a conferência do dia 23, que seria proferida por Silva Jardim, não tenha sido realizada, a do dia 21 também foi tumultuada. Com a aberta intenção de homenagear Silva Xavier, o pouco que sabemos dessa conferência parece demonstrar a dificuldade que aquelas pessoas tinham em manusear a imagem de Tiradentes. Pelo relato da *Verdade Politica*, a intenção do conferencista era usar a figura do alferes a favor do movimento republicano, algo que parece ter desagradado a boa parte dos presentes no teatro. É interessante que ao verem associada a imagem de Tiradentes com o republicanismo, os monarquistas passaram aos vivas ao Imperador e ao Império, numa irrefutável contraposição entre os elementos monárquicos ligados à dinastia bragantina, e o imaginário inconfidente, dificilmente desatrelado de seu viés republicano.

¹⁰³ *Verdade Politica*, ano I, n.º 27, 30/04/1889. São João del-Rei. P. 3, seção Feitos e defeitos, e artigo Expulsão dos liberais.

Veem-se também os desafetos de Avelar Brotéro, a família Neves e os liberais da *Opinião Liberal*, presentes ao evento e, pelo relato do periódico, a favor dos republicanos. O trecho é extenso, porém, acreditamos que vale a pena procedermos a sua inteira reprodução:

No dia 14 do mês corrente teve lugar no teatro desta cidade a primeira conferência republicana pelo Sr. Dr. Sampaio Ferraz.

Ao que nos informam foi pouco concorrida mesmo pelos simples curiosos, notando-se entre os circunstantes o Sr. Dr. Galdino E. das Neves, Alfredo Neves, redator da *Opinião Liberal* e seus irmãos, que muito aplaudiram o orador.

Domingo, 21, realizou-se a segunda, anunciada como homenagem ao aniversário de Tiradentes pelo Sr. Dr. Aristides Maia.

Nesta um conflito esteve iminente por pretenderem o Dr. Galdino E. das Neves, tenente-coronel José Juvêncio das Neves e Dr. Galdino das Neves Sobrinho abafar um aparte do nosso redator.

Logo à sua primeira hostilidade o povo vaiou-os ruidosamente e acercou-se do nosso redator e do Sr. João B. Maciel, que juntou-se a ele, ajudando-o nos apartes, que continuaram calorosos.

Pouco depois grande massa popular penetrou no teatro, manifestando-se contra o conferencista.

Já então falava o Dr. Sampaio Ferraz chamado pelos seus correligionários como orador mais verboso para encobrir o *fiasco* do Dr. Maia, que fora interrompido.

Mas a exaltação continuou e liberais e conservadores reunidos sob a bandeira da monarquia davam estrepitosos vivas ao Imperador, à família imperial, ao Brasil e à religião, e foras e morras à república, saindo em seguida em numerosa, enorme massa com banda de música pelas ruas da cidade.

Diversos discursos foram pronunciados pelo Dr. Aureliano Mourão, Severiano de Rezende, Francisco Pinheiro, Dr. João Salustiano e o redator desta folha.

Reinou grande entusiasmo e não houve a menor alteração da ordem pública.

No dia seguinte os republicanos anunciaram um trem especial e franco ao povo que quisesse ir esperar terça-feira, 23, o Dr. Silva Jardim na estação de Prados.

Mas apenas 24 pessoas ali foram.

No dia determinado chegou o Dr. Silva Jardim, sendo recebido com desagrado pela população.

Da estação encaminhou-se para o Grande Hotel, donde, impedido pelo povo, não pôde sair para fazer a conferência no teatro, conforme estava resolvido e preparado.

Depois de muito tentar inutilmente contra a oposição popular, o Dr. Silva Jardim já consentia em não falar no teatro, mas pedia para o fazer de uma das sacadas do hotel, ao que ainda resistiu o povo, iniciando-se então a conferência portas dentro do edifício.

Mesmo aí, porém, foi interrompida por alarido enorme, vaias continuadas e um furioso bater de latas de querosene, que obrigaram o orador a não continuar.

Ao jantar prosseguiram as mesmas manifestações, que pela imprudência de alguns republicanos, que atiraram sobre o povo garrafas vazias, talvez às escondidas, tomaram caráter mais hostil e se transformaram, aos dois primeiros tiros partidos de cima, em terrível ataque ao edifício por todas as janelas e portas.

Então foi completamente impossível conter-se o povo, trocando-se por longo tempo entre as duas partes tiros de revólver, de garrucha, garrafas e pedras, que danificaram grandemente o hotel e trouxeram em resultado alguns ferimentos leves em pessoas do povo.

Houve mesmo a ideia medonha de lançarem-lhe fogo, mas que felizmente não passou de ensaio.

Ultimamente o povo já exigia o embarque imediato do Dr. Silva Jardim, mas depois acalmou-se, conservando-se em grupos nas vizinhanças do prédio até avançada hora da noite.

Na manhã seguinte partiu o Dr. Jardim no expresso da Oeste, sendo acompanhado até a estação pelo Sr. Delegado de polícia.¹⁰⁴

Nesta descrição do jornal liberal, nós podemos notar a incompatibilidade local entre monarquistas, ao menos parte deles, e republicanos. Indica-nos também a complexidade em se adotar o simbolismo atrelado a Tiradentes pelas pessoas simpáticas e defensoras da Monarquia no Brasil. Mesmo em 1889, isto é, muitos anos depois de iniciada a tentativa de conciliação entre a figura dos inconfidentes, em especial a de Tiradentes, e a Monarquia, havia quem não quisesse ou não conseguisse fazer uma correlação de interesses entre os dois lados. Além disso, os conflitos decorrentes da estada de Silva Jardim em São João del-Rei, em abril de 1889, assinalam o receio dos republicanos que não quisessem fundar o jornal pró-República, que demonstramos em capítulo anterior.

Esta edição de abril foi a última a abordar algo relativo à Conjuração Mineira ou algum de seus membros. A partir daí, a *Verdade Política* parece não ter demonstrado interesse em reproduzir nada relativo àqueles membros do passado colonial brasileiro. E a sétima edição do segundo ano da *Verdade Política*, de 20 de dezembro de 1889, anunciou para os seus assinantes e leitores que aquele seria o último número do referido jornal. A causa do

¹⁰⁴ *Verdade Política*, ano I, n.º 27, 30/04/1889. São João del-Rei. P. 3, seção Feitos e defeitos, e artigo Conferências republicanas. Grifo do autor.

encerramento de suas atividades não se devia à mudança de regime, mas talvez às incertezas dos monarquistas na atuação político-partidária durante o período ditatorial republicano, que não admitia oposição. Anunciou-se que a partir de primeiro de janeiro próximo, um novo jornal seria criado, a *Renascença*. Este seria a junção entre esse ex-jornal liberal com um ex-periódico conservador, também de São João del-Rei, o nosso já conhecido *Arauto de Minas*.¹⁰⁵

*

Neste capítulo, nós pudemos perceber parte dos meandros dos seis jornais que escolhemos para a nossa pesquisa. Esta nos proporcionou ainda, enxergar o quanto as folhas partidárias ouro-pretanas e são-joanenses refletiam, e podiam fazer refletir, uma política Provincial e, quiçá, nacional.

A respeito disso, o nosso principal enfoque, relativo ao uso simbólico dos conjurados mineiros, demonstrou que apesar das muitas décadas em que a história da Inconfidência Mineira esteve presente na vida dos mineiros oitocentistas, não era tarefa fácil a de lidar com o peso político que ela ainda possuía. Por isso, vimos ao longo de nossa pesquisa, conservadores e liberais “pisarem em ovos” no intuito de conseguirem transmitir aos seus contemporâneos e correligionários apenas o viés libertário, nacionalista de Tiradentes, expondo o seu lado de mártir e herói da independência. Do outro lado, a vertente política republicana, representada em nosso estudo pelo jornal *A Patria Mineira*, mostrou-nos ter tido mais facilidade para manusear a figura de Tiradentes, sem muito esforço compreendida como mártir republicano. Apesar disso, ficou patente como era complexo ser republicano em período monárquico, ao se ter que enfrentar muitas oposições. Mas mais difícil ainda era propagandar a República numa região com fortes disputas entre os partidos monárquicos, como se dava em Minas Gerais, onde não havia, via de regra, a preponderância de um partido, mas sim um equilíbrio entre eles.

¹⁰⁵ *Verdade Politica*, ano II, n.º 7, 20/12/1889. São João del-Rei. P. 1.

Desse modo, frisamos a importância de um estudo como o nosso, em que se percebem as sutilezas e as variações do uso de figuras há muito presentes no cotidiano oitocentista mineiro. Assim, vimos as buscas dos monarquistas em torno de uma conciliação da imagem dos conjurados mineiros com o regime monárquico, numa tentativa de harmonizar o passado colonial brasileiro com a dinastia brasileira. E da mesma forma, conseguimos tomar consciência de que o republicanismo brasileiro, embora não fosse restrito ao intento de respaldar suas ações na imagem de Tiradentes, fê-lo de sorte que o imaginário por trás deste conjurado começava a se mostrar cada vez mais eficaz.

Porém, ainda que tenhamos indagado esses seis jornais acerca do uso simbólico e político dos inconfidentes, ainda há muito que se conhecer a respeito desse complicado mundo do político, o qual pode ser apreendido por meio das páginas dos jornais políticos.

Considerações finais

Como vimos tentando demonstrar durante todo nosso estudo, num trabalho de contextualização para um maior entendimento do período final do Império brasileiro, empreendemos uma análise de parte da historiografia brasileira, assim como de algumas fontes, para tentar entender e para demonstrar que durante aquele período houve a utilização simbólica da Conjuração Mineira. É verdade que esta despertou os olhares de muitos estudiosos desde o século XVIII, e ainda atrai a atenção de outros tantos até os nossos dias. Não obstante, não intentamos buscar um entendimento acerca do movimento em si, mas do modo como alguns políticos, e demais interessados no mundo do político, tentaram se nutrir de ingredientes simbólicos ligados à Conjuração Mineira para garantirem que suas práticas tivessem um respaldo histórico e, assim, legal.

Nessa longa e, às vezes, penosa caminhada, pudemos perceber que a imagem dos conjurados mineiros esteve presente na história nacional desde os primeiros relatos – ainda contemporâneos –, correspondentes à sua tentativa de romper os laços com a metrópole. Fez parte da tradição oral do século XIX, passada através das gerações. Figurou nos livros de instrução do Império. Marcou um estilo literário e acenou para outro. Assim como foi inscrita nas páginas da imprensa nacional durante as décadas finais da Monarquia. Depois de vermos a presença dos conjurados ao longo de quase um século de história nacional, nós pudemos nos focar mais detidamente em nosso principal objetivo, qual seja, o de tentar comprovar a existência dos usos simbólicos dos conjurados ainda nas décadas anteriores ao do estabelecimento da República no Brasil.

Todo o caminho percorrido até aqui, desde a história de George Stauton até o jornal de Sebastião Sette, tornou possível uma análise relativa ao imaginário e simbolismo inconfidente sem solavancos. Não queríamos que nossa investigação parecesse ter sido feita à força, aparte de uma estrutura maior, mais abrangente e, da qual nosso estudo é somente uma pequena parte. Evidentemente que não se pode sempre recrudescer no tempo para se contextualizar uma situação histórica. Muitas vezes não há tempo nem material para tal empresa. No entanto, em nosso caso, uma volta às análises de um passado um pouco mais longínquo foi possível e, acreditamos, complementar às nossas pesquisas. Assim sendo, cremos que nosso trabalho foi

suficiente e satisfatório em apresentar os variados usos pelos quais a imagem dos inconfidentes passou, as maneiras como foi submetida durante tantas décadas, até atingir seu ápice, nos anos 1880.

Embora os nomes das pessoas que figuraram na Inconfidência Mineira nunca tenham sido, de fato, esquecidos pelos brasileiros e, mais especificamente pelos mineiros, tem-se que ser considerada a complexidade que envolvia a memorização desses personagens históricos durante a colônia e o Império. Pois no primeiro momento, numa fase em que a repressão à Inconfidência ainda estava viva no cotidiano e na memória dos vassalos americanos de D. Maria I, o medo, o receio e a imaturidade política dos habitantes da colônia não deixavam espaço para um reavivamento da lembrança daqueles que, talvez, estivessem em busca de uma forma de vida social menos dura. Já no momento seguinte, a antiga colônia portuguesa havia adquirido o status de país independente. Como agravante ao enaltecimento dos mártires mineiros, o líder desse novo país era um príncipe português, o primeiro na linha de sucessão do trono de Portugal. Deste modo, quem ainda tinha lembranças acerca da Inconfidência e das coisas propaladas a respeito dela, certamente ficou entusiasmado com a Independência, uma bandeira dos conjurados de Minas. Porém, receoso com a nova situação. Porque apesar da nova soberania, o regime instituído foi o monárquico, numa clara conciliação de interesses entre a elite dirigente local com o então príncipe regente.

Contudo, o aparente sonho republicano de alguns dos conjurados parece não ter sido esmaecido durante a monarquia bragantina. Depois de o país ter-se consolidado como um Estado autônomo e, de passado o período inicial sob o comando do Imperador D. Pedro I, um momento de esperança, com a Regência, trouxe de volta ao espaço público a reminiscência da utopia inconfidente: a república. E com o lento vagar característico da passagem do tempo no Brasil do século XIX, a memória e a exaltação da imagem dos membros da Conjuração Mineira naturalmente emergiram. Portanto, a cada ano, a cada década, mais se escrevia relativamente à Conjuração. Então, de um movimento pernicioso, do ponto de vista da metrópole portuguesa, ela passou a movimento fundacional da identidade nacional brasileira em fins do oitocentos. Fosse pela ótica literária, com a importante colaboração dos poetas árcades inconfidentes, numa provável literatura de fundação do idioma nacional. Fosse por ter sido a primeira vez em que “brasileiros” buscavam sua autonomia política ante a opressão portuguesa.

Com o enfraquecimento, físico e político, do Imperador D. Pedro II, assim como pelas muitas dificuldades políticas vivenciadas pelos brasileiros, principalmente a partir da década de 1860, a Monarquia passou a enfrentar questionamentos frequentes. A República, alardeada e propagandeada por alguns, seria a solução para os muitos problemas brasileiros, pondo em prática as antigas e históricas demandas liberais: sufrágio universal masculino; separação do Estado com a Igreja; casamento civil; federalismo; e, o que tirou o apoio de setores sociais importantes na manutenção do regime, a mão de obra no país.

Tanto a fragilização do Imperador quanto da Monarquia proporcionou ao imaginário inconfidente, em lenta ascensão fazia alguns anos, despontar como um ícone de importância capital. Com a citada fragilização institucional, alguns setores monarquistas tentaram fazer contato, uma aproximação do regime com alguns elementos tidos como inerentes à Inconfidência. Dos pontos que poderiam servir à Monarquia estavam, em primeiro lugar, a sintonia entre a busca pela liberdade política, talvez aspirada pelos conjurados, com a Independência, facilmente identificada ao governo de então. Seguidamente, o governo poderia lançar mão do simbolismo atinente a alguns dos inconfidentes. Estes, evidentemente seriam aqueles que nunca haviam tido sua imagem relacionada com a república – ao menos de acordo com as fontes e a tradição oral. Da mesma forma, e de acordo com os costumes monárquicos, sendo membros da aristocracia e considerados intelectuais. Assim, os inconfidentes mais utilizados por alguns segmentos monárquicos foram: Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Joaquim Inácio de Alvarenga Peixoto. Todos eles bacharéis e poetas.

Havia anos que a imagem de Joaquim José da Silva Xavier era considerada como a de um mártir. Porém, de início, foi descartada pelos monarquistas por estar muito próxima de um republicanismo radical. Com a difícil tarefa de desatrear o republicanismo da figura de Silva Xavier, preferiu-se o uso de figuras que também tivessem um peso nacional histórico considerável, como as dos já citados Gonzaga, Costa e Alvarenga Peixoto.

Entretanto, a imagem de nenhum destes conjurados tinha a mesma envergadura que a que Tiradentes adquiriu com o decorrer do século XIX. Talvez uma empatia pelo ex-alfere, que havia ficado quase três anos encarcerado, somado ao seu trágico fim no patíbulo, tenha feito com que durante muito tempo sua imagem tenha sido descrita, pintada, encenada e contada pelos muitos cantos do Brasil. Ademais, quando se percebeu que a sua memória

poderia ter um peso simbólico considerável, inclusive no campo da política, os simpatizantes pela causa republicana no Brasil logo começaram a tentar se valer de seu nome.

Tendo percorrido muitos meios pelos quais a história e alguns contornos da Conjuração Mineira foram propalados. Atentando-nos para a sua presença na literatura e na história. Assim como tomando consciência de que monarquistas e republicanos buscaram um manejo de seus membros em função de questões de legalidade política, num período derradeiro da história nacional. Verificamos que não há dúvidas quanto a nossa proposição inicial, de demonstrar o uso dos inconfidentes ainda no período monárquico. A utilização de seu imaginário e seu simbolismo foi feita por todos os partidos imperiais. Assim como, instaurada a República, seus nomes continuaram, e em especial o de Tiradentes, a figurar como os mais importantes no panteão cívico nacional.

Fontes

Os seis jornais pesquisados por nós são das cidades mineiras de Ouro Preto e de São João del-Rei. Podem ser consultados na biblioteca do *campus* Dom Bosco, da (UFSJ) Universidade Federal de São João del-Rei (microfilmados). Assim como, digitalizados, nos sítios eletrônicos do Arquivo Público Mineiro e da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.

Os originais de alguns dos jornais se encontram na Biblioteca Municipal Batista Caetano de Almeida, em São João del-Rei. Porém, sem se poder consulta-los. Ainda assim, no arquivo da Casa do Pilar, em Ouro Preto, há uns poucos títulos.

De Ouro Preto:

A Actualidade (Liberal), de 16 de março de 1878 e vai até 29 de dezembro de 1881.

Liberal Mineiro (Liberal), de janeiro de 1882 a 1889.

A Provincia de Minas (Conservador), de 1878 a novembro de 1889.

De São João del-Rei:

O Arauto de Minas (Conservador), de 17 de março de 1877 a 24 de dezembro de 1889.

A Verdade Politica (Liberal), de setembro de 1888 a dezembro de 1889.

A Patria Mineira (Republicano), de abril de 1889 a maio de 1894.

Referência bibliográfica

ABREU E LIMA, J. I. de. **Compêndio da História do Brasil**. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1843.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e Chimangos: Imprensa e política pelas páginas dos periódicos de São João del-Rei (1876-1884)**. Dissertação de mestrado defendida na UFJF em 2008.

ARENDT, Hannah. **Da revolução**. São Paulo: Ática, UNB, 1988.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In. ROMANO, Ruggiero (Org.) *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, 1985.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURTON, Richard Francis, Sir. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. (Reconquista do Brasil, v. 36).

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 11.^a reimpressão, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Radicalismo e republicanismo**. In.: Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade. José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

CONSTANCIO, Francisco Solano. **História do Brasil, desde seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do imperador D. Pedro I**. Paris: Livraria Portuguesa, 1839.

D'ALBUQUERQUE, Salvador Henrique. **Resumo da História do Brasil**. Pernambuco: Tipografia Imparcial, 1848.

ENDERS, Armelle. **O Plutarco brasileiro. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado**. Revista Estudos Históricos/CPDOC, v. 14, n.º 25, p. 41-62, 2000.

FONSECA, T. N. de L. e. **Da infâmia ao altar da pátria. Memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da USP, 2001.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2002, v. 22, n.º 44.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **Representações de um passado de ouro: mitos, memória e imaginário da inconfidência**. In. RESENDE, Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). Histórias de Minas Gerais – As minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, vol. 2.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro e LIBBY, Douglas Cole. **A economia do Império Brasileiro**. São Paulo, Atual Editora, 2004.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **A época colonial: V.1 - Do descobrimento à expansão territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 8.^a edição.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC Rio, 2006.

LAZZARI, Alexandre. **Heróis nacionais em sagas provincianas: republicanismo e identidade nacional no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais no século XIX**. Texto apresentado na ANPUH-MG em 2006. Anais eletrônicos.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5.^a edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Lições de História do Brasil**. Rio de Janeiro: em casa de Domingos José Gomes Brandão, 1863.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil: desde seu descobrimento em 1500 até 1849**. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco de Paula Brito, 1850.

MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa em tempos de Império**. In. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2.^o edição. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Roberto Borges. **Growing in silence: the slave economy os nineteenth-century Minas Gerais, Brazil**. Vanderbilt University, 1980 (tese de doutorado).

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.^a ed. 1978.

MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes: o corpo do herói**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORAIS, Evaristo de. **Da Monarquia para a República (1870-1889)**. 2.^a ed. Brasília: UnB, 1985.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil: colônia e império**. São Paulo: Editora Brasiliense, 20.^a edição, 1993.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SERELLE, Márcio de Vasconcellos. **Os versos ou a história: a formação da Inconfidência Mineira no imaginário do Oitocentos**. Tese de doutoramento apresentado ao Departamento de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

SETTE CÂMARA, Altivo de Lemos. **Da caravela de Zarco à redação de ‘Patria Mineira’ (Apontamentos para uma biografia de Sebastião Rodrigues Sette Câmara)**. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, n.º 1, 1973.

SILVA, R. F. *Colônia e nativismo: A História como “biografia da nação”*. Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

SILVA, Wlamir. **Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Tomo I. Tradução de Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História Geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal**. Tomo II. 2.^a ed., Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, não há data.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História Geral do Brasil**. Tomo II. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857.

RÉMOND, René. **Uma história presente**. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: 2003.